



Comunicação e Sociedade

REVISTA 12 | 2007 | TECNOLOGIA E FIGURAÇÕES DO HUMANO

Pensar a técnica hoje

Figurações tecnológicas

Na era da imagem, a palavra, sempre



Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



Título: COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE 12

Director: Moisés de Lemos Martins

Director-adjunto: Manuel Pinto

Conselho Consultivo

Paul Beaud (revista *Réseaux*, Universidade de Lausana), André Berten (Universidade Católica de Lovaina), Daniel Bougnoux (*Cahiers de Médiologie*/ Universidade Stendhal de Grenoble), Manuel Chaparro (Universidade de São Paulo), Paolo Fabbri (Universidade de Bolonha), António Fidalgo (Universidade da Beira Interior, Covilhã), Xosé López Garcia (Universidade de Santiago de Compostela), Jill Hills (International Institute for Regulators of Telecommunications/Centre for Communication and Information Studies, Universidade de Westminster, Londres), Michel Maffesoli (Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien/Universidade de Paris V, Sorbonne), Denis McQuail (Universidade de Amesterdão), José Bragança de Miranda (*Revista de Comunicação e Linguagens*/ Universidade Nova de Lisboa), Vincent Mosco (School of Journalism and Communication, Universidade Carleton, Otava), José Augusto Mourão (Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens/Universidade Nova de Lisboa), Marcial Murciano (Universidade Autónoma de Barcelona), José Manuel Paquete de Oliveira (ISCTE, Lisboa), Colin Sparks (Centre for Communication and Information Studies, Universidade de Westminster, Londres), Teun van Dijk (Universidade Pompeu Fabra, Barcelona).

Conselho Científico

Albertino Gonçalves, Alexandra Lázaro, Anabela Carvalho, Aníbal Alves, Bernardo Pinto de Almeida, Felisbela Lopes, Helena Pires, Helena Sousa, Jean Martin Rabot, Joaquim Fidalgo, José Pinheiro Neves, Madalena Oliveira, Manuel Pinto, Moisés de Lemos Martins (Presidente), Nelson Zagalo, Rosa Cabecinhas, Sara Pereira, Zara Pinto Coelho.

Conselho de Redacção

Alberto Sá, Ana Melo, Daniela Bertocchi, Elsa Costa e Silva, Gabriela Gama, Helena Gonçalves, Luís António Santos, Luísa Magalhães, Maria da Luz Abreu, Pedro Portela, Sandra Marinho, Sara Moutinho, Sara Balonas, Silvana Mota Ribeiro, Teresa Ruão.

Coordenação do volume: Moisés de Lemos Martins e Madalena Oliveira

Referees: Jean Martin Rabot, José Bragança de Miranda, José Augusto Mourão, Madalena Oliveira, Moisés de Lemos Martins.

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Comunicação e Sociedade* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, 4710-057 Braga, em colaboração com o *Campo das Letras Editores S. A.*, Edifício Mota Galiza – Rua Júlio Dinis, 247 – 6.º E1, 4050-324 Porto. Tel. 22 60 80 870/ Fax. 22 60 80 880/ Email: campo.letras@mail.telepac.pt/ Site: www.campo-letras.pt

Assinatura anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros. Outros países: 25 euros. Preço deste número: 12 euros.

Artigos e resenhas: Os autores que desejem publicar artigos ou resenhas, devem enviar os originais em formato electrónico para cecs@ics.uminho.pt Deverão ainda enviar três cópias em papel para CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 4710-057 Braga. Ver normas para publicação no final desta revista.

Grafismo: António Modesto

Tiragem: 750 exemplares

Redacção e Administração: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 4710-057 Braga. Tels. 253 604214/ 253 604280. Faxes 253 678850 – 253 676966.

Impressão: Papelmunde SMG, Lda. – Famalicão

ISSN: 1645-2089

Depósito legal: 166740/01

Solicita-se permuta. Echange wanted. On prie l'échange. Sollicitamo scambio.

Índice

Nota introdutória. A época e as suas ideias <i>Moisés de Lemos Martins</i>	5
I. Pensar a técnica hoje	
Evocação da tecnologia: fantasmas, determinismo da utopia? <i>José Augusto Mourão</i>	11
Espaço, <i>media</i> e experiência. Na era do espaço virtual e do tempo real <i>Maria Teresa Cruz</i>	23
Nota sobre o processo de exteriorização da técnica: o lugar da interacção homem-computador <i>António Machuco Rosa</i>	39
Sociologia da blogosfera: figurações do humano e do social em <i>blogs e hybrilogs</i> <i>Pedro Andrade</i>	51
Seres humanos e objectos técnicos: a noção de “concretização” em Gilbert Simondon <i>José Pinheiro Neves</i>	67
Da tecnologia na organização à organização na tecnologia <i>James R. Taylor</i>	83
II. Figurações tecnológicas	
Figuras do íntimo-quotidiano na televisão: quando o mundo privado se torna mediático. O caso da SIC e da TF1 <i>Elisabeth Machado</i>	107
Um mesmo sonho: o monstro de Frankenstein, o robô e o homem biónico <i>Lurdes Macedo</i>	133
O museu digital: uma metáfora do concreto ao digital <i>José Cláudio Oliveira</i>	147

Os arquivos globais de vídeo na Internet: entre o efémero e as novas perenidades. O caso YouTube <i>Luís Miguel Loureiro</i>	163
Da vinculação social da técnica enquanto <i>totalitariedade</i> – Incursões na vida desvitalizada. Considerações sobre a <i>Second Life</i> <i>Rui Pereira</i>	173
III. Na era da imagem, a palavra, sempre	
O que pedem as palavras? <i>Anabela Gradim</i>	189
A difícil arte de perguntar: aporias e apostas da redacção do questionário para inquérito sociológico <i>Albertino Gonçalves</i>	201
IV. Leituras e reflexões	
Leitura do livro organizado por Gustavo Cardoso e Rita Espanha, <i>Comunicação e Jornalismo na Era da Informação</i> <i>Felisbela Lopes</i>	215
O igual e o diferente: essência, devir e representação de identidades. Leitura da revista <i>Comunicação & Cultura, n.º 1 – A cor dos media</i> <i>Rafael Paes Henriques</i>	219
Quando o dispositivo é a própria enunciação. Leitura do livro <i>Para uma poética do hipertexto – A ficção interactiva</i> , de José Augusto Mourão <i>Rafael Paes Henriques</i>	222
O lado de lá da Comunicação. Leitura dos livros organizados por José Carlos Abrantes, <i>A Construção do Olhar</i> (Lisboa, Livros Horizonte: 2005) e <i>Ecrãs em mudança – Dos jovens na Internet ao Provedor de Televisão</i> <i>Rafael Paes Henriques</i>	225
Leitura do livro de Mario Perniola, <i>O Sex Appeal do Inorgânico</i> <i>José Pinheiro Neves e Luís Tavares</i>	230
O papel da blogosfera no que resta da salvação <i>Luís Carmelo</i>	234
Abstracts	239
Normas para apresentação de originais	245

Nota introdutória.

A época e as suas ideias

Moisés de Lemos Martins*

Toda a época tem um pensamento à sua altura, um pensamento que a diga em verdade. O “rei clandestino” (Simmel) da nossa época é o pensamento do mercado global e o pensamento da técnica. A nossa época resume-se, pois, a duas ideias: o mercado global, por um lado, e toda a espécie de tecnologias, por outro, sobretudo tecnologias da informação, que suportam o mercado, e biotecnologias, que reconvertem a vida humana num mundo ainda mais “admirável” do que a própria vida (Huxley).

As tecnologias da informação, ao mobilizarem a época, aceleraram o tempo histórico e criaram o mercado global (Sloterdijk: 2000)¹. Esta criação significa, todavia, a crise permanente do humano, a qual é alçada a categoria dominante da cultura contemporânea. As tecnologias ligam globalmente os indivíduos em tempo real, criando neles o cérebro de que elas precisam, o de indivíduos empregáveis, competitivos e performantes no mercado, mas desarticulam-nos ao mesmo tempo como cidadãos, impondo-lhes um destino de ora em diante fragmentário, caótico e nomádico.

Por sua vez, as biotecnologias, fundindo o orgânico e o inorgânico, autotelizam a técnica e sonham uma nova criação, uma criação de híbridos, que correspondem a uma superação da própria vida humana, uma vida imaginariamente enriquecida e melhorada biotecnologicamente.

Com tecnologias da informação, que suportam o mercado global, e biotecnologias, que fantasiam melhorar a vida humana, na confluência umas e outras de “desejo, valor e simulacro” (Foucault, in Klossowski, 1997: 9), temos a crise da razão histórica, ou seja, a crise das grandes narrativas (Lyotard: 1979), e também a crise do narrador (Benjamin: 1992), com a conseqüente crise da verdade, e simultaneamente o “empo-

* Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho. moiseslmartins@gmail.com

¹ “O projecto da modernidade assenta [...] numa utopia cinética: a totalidade do movimento do mundo deve converter-se na execução do projecto que temos para ele. Progressivamente, os movimentos da nossa própria vida identificam-se com o movimento do mundo [...] O sujeito decisivo da modernidade é fazer natureza” (Sloterdijk, 2000 23).

brecimento da experiência”, que se esgota em excitação, efervescência, espectáculo, euforia, simulacro, meros “guardiães do sono” da razão, como assinalou Guy Debord (1991: 16)².

As representações do humano nas tecnologias da informação jogam com alguns efeitos diagnosticados pela análise crítica da modernidade. Estamos a pensar, por um lado, na transformação radical da nossa relação com a natureza e nas alterações profundas no aparelho de percepção, onde se misturam as águas de fenómenos simulacrais, queremos dizer, a alienação e a expropriação da socialidade, a imobilidade e a desterritorialização, a perda de consciência histórica e a dissolução da memória colectiva. E pensamos igualmente, por outro lado, nos fenómenos opostos de naturalização da cultura, intensificação dos laços sociais, localismo, tribalismo e hedonismo. Com efeito, cada vez mais as tecnologias nos dão conta da substituição progressiva de figuras planas como as de projecto, promessa, historicidade e finalidade, que na modernidade identificam o humano, pelas figuras côncavas da dobra, da prega, do requebro e do fractal, onde uma permanente hemorragia de sentido não pára de declinar a temática do fim, seja do fim da história e da verdade, seja do fim do simbólico e da mediação.

Na tecnologia, sobretudo nas tecnologias da informação e nas biotecnologias, decide-se hoje o humano. Quer isto dizer que o humano se decide na crise da época. A crise é desencadeada pelo autotelismo da técnica, uma autarcia de sentido, um pensamento de “meios sem fins” (Agamben: 1995), um messianismo sem *telos*, uma era de abundância e consumo fáusticos, com a excitação da hibridez, o seu *sex-appeal*, dirá Perniola (2004), que numa liga de orgânico e não orgânico, de humano e não humano, tanto configura os seres humanos como coisas, como projecta os objectos técnicos como animais.

Os primeiros capítulos deste número de *Comunicação e Sociedade* constituem uma reflexão alargada sobre a técnica na contemporaneidade. Seguem-se tematizações diversas de um conjunto de figurações tecnológicas. Os dois últimos capítulos interrogam o destino e a força da palavra, contrariando a ideia do seu declínio pelo advento da decantada civilização da imagem.

Referências bibliográficas

- Agamben, Giorgio (1995), *Moyens sans fin. Notes sur la politique*. Paris: Payot & Rivages.
Agamben, Giorgio (2000) [1978], *Enfance et Histoire*. Paris: Payot & Rivages.
Baudrillard, Jean (1981), *Simulacres et simulation*. Paris: Galilée.

² A ideia de “crise da experiência” começa por ser referida em Benjamin no seu texto sobre “O narrador” e parece hoje em fase imparável pela aceleração tecnológica do nosso tempo. Agamben fala da impossibilidade em que nos encontramos, hoje, de nos apropriarmos da nossa condição propriamente histórica, o que torna “insuportável o nosso quotidiano” (Agamben, 2000: 20). Perniola, por sua vez, ao caracterizar a experiência contemporânea, introduz o conceito do “já sentido” e interroga-se sobre o *sex appeal* do inorgânico, que tem tanto de fascinante como de inquietante (Perniola, 1993 e 2004). Quanto a Baudrillard, conhecemos o seu conceito de realização do real como simulacro (Baudrillard, 1981).

- Benjamin, Walter, (1992) [1936-1939], «O narrador. Reflexões sobre a obra de Nicolai Lesskov», in *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'Água, pp. 27-57.
- Debord, Guy, (1991) [1967], *A Sociedade do Espectáculo*. Lisboa: Mobilis in Mobile.
- Klossowski, Pierre (1997) [1970], *La Monnaie vivante*. Paris: Ed, Payot & Rivages.
- Lyotard, Jean-Fançois (1979), *La Condition post-moderne*. Paris: Minuit.
- Pernioa, Mário (1993) [1991], *Do Sentir*. Lisboa: Presença.
- Pernioa, Mário (2004) [1994], *O Sex Appeal do Inorgânico*. Coimbra: Ariadne.
- Sloterdijk, Peter (2000), *La Mobilisation infimie*. Christian Bourgois Ed.

I. Pensar a técnica hoje

Evocação da tecnologia: fantasmas, determinismo da utopia?

José Augusto Mourão*

Resumo

Analisa-se neste texto as várias manifestações de re-configuração do humano no contexto das novas tecnologias. Avatar, ciborgue, ciberpunk, espectro, criaturas virtuais são termos que evocam a utopia tecnológica de um humano “novo”, de mãos dadas com o mito do progresso. Que prognosticam estes fantasmas? Que fronteiras delimitam no mapa da constituição dos corpos e das identidades?

Palavras-chave: Tecnologia, corpo tecnológico, utopias, fantasmas, reconfigurações humanas

A revolução é o comunismo mais a electricidade.

Lenine

Life is not a choice. It is a continually evolving complex adaptive system with many interacting cognizers, which these days includes intelligent machines, intelligent programs, intelligent environments, and intelligent humans. That's what virtual creature can teach us.

K. Hayles

Tecnologias

Instalou-se entre nós a crença segundo a qual as novas tecnologias afectam não apenas a criação e a transmissão da informação, mas também múltiplos aspectos da vida social que passam pela economia, pelo conhecimento e pelo divertimento, que afectam a experiência e sobretudo aquilo a que chamamos a identidade. Os objectos técni-

* Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Universidade Nova de Lisboa. joaugustomeister@gmail.com

cos entraram na nossa vida como agentes não humanos. Já não são utensílios, mas processos transformadores das relações humanas e da natureza. As velhas técnicas eram energéticas e naturais, as *high tech* são informacionais e sociais. A epistemologia clássica via, de um lado, o mundo das coisas e, do outro, o mundo dos sujeitos e das representações. O que agora se afirma é que a natureza, os objectos, o real nunca se manifestam enquanto tais, mas são sempre representados. Tal significa que a natureza é sempre construída e informada pela cultura. Aliás, Alan Turing mostrou que nem mesmo um computador é simplesmente uma máquina informacional, como pretende a filosofia: «In philosophical discussions one likes to ignore the possibility of such errors one is therefore discussing “abstract machines”. These abstract machines are mathematical fictions rather than physical object.» (Turing, 1950). Os autómatos fascinam a filosofia porque reforçam, provam e complicam as nossas ideias acerca da escolha obrigatória entre autonomia e construção, a nossa existência e a nossa relação com os deuses que nos teriam fabricado e que, afinal, seriam os humanos a fabricar. Apesar das precauções que Turing toma: «In attempting to construct such machines we should not be irreverently usurping his power of creating souls, any more than we are in the procreation of children: rather we are, in either case, instruments of His will providing mansions for the souls that He creates» (*ibidem*: 11). Não há dúvida, o autómato testa os limites do construtivismo e da autonomia, da identidade e do sujeito.

O projecto da ciência é mudar o homem naquilo que ele tem de mais profundo. As criaturas virtuais que habitam o vídeo de Karl Sims “Evolved Virtual Creatures” não são apenas projecções antropomórficas. A questão para que se acena nesta obra é, visivelmente, a questão do novo e da inovação. O conceito actual de inovação é uma nova versão do mito do progresso. O fascínio pela inovação é a própria expressão da utopia tecnológica. Se a inovação era atributo do *homo faber*, com o advento do CiberPrometeu, tornou-se atributo do *homo numericus*. Com efeito, o culto da inovação, que tem hoje uma conotação económica ou tecnológica, segue-se ao mito de Prometeu, de Fausto e do Progresso, inventado no século XIX. Victor, no laboratório do *Frankenstein* de Mary Shelley (1818), tem um sonho que é o de substituir o corpo por um produto superior, um “duplo” que eliminaria, de uma vez por todas, os seus “defeitos”. A anatomia, diz-lhe este imaginário, não serve apenas para observar os corpos, mas para criar novas formas de vida a partir deles. A verdade do corpo, o objectivo da vigilância clínica, está hoje subvertida por um outro objectivo, aquele em que o corpo desaparece (Ostrander 1987). No seu lugar vem um corpo simulado – a percepção clínica é absorvida por uma criação odiosa (em *Frankenstein* é o olhar inumano do monstro). A ideia de criar um homem novo circula entre os fascismos e os comunismos. Ora, criar um homem novo implica destruir um homem velho. O que deixa de ser pertinente é a singularidade das vidas humanas. Alvin Toffler escrevia em 1990: «O herói do nosso tempo já não é o operário de azul, nem o financeiro nem o *manager*, mas o inovador que associa o poder imaginativo e a aptidão para a acção.» Mas a inovação envelhece rapidamente: deve, por isso, ser renovada constantemente. Donde a ideia do corpo obsoleto. No âmbito da farmacologia e das biotecnologias, a investigação sobre

as moléculas, as proteínas, os métodos de cultivo das células evolui tão rapidamente que as patentes caducam à mesma velocidade que outras se requerem.

Utopias

Todas as utopias dizem isto: o futuro já começou... neste mundo. Senão na realidade, pelo menos na ficção, quer se lhe chame ficção científica, fantástica, de aventuras ou de viagem. Os entendidos falam de *soft fiction* ou *hard fiction*, *anti-realistic metafiction* para caracterizar as diversas formas da arte da simulação na literatura, a distinguir, por exemplo, dos jogos de computado: os labirintos que podem ser ficcionais, mas os jogos de computador são reais. Ray Bradbury, J. G. Ballard, Arthur C. Clarke, Ursula le Guin, Philip K. Dick, William Gibson são alguns dos nomes que emergem no confronto com a técnica e que propõem novos mundos ao mundo já cartografado do nosso horizonte cognitivo. As premissas do evolucionismo técnico dominam os jornais e os documentários de TV. O ciberutopismo, a web-art, a bio-arte, a arte transgénica são formas de agenciamento do simbolismo que anunciam tanto a desmaterialização das obras como o nascimento do artista como *know-worker*, ou como programador. A tese de Stiegler ganha, neste contexto, uma real pertinência: a tomada de controlo do simbólico pela tecnologia industrial fez com que a estética se tornasse a arma e o teatro da guerra económica. «As épocas técnicas condicionam épocas do sensível noético» (Stiegler, 2005: 56).

Dizia Mattelart que todo o objecto é um recorte particular de uma determinada configuração comunicativa (1991) – alusão clara ao *design*, que opera mais com a tecnologia do que com a técnica, e que é percebido como “alegoria da transformação possível”. «No quadro do biopoder, o protagonismo no interior da cultura do projecto é desempenhado pelo Design, por um Design Total que projecta objectos, sistemas de objectos e interfaces, progressivamente auto-referenciais, sem exterior, e que vão continuamente regimentando a vida» (Bártolo, 2006: 381). O protagonismo das infra-estruturas informáticas em detrimento das infra-estruturas materiais anuncia uma redefinição do espaço da comunicação. O connexionismo levou a ultrapassar as operações do espírito a puro cálculo. Toda a imagem numérica é interactiva. Para certos autores o pós-humano representa, no centro da articulação entre evolução biológica e evolução técnica, a tendência onde a actividade levada a cabo pelo homem deixa antever não só uma transmutação ontológica da sua condição, mas também o desenvolvimento de novas formas de vida que rompem a tradicional fronteira entre o natural e o artificial. E. Couchot fala de «segunda interactividade», por analogia com a «segunda cibernética», para caracterizar comportamentos maquínicos mais próximos dos comportamentos humanos (Couchot, 2003: 27). «Enquanto a primeira interactividade se interessava pelas interacções entre o computador e o homem, num modelo estímulo-resposta ou acção-reacção, a segunda interessa-se mais pela acção enquanto guiada pela percepção, pela corporeidade e pelos processos sensorio-motores, pela autonomia» (*ibidem*: 32).

Embora persista a noção de “verdadeiro eu”, ainda nimbada da carne que a reveste, a nova tecnologia abriu as portas para novas subjectividades radicalmente desencarnadas. É certo que os romances de Gibson nos chegam carregados por influências tão diversas como os romances clássicos: *Frankenstein*, *The Big Sleep*, a literatura vanguardista representada por William Burroughs, Thomas Pynchon e Kathy Acker, a ficção científica de Philip K. Dick, Michael Moorcock e J.G. Ballard, as análises culturais de M. MacLuhan, Baudrillard, Deleuze e Gauntari, a filmologia de Cronenberg, a música de Velvet Underground, etc. Nos escritos de Gibson (1984: 12) percebe-se um certo desprezo descontruído da carne que é vista como *the meat* (“de talho”) por aqueles que estão dependentes da “vida” na “matriz”. O discurso de desencarnação tem um lugar central quer nos escritos do romancista *cyberpunk* William Gibson, quer de Marge Piercy, quer da feminista Donna Haraway.

O organismo cibernético está a transformar o indivíduo num ponto de superação da antinomia clássica natura-tecnologia. É interessante verificar que o corpo físico deste homem-máquina apresenta analogias assinaláveis com as mutações do corpo social que acompanha a revolução industrial: um corpo modernamente produtivo: “Como ao proletariado, ao monstro é negado um nome e uma individualidade: é o monstro de Franksenstein, que pertence inteiramente ao seu criador (...) Como o proletariado, é uma criatura colectiva e artificial”¹. O replicante de *Blade Runner* mostra-se como um corpo absolutamente reificado. A uma nova realidade deve corresponder a ideia de uma nova carne. A nova carne é a organização biológica de uma nova realidade que o homem da literatura *ciberpunk* ilustra. Desta transposição emerge o outro do corpo, o corpo-protésico, espectral, no seu devir-outro, corpo-interface, no seu devir-ferramenta, que a noção de ciborgue traduz (Bártolo, 2002). Estas criaturas, simultaneamente animais e máquina, que povoam hoje os filmes, a ciência ficção, os jogos de computador, as narrativas digitais, a medicina, dizem-nos fundamentalmente que a uma nova fronteira, mais ampla, deve corresponder uma nova carne. Donna Haraway escreve que “a formação da totalidade a partir de fragmentos, inclusive aqueles da polaridade ou da dominação hierárquica, está em questão no mundo *cyborg*” (Haraway, 1991: 149-150). Para Haraway, o ciborgue entra na cultura contemporânea através da falha provocada por três rombos de fronteira: a fronteira entre os animais e os seres humanos, entre o orgânico e o inorgânico, o físico e o não-físico. Falta saber de que ordem: biológica, *ciberpunk*, biomolecular, alegórica?

O corpo a vir

Estaremos perante a transição do sujeito liberal humanista para o sujeito pós-humano contemporâneo que é descrito por N. Katherine Hayles em *How We Became Posthuman: Virtual Bodies in Cybernetics, Literature, and Informatics?* (1998). Hayles observa que, quando a ficção impressa é transformada em texto electrónico, o texto torna-se mutá-

¹ Franco Moretti, *Dialettica della Paura*, Calinano 2, p. 79.

vel em moldes que «teaches the user that it is possible to bring about changes in the screenic text that would be impossible with print (changing fonts, colors, type sizes, formatting, etc). Such changes imply that the body represented within the virtual space is always already mutated, joined through a flexible, multilayered interface with the reader's body on the other side of the screen» (Hayles, 2000: 30). Vejamos os ciborgues na perspectiva de Bruno Latour e Madaleine Akrich, que é a de uma «semiotic of human and non human assemblies» (Akrich, 2000: 259-264), integrando nesta perspectiva Dona Haraway, muito receptiva à descrição que faz Latour dos não-humanos em termos de híbridos da natureza/cultura (Haraway, 1992: 259-337) e Katherine Hayles, que fala de «material/semiotic actors», muito sensível de resto à ideia de «constrained constructivism» (Hayles, 1993: 27-43). Os anjos ontem, como figura pré-moderna da metamorfose, os “anjos biônicos”, mistura da biologia e da técnica, ou os ciborgues hoje, são figuras/conceitos inquietantes porque de certa maneira escapam ao controle daquilo que vive sob a alçada do poder ou da matéria. Estas duas figuras inscrevem-se na “semiotic turn” como “seres” que gozam de um estatuto misto de entidades ao mesmo tempo naturais e culturais, ao mesmo tempo sujeitos e objectos, não podendo ser definidos nem como simples “objectos” nem como simples “sujeitos”, tanto o seu “estado” é a permanente metamorfose. O ciborgue é talvez o mais óbvio exemplo contemporâneo dessas perenes misturas de humanos e não-humanos. Como um acontecimento narrativo que se prolonga desde os tempos arcaicos até hoje, a transformação metamórfica dos corpos humanos, a mistura do humano com o não-humano é uma linha pré-moderna do incidente literário que atravessa o período da modernidade e emerge uma vez mais na pós-modernidade como um modo central do imaginário cultural. O ciborgue refere-se a um organismo cibernético, uma criatura que é em parte orgânica e em parte artificial. É a figura por excelência da ficção científica: meio-humano, meio-máquina. Era igualmente o fantasma do determinismo tecnológico que assombrava as obras de J. Ellul (1964), H. Marcuse (1964) e M. McLuhan como o pesadelo (militar) da vigilância total. O destino das figuras é transfigurar-se. A figura do ciborgue é reescrita à volta dos anos 1980 pela socióloga Donna Haraway através do seu conhecido *A Cyborg Manifesto* (1991). Nas suas palavras, um “cyborg exists when two kinds of boundaries are simultaneously problematic: 1) that between animals (or other organisms) and humans, and 2) that between self-controlled, self-governed machines (automatons) and organisms, especially humans (models of autonomy). The cyborg is the figure born of the interface of automaton and autonomy” (1992: 139). Nós somos, sabendo-o ou não, de certa forma, ciborgues. As lentes de contacto, os *walkman*, os *pacemakers*, a parafernália de próteses que nos acompanham manifestam bem esse nosso lado de criaturas híbridas. A máquina está no corpo, o corpo-máquina é um objecto submetido a um ser exterior que do interior o influencia. Mas esta figura era sobretudo o instrumento perfeito para atravessar fronteiras, ao mesmo tempo que uma figura teórica que poderia ser útil para atravessar as fronteiras politicamente carregadas e socialmente construídas entre humano e tecnologia, entre humano e animal, entre macho e fêmea, todas as binaridades que afinal

constituem o mundo moderno. Donna Haraway usou o conceito de ciborgue como um modelo subversivo e irónico que permitiria minar categorias tão repressivas como o género, a natureza, a cultura, a raça, a originalidade e o progresso. Não há dúvida de que aquilo que a figura do ciborgue melhor revela são os princípios fundamentais que estruturam a idade moderna. O moderno, afirma Bruno Latour (1991), predica duas funções: purificação e hibridização. Não há nenhum objecto que seja puramente social ou natural, apesar do esforço dos cientistas para classificar e purificar o seu objecto de estudo. Os humanos são especialmente sociais e naturais. As paisagens, os parques, as fábricas são ao mesmo tempo sociais e naturais. A sida é “an epidemic of signification”, escreve Paula Treichler, e não apenas uma doença do foro epidemiológico (Reichler, 1988). O corpo não é apenas um constructo discursivo. Não há apenas actores humanos: a Natureza ou outros actores não-humanos, como as máquinas, são-no igualmente. Latour (1988), depois de Serres, aplica a sua ideia de quasi-objects ao domínio social. As nossas tecnologias não nos são estranhas, não estão radicalmente separadas de nós. São objectos simultaneamente naturais e sociais. São os nossos “núncios”.

Morfismos

A *metalepse*, conceito introduzido por G. Genette na narratologia contemporânea, é um dos procedimentos mais constantes no novo tipo de textualidade que se pratica nos meios digitais, mesmo se a sua presença ultrapassa este campo. Há quem veja neste procedimento um cancro que destrói por dentro as ambições dos sistemas matemáticos totalitários (Ryan, 2006: 212). Debra Malina, por exemplo, considera a *metalepse* como uma operação violenta que desafia a identidade racional do sujeito cartesiano e reconstrói a subjectividade pós-moderna como uma multiplicidade instável (Malina, 2002). A literatura (a arte, em geral) tem a faculdade de antecipação sobre o que está em curso no tempo de que nenhum outro campo está dotado. Há toda uma filmografia que se faz a partir do medo da invasão da espécie (humana) por outra espécie (extra-terrestre): *Espécie mortal* foi considerado o *thriller* de ficção científica do ano (Rob Brewington, American Radio Urban Networks). *Espécie mortal* é uma mistura de criaturas espectaculares criadas por H. R. Giger, com efeitos especiais de Richard Edlund. Que vemos no ecrã? Quando uma criatura alienígena criada artificialmente foge do laboratório, o cientista Xavier Fitch reúne um grupo de especialistas para a encontrarem: um assassino, um médium, uma bióloga e um antropólogo. Onde vem o perigo? Que ameaça constitui esta “criatura” para a humanidade? Em quase tudo semelhante à criatura humana, excepto na percepção do mal que não vê, esta nova criatura imita em tudo os desejos que animam o comum dos mortais: procriar, por exemplo. Este filme representa acima de tudo o parlamento em que as ciências, ocultas e reconhecidas, se movem quando se trata de lidar com o desconhecido: aqui, tanto vale o médium como a bióloga ou o antropólogo. *X-Men* mostra-nos uma sociedade que, desconfiando dos mutantes, os discrimina. William Stryker, um *leader* militar giza um plano para

irradiar os mutantes e começa uma ofensiva na mansão e na escola do X-Men. Nada de muito novo, se considerarmos a atitude higiénica que as sociedades adoptam em relação aos monstros e àquilo que ela própria designa por anormais. Os mutantes representam agora a grande ameaça, encarnem eles uma forma aparente ou interior. Os filmes de Cronenberg, por exemplo, mostram-nos um monstro interior. Com este autor a luta, antes de estar instalada entre os grupos humanos, está instalada no próprio corpo: a mente de Brundle contra a forma mosca em *The Fly*, a mãe contra os recém-nascidos em *The Brood*, Renn inicialmente contra o seu corpo em *Videodrome*. *Johnny Mnemonic* e *Monna Lisa Overdose* podem ser considerados como paradigmas do mutante *cyberpunk*. A creolização é a linguagem do pós-humano. Ciborgue é uma figura excessiva, anunciadora de um novo tipo de messianismo tecnológico: promete à humanidade mortal uma inumanidade imortal. Mas falta sempre a este excesso que toda a promessa contém uma mão capaz de pintar ao *Robocop*, proprioceptiva, ao tocar numa outra, na mão do *Terminator*. O que permanece é o desejo de mutação, de transformação ou de travestimento. Habitar um corpo temporário não foi apenas o sonho de um deus da mitologia. A obra de Neal Stephenson *Snow Crash* (1992) é feita de um mundo povoado por avatares. Quando entra em ambientes colaborativos, o utilizador raro resiste ao desejo de se dar um nome, um sexo e uma descrição física que podem mudar a forma de uma figura (humana ou não) estilizada, um *avatar* (Turkel, 1995). *Avatar Bodies*, de Ann Weinstone, é, declaradamente, uma colagem de filosofia, crítica literária, ficção, autobiografia, real e correspondência imaginada (Weinstone, 2004).

«Where Does the Body End?», pergunta Sean Aylward Smith (1999). A cultura da simulação constituiu-se na base de uma «reconsideração fundamental da identidade humana» (Sherry Turkle, 1995: 32). Essa cultura está a afectar as nossas ideias sobre a mente, o corpo, o eu e a máquina. Na configuração das redes, o corpo é um dispositivo reticular. Os jogadores de um MUD (*Multi-user dungeon*) são os autores desse MUD, a um tempo criadores e consumidores dum conteúdo mediático (...) Mas os MUD são ainda outra coisa. À medida que participam, os jogadores tornam-se autores não apenas de textos mas também de si próprios, construindo novas identidades através da interacção social. Um jogador diz: «Eu sou a personagem e não sou a personagem, ambas a coisas ao mesmo tempo» (*ibidem*: 15). Nos MUD é-se quem se pretende ser: a realidade pessoal torna-se pura virtualidade. O limite claro entre o mundo real e o mundo virtual está a vacilar. Uma pergunta inevitável: «Comment nommer ce mélange, aujourd'hui encore sans nom, mais si fréquent et répandu, d'objet en soi inerte et mort d'une part et de sujet, vif, animé, lumineux, transparent? La chair?» (Serres, 1985: 160). Onde acaba o corpo? Como nascem os fetiches, o *pastiche*, a prótese? A imbricação do ser humano na tecnologia electrónica produziu uma identidade nova, identidade a que Scott Bukatman chama «terminal identity», uma nova «hard-wired subjectivity» (Bukatman, 1994), em que o corpo é máquina. Os objectos-prótese são também objectos nómadas. O papel da ciência ficção tem sido fundamental na ideia da ênfase da “uncertainty of depth”. Escreve Bukatman: «O sujeito é o *corpo*,

mutável e mutado. O sujeito é o *espírito*, que pensa e que conhece. O sujeito é a sua *memória*, convocando a história e a experiência» (*ibidem*: 244).

Bem mais do que Philip Dick ou James Ballard, Samuel Delany é aquele que no domínio da fantaciência se ocupa conscientemente dos temas da mutação. Nas suas obras as mutações morfológicas dos personagens fundem-se com uma representação de uma nova organização social. As suas sociedades do futuro não são apenas multi-étnicas mas aproximam-se de um limite teórico fascinante: a reconfiguração de um corpo mutável até ao infinito a ponto de perder a memória de um arquétipo, científico ou antropológico. O próprio conceito de raça se esfuma a favor duma individualidade que deixa de ser doravante representável através de uma etnia. Em toda a obra de Delany a mutação dos corpos é uma representação desmesurada de uma intolerância da linguagem em relação ambígua com uma realidade em transformação vertiginosa. Bron Helstrom, o protagonista de *Triton* ilustra no seu próprio corpo o campo de batalha ideal entre natureza e cultura. *Ghost in the Shell* é uma ficção de Masamune Shirow que se integra no universo neo-romântico, ciberpunk, mas sobretudo no contexto pós-ciberpunk, em que são já os ciborgues as figuras que dominam a cena. *Ghost in the Shell* explica de que modo a informação, a cibernética, a tecnologia traduzem o desejo humano relativamente à encarnação e à reencarnação, tendo em conta a re-produção e a natalidade mas, sobretudo, o desejo de viver. Esta obra remete para o fantasma que abriga o seu próprio título: que um “espírito” encarne num corpo protésico: esse espírito é uma fantástica IA. Em *The Terminator*, de James Cameron (1984), o *terminator* passa a usar óculos escuros depois de eliminar a pele da cultura que o assemelhava a um ser humano. Aí está o novo homem, o pós-humano em cena, despido de afecção, um organismo cibernético, inteiramente ciborguizado. «A figura do *terminator* serve apenas para explicar como é que a alta tecnologia inerente ao ciborgue tinha que se camuflar de *cyberpunk*, para não se detectar o lado protésico do organismo cibernético», como escreve H. Elias (Elias, 1999: 100).

O arquivo do corpo

Desde sempre que a nossa espécie modifica a sua aparência: desde o barbear ao cortar, colorir ou decorar o cabelo. Pintar, tatuar, escarificar, furar a pele, ornamentar o corpo com flores, plumas, objectos metálicos. Nós somos, escreve Ted Polhemus, a *customized ape*: o macaco aparelhado, revestido (Polhemus, 1997: 165). O corpo moderno que obedece à moda concretiza na perfeição o prazer do efémero que está no centro do modernismo. Ou, por outras palavras, o problema-chave da era moderna consiste em manter e promover a ficção do progresso: devir-humano, devir-corpo, devir-imortal. Se a moda é a re-presentação do corpo presente, encarnado, tem parecido a alguns críticos da cibercultura, a Virilio nomeadamente, que os corpos maquínicos são desencarnados. Vejamos o caso da hiperficção mais bem conseguida e já clássica que é *Patchwork Girl* de Shelley Jackson (1995). Esta realização hipertextual faz parte daquilo a que se chama “Archival narratives”, histórias que o leitor reconstrói, não

por percursos aleatórios através de uma rede mas por consulta de uma base de dados bem organizados (Ryan, 2006: 190). É difícil encontrar obra que mais radicalmente desconstrua essa totalidade em autofuncionamento que é o corpo e aquilo a que chamamos identidade. Cada parte do corpo tem laços com histórias esquecidas de todas as mulheres (mais um homem e uma vaca) que contribuíram para a criação do monstro:

My parts bobbed in changing patterns in a warm reddish slurry of bathwater and blood. Elsie was immersed in me, surrounded by fragments, but somehow she held me. I was gathered together loosely in her attention in a way that was all in pieces, yet not apart. I felt permitted. I began to invent something new: a way to hang together without pretending I was whole. Something between higgledy-piggledy and eternal sphere.

O mito do aprendiz de feiticeiro ou da criatura do Dr. Frankenstein estão associados a qualquer fabricação técnica. O gesto técnico opera sempre sob os auspícios das consequências inesperadas da acção: nunca se prevêem exactamente as consequências desse gesto. Aparecerão sempre, a meio do caminho – é o que diz a figura do labirinto –, “dificuldades”, “problemas técnicos”. A ciência, que se tornou tecnociência, explora os possíveis e realiza-os sob forma de *ficções no sentido em que qualquer artefacto está ligado à ficção*: torna-se deste modo uma ciência-ficção já não guiada por um critério de verdade caída do céu das ideias, isto é dos modelos que as essências formavam no platonismo”, escreve B. Stiegler (2005: 122). Os filmes de Cronenberg (*Videodrome*, *Existenz*) ilustram bem o ambiente em que se alucina o pós-humano e em que se coloca sobretudo a questão do controlo do vivente e a questão do mental e do espírito.

Nós não sabemos o que é um corpo ou o que pode um corpo. Há um novo conceito de corpo ainda em vias de definição que se manifesta em âmbitos diversos: da produção artística ao cinema, à literatura. O exemplo mais significativo vem-nos da artista francesa Orlan que põe em cena o seu próprio corpo e a possibilidade da sua transformação. Como fazem as artes para prefigurar novas concepções, inéditas configurações do sentido? As artes têm uma qualidade experimental, são experimentações conceptuais; mas são também experimentações conceptuais conduzidas com o próprio corpo. Orlan é um exemplo porque as novas tecnologias permitem transplantes inusitados. A arte não tem privilégio se não está imersa num grande sistema de transformação, se o corpo cria a possibilidade de se tornar sempre mais sensível às diferenças significativas: a arte é esta grande experiência. É evidente que o corpo é corpo sensível no sentido em que o corpo é aquilo que permite agir sobre outros. E por isso é também um corpo que padece, que sente e percebe toda a diferença valorizada do mundo e dos outros. O corpo é o lugar da paixão, que percebe sempre na direcção do prazer ou do desprazer. O corpo é estesia: não se limita a uma percepção cognitiva: cada percepção é “agrada-me” ou “desagrada-me”, é atractiva ou repulsiva. Quer isto dizer que o corpo não é idêntico à sua configuração física de imediata visibilidade, porque, se pensarmos o corpo como lugar dos sentidos e mais ainda do sentido, temos, por assim dizer, diversos “Eu pele”. Ora, não é a pele o lugar que limita a carne, que a delimita? E não é ao

mesmo tempo o modelo de diversos tipos de invólucros que a circundam, diversos sob a base de diversos sentidos?

Passa-se com o corpo o mesmo que com aquilo que Marx chamou a mercadoria. Nós não sabemos o que é um corpo. O corpo já não é o elemento natural, a aparência certa, que durante milénios a civilização conheceu, mas um produto de laboratório, reunido com partes reconstruídas artificialmente. Se todo o paradigma da sensibilidade mudou, não mudou também a tactilidade que deixou de ser o sentido orgânico do tocar? Não fica apenas a contiguidade epidérmica do olho e da imagem, logo o fim da distância estética do olhar? O celibato da máquina arrasta consigo o celibato do homem telemático. A máquina (o ecrã interactivo) transforma o processo de comunicação num processo de comutação, i. e., de reversibilidade do mesmo ao mesmo. Onde está a liberdade em tudo isto? A compulsão virtual é a de existir em potência em todos os ecrãs, como uma exigência mágica. Não há opção, decisão final. Toda a decisão em matéria de rede, de ecrã, de informação é serial, parcial, fractal. A estrutura de todos estes gestos, diz Baudrillard, é quântica: é um conjunto aleatório de decisões punctiformes. E o fascínio de tudo isto vem da vertigem dessa caixa preta, dessa incerteza que acaba com a nossa liberdade. Sou um homem ou uma máquina? O trabalhador na sua relação com as máquinas tradicionais sabe-o sem ambiguidade. Ele é sempre estranho à máquina, alienado por ela. É um homem alienado. As novas tecnologias, as novas máquinas, as novas máquinas não me alienam. Formam comigo um circuito integrado. São lentes de contacto, próteses transparentes como integradas no corpo até fazerem parte dele, como os simuladores cardíacos ou o famoso “papoula” de K. Dick, pequeno implante enxertado nos corpos à nascença e que serve de sinal de alarme biológico.

Coda

A revolução é o comunismo; mais a electrónica, seria preciso acrescentar hoje. Aproxima-se o tempo em que tudo se conta em narrativas múltiplas; a natureza será abolida quando a manipulação genética atingir o seu auge. A cultura constituiu-se em sistema de defesa contra a técnica. Como uma defesa do homem, supondo que os objectos técnicos não contêm realidade humana. Ora, a cultura ignora na realidade técnica uma realidade humana, devendo por isso incorporar os seres técnicos sob forma de conhecimento e de sentido dos valores. A oposição entre a cultura e a técnica, homem e máquina é falsa: «le misonéisme oriente contre les machines n'est pas tant haine du nouveau que refus de la réalité étrangère» (Simondon, 1969: 9). Não podemos ver na técnica apenas a ideia de simples instrumentos ou meios. Uma faca sobre a mesa não é só uma faca, como no-lo faz ver Gibson (1986). Tudo está naquilo que em semiótica se denomina o *fazer fazer*.

Tudo está a mudar. A arte anatómica para o milénio já foi feita refém pelos artistas da Internet e as imagens virtuais do futuro são as anatomias dos ciborgues (Petherbridge). A intervenção sobre o corpo como um objecto de design, ou um corpo

ciborgue, anuncia uma nova configuração do humano. O imaginário ciborgue mistura tudo. O fantasma da clonagem é omnipresente. Como omnipresente é a ideia de manipulação genética, de modificação. Os verdadeiros problemas de hoje dizem respeito ao genoma humano ou aos organismos geneticamente modificados, à identidade sexual e às novas formas de viver em comum, à clonagem ou à regulação das telecomunicações, à igualdade de acesso ou aos problemas das indústrias dos conteúdos. Uma nova ecologia política está a nascer. A Internet, o genoma, a clonagem, a globalização, contradizem mais do que nunca a sabedoria do *Eclesiastes*. Aquilo que um antigo grego via como nascimento (*physis*) transformou-se em produção (*criação técnica*). A experiência está a ser redefinida pela tecnociência. As tecnologias estão a colonizar o corpo através de implantes. A noção de corpo pós-humano não é apenas uma fantasia da arte contemporânea (ciberarte). Entramos em plena ciberantropologia da desencarnação, na procura de uma realidade pós-humana através dos recursos da tecnociência. Tudo está a mudar – a ficção científica, a ciberarte anunciam as transformações que essa mudança arrasta: seremos os mesmos sendo colonizados por um outro sem nome e sem rosto? Estará o fantasma a ocupar lugar do pensamento?

Referências bibliográficas

- Bártolo, José M. (2006), *O corpo tecnológico. Uma abordagem intersemiótica*, Dissertação de doutoramento em Ciências da Comunicação, Lisboa.
- Bártolo, J. M. (2002), “O lugar dos cyborgs: da alegoria ao projecto” in AAVV, *As transformações da experiência*, Cadernos ISTA, n.º 13.
- Bukatmam, Scott (1993), *Terminal Identity. The Virtual Subject in Post-Modern Science Fiction*, Duke University Press, Durham and London.
- Couchot, E., Tramus, M. H. e Bret, M. (2003), «A segunda interactividade. Em direcção a novas práticas artísticas», in *Arte e vida no século XXI*, (org.) Diana Domingues, UNESP.
- Elias, Herlander (1999), *Cyberpunk. Ficção e Contemporaneidade*, edição de autor.
- Gibson, J. G. (1986), *The Ecological Approach to Visual Perception*, London: Laerence Erlaum Associates.
- Haraway, Donna (1991), “A cyborg manifesto”, in *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*, Routledge, New York.
- Haraway, Donna (1992), “The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Innappropriated Others”, in Lawrence Grosberg, Cary Nelson, and Paula Treichler, eds., *Cultural Studies*, New York and London: Routledge.
- Hayles, N. Katherine (2000), “Flickering Connectivities in Shelley Jackson’s Patchwork Girl: The Importance of Media-Specific Analysis.” *Postmodern Culture* 10 (2).
- Hayles, N. Katherine (1998), *How We Became Posthuman: Virtual Bodies in Cybernetics, Literature, and Informatics*, Chicago: University of Chicago Press.
- Malina, Debra (2002) *Breaking the Frame: Metalepsis and the Construction of the Subject*, Columbus: Ohio State University Press.
- Mattelart, A. (1991), *La Communication-monde. Histoire des idées et des stratégies*, Paris: La découverte.
- Polhemus, Ted (1997), “Corporéalités”, in *era press hors série* n.º 18.
- Reichler, Paula (1988), “AIDS, Homophobia, and Biomedical Discourse: An Epidemic of Signification”, in Douglas Crimp, ed., *AIDS: Cultural Analysis/Cultural Activism*, Cambridge, MA: MIT Press.

- Ryan, Marie-Laure (2006), *Avatars of Story*, University of Minnesota Press.
- Serres, Michel (1985), *Les Cinq senses*, Paris. Grasset.
- Simondon, Gilbert (1969), *Du mode d'existence des objets techniques*, Aubier: Montaigne.
- Stiegler, Bernard (2005), *De la misère symbolique. 2. La catastrophe du sensible*, Paris: Galilée.
- Stiegler, Bernard (2005), *Philosopher par accident*, Paris: Galilée.
- Smith, Sean Aylward (1999), "Where Does the Body End?" *M/C: A Journal of Media and Culture* 2.3, 1999, 22 July.
- Turing, A. M. (1950), "Computing machinery and intelligence" *Mind, A Quarterly Review of Psychology and Philosophy*, vol. LIX, n.º 236, October.
- Turkle, S. (1995), *Life on the Screen. Identity in the Age of the Internet*, New York: Touchstone.
- Turkle, Sherry (1995), *Life on the Screen. Identity in the Age of the Internet*, New York: Simon & Schuster.
- Weinstone, Ann (2004), *Avatar Bodies: A Tantra for Posthumanism*, Minneapolis: University of Minnesota Press.

Espaço, *media* e experiência. Na era do espaço virtual e do tempo real

Maria Teresa Cruz*

Resumo

As transformações da experiência, que a modernidade pensava fundamentalmente no tempo (como história, revolução e progresso), pensa-as a contemporaneidade numa relação intrínseca com o espaço. Na sociedade e na cultura em que as tecnologias da informação se tornam numa mediação generalizada da experiência, crescem de facto as alusões a uma relação fundamental com o espaço (mundialização, globalização, espaço virtual, telepresença). Esta reflexão interrogará a relação entre espaço, experiência e mediação, que encontra na nossa cultura outros momentos de grande significação histórica e cultural, como foram os da invenção da escrita ou ainda da perspectiva, que são também, a seu modo, reinvenções do espaço e agentes de uma espacialização da cultura. Mas nunca como hoje esse movimento fez vacilar de igual modo a nossa ideia de experiência e de realidade.

Palavras-chave: *media*, espaço, tempo, experiência, experimentação

1. Espaço e tempo

Sempre que estão em causa transformações profundas das formas de entender o espaço e o tempo, sabemos que estarão em curso também transformações profundas da experiência humana, ainda que estas noções nos pareçam demasiado abstractas e distantes do aqui e agora em que a vida realmente se cumpre. Na verdade, é sempre da experiência humana na sua finitude terrena que falamos quando falamos do espaço ou do tempo, pois a infinitude e a eternidade só as imaginamos como um privilégio dos deuses ou como um atributo do Cosmos. Espaço e tempo são condições da nossa percepção, cognição e acção no mundo, fora das quais não parece possível qualquer descrição e realização da vida. Há pois alguma estranheza em separá-las ou em privilegiar uma em

* Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Universidade Nova de Lisboa. teresacruz@netcabo.pt

detrimento da outra, mesmo que por exigências analíticas. Cem anos após a intuição da teoria da relatividade por Einstein¹, que enunciou precisamente a necessidade de pensar em profunda relação o espaço e o tempo (ou o “*continuum* espaço-tempo”, como dizia Einstein), a centralidade do espaço acabaria no entanto por sobressair; tal como na própria visão física e cosmológica de Einstein, o tempo não é senão mais uma das dimensões do espaço. Na Física como na Filosofia, a nossa era inclina-se de facto a pensar e a problematizar privilegiadamente o espaço, ao mesmo tempo que fala de uma espécie de usura ou de *fim da história*.

As muitas indicações que a contemporaneidade dá desta prioridade problemática do espaço tornam-se tanto mais instigantes quanto a modernidade parece ter decorrido, por sua vez, sob o signo do tempo. A transformação da experiência, que a modernidade pensava radicalmente no tempo (como história, revolução e progresso), pensa-a a contemporaneidade numa relação intrínseca com o espaço, em ideias como *mundialização*, *globalização*, *telepresença*, etc... termos que parecem abalar tão fortemente o dado e o existente, como o abalavam as velhas ideias de revolução ou de progresso. De facto, à medida que crescem as alusões a esta relação fundamental com o espaço, crescem também as alusões a uma crise da noção de realidade (invocada em termos como *desrealização*, *artefactualidade* ou *simulação*). Se a era da temporalidade e da história é, necessariamente, uma era da experiência e da consciência do quanto ela pode transformar as coisas e a vida, o momento actual, neste seu centramento no espaço, não nos propõe uma menor investida no mundo. Na verdade, ele parece conter uma espécie de radicalização do sentido da experiência, nomeadamente da relação ambivalente que toda a experiência mantém com o novo e com o adquirido. A experiência é, para os modernos, não apenas a valorização e a sedimentação do adquirido, mas a abertura de uma ontologia dos possíveis e, também por isso, um tempo de realização e de acontecimento. Quanto ao contemporâneo *fim da história*, em que não se espera já a revolução ou o acontecimento, e em que se tornou mesmo difícil imaginá-lo, sonhá-lo e projectá-lo, nunca se terá falado tanto em possíveis, com o quase sentimento de que é possível eliminar o próprio impossível. A era em que tudo parece ser possível, sem sabermos bem o que esperar, é certamente uma era de profunda transformação da ideia de experiência e da ontologia dos possíveis que a funda, com implicações maiores no que entendemos por realidade.

As últimas décadas trouxeram ao debate filosófico e intelectual inúmeros sintomas disto mesmo e a intuição muito generalizada de uma espécie de radicalização ou quase inversão desta ontologia, mediante a qual o possível deixaria de ser uma modalidade do real (aquela que não está ou não está ainda realizada), para ser o real uma modalidade do possível. A História apresenta-se assim enigmática, por mais congeminações que façamos sobre o futuro, sem ordenação relativamente a um acontecimento ou teleologia, ao mesmo tempo que sugere, nesse deserto de fins, uma vasta planície de

¹ Em 1905 Einstein publica três ensaios seminais respeitantes à Teoria da Relatividade, entre os quais o ensaio hoje conhecido como aquele que apresenta a «Teoria Especial da Relatividade».

possibilidades, uma *land of opportunity*, como *sonho americano* que provavelmente é, se é ainda o sonho ou a conspiração de alguém. Um enorme *espaço* de virtualidades é, na verdade, o que nos oferecem os *tempos*, importando compreender a que experiência nos destinamos nesta aventura em que as possibilidades e as promessas da história parecem explanar-se em virtualidade e espaço.

Pensar privilegiadamente o tempo ou pensar privilegiadamente o espaço indicam pois modos maiores da consciência que temos da nossa experiência. Pensar privilegiadamente aquilo que se expressa no tempo implica que cada momento conta e pertence à natureza mesma daquilo que a realidade é ou daquilo em que se torna. Tal era o pensamento dominante no século XIX, a que Hegel deu expressão máxima, e na qual baseou o seu idealismo e a hipótese de uma coincidência plena entre o espírito e a História:

A verdadeira realidade é meramente este processo de afirmação da identidade. (...) Ela é o processo do seu próprio devir. É essencialmente um resultado, que só no final é aquilo que é, em toda a sua verdade, e só nisso consiste a sua natureza, – que é a de ser actual, sujeito, ou tornar-se si mesmo, autodesenvolvimento.²

Pensar privilegiadamente o espaço é, por sua vez, e ainda segundo Hegel, pensar a identidade do existente com base na coexistência de simultaneidades. Pensa-se neste caso como real aquilo que é unificado por um mesmo espaço de apresentação, descrevendo a sua objectividade como independente daquela outra ideia de que algo só pode apresentar o que plenamente é na sua também plena expressão no tempo. O pensamento da realidade que toma por base o espaço foi porém aquele que acabou por se tornar dominante no século XX, em virtude do modelo de conhecimento científico, como aliás Hegel (e outros) antecipavam já criticamente. No mesmo *Prefácio à Fenomenologia*, as noções de tempo e de espaço são opostas por Hegel para opor também filosofia, por um lado, e conhecimento científico e matemático, por outro. Trata-se nesta oposição de mostrar que o conhecimento científico e matemático procede a uma mera apreensão exterior do seu objecto, ignorando o seu conteúdo específico (essencial), em proveito da pura espacialização e quantificação. Tal forma de conhecer é, segundo Hegel, estranha ao próprio conceito ou à possibilidade de definir as coisas, pois que a ela escapa o processo vivo pelo qual estas chegam a ser o que são. «A substância que fornece à matemática esses aclamados tesouros de verdade», diz ironicamente Hegel, «consiste no espaço e na unidade numérica. O espaço é essa espécie de existência em que a noção concreta inscreve a diversidade que a contém, tal como num elemento vazio e sem vida, no qual as suas diferenças subsistem numa forma passiva e também desprovida de vida. Aquilo que é concretamente actual não é espacial», quer dizer, uma coisa não é actual «sem que algo tenha primeiro conduzido ao que se segue e sem que uma conexão necessária tenha desse modo emergido da natureza da própria coisa». Aquilo que é meramente espacial é pois «incapaz de lidar com essa pura

² Hegel. «On Scientific Knowledge», Prefácio a *The Phenomenology of Mind* (1807), NY: Harper & Row, 1967, § 17.

irrequietude da vida e com o seu absoluto e inerente processo de diferenciação»³. Esta insistência na ideia de espacialização como produção de uma «*unidade sem vida*», onde apenas o cálculo permite estabelecer ligações e um simulacro de aparência de realidade, intui no entanto, criticamente, a reivindicação contrária, a qual nos é cada vez mais familiar: a ideia de que o espaço, concebido como um solo matemático, é aquele que melhor pode servir o conhecimento da realidade e até da vida, mapeá-la, como dizemos hoje, a respeito do macro e do microcosmos e também do próprio *bios*.

O pensamento moderno, e não apenas o de Hegel, foi resistindo porém a este encerramento da verdade e da vida no espaço. Também a crítica que Husserl dirigirá mais tarde às ciências do seu tempo, na *Krisis*, tem pontos em comum com a de Hegel, afirmando igualmente a descrença quanto à possibilidade de a ciência – que tem por base a geometria moderna como sistema de valores posicionais, o cálculo matemático e os símbolos algébricos – poder verdadeiramente compreender a fenomenalidade, enraizada no *mundo da vida*, isto é, enraizada na dinâmica da experiência. Ainda que o conhecimento tecnomatemático pareça apto a intervir profundamente no mundo, dando mostras da sua capacidade de dominação, Husserl vê-o como «artificial» (*künstlich*), ou como uma «mera arte» («*eine blossse Kunst*», diz ele), da qual só pode resultar precisamente artifício, e não descrição ou conhecimento verdadeiro. O que Husserl pode já antecipar, melhor do que Hegel, é que esta é a forma de um conhecimento propriamente técnico que se propõe, nesse espaço laboratorial em que a ciência se tornou, descrever os fenómenos por meio de fórmulas aptas a *produzi-los*, anunciando assim a nova ontologia dos possíveis.

Este subterrâneo processo de espacialização da experiência, que se foi atravessando no caminho da filosofia da história, inicia-se porém bem cedo na história da cultura humana. Na realidade, ele está em marcha desde a emergência das primeiras mediações e dos primeiros gestos simbólicos e técnicos. A primeira preocupação destas mediações e destes gestos é a relação com o meio circundante, e as suas consequências últimas a transformação desse meio em espaço habitável e controlável, conforme repetidamente nos tem dito a Antropologia. Nas palavras de Canguilhem:

A experiência é, em primeiro lugar, a função geral de todo o ser vivo, enquanto o seu debate com o meio. O homem faz antes de mais experiência da actividade biológica através das suas relações de adaptação técnica ao meio ambiente, e esta técnica é heteropoiética, tomando como referência o exterior e recolhendo aí os seus meios ou os meios dos seus meios. (Canguilhem, 1946: 23).

Esta curiosa ambivalência entre meio ambiente e meios da sua transformação e adaptação indica precisamente a centralidade da relação entre cultura, espaço e *medium*, a qual estende a ligação primordial, e continuamente trabalhada, entre ser vivo e meio envolvente. O meio envolvente é ele próprio o *medium* no qual a vida humana tem que ser possível desde o seu primeiro momento. Todos os *media* subse-

³ Hegel «On Scientific Knowledge», Prefácio a *The Phenomenology of Mind* (1807), NY: Harper & Row, 1967, § 45 e 46.

quentes, crescentemente artificiais, são ainda *media* para que o humano prossiga a sua história, adaptando e reinventando o seu meio envolvente. Não surpreende pois que a história da cultura humana se possa em muito fazer através da história dos seus *media* e que estes explicitem crescentemente, nesse processo, o seu devir espaço. Da invenção do alfabeto e da escrita até à do ciberespaço, os *media* expressam, talvez, todos eles, a reinvenção do meio ambiente em espaço artificial de experiência.

2. Espaço e *media*

A relação entre espaço e *medium* é pois central, não apenas pelas transformações radicais que introduzimos no nosso meio ambiente (a Terra), povoando-o de novas coisas, constituindo comunidades e edificando cidades, mas também porque esta nossa forma de vida faz crescer as mediações que nos distanciam, não apenas da terra, mas do próprio asfalto das cidades, fazendo com que, cada vez mais, uma parte importante das nossas experiências, reais e imaginárias, nos façam atravessar ou habitar, mesmo que momentaneamente, outros espaços: lendo um livro, estando ao telefone, indo ao cinema, vendo televisão, acedendo a uma rede de computadores, etc... A presença das mediações, que cresceu com as formas de desenvolvimento das nossas sociedades e da nossa cultura distanciou-nos pois da terra e ofereceu-nos o espaço (nomeadamente sideral, fazendo-nos literalmente viajar para além do planeta). Há pois uma afinidade essencial entre *media* e espaço, entre o crescimento das mediações, o crescimento da experiência mediada e a problemática do espaço. A Terra era vasta, misteriosa e desconhecida; foi necessário imaginá-la, mapeá-la e descrevê-la. Mas ela era também, de certa forma, algo de familiar, aquilo sobre o qual pousávamos os nossos corpos, também eles de barro (nas mais antigas cosmovisões). A ideia de espaço, por sua vez, é abstracta, categorial e, no discurso comum, cada vez mais vaga, servindo para falar de quase tudo⁴, como se tudo estivesse a devir espaço, isto é, *medium* de uma experiência crescentemente desenraizada da Terra e, também por isso, crescentemente artificial.

Não surpreende por isso que a teoria dos *media* seja hoje pródiga em alusões ao espaço em alguns dos seus conceitos centrais: *espaço virtual*, *ciberespaço*, *espaço dos fluxos*, *sites e moradas electrónicas*; ou ainda em equações como *contracção do espaço*, *rizomatização do espaço*, *desterritorialização* e *nomadização*; e também na descrição dos nossos gestos – *navegar* nas redes de informação, *visitar* espaços virtuais, *entrar* e *sair* de bases de dados. Na verdade, a linguagem já nos tinha há muito arrancado ao puro contacto directo com as coisas para nos lançar na geografia dos nomes, nas latitudes da escrita e da página impressa e no *espaço literário*, tal como a cultura visual nos lançou também no *espaço perspectivo* da proporção e do número, redesenhando a fenomenalidade do mundo. Nada dessa história se perdeu em virtude dos novos *media*

⁴ «Positive space, negative space, Baroque space, Modern space, urban space, domestic space, architectural space, urban space, pictorial space, abstract space, inner space and outer space, secular and sacred space, phase space, parameter space, color space, psychological space, auditory, tactile, personal, and social space... what are the adjectives qualifying exactly? No one knows. Thinking about the problem has vexed philosophers since Plato.» (Benedikt, 1993)

ou do novo *medium* que é o computador. Pelo contrário, ele parece reuni-la por inteiro e fazê-la culminar nos ambientes hipertextuais e hipermedia e nas gráficas computacionais que surgem nos nossos ecrãs. O computador e a informação parecem ser de facto o espaço onde todos os meios anteriores se reúnem numa espécie de hiperespaço de experiência. Os novos *media* prolongam e radicalizam pois um longo processo de espacialização da cultura que está desde sempre presente na história dos *media*.

Platão referia-se já à escrita como a colocação da vida numa espécie de *quadro*, o qual afastaria decisivamente a palavra da sua ligação à presença, à voz e também à memória e à rememoração, características de uma cultura oral, que habita necessariamente o tempo. A escrita iniciaria assim uma das inflexões mais decisivas no sentido da espacialização da cultura. Os seus *quadros* são antes de mais, na sua materialidade, o dos papiros, dos códices e dos livros, nos quais viemos a idealizar depois *mundos* literários. Com a modernidade, este espaço torna-se o de uma complexa *rede de discursos*⁵ a que os *media* modernos vêm fornecer uma consistência crescentemente técnica, desde logo com o advento da imprensa e das práticas massificadas de escrita e de leitura a que ela deu lugar.

Mas a afinidade da escrita com o espaço é na verdade bem mais antiga do que tudo isto e as suas raízes encontram-se, em última análise, na álgebra, na geometria e na invenção dos símbolos que a permitiram. Na origem da escrita alfabética está um conjunto de necessidades ligadas à astronomia, aos diagramas e aos símbolos geométricos e também à simbolização e notação do valor de troca. Para responder a estas necessidades foram sendo precisos símbolos crescentemente abstractos e afastados dos pictogramas ou ideogramas de que algumas das primeiras escritas se socorreram⁶. A descoberta de grandes quantidades de placas sumérias (do III milénio a.C.), com a inscrição desse tipo de símbolos abstractos, destinadas a facilitar as transacções – a que Kerckhove chama o “dinheiro dos Flintstones” –, comprova esta afinidade. Os acadianos (da baixa Mesopotâmia) fazem depois uma adaptação destes símbolos à sua linguagem, não já como representações de ideias ou de imagens simplificadas, mas sim como representações de sons, inventando o primeiro e rudimentar silabário que influenciou fortemente o primeiro alfabeto fonético – o fenício – e posteriormente o alfabeto greco-romano.

A invenção do alfabeto fonético, do tipo, e mais tarde do tipo móvel (existente na China desde o século VIII) que veio a revolucionar o espaço da escrita na Europa de Gutenberg, juntamente com a invenção do papel, é todo um conjunto de elementos materiais e técnicos decisivos no desenvolvimento do *medium* da escrita alfabética e da sua constituição como um conjunto de «elementos abstractos e espaciais» (Derrida,

⁵ Esta expressão pode traduzir a noção de «Aufschreibsystem» com que Friedrich Kittler se refere aos meios de organização do discurso, através de práticas de escrita e de leitura, que vão do alfabeto às linguagens de programação, passando pela própria literatura (Kittler, 1990).

⁶ Darren Tofts e Murray McKeich, dizem, em *Memory Traces. A pre-history of Cyberspace* (1998), a respeito da origem dos símbolos da escrita, que os «pictographic and ideographic systems of writing are only a more spectacular instance of the geometric nature of all writing signs» (p. 47).

1981: 139). O alfabeto fonético não imita os sons, antes os transpõe para uma álgebra simbólica. Nas palavras de Ong, ele «reduz a dinâmica do som a um espaço silencioso» (Ong, cit. por Tofts e McKeich, 1998: 48) que é, na verdade, um espaço visual, ideia em que McLuhan tanto insiste na *Galáxia de Gutenberg*⁷. Esta transferência da palavra, de um espaço acústico para um espaço visual, implica um «realinhamento drástico do nosso sistema perceptivo e da nossa forma de consciência e conhecimento do mundo» (Tofts e McKeich, 1998: 43-57), até porque, como bem mostra McLuhan, a expressão oral corresponde a um complexo uso simultâneo de todos os sentidos, reduzidos depois, com a escrita, à visualidade. A invenção da tipografia, diz ainda McLuhan, ao causar «a manipulação em grande escala de palavras no espaço deu vigor novo à tendência de utilizar a lógica e a dialética de maneira quantitativa» (McLuhan, 1962: 221). A tecnologização da palavra, mediante a sua espacialização e algebrização, corresponde assim também a uma nova “geografia mental”, a uma “tecnologização da consciência” ou a “um novo aparato mental” que Havelock designou como *abecedarium*. Neste sentido, dizem ainda os autores de *Memory Traces. A pre-history of Cyberspace*: «a literacia alfabética é em todos os aspectos tão abstracta como a literacia matemática ou aritmética, teoricamente indiferente a qualquer das línguas faladas que é chamada a servir»; ou ainda, dizem os mesmos autores, «o código ASCII⁸ é para o mundo digital o que o alfabeto é para a literacia». A literacia representaria assim um compromisso em «habitar um regime mais elevado e extenso de abstracção sistemática, um espaço de constante abstracção da experiência do mundo mais imediata, aquela que fazemos em primeira-mão» (Tofts e McKeich, 1998: 50).

Hoje, são muitos os que reconhecem esta plena caracterização da palavra escrita como *medium* que também ela é; mais ainda, são muitos os que vêem nela um dos momentos fundamentais da afinidade entre mediatização, espacialização e matematização, a mesma afinidade que está na base dos novos *media* e da produção de um ciberespaço. Cada *medium* tem certamente «propriedades particulares e incide sobre os nossos sentidos (...) de modo também particular», diz McLuhan, mas, no seu conjunto, acrescenta, eles não são senão «uma variedade de formas espaciais» (McLuhan, 1962: 76).

Na invenção da perspectiva plana do Renascimento, poderíamos encontrar um novo exemplo do que resumidamente encontramos já na escrita, e um exemplo ainda mais literal: a constituição de um novo espaço, fundado em leis geométricas e matemáticas, que se instalaria agora para mediar, não a experiência da voz e da escuta, mas a experiência visual, fazendo-a ascender a um grau de elevada abstracção e sistematização. Inspirada na óptica do seu tempo, também ela procedeu a uma operação de

⁷ «A invenção do alfabeto, à semelhança da invenção da roda, foi a primeira tradução ou redução de um complexo orgânico, intercâmbio de espaços num único espaço. O alfabeto fonético reduziu o uso simultâneo de todos os sentidos, que é a expressão oral, a um simples código visual. Hoje pode efectuar-se essa espécie de translação numa ou noutra direcção, através de uma variedade de formas espaciais, as quais chamamos de *media*, ou meios de comunicação, mas cada uma dessas formas de espaço tem propriedades particulares e incide sobre os nossos sentidos ou espaços de modo também particular» (McLuhan, 1962: 76).

⁸ ASCII – American Standard Code for Information Interchange (Tabela de Representação Numérica de Caracteres).

tradução ou de abstractização dessa experiência visual, constituindo-se em dispositivo óptico e também em *forma simbólica*, conforme Panofsky celeberramente estabeleceu na sua obra sobre a perspectiva plana do Renascimento (Panofsky, 1976). Este novo espaço simbólico funda-se, em última análise, na construção de um espaço geométrico e matemático, segundo uma certa técnica de representação. O *De Pictura*, de Alberti, é a este título inteiramente esclarecedor. Representar em perspectiva é projectar um conjunto espacial percebido no plano do quadro. Pintar em perspectiva é passar do mundo ao quadro – à topologia, à relação abstracta e à matematização.

Mas talvez o mais interessante seja constatar o quanto a perspectiva, apesar de praticamente ausente da arte de hoje, permanece absolutamente presente e relevante nos *media* modernos e contemporâneos (na fotografia, no cinema e também nas gráficas computacionais 3D, invadindo as mais sofisticadas interfaces das tecnologias de simulação, dos jogos de computador e dos sistemas de realidade virtual). Estes *media* modernos e contemporâneos procedem de facto, todos eles, por diversas formas, a uma automação da função da visão que se iniciou com o Renascimento, e esta, por sua vez, exige a «captura da identidade de objectos e de espaços individuais pelo registo de distâncias e formas», isto é, exige um «mapeamento do espaço» (Manovich, 1993). Ou seja, a cultura visual moderna procede, toda ela, de uma abstractização generalizada da visão, que Lev Manovich pensa como um «mapeamento do espaço» e, ainda, como um «nominalismo visual», na medida em que a função visual passa a ser nestes casos substituída por uma descrição puramente posicional que nada tem de óptico.

O exemplo mais elucidativo desta tese, na sua aplicabilidade às imagens técnicas modernas, aquele a que mais directamente devemos fazer remontar as novas imagens é o do radar, enquanto possibilidade de um *ver sem olhos* (que também Virilio sublinha na sua análise da «logística da percepção» (Virilio, 1984), na medida em que tudo o que o radar *vê e dá a ver*, ou melhor, captura e reproduz, «são as posições de objectos sob a forma de coordenadas de pontos no espaço, pontos que, como diz ainda Manovich, podem corresponder a submarinos, aviões, pássaros ou mísseis» (Manovich, 1993)). Esta «virtualização da óptica»⁹ radicaliza-se com a imagem digital e as gráficas computacionais, isto é, com o carácter discreto e puramente numérico de cada um dos pontos destas novas imagens (os *pixels*). E a origem da era algorítmica da imagem é, também para Kittler, o radar e a ultrapassagem das leis da óptica pela «pura lógica algébrica»:

Não se trata pois de como os computadores simulam a percepção óptica, mas sim de como a iludem (...). Eles iludem o olho, (...) com a aparência de uma imagem quando, na verdade, o conjunto de pixels e a sua acessibilidade discreta possui antes a estrutura de um texto composto por letras soeitráveis. Por isso, e só por isso, não constitui problema fazer conviver nos monitores dos computadores um modo textual e um modo gráfico. (Kittler, 1998)

⁹ A expressão é de Friedrich Kittler, num ensaio (coincidente em muito com o ponto de vista expresso no artigo acima citado de Lev Manovich), "Computergraphik. Eine halbtechnische Einführung", 1998 [<http://www.hydra.umn.edu/kittler/graphik.html>]

A geração computacional de uma imagem perspectiva, nomeadamente a partir de uma câmara virtual, a sua manipulação interactiva em tempo real e a sua utilização em simulações sofisticadas (tais como as dos simuladores de voo) exigiram gradualmente o transporte de gráficas 3-D para o próprio hardware, transformando-se cada algoritmo num *chip* específico do computador. Esta possibilidade, que recebeu a designação de “geometry engine” (Manovich, 1993) e que se tornou grandemente responsável pela modelação simbólica e visual do ciberespaço, expressa bem a importância da relação entre espacialização, geometrização e matematização que a perspectiva pela primeira vez explicitou.

2. Espaço, ciberespaço e experiência

A contemporaneidade está em muito centrada em operações de espaço. Operações de estruturação do espaço físico, tornadas imprescindíveis pelo extraordinário crescimento das nossas cidades, mas também operações virtuais de “dissolução” e de “produção de espaço”¹⁰, contraindo-o e expandindo-o através das novas tecnologias da comunicação e da informação (das telecomunicações, das redes de informação e das tecnologias de simulação). A arquitectura, enquanto espaciologia, tornou-se assim, nos dias de hoje, uma espécie de disciplina fundamental. Na verdade, há muito que a arquitectura tradicional se confronta com problemas cada vez mais abstractos e amplos: não apenas acomodar fisicamente pessoas, coisas e funcionalidades, mas também fluxos, ritmos, riscos, previsões, etc., isto é, elementos que são apenas informação, mas que influenciam profundamente a concepção de um dado espaço. Por outro lado, no âmbito da experiência virtual, trata-se de materializar espaços que possam acomodar as nossas acções e encaminhar os nossos gestos, apelando aos princípios primeiros da arquitectura – os de abrigar, edificar e tornar possível o habitar, ainda que nesse território fluido que é o da mera informação. Por isso as tarefas de programação e de *design* de interfaces se assemelham cada vez mais às de uma arquitectónica, falando-se hoje comumente numa *arquitectura da informação* para identificar esse vasto domínio de novas tarefas de gestão da informação.

Os problemas relativos ao espaço real e ao espaço virtual fundem-se assim, em grande medida, num conjunto de preocupações globais que obrigam a relacionar espaço e informação. Do espaço terrestre ao espaço sideral (intensamente mapeado por satélites e redes de informação), ao bios e ao corpo (exaustivamente representados por tecnologias digitais e mapeados enquanto estrutura genética ou puro código) – é o conjunto do mundo e da realidade humana que se encontra de facto totalmente transformado em mapa ou informação espacializada na sequência do surgimento do computador como *medium* “universal”¹¹ ou “meta-*medium*”¹², no qual a possibilidade de

¹⁰ As expressões são ambas de Mikel Benedikt, autor e editor de *Cyberspace: First Steps*, Cambridge MA: MIT Press, 1991.

¹¹ Segundo a ambição primeiro expressa por Turing.

¹² Na terminologia de Lev Manovich. Veja-se em especial: *Understanding Meta-media* (2005).

programação ou *software*, «nos permite remapear velhos *media* em novas estruturas» e fornecer-lhes ao mesmo tempo novas propriedades.

Cerca de cem anos após o contexto verdadeiramente multimedial dos primeiros *media* comunicacionais modernos (imprensa, fotografia, gramofone e cinema), em que cada *medium* retomava mais especificamente certas dimensões qualitativas da experiência (sonoridade, visibilidade e movimento), o computador reúne todas elas, proporcionando um ambiente de experiência unificado. Graças à possibilidade de representar de modo discreto e extremamente abstracto os diversos conteúdos da comunicação, estes necessitam agora de um único *medium*. Resulta daqui uma perda de especificidade dos fenómenos comunicacionais que conheciam antes particularidades ligadas à funcionalidade diferenciada dos seus meios. Hoje, as tecnologias da informação não apenas reuniram todas estas funcionalidades no computador como uniformizaram ainda o funcionamento de um número cada vez maior de aparelhos, partilhando todos entre si infra-estruturas microscópicas como o *chip* e implicações macroscópicas como a globalização. O nosso carro, o nosso microondas, a nossa televisão e o nosso PC partilham aspectos tecnológicos comuns pertencentes todos a uma mesma economia – a economia da informação – cada vez mais globalizada.

O computador é pois, por excelência, o *medium* que se transforma ele mesmo, progressivamente, em meio ou meio ambiente, isto é, em (ciber)espaço, prometendo recobrir inteiramente todos os domínios da experiência¹³, ao mesmo tempo que lhe acrescenta novas características e possibilidades, nomeadamente: uma virtualidade propriamente tecnológica (isto é, um novo regime de realização, de realidade e de controlo), uma extraordinária flexibilidade (que introduz na cultura contemporânea uma morfologia de variação e de hibridação) e, em última análise, novos princípios de plasticidade (isto é, de operações de síntese e de arquitectónica dos objectos). A sua natureza é propriamente a da informação culminando os longos esforços da geometrização e da matematização da representação.

Neste sentido, como diz Mikel Benedikt, «“espaço” e “informação” são e sempre foram, senão idênticos, pelo menos recíprocos na sua relação: todo o espaço é espaço para a informação extraída das coisas se apresentar» (Benedikt, 1993). A mais potente informacionalização do espaço, isto é, aquela que mais possibilidades de representação parece abarcar para se tornar efectivamente universal, baseia-se por ora num sistema binário, o digital, na medida em que todo o elemento de um sistema de símbolos é pelo menos representável em dois estados – sim e não, presente e ausente, e que estes estados são hoje implementáveis pela electrónica, de modo a dar-lhes uma base física. Essa base física é por sua vez acrescentada das memórias ou capacidades de armazenamento dos computadores, das bases de dados e de todos os elementos que permitem a interacção com o computador (*software* e *interfaces*) e ainda dos elementos que ligam os computadores entre si (cabos, *routers*, redes, etc.). Esta arquitectura da informação,

¹³ A expansão crescente do ciberespaço é nomeadamente patente na ideia de uma ubiquidade da computação e nas promessas da sua transferência para múltiplos dispositivos distribuídos pelo espaço, recobrando a realidade por diversas *layers* de informação: realidade aumentada, interfaces tangíveis, computadores *wearable*, casas inteligentes, etc...

que tem suportes físicos bem definidos, pode definir-se como «o espaço electrónico de data e de representações gerado, organizado e apresentado pelos computadores»¹⁴. A sua efectividade expressa-se hoje em duas grandes vertentes: a das redes de informação, nomeadamente a internet, e a dos sistemas de realidade virtual, que implicam interfaces específicas (como sensores, luvas de dados, *head mounted displays*, ou outro tipo de interfaces mais ou menos imersivas).

A equivalência finalmente cabal entre espaço e informação, como primeira característica do ciberespaço, dá a este espaço uma consistência extremamente abstracta, *imaterial*, conforme tem sido sugerido por muitos. Como vimos, porém, a informação exige uma arquitectura que tem também a sua base material. A ilusão de uma pura imaterialidade advém da dificuldade em atribuir verdadeiramente extensão ao ciberespaço, na medida em que ele é um espaço de fluxos, composto apenas por uma estrutura descontínua de bases de dados ou de nódulos e pelas ligações dinâmicas entre eles. É por isso que, como diz enfaticamente Manovich, «não há espaço no ciberespaço» (Manovich, 2005). No lugar de um espaço substantivo e extenso instaura-se um princípio de conectividade e de linkagem generalizado, por meio do qual se acede à própria informação. Estas ligações são de tal forma constantes que as representamos como um fluxo permanente de dados, ou um espaço fluido no qual *navegamos*, segundo a imagem que Wiener escolheu para inaugurar a própria cibernética.

Um segundo elemento lato de caracterização do ciberespaço poderá ser assim, e ainda segundo a sistematização de Manovich, o da *navegabilidade*, isto é, o ideal de fluidez que preside à própria arquitectura cibernética da informação. O ciberespaço é espaço para ser atravessado. A fluidez é o ideal dos sistemas complexos e abertos, e o ideal da comunicação, passível de se generalizar como lógica social, económica e política¹⁵. É essa a função das máquinas que processam informação como sistemas abertos – a de «contribuir para a remoção dos obstáculos à comunicação» (Machuco, 2002: 224). O ideal de navegação, que a maior parte das interfaces realmente parece seguir, é pois o de deslizar sem atrito por cascatas de dados, o de as atravessar como se de um único espaço contínuo e liso se tratasse, sem muros nem obstáculos. As gráficas dos jogos de computador apresentam uma imagem invertida de tudo isto, exigindo do utilizador que atravessasse câmaras e mais câmaras, que seja ele mesmo a remover os obstáculos mimando afinal a funcionalidade essencial dos sistemas de processamento automático da informação: remover os obstáculos à fluidez ideal da comunicação.

Esta generalização da comunicação e da lógica dos sistemas abertos implica, por sua vez, desde a própria intuição de Wiener, uma ciência do controlo. O seu objectivo

¹⁴ Como diz Mikel Benedikt, «podemos assistir à implementação da infra-estrutura do ciberespaço satélite por satélite, cabo óptico por cabo óptico, chip por chip, e ainda, a cada inovação em material de interfaces, a cada nova empresa de software, a cada nova aliança entre as telecomunicações, a indústria do entretenimento e as grandes empresas de computadores». "Cityspace, Cyberspace, and The Spatiology of Information", 1993, (http://www.utexas.edu/architecture/center/benedikt_articles/cityspace.html)

¹⁵ É neste sentido que Wiener fala de «uma tendência irresistível para a comunicação» ou de «um vasto sistema mundial de comunicações»: a transformação do mundo num sistema complexo e aberto, capaz de nos fazer «participar numa corrente contínua de influências que nos chegam do meio exterior» (Wiener, 1971: 269).

central é o de controlar, pelo menos localmente, a tendência crescente para a entropia. Mas é fundamentalmente porque podem inscrever em si mesmas comandos que as governam, sob a forma de código, de programas e de *software*, que as tecnologias da informação são tecnologias do controlo e, nessa medida, distintas das tecnologias da matéria ou da energia. Nesses códigos e programas podem inscrever-se valores e princípios ideológicos como, por exemplo, os da maior ou menor abertura e fechamento do sistema ou os da partilha ou inacessibilidade da informação. O ciberespaço não é pois um espaço vocacionado por natureza, nem para a emancipação, nem para a dominação. Ele é um espaço de controlo na medida em que estas e outras possibilidades podem ser nele inscritas como código.

Conectividade, navegabilidade ou fluidez e controlo são assim características predominantes deste espaço cibernético para o qual vai sendo transferida uma parte cada vez mais significativa da nossa experiência. Mas a característica talvez mais relevante deste novo espaço é a da virtualidade, termo com que o pensamento contemporâneo tem descrito um aspecto decisivo da informacionalização. Informacionalizar, isto é, acrescentar o ciberespaço corresponde antes de mais a uma certa forma de armazenar e tornar disponível um conjunto de dados e de possibilidades de manipulação desses dados. Tal acréscimo, contudo, é mais intensivo do que extensivo, na medida em que se trata de um acréscimo de virtualidades que convivem, potencialmente, com o espaço efectivo da nossa experiência. Estas virtualidades não são, por sua vez, meras possibilidades, isto é, uma espécie de realidade latente, mas determinada, que, ao ser actualizada, se realiza de facto, eliminando outras possibilidades com a sua existência¹⁶. O real não se opõe ao virtual na medida em que a actualização do virtual, podendo produzir efeitos na realidade, não elimina a sua potencialidade. O virtual institui um outro jogo com o actual, podendo, aliás, relacionar-se com outros planos da experiência, não apenas o real, mas também o ficcional e o imaginário. Àquele traz uma espécie de suplemento de fantasia, pelo facto de poder actualizar possibilidades que estão bem para além da realidade; a estes uma espécie de suplemento de realidade por essa capacidade de interagir com o plano em que se actualiza, influenciando de facto vários dos seus aspectos.

Na medida em que todas as mediações produzem desde sempre uma espacialização tendencial da cultura, a história das mediações foi-nos familiarizando com a ideia de vários mundos, sem que nenhum deles se confunda porém com o da existência. Pelo contrário, eram-lhe paralelos e servem-lhe de contraponto, assegurando-nos acerca do que é a realidade. Nessa medida, esses mundos são vividos num tempo que é, também ele, um tempo paralelo: o tempo de uma ficção, de um sonho ou de um devaneio, que pode diferir do tempo da existência em meros minutos ou numa eternidade. O virtual, por sua vez, reclama o acesso a um *tempo real*, instabilizando ao mesmo tempo as distinções entre realidade, ficção e imaginário, pois proporciona um espaço de expe-

¹⁶ «Le possible se réalisera sans que rien ne change dans sa détermination ou dans sa nature. C'est un réel fantomatique, latent. Le possible est exactement comme le réel: il ne lui manque que l'existence» (Lévy, *L'Actuel et le virtuel. Sur les chemins du virtuel*. [<http://hypermedia.univ-paris8.fr/pierre/virtuel/virt0.htm>]).

riência onde estes planos parecem poder intersectar-se. Um espaço onde os meios da ficção e os meios do acontecimento são em alguma medida os mesmos, podendo cruzar-se euforicamente e perigosamente¹⁷. O ciberespaço é pois aquela mediação que proporciona aos diversos planos da experiência um espaço de actualização comum e, através desse espaço, um princípio de existência. O espaço, admitia Kant na *Estética Transcendental* (Kant, 1985: 61-86), tem alguma prioridade (sobre o tempo) quanto à possibilidade de experiencarmos o que chamamos a realidade, embora as duas categorias – espaço e tempo – enquanto categorias *a priori* da sensibilidade sejam ambas condições de toda a experiência. A relação com algo que me é exterior, fundada na intuição do espaço, é o que verdadeiramente me proporciona a experiência da existência das coisas. Um evento que ocorra apenas no tempo pode ocorrer apenas na minha imaginação, dizia Kant. Só ocorrendo também no espaço é que o tempo se expressa ele próprio como algo de real, isto é, como movimento. Não surpreende pois que a era que vê surgir o ciberespaço como espaço global, como *hiperespaço*, seja também a era do *hiperreal* ou a era em que tudo, mesmo as mais fantasistas possibilidades, parecem poder tornar-se actuais.

Ao proporcionar um espaço de actualização, o ciberespaço confere viabilidade a experiências que exigiriam, por exemplo, a nossa presença num outro espaço físico, ou a experiências que tão-pouco poderiam ocorrer num espaço real, isto é, experiências que implicam, de diversos modos, a relação com uma ausência. Tornar presente o que está ausente foi sempre a função da representação, dos signos ou das mediações simbólicas em geral, mas estes vêm sempre *depois*¹⁸, implicando um diferimento da presença. A actualização de uma virtualidade no ciberespaço, por sua vez, é mais do que a mera representação ou evocação de algo ausente. Esta actualização traz consigo a possibilidade de uma presentificação no tempo actual da existência, ou aquilo a que chamamos o *tempo real*. Este *tempo real* é o tempo em que algo ausente se reúne a algo de presente, em que virtual e real coincidem num mesmo espaço actual, podendo influenciar-se mutuamente, num labor de certa forma exterior ao labor do tempo ou da história. O *tempo real* pertence pois a uma temporalidade espacializada, não a uma temporalidade histórica, e proporciona uma radical disponibilidade das coisas para a manipulação ou para a interacção, conforme é propagandeado. A era do *espaço virtual* e do *tempo real* é a era em que tudo parece estar ao alcance dos nossos gestos, o tempo em que tornar-se *presente* é tornar-se disponível para as nossas intervenções. A possibilidade de influenciar em *tempo real* ocorrências que pertencem a um plano de experiência distinto daquele em que nos encontramos (o de um plano puramente simulacral ou o de um espaço real distante, que é trazido à presença por uma actualização

¹⁷ Tal era a intriga de um dos primeiros filmes de ficção científica a respeito do virtual e do estranho curso que, inadvertidamente, pode tomar a História: o *War Games* (John Badham, 1983), a que muitos outros se seguiram, sublinhando que, na era da informação, o espaço do jogo comunica cada vez mais com o espaço da existência e vice-versa, tal como, muito emblematicamente em *eXistenZ* (David Cronenberg, 1999).

¹⁸ Numa reflexão sobre o «Fantasma», Günther Anders refere-se a este «depois» (*nach*) de todo o signo e, mesmo, de toda a imagem, confrontando-a com o directo televisivo trazido para a cultura mediática do século XX (Anders, 1979: 129-153).

simulacral) implica a sua entrada para um espaço de controlo que funciona desde logo como um *teatro de operações*. Nessa medida, pode provocar-se, ensaiar-se e testar-se o labor da história entretecendo-o de um labor propriamente laboratorial, pois esta é também a era em que o acontecimento e a simulação do acontecimento seguem basicamente as mesmas vias e partilham um mesmo espaço de ensaio e de actualização.

Este espaço e este tempo actuais, em que real e virtual se encontram, não são pois reais, nem irreais, são talvez “proto-reais”, como diz Avital Ronell a respeito do laboratório, esse espaço emblemático da experiência moderna, em que tudo, antes de vir a ser, é testado, isto é, passa pelo controlo de viabilidade e performatividade tecnológicas. Não há, na tecnociência moderna, nenhuma concepção da realidade que não seja testada e que, uma vez testada, não seja pelo menos provisoriamente real. «O espaço do teste é proto-real – é uma espécie de *atopos*, produzindo um “lugar” onde o real é colocado em espera, aguardando confirmação.» O teste implica por isso uma decisão sobre o “ter lugar”, diz ainda Avital Ronell, isto é, sobre o acontecimento (Ronell, 1994: xi). Este espaço e este tempo laboratoriais, que estão para além da história, não são pois, por outro lado, os de uma pós-história. Devemos antes considerar que a metafísica que procurava controlar o acontecimento mudou, sendo necessária uma nova filosofia da história para este novo espaço-tempo laboratorial da experiência. O que pode ser esta experiência aberta à virtualidade, às variações e modelações susceptíveis de serem actualizadas em condições de rigorosa implementação técnica? Não se trata meramente de idealizações, de ficções ou de realidades imaginárias. Trata-se ainda de experiências, de experiências com a experiência, que se toma a si mesmo como objecto, isto é, de uma forma de dialectização da experiência própria à era da tecnociência – a experimentação. Talvez nos espere afinal, na *pós-história*, uma nova era de acontecimentos. Daremos conta que chegam e obtêm já a nossa inadvertida aprovação? Que tempos nos esperam na era do espaço? Terão chegado já?

Referências bibliográficas

- Anders, Günther (1979), *Die Antiquiertheit des menschen*. vol 1 – *Über die Seele im Zeitalter der zweiten industriellen Revolution*, München: Verlag C.H. Beck.
- Benedikt, Mikel (1993), «Cityspace, Cyberspace, and The Spatiology of Information» [http://www.utexas.edu/rchitecture/center/benedikt_articles/]
- Benedikt, Mikel (1991), *Cyberspace: First Steps*. Cambridge, Ma.: MIT Press
- Canguilhem, Georges (1946), *Connaissance de la vie*. Paris: Vrin.
- Hegel, G. F. W. (1967), *The Phenomenology of Mind*, Prefácio – «On Scientific Knowledge», NY: Harper & Row [1807].
- Derrida, Jacques (1981), *Dissemination. Translation, Annotation*, Chicago: University of Chicago Press.
- Kant, Immanuel (1985), *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: FCG.
- Kittler, Friedrich (1998), “Computergraphik. Eine halbtechnische Einführung” [<http://www.hydra.umn.edu/kittler/graphik.html>]
- Kittler, Friderich’ (1990), *Discourse networks 1800/1900*. Stanford: Stanford University Press.
- Lévy, Pierre. «L’actuel et le virtuel. Sur les chemins du virtuel», [<http://hypermedia.univ-paris8.fr/pierre/virtuel/virt0.htm>]

- Machuco, António Rosa (2002), *Teoria social e tecnologias da informação*. Lisboa: Vega.
- Manovich, Lev (2001), *The Language of New Media*, Cambridge: MIT Press.
- Manovich, Lev (1993), “The Mapping of Space: perspective, radar, and 3-D computer graphics” [<http://www.manovich.net/>]
- McLuhan, Marshal (1962), *The Gutenberg Galaxy. The making of Typographic Man*, Toronto: University of Toronto Press.
- Panofsky, Erwin (1976), *La Perspective comme forme symbolique*. Paris: Ed. Minit.
- Ronell, Avital (1994), *Finitude's Score. Essays for the End of the Millenium*, Lincoln & London: University of Nebraska Press.
- Tofts, Darren; McKeich, Murray (1998), *Memory Traces. A Pre-History of Cyberspace*, G+B Arts International e Interface books.
- Virilio, Paul (1984), *Guerre et cinéma. Logistique de la perception*, Paris: Cahiers du Cinéma.
- Wiener, Norbert (1971), *Cybernétique et société* (1950), Paris: Union Générale d' Editions.

Nota sobre o processo de exteriorização da técnica: o lugar da interacção homem-computador

António Machuco Rosa*

Resumo

Este artigo apresenta a hipótese acerca da emergência da técnica como um processo de exteriorização do orgânico, tendo como objectivo situar, no conjunto das técnicas possíveis, a computação em geral e a interacção homem-computador em particular. O ponto de partida é dado pela teoria da alienação primitiva de R. Thom e pela libertação do corpo e do cérebro de Leroi-Gourhan. Sustenta-se de seguida que a exteriorização do homem num outro de si próprio, na linha do projecto da inteligência artificial e da robótica evolutiva, significa uma alteração fundamental na relação entre homem e técnica. No entanto, não é esse o único modo de encarar as possibilidades tecnológicas abertas pela computação, argumentando-se que a interacção homem-computador representa um regresso à concepção clássica da técnica como actividade que tem o homem como seu centro e finalidade.

Palavras-chave: filosofia da técnica, computação, interacção homem-computador

A exteriorização do orgânico na técnica

É conhecida a hipótese clássica segundo a qual os utensílios e em geral as técnicas são prolongamentos ou extensões do organismo. Ela pode ser aprofundada com base na ideia de que os principais tipos de técnicas (ou tecnologias, quando as técnicas resultam de uma aplicação prática de um corpo teórico cientificamente constituído) existentes prolongam directamente as necessidades biológicas e fisiológicas fundamentais e que, de seguida, eles encontram o seu princípio orientador de classificação nos três grandes tipos de massas celulares do embrião: o ectoderme, o mesoderme e o endoderme. Essa hipótese alargada foi desenvolvida por René Thom no quadro da

* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. antoniorosa@netc.pt

chamada teoria das catástrofes (Thom, 1972). Segundo essa teoria, o desenvolvimento embriológico emerge a partir dos princípios gerais de transição de fases da matéria. Se negligenciarmos os detalhes microscópicos, as três fases da matéria e do embrião separam-se segundo o modo descrito pelo tipo de catástrofe elementar que constitui o princípio lógico orientador da filosofia de Thom, a catástrofe cúspide. Esta é a catástrofe dada pela singularidade da função x^4 , cujo desdobramento universal é $x^4 - ux^2 + vx$. Quer dizer, a variação dos parâmetros externos de controlo x e v fornece a classificação universal dos pontos fixos estáveis, bem como os pontos fixos instáveis de transição, do desdobramento de x^4 , tal como se representa na figura 1. Partindo do centro organizador x^4 , tem-se um mínimo (2), surgindo um ponto de inflexão instável de transição crítica (J) que se estabiliza num mínimo absoluto e um relativo (3), seguindo-se a igualdade dos pontos de equilíbrio (4), após o que se dá o processo inverso, que vai originar a transição crítica (K) entre o tipo (5) e (6), após se entra na região do tipo 1. (Nota: seguimos o percurso inverso ao da apresentação *standard* do desdobramento da cúspide.)

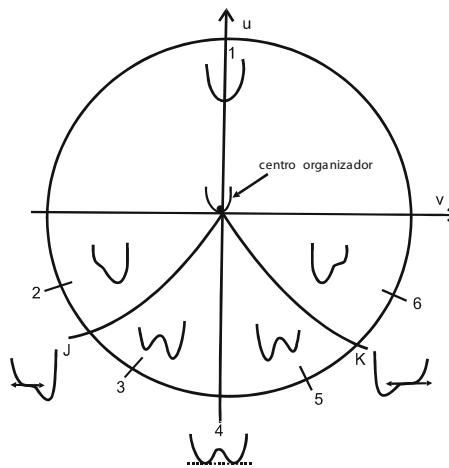


Figura 1. O desdobramento universal da singularidade x^4 (centro organizador) pela variação dos parâmetros u e v . (1), (2) e (6) são potenciais estáveis. Existem duas transições críticas em J e K. J estabiliza-se na função do tipo (3), que de seguida se estabiliza no tipo (4), após o que (5) passa pela transição K, que se estabiliza em (6).

O desenvolvimento embriológico consiste na formação das três massas celulares separadas por duas diferenciações críticas. O ectoderme corresponde *grosso modo* à região que vai de (1) para (2), o segmento JK corresponde ao mesoderme, enquanto a transição crítica K dá origem ao endoderme (6). Recorde-se que, nos animais vertebrados, o ectoderme dá origem aos órgãos dos sentidos e ao sistema nervoso, que o mesoderme dá origem aos músculos, membros, etc., e que o endoderme origina o tubo

digestivo e glândulas como a tiróide. Para Thom, tais factos levam a pensar que o tipo genérico do comportamento animal é essencialmente o estado ectodérmico, no qual o animal, literalmente, se identifica e se *aliena* na sua presa. Noutros termos, o semi-círculo do potencial (1) é o estado em que o organismo, através do sistema nervoso, *simula* e se identifica com a sua presa. O sistema nervoso é um órgão alienante que permite ao animal ser um outro que si próprio e que se torna no instrumento capaz de simular o real exterior. No entanto, apenas a presença efectiva, real, de uma presa, “desperta” o animal do seu estado alienante. A dualidade diferenciadora animal/presa origina-se quando, em J, se dá o *choque perceptivo* da presa exterior. Após o nível sensorial confrontado com um objecto exterior ter sido despertado, segue-se, correspondendo ao segmento JK o comportamento *motor* de perseguição da presa, após o que uma nova transição crítica, K, corresponde à absorção e digestão da presa.

Se a técnica é efectivamente um prolongamento dos órgãos, constata-se imediatamente que o desdobramento da singularidade x^4 fornece um princípio de classificação dos tipos de técnicas e tecnologias. Estas terão de ser de três tipos, correspondendo ao ectoderme, mesoderme e endoderme e aos órgãos e comportamentos etológicos que se lhe encontram associados. Elas prolongam os níveis orgânicos e comportamentais de base. Existirão as tecnologias ligadas à simulação do exterior, e que prolongam a função essencial do sistema nervoso (tecnologias ligadas à computação), as técnicas e tecnologias ligadas ao comportamento motor e à força (tecnologias da energia) e, finalmente, as tecnologias que prolongam a ingestão de alimentos e regimes dinâmicos associados, ou seja, as tecnologias bioquímicas, em particular as tecnologias ligadas às ciências da vida (Thom, 1990: 517-543).

O desdobramento universal da catástrofe cúspide sugere ainda de forma mais precisa o mecanismo que fez emergir a técnica. As primeiras técnicas deverão seguir-se à quebra da ligação alienante predador/presa. Como acima se referiu, a alienação cede lugar ao real quando ocorre o choque perceptivo. A desalienação tornar-se-á mais permanente quando se dá a progressiva passagem do animal aos hominídeos e o surgimento da relação caçador/presa, onde a presa pode também ser um indivíduo da mesma espécie. A desalienação ocorre quando surgem utensílios técnicos (por exemplo, objectos intencionalmente cada vez mais pontiagudos e perfurantes) que aparecem como uma espécie de *interface* ou mediação entre o organismo do indivíduo caçador e a presa. Assim, a técnica tem como consequência fundamental interromper a comunicação demasiado directa entre sujeito e objecto (Scubla, 1996). Trata-se de um “meter à distância” entre predador e presa de que vai emergir a figura do caçador. Portanto, a técnica terá sido um instrumento crucial do processo filogenético humano de desalienação permanente.

Contudo, alguns factores prévios tornaram possível a desalienação e a emergência da técnica. É amplamente conhecido que a técnica humana se tornou possível quando o bipedismo permitiu a libertação do cérebro e da mão. Esse facto capital foi considerado por A. Leroi-Gourhan como o mecanismo genético da emergência das técnicas. A libertação do cérebro e da mão cria as condições para que o indivíduo saia cada vez

mais do estado de alienação permanente. Por contraposição, nos animais inferiores «o comportamento operatório permanece inteiramente mergulhado no vivido» (Leroi-Gourhan, 1983: 20). Mesmo no homínídeos, e na ausência da linguagem, «inúmeras acções são efectuadas num estado de consciência crepuscular que não é fundamentalmente distinto do estado em que se desenrolam as operações dos animais» (*idem, ibidem*). Para se sair desse estado crepuscular alienante, são fundamentais as libertações da mão, do cérebro e a emergência da linguagem. Ora,

... tal posição implica tornar a linguagem no instrumento de libertação relativamente ao vivido. Paralelamente, o utensílio manual surge como o instrumento de libertação das restrições genéticas que ligam o utensílio animal orgânico à espécie zoológica. (*Idem*: 21)

As duas técnicas fundamentais são o utensílio (prolongamento da mão e assim da parte naturalmente motora do organismo) e a linguagem (prolongamento do cérebro e da sua capacidade de simular o meio exterior). Em ambos os casos, verifica-se uma “libertação”, uma “emancipação”: a presa deixa de ser um prolongamento directo do organismo próprio. As técnicas originárias consistem num processo de exteriorização que engloba duas características aparentemente opostas. Por um lado, quer o utensílio quer a linguagem criam uma separação face ao objecto. Por outro, ambas as técnicas permitem relacionar aquilo que assim foi separado. Possivelmente, uma terceira técnica será necessária para que o processo de humanização esteja completo, a técnica que R. Girard designou como a técnica da vítima emissária (Girard, 1987). Ela permite superar as meras relações diádicas predador/presa e atingir a relação triádica em que um conjunto de indivíduos bloqueia as relações intensamente alienantes entre si (a que Girard chamou *mimesis*) quando todos se imitam na exteriorização da violência para um terceiro, a vítima emissária cuja morte vai, também, simultaneamente reunir os homens e colocá-los à distância da violência de cada um outro. Poderia então mostrar-se como a domesticação dos animais, agricultura e todas as outras técnicas emergem como consequência da repetição do sacrifício original. Mas a análise desse ponto levar-nos-ia demasiado longe.

Em todo o caso, o percurso genético das técnicas fica agora estabelecido. No início é o próprio ritmo da evolução orgânica que é seguido, tal como Leroi-Gourhan faz notar ao referir que, nos homínídeos, «o *chopper* e os *objectos* bifaciais ainda parecem fazer parte do esqueleto» (Leroi-Gourhan, 1983: 109). O sujeito torna-se activo quando os seus utensílios exteriorizam as funções da mão e passam a cortar, seccionar, triturar, moldar, percutir. A evolução subsequente é conhecida e pode ser caracterizada por cadeias operatórias de exteriorizações cada vez mais longas da força e da energia. A força muscular vai ser exteriorizada na tracção animal, tal como a motricidade o vai ser nas diversas formas de produção de energia, desde as técnicas tradicionais de produção de energia eólica até às mais recentes tecnologias da conservação e dissipação do trabalho da energia termodinâmica presente nas máquinas a vapor cada vez mais automatizadas. Em todos esses casos, cujos detalhes da fundamentação não é necessá-

rio mencionar aqui, é sempre a exteriorização do corpo biológico enquanto força que está presente. É nesse movimento de um uso cada vez mais intensivo e controlado da energia que se baseia a imagem tradicional da técnica como domínio cada vez mais extenso do homem sobre a natureza. O sujeito é activo e domina um objecto em si mesmo estranho ao humano.

As tecnologias computacionais

O desenvolvimento das técnicas e tecnologias ligadas à exteriorização do cérebro teve um desenvolvimento bem mais recente. A linguagem foi durante muito tempo a sua base, permitindo, sobretudo com a invenção da escrita, uma ampliação considerável da memória social. Contudo, como o próprio Leroi-Gourhan fazia notar há quase quatro décadas, uma nova exteriorização fundamental apenas ocorrerá quando o «homem possuir um homem exterior a si próprio» (Leroi-Gourhan, 1983: 45), um novo tipo de homem que como que realiza o *telos* técnico ao reunir em si mesmo gesto, força e pensamento.

a libertação dos territórios do córtex cerebral motor, definitivamente conquistada com a posição vertical, é total a partir do momento em que o homem exterioriza o seu cérebro motor. (*Idem*: 47)

Como é claro, a condição dessa última e decisiva exteriorização é tornada possível pelo aparecimento dos processos computacionais implementados em dispositivos mecânicos, de que o familiar computador é apenas um, se bem que o mais saliente, exemplo.

A origem do moderno computador confirma o quadro teórico da evolução das técnicas que tem vindo a apresentar. Independentemente de avanços conceptuais importantes levados a cabo por A. Turing ou C. Shannon, foi decisivo o modelo que W. McCulloch e W. Pitts propuseram de uma máquina funcionando de acordo com os princípios do sistema nervoso: representação idealizada dos neurónios enquanto comutadores com dois estados possíveis capazes de implementar a lógica booleana elementar (McCulloch e Pitts, 1943).

Mesmo se McCulloch (McCulloch, 1965) considerou o cérebro como apenas uma instância de um tipo geral de máquinas, é claro ter sido o cérebro o inspirador das novas máquinas computacionais. Isso ainda é mais patente no trabalho de quem efectivamente concebeu a arquitectura do moderno computador digital, J. von Neumann. Ele inspirou-se explicitamente no modelo de McCulloch, e Pitts, escrevendo, por exemplo, no famoso *Report* do EDVAC:

Três partes específicas, a CA [unidade aritmética], CC [unidade de processamento central] e M [memória], correspondem aos neurónios associativos do sistema nervoso humano. Fica por mostrar quais são os equivalentes dos neurónios sensoriais ou aferentes bem como os neurónios motores ou eferentes. Eles são os órgãos de saída e entrada do dispositivo, e são eles que de seguida vamos considerar sucintamente. (von Neumann, 1945)

Portanto, von Neumann foi guiado pela arquitectura do cérebro ao desenhar o moderno computador digital. Não está apenas presente a ideia de que o computador é uma exteriorização e libertação do cérebro. O computador foi desde o início pensado teoricamente como um modelo do cérebro e como uma sua simulação real.

Abriu-se então o caminho para a proliferação de dispositivos automáticos de processamento de informação. Mais em particular, a ligação original entre cérebro e computador teve como consequência lógica a constituição da disciplina da Inteligência Artificial. Também logicamente, ela constituiu durante um tempo relativamente extenso (durante a década de sessenta, pelo menos) uma orientação-chave das ciências da computação. Numa das suas vertentes – tipificada pelo *General Problem Solver*, de A. Newell e H. Simon, e pelos *expert systems* – ela era sobretudo “mentalista”. Procurava-se sobretudo simular em máquina operações cognitivas internas. Estas podiam também de seguida ser utilizadas para controlar um corpo físico, procurando duplicar-se o homem num robô. Como diria Leroi-Gourhan, o objectivo é a libertação total do homem através da exteriorização num cérebro motor.

Esse projecto da chamada inteligência artificial clássica (cf. Machuco Rosa, 2002, para uma apresentação detalhada) sofreu diversos reveses, decorrentes da excessiva ênfase em modelos cognitivos internos susceptíveis de elaborar planos de comportamento em ambientes externos cuidadosamente preparados. A necessidade de superar essas dificuldades levou a um novo tipo de inteligência artificial, que procura construir dispositivos computacionais situados, interagindo realmente com o seu meio ambiente, procurando-se fazer emergir comportamentos não triviais que, no longo prazo, reconstituam a evolução filogenética do homem. É o que sucede com a chamada robótica reactiva de R. Brooks. Nesta perspectiva, os robôs devem estar *encarnados*, situados corporalmente no meio, interagir com este de modo a modificá-lo e retroactivamente serem por ele modificados. O ponto de partida deixa de ser os modelos cognitivos internos e passa a ser os *comportamentos* ou *actividades*. O nível de partida é o corpo e as suas dinâmicas sensório-motoras inseridas no meio ambiente, o que significa «ser vitalmente importante testar no mundo real as Criaturas que construiremos» (Brooks, 1991). Noutros termos, as Criaturas de Brooks terão de ser efectivamente robôs móveis *autónomos*.

Desses trabalhos conclui-se que homens e máquinas se irão tornar cada vez mais indistintos: «nós somos eles e eles serão nós» (Brooks, 2002). Mas a plena exteriorização do homem apenas tem lugar quando se relaxam ao máximo os mecanismos de controlo externo no *design* de máquinas. Tal ainda não sucede completamente nos robôs de Brooks. Uma possível radicalização do projecto de exteriorização do humano encontra-se na chamada robótica evolutiva, com a qual se procura que a criação do robô seja ela própria um processo automático que simule o processo evolutivo por selecção natural (cf. Nolfi e Floreano, 2000, Floreano *et al.*, 2004). O robô é dotado de um verdadeiro cérebro, isto é, uma rede neuronal artificial, e trata-se de avaliar a sua aptidão para realizar uma certa tarefa segundo um critério previamente definido. Mais exactamente, trata-se de encontrar a configuração óptima da rede neuronal que

se adapte à tarefa em questão. A selecção da rede neuronal é realizada por um algoritmo genético, processo computacional que implementa regras da selecção natural (é um algoritmo que procede por mutação e selecção, sendo iterado até a rede estar adequada à tarefa). A exteriorização do cérebro e da evolução não é contudo suficiente para levar a cabo a totalidade do *telos* da robótica evolutiva. O próprio *hardware* também deve ser evoluído. É a chamada área do *hardware* evolutivo que, novamente por acção de um algoritmo genético implementado nos circuitos eléctricos, permite reconfigurar, de modo espontâneo e autónomo, a própria morfologia do robô. Portanto, são reunidas num mesmo movimento as dimensões filogenética e ontogenética da evolução. Existem sistemas nervosos e organismo artificiais, não sendo demais realçar que ambos são feitos evoluir, e não são construídos pelo homem de modo pré-concebido e segundo um modelo.

Na realidade, procura-se esbater tanto quanto possível a distinção entre “artificial” e “natural”. O olho de um robô que se fez evoluir morfogeticamente através de um algoritmo é natural ou artificial? Esta exteriorização radical do homem significa que ele perde cada vez mais qualquer especificidade e autonomia. Mais precisamente, é importante ver que o *telos* orientador da actual inteligência artificial evolutiva envolve um movimento em que o homem se torna cada vez mais *objecto* e cada vez menos *sujeito*. A importância desse facto reside em – demasiado atentos à continuidade que reúne a exteriorização técnica do gesto, da força e do pensamento destacada por Leroi-Gourhan – se poder negligenciar a alteração qualitativa que o novo tipo de exteriorização representa por relação à exteriorização clássica presente nas tecnologias da energia. Neste último caso, apesar da extensão cada vez maior das mediações, apesar das consequências potencialmente catastróficas para o futuro da humanidade que essas tecnologias envolvem, o sujeito e finalidade última do controlo é apesar de tudo o homem, de acordo com a visão clássica de um domínio cada vez mais activo sobre a natureza. É o homem que concebe e implementa segundo um *design* e objectivo prévio um tal tipo de tecnologias. Em certa medida, elas são-lhe verdadeiramente estranhas, destacadas do humano propriamente dito. Ao invés, as modernas tecnologias de artificialização *do próprio homem* num outro de si próprio converte-o num objecto. É certo que a criação de um outro de si próprio é ainda um acto do mesmo homem, e nesse sentido trata-se de elevar ao seu cúmulo a concepção do homem clássico como *vontade de poder*. Mas, tratando-se de um “cúmulo”, tem de se dar uma inversão, a cisão do mesmo homem em sujeito e objecto. Mais do que as tecnologias originadas nas exteriorizações primitivas, são as novas tecnologias de reconfiguração radical do humano que permitem que este se contemple definitivamente como entidade exterior a si próprio. E como essas tecnologias são explicitamente concebidas segundo os princípios dos sistemas complexos auto-organizados, as consequências da exteriorização final, da cisão final, do homem são totalmente imprevisíveis (cf. Machuco Rosa, 2005, para um desenvolvimento mais pormenorizado).

Interacção homem-computador

Contudo, o significado do computador enquanto artefacto não tem necessariamente de conduzir à exteriorização e replicação do homem. Já no início dos anos sessenta, quando a inteligência artificial aspirava tornar-se o quadro teórico fundamental da computação, emergiu um ponto de vista em larga medida alternativo, e que encontrou em J. Licklider um dos seus principais proponentes. Ele via os computadores como instrumentos destinados a servir o homem e a formar com ele uma simbiose cada vez mais perfeita (Licklider, 1960). Nessa perspectiva, os computadores «não são extensões mecânicas do homem» (*idem, ibidem*), mas antes dispositivos com os quais se interage e que permitem novas formas de experiências: a experiência única, simbiótica, sinérgica, que é o todo resultante do momento em que a experiência humana molda a forma do processo computacional e do momento em que a computação é o suporte da experiência humana. Nascia assim a área disciplinar designada por interacção homem-computador (HCI). As suas orientações essenciais foram apresentadas em detalhe por Licklider no seu artigo de 1960. O objectivo imediato em vista a criar totalidades simbióticas consiste em criar múltiplos *interfaces* – Licklider já dá como exemplos o rato e os ambientes gráficos – que ocultem os aspectos computacionais propriamente ditos em proveito da forma como um utilizador cria novas experiências ao interagir com o dispositivo tecnológico.

O ponto de partida e filosofia subjacente da HCI é claro. No anos cinquenta, precisamente quando o projecto alternativo da inteligência artificial se inicia, a interacção é uma interacção com o computador enquanto implementação física de princípios lógicos: existia muitas vezes a necessidade de reconfigurar os circuitos eléctricos, a programação era quase sempre necessária para que o dispositivo funcionasse em cada nova inicialização e estava próxima da linguagem em código-máquina (em *assembler*, nomeadamente). A interacção ocorria nos níveis propriamente computacionais da máquina. A filosofia HCI consiste em substituir progressivamente os *interfaces* próximos da máquina por novos *interfaces* cada vez mais interactivos que reflectam mais a presença do utilizador humano que a do computador. Por exemplo, sumariando rapidamente importantes desenvolvimentos históricos, as linguagens de baixo nível são substituídas pelas linguagens de alto nível que ocultam as primeiras e as relegam para o “interior” da máquina. Por exemplo, substituindo *interfaces* de entrada de texto como o teclado por dispositivos apontadores como o rato, a caneta e finalmente pelo uso directo dos próprios órgãos dos sentidos como instrumentos imediatos de interacção e acção. Por exemplo, removendo para a memória externa a programação inicialmente encapsulada (nível do chamado *firmware*) no *hardware* da máquina, tornando-a neutral em relação a qualquer tipo de programa que se deseje ver executado (cf. Ceruzzi, 2003). Mas isso não basta para que o utilizador, e assim o homem, se torne o centro em torno do qual a computação subjacente gravita. Deixa de ser necessário escrever comandos em linguagens como Basic (a qual continua a executar a sua função apenas agora de modo invisível), mesmo que numa fase intermédia a interacção com a máquina passe por comandos e instruções escritas (em MS DOS, por exemplo). Como é conhecido,

constituíram sob esse aspecto uma autêntica revolução as ideias que foram implementadas no computador Star, desenvolvido na Xerox em finais dos anos setenta, e que acabaram por ser adoptadas pelos sistemas posteriores, a começar pelo Macintosh e posteriormente pelos ambientes gráficos dos sistemas operativos e aplicações de escritório da Microsoft.

O objectivo inicial do Star era simultaneamente claro e inovador: «tornar o “computador” tão invisível para os utilizadores quando possível» (Johnson *et al.*, 1989). Desde os anos oitenta que essa filosofia se tem vindo a tornar cada vez mais importante em informática, sobretudo quando as aplicações passaram crescentemente a residir nas redes. O Star também foi precursor sob esse aspecto, pois os seus criadores determinaram que mesmo a parte mais especificamente computacional, que eles designaram por “nível de máquina”, seria uma computação distribuída enquanto suporte da partilha de diversos recursos como *interfaces* periféricos (impressoras, etc.). O nível fundamental é contudo o nível de *interface* do utilizador. Nele deve-se privilegiar o órgão da visão em detrimento da memória e operações cognitivas internas, privilegiar o gesto elementar da mão em detrimento de uma operação motora e cognitiva mais elaborada como a escrita (*idem*). Devido à preeminência do ver, apontar, agarrar e transportar, segue-se que o *interface* deverá ser icónico: icónico no sentido de uma correspondência entre um objecto e a sua simulação. O ponto de partida físico da relação icónica de semelhança é o escritório equipado com o conjunto de objectos (secretárias, pastas, cestos, etc.) com que as pessoas interagem, e o resultado é um ambiente em que o *objecto* já virtual de base é o *gráfico* (ícones, no sentido usual do termo) sobre o qual se exercem os gestos elementares do apontar, agarrar, pressionar e transportar. Em nenhum desses actos, em nenhum dos objectos virtuais de base, se encontra directamente presente algo que seja computação no sentido clássico do termo. Isso prova aliás que o nível dos *interfaces* é de facto um nível autónomo e distinto da computação, visto existirem inúmeros *interfaces* totalmente diferentes entre si (uma linha escrita ou um gráfico, por exemplo) que no entanto *realizam todos a mesma função computacional*.

O conceito de ambiente gráfico implementado no Star teve o sucesso que é bem conhecido. Apesar das analogias icónicas com os ambientes físicos, a implementação progressiva da sua filosofia incide sobretudo na criação de ambientes *virtuais* simulando comportamentos cognitivos encarnados no nível sensório-motor humano¹. Esses ambientes são «sistemas centrados no homem» (Meyers *et al.*, 1966); com mais exactidão, dir-se-ia, seguindo Licklider, que são ambientes gerados pela simbiose indissolúvel entre o homem e o computador. Portanto, no seu *design*, devem ser «mantidas as preocupações humanas no centro de uma ciência que cada vez tem menos a ver com a computação entendida em termos clássicos» (Winograd, 1966). Ao trazer a experiência humana para primeiro plano, ao ocultar a computação que apenas serve de suporte à simbiose, a nova tecnologia dos computadores rompe completamente com

¹ Por “mundo virtual” não entendemos apenas os ambientes propostos pela chamada realidade virtual¹. Qualquer interface é um mundo virtual.

o projecto da inteligência artificial entendido como a ambição de criar um outro do homem possuidor de vida e autonomia própria. Desse modo, a tecnologia do *design* de *interfaces* significa um retorno a uma concepção clássica da racionalidade e da técnica em que o homem permanece como sujeito e finalidade última do controlo.

Em suma, a interacção homem-computador como que rompe com as sucessivas ampliações das cadeias operatórias que separam o homem dos objectos técnicos por ele produzidos: sucessivas exteriorizações que culminam com a exteriorização final do homem totalmente exteriorizado numa máquina, momento em que o homem se separa definitivamente de um artefacto concebido como algo passível de desenvolver aptidões próprias. O homem fica cindido. A interacção homem-computador como que inverte o movimento: em vez de separar, reúne. Não é outro o significado da criação de *interfaces* em que o nível computacional da máquina desaparece do horizonte de acessibilidade e em que se criam mundos virtuais, *simulações*, em que a integridade orgânica procura estar reflectida. A exacta posição dos mundos virtuais assentes em processos computacionais subjacentes pode ser determinada recorrendo a uma nova interpretação que René Thom fez da catástrofe cúspide (figura 2).

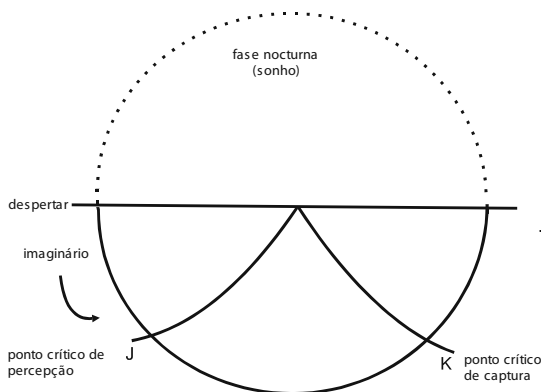


Figura 2. A fase nocturna é uma fase alienante em que se dá a experiência dos mundos virtuais. O real físico corresponde ao segmento JK, que surge após a precipitação da existência real em J.

De acordo com este esquema, a realidade dos mundos virtuais corresponde inicialmente à fase nocturna em que sujeitos e actos se alienam – são simulados – no objecto. Contudo, os mundos apenas existem após a intervenção do imaginário que consiste no trabalho criativo de *design* – questão relevando da estética e que aproxima a interacção homem-computador de disciplinas como a arquitectura, mais do que das ciências computacionais propriamente ditas. O *design* pode ser determinado pelo real percebido e pelos comportamentos sensorio-motores que ele desencadeia, tendo a finalidade de consumir uma utilização eficaz e uma experiência estética do *interface*. Só que o

real é sempre um real *simulado*, sendo impossível simular o real propriamente dito, isto é, o real como posição pura que surge quando do choque físico. O objectivo da interacção homem-computador é sempre fornecer as condições para a experiência da fase nocturna. Pelo contrário, na inteligência artificial, é a experiência da totalidade do real que visa ser criada através de artefactos autónomos que interagem reactivamente com o mundo e desenvolvem comportamentos emergentes que vão para lá das especificações iniciais definidas pelo *designer* humano. Não deixa de ser significativo ver como o computador deu origem a duas concepções tão distintas da natureza das tecnologias.

Referências bibliográficas

- Brad, M., *et al.* (1996), “Strategic Directions” in *ACM Computing Surveys* 28(4), December.
- Brooks, R. (2002), *Robot – The Future of Flesh and Machines*, London: Allen Lane.
- Ceruzzi, P. (2003), *A History of Modern Computing*, Cambridge: The Mit Press.
- Floreno, D., *et al.* (2004), “Evolution of Embodied Intelligence”, in *Embodied Artificial Intelligence*, Berlin: Springer Verlag.
- Girard, R. (1978), *Des choses cachées depuis la fondation du monde*, Paris: Grasset.
- Jeff, J., *et al.* (1989), “The Xerox Star: A Retrospective”, disponível em: <http://www.geocities.com/SiliconValley/Office/7101/retrospect/index.htm>
- Leroi-Gourhan, A. (1983), *O Gesto e a Palavra*, Vol. I: *Técnica e Linguagem*. Vol II: *Memória e Ritmos*, Lisboa: Edições 70.
- Licklider, J. (1960), “Man-Computer Symbiosis”, *IRE Transactions on Human Factors in Electronics*, volume 1, Março, pp. 4-11.
- Machuco Rosa, A. (2002), *Dos Sistemas Centrados aos Sistemas Acentrados – Modelos em Ciências Cognitivas, Teoria Social e Novas Tecnologias da Informação*, Lisboa: Veja.
- Machuco Rosa, A. (2005), “A Síntese Homem-Máquina – Da Cibernética a Sterlac”, in *Síntese/Synthesis*, Lisboa (org. José Bragança de Miranda e António Saraiva), Festival de Imagem de Oeiras, pp. 56-69.
- McCulloch W., Pitts, W. (1943), “A logical calculus of the ideas immanent in nervous activity”, *Bull. Math. Biophysics*, Vol. 5, pp. 115-133.
- McCulloch. W. (1965), *Embodiments of Mind*, Cambridge: MIT Press.
- Nolfi, S., Floreano, D. (2000), *Evolutionary Robotics*, Cambridge: MIT Press.
- Scubla, L. (1998), «Fonction symbolique et fondement sacrificiel des sociétés humaines», *La Revue du MAUSS semestrielle*, n.º 12, p. 40-55.
- Thom, R. (1990), *Apologie du Logos*, Paris: Hachette.
- Thom, R. (1972), *Stabilité Structurelle et Morphogenèse*, New York: Benjamin.
- von Neumann, J., (1945), “First Draft of a Report on the EDVAC”, Moore School of Electrical Engineering.
- Winograd, T. (1996), “Introduction”, in *Bringing Design to Software Reading*, Addison-Wesley.

Sociologia da blogosfera: figurações do humano e do social em *blogs* e *hybrilogs*

Pedro Andrade*

Resumo

As figurações do humano e da sociedade sofreram transmutações radicais no seio da Internet. Pretende-se circunscrever quatro dessas figurações em áreas articuladas entre si: a escrita, a educação, a arte e a museologia. A partir desse pedestal fundador, procura-se contribuir para a construção da emergente Sociologia da Blogosfera. No entanto, os próprios *blogs* já foram superados, no ciberespaço e no cibertempo, por figuras de *media* nunca antes vistos. Um deles é o *hybrilog* que, ao utilizar intensamente *media* híbridos ou hibrimédia, recoloca-se numa nova esfera pública nascente, a hibridosfera. A versatilidade do *hybrilog*, derivada da sua natureza híbrida, é testemunhada pelas suas potenciais aplicações como bloescola e bloniversidade, enquanto bloseu ou em *bloart*. Se o *blog* desenvolve uma auto-escrita, o *hybrilog* reinventa-se numa trans-escrita, ambas desenvolvendo inexoravelmente uma ciber-opinião híbrida, no novo espaço de cidadania em constituição na actual sociedade da informação e do conhecimento.

Palavras-chave: *hybrilog*, hibrimédia, bloniversidade, bloseu, blogarte.

Introdução

As figurações do humano na era digital têm sido extensivamente analisadas nos últimos anos. Um dos autores pioneiros nesta matéria é Donna Haraway (1991), que nos fala do *cyborg* enquanto entidade híbrida, situada na fronteira entre o humano e a máquina, ou entre o humano e o pós-humano. Por seu turno, Sherry Turkle (1997, 2005) reflectiu essencialmente sobre a vida digital do sujeito no ecrã.

* Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Universidade Nova de Lisboa. pandrade@netcabo.pt

No caso específico da Internet, tais figurações do humano surgem enredadas numa teia de dimensões cada vez mais complexa. Por exemplo, o “efeito Pessoa” consiste numa personalidade digital híbrida, que qualquer infonauta pode construir. Para tal, o utilizador da rede edifica múltiplas subjectividades particulares, resultantes dos diversos modos com os quais se posiciona no ciberespaço e no cibertempo (Andrade, 1996, 1997). Concretamente, se subscrevermos não um, mas vários e-mails, poderemos apresentar-nos a outros utilizadores da Internet como diferentes pessoas, cada uma delas exibindo uma singular figuração de si própria, ou mesmo uma personalidade distinta, um pouco à maneira dos heterónimos de Fernando Pessoa. Um tal processo não se reduz a um divertimento trivial, nem a uma retórica de omissão da nossa identidade original. Para além disso, esta estratégia produz um efeito reticular sobre a nossa subjectividade entendida como um todo. Este *self* assim desconstruído na terra de ninguém, circunscrita entre a vida digital e a vida não-digital, transmuta-se paulatinamente numa meta-subjectividade híbrida.

O propósito deste artigo consiste em discutir quatro destas figurações impressas no seio do ciberespaço e no cibertempo, especialmente a partir dos *blogs*, e nas seguintes áreas articuladas de comunicação entre os sujeitos infonautas: a escrita, a educação, a museologia (que amiúde complementa a formação escolar) e, por extensão, a arte. Assim sendo, esta reflexão visa contribuir para a fundamentação da emergente Sociologia da Blogosfera, que considera estas e outras áreas reticulares como objecto de problematização a desvelar.

1. *Blogs*, comunicação e escrita

1.1. A auto-escrita comum dos *blogs* e o espaço público de cidadania na rede

Como se sabe, o *blog* é um diário difundido na Internet. No entanto, confunde-se muitas vezes um *blog* com uma espécie de autobiografia do bloguista seu autor. Nada de mais impreciso. O *blog* segrega essencialmente uma auto-escrita, que não coincide necessariamente com uma escrita biográfica. Entretanto, ambas as formas de escrita estabelecem inéditas figurações do humano, na internet. As suas diferenças escalonam-se pelo menos em três critérios:

Primeiro critério: o “protagonista dos acontecimentos” relatados. O herói da biografia é um indivíduo, que, no caso da autobiografia, coincide com o seu autor. Pelo contrário, a personagem principal do *blog* é o mundo global. O blogueiro não fala obrigatoriamente de si próprio, embora o faça muitas vezes indirectamente, ao referir-se aos outros. Mas o principal alvo da tagarelice dos *blogs* são acontecimentos externos ao seu autor. Em suma, na biografia existe um autor que conta histórias ou traça a História de um actor social. Na autobiografia o autor coincide com o actor dos acontecimentos. No caso do *blog*, o autor discorre sobre actores diversos, um dos quais é ele próprio.

Segundo critério: o “tempo dos acontecimentos” reportados. A biografia pressupõe uma história passada, que é recontada no momento da sua escrita, seja na forma da bio-

grafia seja na figura da autobiografia. No caso dos *blogs*, trata-se de uma escrita sobre eventos passados nem sempre no passado, mas igualmente presentes no presente.

Terceiro critério: o “grau de opinação”. A opinação é o acto de opinar ou emitir uma opinião sobre um evento ou uma questão em discussão numa conjuntura específica da vida de um povo. Na biografia, o relato fiel dos acontecimentos prevalece sobre o juízo que se possa fazer deles, embora este esteja sempre presente, menos ou mais visivelmente. Por seu lado, o *blog* privilegia a opinião, e o evento reportado não é mais do que um pretexto para a emissão de um julgamento.

Assim sendo, o *blog* constrói um estilo híbrido, situado algures entre a biografia e o jornalismo, entre o privado e o público. É, pois, uma auto-escrita sobre a vida dos outros. Ou uma “escrita auto-representativa” da vida contemporânea. Ou um “diário íntimo colectivo” do nosso mundo global.

Viviane Serfaty (2004), na articulação entre o *literary criticism*, a psicanálise e as ciências sociais, delinea as raízes históricas desta escrita auto-representativa nos EUA, face aos desenvolvimentos da literacia dos novos *media*, circulantes na Internet. As motivações dos *bloggers* e a sua escrita influenciam determinadamente a sociedade e cultura americanas. A autora trata de temas como o humor no ciberespaço, a dicotomia privado/público e a cibercorporeidade. Ainda nesta perspectiva, segundo Maxim Jakubowski (2005), um dos diários digitais mais originais e controversos, é o conjunto de testemunhos sobre a sexualidade dos bloguistas, como prostitutas, *strippers* e *webcam girls*.

Por seu lado, Barb Palser é um jornalista e bloguista que afirma o seguinte: a fama consegue-se melhor pela controvérsia do que pelo conteúdo. De facto, numerosos *blogs* criticam a *performance* de Donald Rumsfeld relativamente à Guerra do Iraque, de acordo com um testemunho de Thomas Sumner (2005). A própria essência da política e da cidadania muda com o advento da blogosfera, diz-nos Richard Davis (2005).

1.2. Transformações recentes na blogosfera

Hoje em dia, o fenómeno dos *blogs* fundamenta-se principalmente em diários digitais baseados em textos, por vezes apimentados por imagens, mas publicados essencialmente através do *textcasting*, que significa a difusão periódica de texto pela internet.

Entretanto, os *blogs* geraram uma multidão de descendentes em termos comunicativos e figurativos, por exemplo os *vlogs* (cf. Fig. 1) e os *plogs*. De facto, os vídeo-diários ou *vlogs* encontram-se a transmitir regularmente mensagens na Internet, em particular por meio de *clips* de vídeo, em vez de palavras escritas, isto é, os *vlogs* comunicam por intermédio do *videocasting*. Quanto aos *plogs*, na minha perspectiva, esse termo significa um *blog* de poesia, quer dizer, um diário poético virtual difundido por todo o mundo através do *poetrycasting*. Por seu lado, um *blog* de vídeo-poesia nomear-se-á, se recorrermos a um termo sintetizante, um *pvilog*. E, na medida em que o *pvilog* distribui essencialmente *posts* de videopoesia, este modo de transmissão deveria ser chamado *videopoetry casting*. Para além disso, um *artblog* (Fig. 2) é um diário digital que contém obras de arte, sendo distribuído em sequência contínua pela

rede. Uma tal estratégia de disseminação planetária de obras de arte chama-se *artcasting*. Na mesma perspectiva, um *hyplog* (fig. 3) pode ser considerado um diário que transmite hipermídia regularmente no interior da internet. Para tal, o *hyplog* utiliza o *hypercasting*. Finalmente, um *gamelog* significa um tipo de *blog* que difunde jogos, num ritmo imediato ou pelo menos durável. Este estilo ubíquo de publicação global de jogos é denominado *gamecasting*.



Fig. 1 Vlog post page (à esquerda)

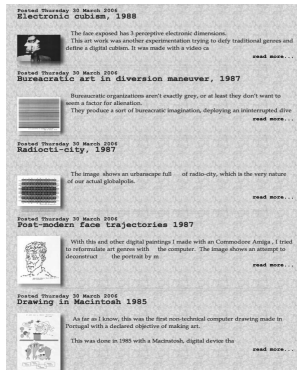


Fig. 2 Art blog index page (à direita)

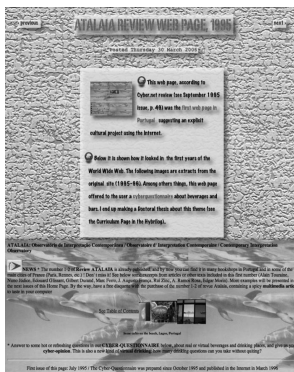


Fig. 3 Hyplog post page (à esquerda)



Fig. 4 Hybrillog Welcome Page (à direita)

1.3. A hibridosfera

Como consequência central do que foi dito supra, temos que deixar de pensar na blogosfera separada da nossa realidade múltipla e dos mundos virtuais em que já habitamos. Definitivamente, precisamos começar a construir esferas públicas híbridas, ou “hibridosferas” dentro da Internet, usando *hybrilogs* (fig. 4 e <http://web.mac.com/pedro.andrade>). Um *hybrilog* entende-se como um *blog* formado por diversos tipos de *blog*, cada um deles baseado num diferente *medium*.

Por exemplo, um *blog* de texto, ou simplesmente *blog*, é potencialmente diferente de um *blog* de vídeo, ou *vlog*. Como se sabe, a blogosfera tem sido nomeada como

sendo a esfera pública do ciberespaço onde os *blogs* operam. Da mesma maneira, a hibridosfera pode ser definida como a esfera pública da Internet que os *hybrilogs* percorrem e transformam.

Para um autor, produzir um *hybrilog* permite construir um estilo digital híbrido de escrita em rede, na medida em que esse autor usa as virtualidades de *media* diferentes e complementares. Reciprocamente, um leitor pode experimentar, num mesmo *hybrilog*, tipos diversos de leitura dos *media*. O resultado dos métodos múltiplos de publicação que mencionámos anteriormente nomeia-se *hybridocasting*.

Assim sendo, a blogosfera já não se encontra fundada num único método de *blogging*. Presentemente, a blogosfera está a ser transformada profundamente pela emergência destes modos plurais de transmissão e difusão de conteúdos na Internet. Um efeito central deste processo é o nascimento de uma inédita “ciberopinião híbrida”, reestruturada diariamente pelos infonautas. Na Wikipedia, em <http://en.wikipedia.org/wiki/Hybrilog>), já se encontra registado o conceito de *hybrilog*.

2. Escolas virtuais e ciberpedagogia: o *hybrilog* enquanto bloniversidade

2.1 A escolaridade virtual e a aprendizagem digital

Este artigo pretende igualmente contribuir para a discussão do saber acerca da escolaridade baseada em instrumentos digitais, mas um conhecimento que dela fala de um modo diferente de alguma teoria da educação. Nesta perspectiva, a “ciberpedagogia” é uma denominação geral, entre outras, que se refere à educação e formação activadas por meios computadorizados. Desenvolveremos agora uma reflexão acerca de inéditos espaços de aprendizagem, como a bloescola e a bloniversidade, que se apresentam enquanto lugares informais de lazer e de cultura, onde surgem literacias inesperadas, ou seja, modos singulares de escrita e de leitura de múltiplos saberes, e não em torno de um conhecimento único.

A bloescola consiste numa escola digital que recebe a forma e as características de um *blog*. Do mesmo modo, a bloniversidade é um *campus* virtual exibindo a natureza e as potencialidades de um diário na Internet. Por exemplo, o *hybrilog* pode actuar enquanto bloniversidade, como veremos.

Antes de mais, note-se que a sociedade da informação transformou irremediavelmente os processos educativos. Em particular, esta metamorfose foi acelerada pela emergência da Internet. De facto, as escolas e aulas informatizadas constituem um dos espaços sociais onde, entre outros dispositivos, o hipertexto configura, desde há décadas, a própria natureza das práticas de escrita e de leitura.

Segundo R. Burniske (2001), na modernidade avançada ou cultura pós-moderna, os obstáculos à manipulação de dispositivos digitais têm que ser também superados no quadro das actividades educativas. Por outro lado, Judy Breck (2005) opina que, nos sistemas educativos virtuais, a info-exclusão poderá ser minorada se se adoptarem conteúdos abertos a necessidades diferentes. Com efeito, a aprendizagem digital e o

e-learning em particular, encontram-se intimamente relacionados com uma efectiva gestão do conhecimento: ou seja, acumular informação não basta, é necessário transformá-la em conhecimento útil. Por outras palavras, VanWeigel (2001), ao referir-se à natureza do saber, defende que o conhecimento articulado é mais interessante e utilizável do que o conhecimento segmentado, produzido pelos *mass media* tradicionais. Segundo Kathleen Tyner, 1998, a literacia digital significa o conjunto de competências para usar métodos e dispositivos digitais. Esta ciberliteracia é hoje fundamental para qualquer cidadão. De acordo com Michael Allen (2002), a “iliteracia tecnológica” traduz o défice de qualificações digitais.

Para além disso, como sabemos, o *edutainment* entende-se como a educação através do entretenimento. Ziheng Pan (2006) recenseia múltiplos meios e métodos de *edutainment*, entre outros: a realidade virtual, a interacção afectiva, o *mobile learning*, a Inteligência Artificial, ou a vida artificial. Por seu turno, para Doug Johnson (2003), a ética é uma necessidade fundamental na idade digital. De facto, um conjunto de normas deve regular actividades e práticas como o uso apropriado dos computadores, a privacidade dos dados, os direitos de autor, a validade do trabalho estudantil, etc.

2.2. O *hybrilog* enquanto *bloniversidade*

Podemos afirmar que o *hybrilog* constitui um dos possíveis exemplos de uma escola ou universidade digitais, mas que toma a forma de um *blog* (i. e., uma bloescola ou bloniversidade). De facto, um *blog* revela-se um instrumento privilegiado de difusão e troca diária de conteúdos pedagógicos e o *hybrilog* pode enviar quotidianamente conteúdos em múltiplos *media* articulados entre si. Esta distribuição de conteúdos pelo *hybrilog* mostra-se amiúde mais eficiente do que no caso de um *blog*, na medida em que um *blog* clássico se limita ainda ao uso de certos *media*, como o texto e as imagens.

Em suma, assistimos a uma tendência para a hibridação dos *blogs*, em paralelo com uma espécie de “pedagogização” da blogosfera, processo testemunhado por outros tipos de *blogs*, por exemplo, os *klogs*, ou *knowledge blogs* (*blogs* de conhecimento). Sobre esta questão, Cristine Boese (2003) aplica a teoria da pedagogia dialógica de Paulo Freire, ao afirmar que as características da interface dos *blogs* permitem aberturas políticas para a transformação, por exemplo, das culturas de empresa. Estas mudanças passam-se em termos de pedagogia crítica e diálogo entre trabalhadores, isto é, uma entreajuda informal de ensino e aprendizagem, alternativa à estratégia de interacção e formação oficiais das organizações.

Semelhantemente, *klogs* de jornalistas em instituições de produção e comercialização do conhecimento, como a Time Warner, sofrem a influência deste binómio constituído entre, de um lado, as tensões internas nas empresas do saber e, de outro lado, as tensões externas operantes na sociedade global. Assim sendo, os *klogs* também podem ser utilizados, de modo abusivo, para o controlo e a vigilância dos profissionais da informação e do conhecimento.

Da mesma forma, os *hybrilogs* conseguem usar pedagogia dialógica, já que os *hybrilogs* constituem meios eficazes de ensino e aprendizagem informal de tarefas quo-

tidianas. De facto, os *hybrilogs* facilitam o uso diário de variadas qualificações, cada tipo de competências correspondendo, no interior do *hybrilog*, a um dado tipo de *blog* e respectivo *medium*. Esperemos que os *hybrilogs*, como se passa em alguns *blogs*, não desvirtuem os seus propósitos originais, por exemplo servindo para desenvolver a espionagem entre colegas num local de trabalho.

2.3. Conteúdos, linguagens e literacias digitais nunca dantes vistos

Neste contexto educativo, que figurações concretas do humano e do social são exequíveis? Segundo Rebecca Blood (2002), os *blogs* podem induzir a três maneiras de uso: 1) O “diário” é um *blog* onde um autor escreve a sua vida pessoal. 2) o “bloco de notas” consiste num *blog* apresentando assuntos públicos ou privados de um modo mais desenvolvido do que nos diários; 3) o “filtro” entende-se como um *blog* onde a informação pessoal é organizada a partir de relações de busca ou de pesquisa na internet.

Por seu lado, Kevin Brooks (2003) aplica esta tipologia às actividades de aprendizagem. Este autor nota que os diários constituem os mais populares *blogs* estudantis. Por seu turno, os blocos de notas funcionam essencialmente enquanto instrumento de escrita colaborativa. Assim sendo, estes últimos dispositivos mostram-se parcialmente semelhantes aos grupos de discussão na net. Finalmente, os *blogs* “filtros” revelam-se mais exigentes para os estudantes, embora frequentemente exibam uma mais fraca apresentação final. De um modo geral, Kevin Brooks afirma que os *blogs* mobilizam um rico potencial de actividades em linha. Isto sucede pelas seguintes razões: 1) os *blogs* são um instrumento de relativa baixa tecnologia. Por exemplo, um *blog* realiza-se mais facilmente do que um *website*; 2) um *blog* incorpora competências de escrita familiares. Algumas destas qualificações comuns são a escrita sequencial, o resumo, a voz, etc.

Uma tal natureza híbrida do *blog* pode ser usada para uma melhor motivação dos estudantes pelo professor. Neste contexto da aula, outros estilos de *blog* foram identificados por Charles Lowe (2003): 1) as “respostas às leituras” (*reading responses*) consistem em peças de informação baseadas em respostas a perguntas formuladas pelos estudantes; 2) os artigos da *web* relacionados com as aulas; 3) as explorações pessoais sobre diversos tópicos.

Por conseguinte, os bloguistas, e os “blogueiros educativos”, encontram-se a construir um peculiar estilo de escrita, que se apelidará *blog writing* ou *blowriting*.

Numa tal perspectiva, os animadores de um *hybrilog* podem aprender uma lição decisiva aplicando, de modo pragmático, esta natureza híbrida dos *blogs* educativos, ou seja, articulando-a à própria hibridade do *hybrilog*, que surge formada por diversos *blogs* e respectivos *media*. Assim fazendo, o *hybrilog* permitirá não apenas uma hibridação de vários *media* (texto, vídeo, jogos, etc.), mas, complementarmente, instaura uma promissora hibridação de conteúdos (educação sobre as novas tecnologias, etc).

Por outras palavras, num certo sentido, o *hybrilog* pode ser usado em todas as áreas educativas. Estas aplicações plurais das virtualidades dos *blogs* híbridos mostram que hoje não lidamos tanto com hipermédia, mas cada vez mais com hibrimédia ou *media*

híbridos. De facto, na sua forma, o *hybrilog* consiste num dispositivo hibrimédia. Mas em termos substantivos ou de conteúdo, o *hybrilog* revela-se um dispositivo meta-*media*. Um dispositivo meta-*media* é aquele que fala ou reflecte sobre outros *media*.

Uma tal natureza mutável e mutante dos *media* é testemunhada, entre outros indicadores, pela emergência de “escritas híbridas” no ciberespaço e no cibertempo, fenómeno que desenvolveremos em seguida. Mencionámos atrás a auto-escrita construída nos *blogs* de texto. Por seu lado, a “trans-escrita” é um modo de escrever que não se refere durante muito tempo a um só lugar, a um único estilo ou a um *media* de comunicação isolado dos outros. Esta “escrita transmediática”, ao articular os diferentes *media*, apenas trans-escreve, para o espaço do discurso, as dinâmicas convergentes mais amplas que circulam nas nossas sociedades pós-fordistas e pós-modernas.

O *hybrilog* consiste numa destas formas de trans-escrita. Não se trata de uma “multi-escrita”, ou seja, um conjunto de modos de escrever que evoluem paralelamente num texto, mas sem relação recíproca forte entre si, para além da sua vizinhança. A trans-escrita subjacente ao *hybrilog* também não se confunde com a “inter-escrita”, isto é, o conjunto de estilos de textualização que se intersectam de várias maneiras. Diferentemente, e para além destas características (a multiplicidade e a intersecção dos *media* convocados), o *hybrilog* produz um efeito colateral que, embora menos grave do que aqueles que as bombas inteligentes exibem, muda algo na natureza dos *media* que o *hybrilog* mobiliza. Dito de outro modo: o texto num *blog*, dentro do *hybrilog*, já não é apenas texto; o vídeo num *vlog*, situado no interior de um *hybrilog*, transmuta-se numa espécie de extra-vídeo ou “pós-vídeo”; a vídeo-poesia num *pvilog* residente num *hybrilog* não é apenas vídeo, nem somente poesia, nem mesmo exclusivamente poesia vídeo-exibida. A arte digital colocada num *artblog* incluído num *hybrilog* é uma espécie de “trans-arte”; o hiper­média publicitado num *hybrilog* sofre de uma crise de identidade inesperada; e mesmo um ciberjogo inserido num *hybrilog* não se activa da mesma maneira que um jogo digital de antigamente. Lamento muito, mas o ciberespaço já não é o que era, nem talvez nunca tenha sido aquilo que nós pensávamos que fosse.

Em suma, a trans-escrita transcende cada um dos *media* que a compõem, tornando-se uma escrita híbrida cada vez mais profunda, que produz algo diferente do somatório dos diversos *media* envolvidos na sua produção-difusão. Diria mesmo que a trans-escrita transforma e transcende o próprio processo de escrita, pelo menos tal como hoje a conhecemos, propondo meios mas também *media*, nunca antes pressentidos.

3. Museus e *hybrilogs*

3.1. Cibermuseus / cibermuseologia

A nossa sociedade do conhecimento é também uma sociedade do desconhecimento e uma sociedade do reconhecimento. Por exemplo, o desconhecimento dos saberes produzido pela escola é muitas vezes compensado pela aprendizagem informal nos museus ou noutros locais de cultura e de lazer, como os *blogs* e *hybrilogs*, discutidos

supra. Por sua vez, uma tal formação informal no museu, na blogosfera e na híbridofera produz um efeito de reconhecimento destas instituições e dispositivos enquanto espaços de educação alternativos.

Entretanto, as actividades dos museus transformaram-se irremediavelmente após a chegada da internet. De facto, os museus digitais constituem um dos lugares sociais onde, há diversos anos, o hipertexto e os seus conteúdos reticulares se encontram a configurar a própria natureza de vários tipos de informação, conhecimentos e respectivos documentos.

Para além disso, nas últimas décadas, o crescente número de visitantes de museus e a respectiva eclosão em segmentos diferenciados, criou condições favoráveis para um significativo desenvolvimento dos estudos sobre museus (McClellan, 2003). Estes recentes *museum studies* incidiram essencialmente sobre os novos *media* digitais (Thomas, 1998). No entanto, tais discussões usam com frequência uma terminologia ultrapassada. Assim sendo, a cena reflexiva presente, embora inovadora, necessita de ser refundada na base de novos conceitos.

Por exemplo, a “museabilidade” pode ser entendida como o conjunto de condições económicas, políticas e culturais que influenciam a possibilidade, a probabilidade e a habilidade prática de realizar a “musealização”. Por seu lado, a musealização significa o processo de transformação que traduz as práticas ou produtos científicos e artísticos numa dada forma de comunicação pública da ciência e da arte. Por outras palavras, estes produtos culturais (uma descoberta científica, um texto, uma obra de arte) são “musealizados” no próprio momento em que são convertidos, por exemplo, em linguagem do “*media* museu” (explicação dada por um curador, exposição), ou num acto de comunicação nos *mass media* (notícia sobre um evento cultural), etc.

Os principais agentes que operam esta metamorfose são os membros do *staff* do museu, que definem diferentes audiências através do seu discurso institucional. Cada perfil de visitante também participa no processo da musealização, como ainda no fenómeno mais amplo da museabilidade.

Finalmente, como se depreende das últimas constatações, a emergente cibermuseologia usa conceitos enunciados na forma de uma infinita rede, produzindo assim uma teoria reticular, que exhibe uma forma similar à realidade estudada.

3.2. O *hybrilog* enquanto *bloseu*

É legítimo afirmar que o *hybrilog* constitui um dos possíveis exemplos de um museu credível que tome a forma de um *blog*, ou *bloseu*. Ao usar diferentes *media*, o *hybrilog* pode enviar *posts* numa base diária, mais eficazmente do que um museu não digital ou mesmo do que um *blog* consegue fazê-lo. De facto, sendo extremamente versátil do ponto de vista da comunicação e das figurações que veicula, teoricamente pode ser aplicado a utilizações práticas muito diversificadas. Para demonstrar esta hipótese do *hybrilog* entendido como *bloseu*, comparemo-lo em seguida com o museu não-digital:

1) Os museus constroem sistemas de informação baseados em colecções (Kleene, 1998). Num *hybrilog*, cada *blog* constrói, já à partida e automaticamente, uma singu-

lar colecção de dados culturais especializada num dado *medium*, por meio do arquivo ou índice de *posts*, que são diversos no *hybrilog*, ou seja, um para cada *medium*.

2) Alguns museus encontram-se a definir regras legais, técnicas e práticas, a fim de distribuir colecções de imagens digitais para propósitos educativos (Stephenson, 1999). Quanto à perspectiva do *hybrilog*, já discutimos acima as potencialidades do *hybrilog* no que respeita a aprendizagem e a formação.

3) Hong (2001) nota que os museus físicos só podem mostrar, de cada vez, uma exposição, normalmente dirigida a um segmento de público específico ou pelo menos principal. Pelo contrário, os museus digitais conseguem planificar distintos “estilos de exibição” com os mesmos dados, destinados a diversos perfis de público. De maneira semelhante, os *hybrilogs* alcançam múltiplas audiências, aplicando a sua natureza múltipla e reticular, isto é, usando o inteiro conjunto de tipos de *blogs* que albergam. Daí que o *hybrilog* não se inclua somente no hipermédia, mas ainda na classe do “hibrimédia”.

4) Donaldson (2006) apresenta os resultados de um estudo de caso que corrobora a seguinte tese: a interactividade e o apoio do professor no museu favorecem a adesão por parte do estudante. Da mesma forma, o *hybrilog* pode evoluir para um poderoso dispositivo educativo no seio de uma «educação baseada na rede» (Hin, 2005), se os seus animadores desenvolverem arenas digitais de discussão com os estudantes que os demandem.

5) Para além disso, Callery (2005) avança que o acesso colaborativo é mais eficiente em museus virtuais do que em museus físicos, especialmente no que toca a informação multi-sensorial e os correspondentes metadados (isto é, um índice temático, um *thesaurus*, etc.). Igualmente, um *hybrilog* permite o acesso a cada *media* especializado (e respectivos metadados) dentro de cada *blog* e unifica estes *media* através da sua natureza abrangente.

Na verdade, conforme se mencionou atrás, o *hybrilog* funda-se e funde-se numa espécie de hibrimédia na sua forma e metodologia, e consiste num meta-*blog* relativamente ao seu conteúdo. Por exemplo, quanto à forma, a apresentação da realidade virtual em galerias (Bourke, 2001) pode ser revisitada por um *hybrilog*-bloseu que mostre jogos em 3D. Sobre os conteúdos e temas, é possível, para um *hybrilog*, reunir tópicos sobre minorias ou argumentos manifestados por populações menos ou mais excluídas. Cada um destes grupos marginalizados animará o seu próprio bloseu, por exemplo na perspectiva de um museu digital sobre a problemática das mulheres (Pollock, 2006).

Finalmente, no «museu do futuro» (Berger, 2005), os artistas e segmentos de público estariam em condições de sugerir, entre outras propostas, linhas programáticas para bloseus. Assim fazendo, os leitores do ciberespaço e do cibertempo poderão transmutar-se, paulatinamente, em autores da sua própria vida digital.

4. Arte e hibridosfera

Figurações singulares do humano e do social ocorrem igualmente na esfera artística e, em particular, na arte produzida e consumida na rede.

4.1 *Net art*

Em meados da década de 90 do século passado, a *net art* (ou arte da internet) emergiu como um género relevante, no seio das artes digitais. Nesse período, novas tecnologias da informação e do conhecimento reconstruíram simultaneamente, de um modo geral, a sociedade e a cultura e, especificamente, a arena artística. Algumas experiências concretas e inovadoras foram realizadas na forma de *e-mail art*, *sites* artísticos, *software* construído por e para artistas, inéditas *interfaces*, etc. Estes projectos e instrumentos permitiram a produção de novas figurações da própria comunicação.

O papel social do artista foi abalado por estas mudanças rápidas, e novas ideias emergiram no interior da Sociologia e História da Arte. Por exemplo, a *net art* sugeriu propostas inéditas relativas à autoria, e mesmo no que toca a noção de originalidade e propriedade intelectual (Greene, 2004). Por outras palavras, e aplicando um conceito de Howard Becker (1982), as convenções dos mundos da arte exibem hoje novos condicionalismos, mas também possibilidades anteriormente desconhecidas quanto às práticas artísticas ou as relações entre os artistas e os *gatekeepers* ou “porteiros” do mundo da arte (críticos, galeristas, colecionadores, etc.).

A *Internet Art* evoluiu desde uma situação em que pontificavam as preocupações de amadores até uma posição de protagonista no mundo da arte actual. Entretanto, é possível identificar alguns percursos nos anos 60 e 70 do século XX, em projectos como a *mail art*, a arte da rádio e do som (*sound and radio art*), a arte telemática, as *assemblages* e o movimento Fluxus. Trabalhos mais recentes incluem a tele-robótica, a psicanálise em rede, ou a construção interactiva de livros (Chandler, 2005).

As intervenções dos artistas em rede (*net artists*) nos anos 90 do século passado mostraram-se frequentemente críticas, insistindo em temas sociais e políticos. Afinal, os modos de produção, difusão e exibição das obras de arte mudaram profundamente com o advento da internet. Neste ponto, alguns conflitos centrais ocorreram entre artistas e instituições artísticas, como as galerias e os museus. Com efeito, esta arte desmaterializada habitou correntemente nos antípodas do lucro e do consumismo culturais.

Em última análise, questões como a propriedade das obras de arte digitais conduziram à discussão sobre se a arte digital é realmente arte e, em especial, a debates acerca da própria natureza da obra de arte digital na idade da informação partilhada globalmente (Stalabrass, 2003).

4.2. O *hybrilog* enquanto *blogart*

Peter Wiebel (2001) constata que os *media* globais contemporâneos se revelam determinantes em reconfigurar simultaneamente os *media* clássicos e os espaços sociais e políticos. Esse autor nota que as nossas esferas pública e privada estão a ser transformadas numa espécie de “esfera da rede”.

De facto, a internet apresenta-se enquanto ferramenta universal, que muda as estruturas locais em estruturas não-locais. Nas info-esferas, onde interagem os utilizadores do ciberespaço e do cibertempo, a *net art* torna-se um instrumento de teste de ideias

utópicas. Neste contexto, os *blogs* e a *blog art* constituem algumas das mais centrais realidades emergentes na rede de todas as redes.

A *blog art* pode ser considerada um tipo de arte que usa determinadas características expressivas dos *blogs*, nas suas produções, difusão e consumo. Numa tal perspectiva, é lícito afirmar que o *hybrilog* se afirma enquanto um dos mais credíveis exemplos de género artístico que toma a forma de um *blog*, sedimentando-se assim como uma figura genuína da *blog art*.

Em primeiro lugar, quanto à produção de obras de arte, o *hybrilog* revela-se um *blog* híbrido onde um autor pode usar uma grande variedade de *media*, na criação de uma obra de arte. Com efeito, ele pode experimentar um *media* diferente por cada *blog* incluído no *hybrilog*. Por exemplo, como referido supra, um artista aplicará vídeo num *vlog*. Por seu lado, um hiperartista ensaiará *mixed media* num só *blog* como no caso do *pvilog*, ou seja, um *blog* de vídeo-poesia.

Quanto à dicotomia clássica entre o artista individual e o artista colectivo, um *blog* é normalmente usado por um indivíduo. Igualmente, o *hybrilog* é mantido por uma só pessoa. No entanto, nada impede que um autor integrado num grupo ou colectivo de artistas possa animar, por exemplo, a sua “blogaleria” através de um *blog* específico e do respectivo *medium*, no interior de um *hybrilog* do grupo de artistas.

Em segundo lugar, no campo da recepção dos *media*, repare-se na extrema versatilidade do *hybrilog* em termos da variedade de *media* disponíveis para desenvolver uma dada obra de arte, por forma a seduzir segmentos de audiências muito díspares, aliás de um modo muito mais rico do que um simples *blog* de texto permite.

Note-se ainda que o *blog* de texto permite, essencialmente, uma forma de “leitura vertical” (de cima para baixo do ecrã). Além da leitura vertical, o *hybrilog* sugere “leituras horizontais” (aquelas que alternam entre os vários tipos de *blogs* no seu seio e os conectam). Assim sendo, a arte incluída num *hybrilog* pode ser observada e interpretada através de uma pluralidade de leituras mediáticas e inter-mediáticas.

À laia de conclusão, a hipótese de trabalho acima enunciada parece ter sido corroborada: efectivamente, o *hybrilog* consiste num meta-*blog*, na medida em que se fundamenta em conteúdos agregadores, próprios dos meta-*media*. Para além disso, o *hybrilog* não se confunde com a blogosfera entendida de uma maneira simplista, mas participa nas figurações sócio-simbólicas e comunicativas do humano e do social, fundadas pelos hibrimédia, no seio da hibridosfera emergente no século XXI.

Referências bibliográficas

- Aldrich, Clark (2002), *Learning by Doing – A Comprehensive Guide to Simulations, Computer Games, and Pedagogy in e-Learning and Other Educational Experiences*.
- Allen, Michael, [s/d], *Michael Allen's Guide to E-Learning*. Willey.
- Andrade, Pedro (2006), <http://web.mac.com/pedro.andrade>
- Andrade, Pedro (1997), “Navegações no cibertempo: viagens virtuais e virtualidades da ciberviagem”, *Atalaia* (3), pp. 111-124.

- Andrade, Pedro (1996), “Sociologia (Interdimensional) da Internet”, In *Actas do 3.º Congresso Português de Sociologia, 7-9 Fev., Lisboa* [In CD-ROM].
- ASCD (2002), *Increasing Student Learning Through Multimedia Projects*. ASCD.
- Baets, Walte & Van Der Linden, Gert (2003), *Virtual Corporate Universities – A Matrix of Knowledge and Learning for the New Digital Dawn*, Springer.
- Bakhtine, Mikhail (1981), *The Dialogic Imagination, Four Essays*, Austin: University of Texas Press.
- Becker, Howard (1982), *Art Worlds*, Berkeley: University of California Press.
- Bender, Tisha (2003), *Discussion-Based Online Teaching to Enhance Student Learning – Theory, Practice and Assessment*, Stylus Publishing.
- Berger, M. (2005), *Museums of Tomorrow: a Virtual Discussion*, Center for Art and Visual Culture.
- Blood, Rebecca (2002), *The weblog handbook – Pratical advice on creating and maintaining your blog*. Cambridge MA: Perseus Publishing.
- Boese, Christine (2003), “The Spirit of Paulo Freire in Blogland: Struggling for a Knowledge-Log Revolution”, *Into the Blogosphere: Rhetoric, Community and Culture of Weblogs*.
- Bourke, M. (2001), *The Museum Visit: Virtual Reality and the Gallery*, National Gallery of Ireland.
- Breck, Judy (2005), *109 Ideas for Virtual Learning – How Open Content Will Help Close the Digital Divide*, Rowman & Littlefield Education.
- Brooks, Kevin & Nichols, Cindy & Priebe, Sybil (2003), “Remediation, Genre and Motivation – Key Concepts for Teaching with Weblogs”, *Into the Blogosphere: Rhetoric, Community and Culture of Weblogs*.
- Burniske, R & Monke, Lowell (2001), *Breaking Down the Digital Walls – Learning to Teach in a Post-Modem World*, State University of New York Press.
- Callery, B. (2005), *Collaborative Access to Virtual Museum Collection Information: Seeing Through the Walls*, Haworth Information Press.
- Chandler, Annmarie (2005), *At a Distance: Precursors to Art and Activism on the Internet*, The MIT Press.
- Cordi, Jennifer (2004), *Engaging Knowledge – The Inference of Internet Content Development and Its Meaning for Scientific Learning and Research*, ScarecrowEducation.
- Davis, Richard (2005), *Politics Online: Blogs, Chatrooms, and Discussion in American Dem*, Routledge.
- Donaldson, M. (2006), *A case study of the effects of a virtual biology museum on middle school students’ learning engagement and content knowledge*.
- Dutton, Willia (2002), *Digital Academe – New Media in Higher Education and Learning*, Routledge.
- Gee, James (2004), *What Video Games Have to Teach Us About Learning and Literacy*. Palgrave Macmillan.
- Gooden, Andrea (1996), *Computers in the Classroom – How Teachers and Students Are Using Technology to Transform Learning*. Jossey-Bass.
- Gordon, David (2003), *Better Teaching and Learning in the Digital Classroom*. Harvard Educational Pub Group.
- Greene Rachel (2004), *Internet Art*, Thames & Hudson.
- Habermas, Jurgen (1991), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*, The MIT Press.
- Haraway, Donna J. (1991), *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*, Free Association Books.
- Hazemi, Reza (2001), *The Digital University – Building a Learning Community*. Springer.
- Heide, Ann; Henderson, Dale (2001) *Active Learning in the Digital Age Classroom*, Heinemann.
- Hird, Anne (2000), *Learning from Cyber-Savvy Students – How Internet-Age Kids Impact Classroom Teaching*. Stylus Publishing.

- Hong, J. *et al.* (2001), *Research and Advanced Technologies for Digital Libraries*, Springer Berlin.
- Horton, William (2001), *Evaluating E-Learning*. ASTD.
http://blog.lib.umn.edu/blogsphere/moving_to_the_public.html [Consultado em 2006-05-11]
http://blog.lib.umn.edu/blogsphere/remediation_genre.html [Consultado em 2006-05-11]
http://blog.lib.umn.edu/blogsphere/the_spirit_of_paulo_freire.html [Consultado em 2006-05-11]
- Iverson, Kathleen (2004), *E-Learning Games – Interactive Strategies for Digital Delivery*. Prentice Hall.
- Jakubowski, Maxim (2005), *The Mammoth Book of Sex Diaries: Online Confessions and Call-Girl Adventures-The Best of the Sex Blogs*, Carroll & Graf.
- Johnson, Doug (2003), *Learning Right from Wrong in the Digital Age – An Ethics Guide for Parents, Teachers, Librarians, and Others Who Care About Computer-Using Young People*. Linworth Publishing.
- Johnson, Kay & Magusin, Elaine (2005), *Exploring the Digital Library – A Guide for Online Teaching and Learning*. Jossey-Bass.
- Keene, S. (1998), *Digital Collections, Museums and the Information Age*, Butterworth-Heinemann.
- Kravitz, Noah (2004), *Teaching and Learning with Technology – Learning Where to Look*. Scarecrow Education.
- Lowe, Charles (2003), “Moving to the Public: Weblogs in the Writing Classroom”, *Into the Blogosphere: Rhetoric, Community and Culture of Weblogs*.
- Maeroff, Gene (2003), *A Classroom of One – How Online Learning is Changing our Schools and Colleges*, Palgrave Macmillan.
- McClellan, A. (2003), *Art and its Publics: Museum Studies at the Millennium*, Blackwell Publ.
- Moonen, Collis (2001), *Flexible Learning in a Digital World – Experiences and Expectations*. Falmer.
- Ohler, Jason (2004) *Then What? Everyone’s Guide to Living, Learning and Having Fun in the Digital Age*. Brinton Books.
- Palser, Barb (2003), *Free to blog? Three journalists are told by their employers to cease their Web musings, (The Online Frontier)*, University of Maryland.
- Pan, Zhigeng (2006), *Technologies for E-Learning and Digital Entertainment – First International Conference, Edutainment 2006, Hangzhou, China, April 16-19 (2006) Proceedings*. Springer.
- Pfeiffer (2005), *Engaging Learning: Designing e-learning Simulation Games*. Pfeiffer.
- Pollock, G. (2006), *Encounters in a Virtual Feminist Museum*, Routledge.
- ProQuest. Hin, L (2005), *E-learning and Virtual Science Centers*, Information Science Publ.
- Renninger Ann (2002), *Building Virtual Communities – Learning and Change in Cyberspace*. Cambridge University Press.
- Rose, David; Meyer, Anne (2002), *Teaching Every Student in the Digital Age – Universal Design for Learning*, Association for Supervision & Curriculum Deve.
- Selwyn, N. (2005), *Adult Learning in the Digital Age – Information Technology and the Learning Society*, Routledge.
- Serfaty, Viviane (2004), *The Mirror and the Veil: An Overview of American Online Diaries and Blogs*, Rodop.
- Stallabrass, Julian (2003), *Internet Art : The Online Clash of Culture and Commerce*, Tate.
- Stephenson, C. (1999), *Delivering Digital Images: Cultural Heritage Resources for Education*, Getty Trust Publications.
- Sumner, Thomas (2005), *Untidy: The Blogs on Rumsfeld*, Ed. Thomas Sumner, William James & Company.
- Tan, Leo & Hin, Wee (2005), *E-learning and Virtual Science Centers*, Information Science Publishing.
- Thomas, S. (1998), *The Virtual and the real: Media in the Museum*, Amer. Assoc. of Museums.
- Turkle, Sherry (1997), *Life on the Screen: Identity in the Age of the Internet*, Simon & Schuster (1997).

- Turkle, Sherry (2005) *The Second Self: Computers and The Human Spirit*, MIT Press.
- Tyner, Kathleen (1998) *Literacy in a Digital World – Teaching and Learning in the Age of Information*. Lawrence Erlbaum Associates.
- van Weert, Tom (2004), *Lifelong Learning in the Digital Age – Sustainable for All in a Changing World*. Springer.
- Weibel, Peter (2001), *net_condition: art and global media*, The MIT Press.
- Weigel, Van (2001), *Deep Learning for a Digital Age – Technology’s Untapped Potential to Enrich Higher Education*. Jossey-Bass.

Seres humanos e objectos técnicos: a noção de “concretização” em Gilbert Simondon

José Pinheiro Neves*

Resumo

Gilbert Simondon, na sua obra *Modo de existência dos objectos técnicos*, escrita em 1958, pretende responder a uma pergunta de Canguilhem: será que o objecto técnico é mais do que uma mera aplicação da ciência? A sua resposta positiva permite uma nova abordagem da relação entre seres técnicos e seres biológicos. De facto, a ideia de concretização dos objectos técnicos, cerne da teoria de Simondon, permite responder à intuição original do seu professor, George Canguilhem. No entanto, Simondon ainda é um pouco ambíguo, nunca defendendo claramente uma individuação protésica do objecto técnico.

Palavras-chave: Gilbert Simondon, objectos técnicos, processo de concretização

Introdução

Porquê estudar Gilbert Simondon, um autor nascido em França no ano de 1924?

Por duas razões: uma mais política e outra mais teórica.

Em primeiro lugar, porque os recentes desenvolvimentos da técnica e da bio-tecnologia começaram a criar situações insustentáveis na relação entre o homem, a técnica e o ambiente. O pensamento de Simondon poderá ser útil para os movimentos ecologistas na medida em que nos obriga a repensar tanto a visão tecnofóbica como a lógica tecnofílica associada ao mercado e à globalização neoliberal. De facto, «não se pode reduzir o desenvolvimento das formas técnicas a partir do projecto da sociedade industrial nem da expansão do mercado. Os objectos técnicos [de acordo com Simondon] individualizam-se movidos pela tendência à concretização e tendem a formar conjuntos complexos de acordo com o movimento de interconexão técnica entre os diferentes

* Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho. jpneves@ics.uminho.pt

indivíduos. A grande contribuição de Simondon para o pensamento ambientalista consiste em dizer que ambiente e técnica são distintos mas imbricados» (Andrade, 2001). Não basta, por isso, apelar a maniqueísmos para intervir eficazmente nestes processos complexos.

Em segundo lugar, aprender a pensar com Simondon não é fácil. Obriga-nos a rever algumas ideias comuns presentes nas ciências sociais que dividem o mundo em social e não-social. Por isso, estamos perante um autor pouco popular até finais do século XX. Ao contrário de outros teóricos contemporâneos com reflexões incidindo no mesmo tema, tais como o fundador da cibernética – Wiener –, o trabalho de Gilbert Simondon foi relativamente esquecido durante as últimas décadas do século XX. Apenas recentemente, a sua sociologia dos objectos técnicos começa a estar na ribalta. De facto, citações do seu pensamento estão presentes em autores como Herbert Marcuse, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Bruno Latour, Bernard Stiegler, Sanford Kwinter, Steven Shaviro e Mark Hansen (Schmidgen, 2004)¹.

Iremos, neste artigo, fazer uma síntese do seu pensamento sobre a técnica a partir do conceito de “concretização”. O problema analisado por Simondon teve o seu início no ano já distante de 1947. Georges Canguilhem, seu futuro professor, levantou a seguinte questão: será que existe uma «originalidade do fenómeno técnico em relação ao fenómeno científico?» (Canguilhem, 1980: 102)². Será que o objecto técnico é mais do que uma mera aplicação da ciência? Haverá algo que escapa à lógica instrumental? Este autor, ao levantar este problema, não pretendia apenas sublinhar a diferença do objecto técnico em relação à ciência. A sua intenção era mais ampla: pretendia lançar uma pista que permitisse uma nova abordagem da relação entre seres técnicos e seres biológicos.

Simondon, na sua obra *Modo de existência dos objectos técnicos* (1989b), pretende responder a esta pista levantada por Canguilhem. De facto, esta preocupação torna-se explícita desde as primeiras páginas da sua obra: «Este estudo é animado pela intenção de suscitar uma tomada de consciência do sentido dos objectos técnicos» (Simondon, 1989b: 9).

Neste artigo, pretende-se saber se a ideia de “concretização” de Simondon será uma boa resposta à pergunta de Canguilhem. Iremos mostrar que tudo indica que sim. A ideia de concretização dos objectos técnicos, cerne da teoria de Simondon, permite desenvolver e aprofundar a intuição original de Canguilhem. No entanto, Simondon não desenvolve esta hipótese até ao fim, nunca defendendo claramente uma individuação protésica do objecto técnico³. Apenas recorrendo à sua noção de “individuação”,

¹ De certa forma, estas ideias de Simondon estavam também presentes em alguns dos fundadores da sociologia (um pouco esquecidos pelos autores dos manuais), tais como Gabriel Tarde (Latour, 2001) e Georg Simmel (Garcia, 2003). Mais recentemente, diversas teorias ligadas à antropologia, à sociologia e às ciências da comunicação partilham destas ideias. Ver, entre outros: Gras (2006), Latour e Woolgar (1986), Lash (2006), McLuhan (1994), Bolter e Grusin (2000), Flichy (2003), Taylor e Every (2000).

² Estas ideias inspiram-se em Michel Tibon-Cornillot (2002: 213-247) e em Schmidgen (2004).

³ Em *L'Individuation psychique et collective*, Simondon já tinha avançado com aspectos que remetem para uma individuação que se distingue da psíquica e da colectiva, ou seja, a individuação técnica (1989a: 47). No entanto, essa ideia não é

presente na sua obra mais teórica, será possível entender o alcance da ideia de “concretização” alargando-a a toda a relação entre seres humanos e objectos técnicos.

1. A obra de Simondon

Gilbert Simondon apresenta um conjunto bastante coerente de ideias que aprofunda alguns aspectos que outros filósofos, sociólogos, algumas teorias da paleo-antropologia e das novas ciências (termodinâmica, cibernética, etc.) tinham já destacado. Está organizado em torno de duas ideias fortes: primeiro, coloca em causa a ideia de um sujeito social delimitado falando antes de processos de individuação que se assemelham ao que sucede na natureza e, em segundo lugar, recusa a dicotomia entre seres humanos e objectos técnicos.

Contudo, a obra de Simondon costuma ser caracterizada separadamente a partir dos dois eixos definidos anteriormente. Por um lado, seria um filósofo generalista que se deixou influenciar pela física (e pela termodinâmica) e pela cibernética com a noção de “individuação” e “transdução”. Num pólo oposto, seria um especialista em filosofia e sociologia da técnica nas sociedades industrializadas. Hottois (1993) tende mesmo a encará-lo de uma forma tradicional como um filósofo da técnica⁴.

Talvez se possa dizer, à primeira vista, que a forma, um pouco intuitiva, como desenvolve os seus argumentos e o desconhecimento de alguns aspectos da sua obra tivessem alimentado o seu relativo esquecimento durante muitas décadas e também uma certa incompreensão (com a excepção notável de Gilles Deleuze, seu colega em Paris).

Enquanto a parte complementar da sua tese – *Modo de existência dos objectos técnicos* – e a primeira parte da sua tese principal – “O indivíduo e a sua génese físico-biológica” – tiveram algum sucesso, passando Simondon a ser conhecido principalmente como um filósofo da técnica, já o estilo intuitivo de Simondon tornou difícil a leitura da sua obra principal e mais ambiciosa, *A individuação psíquica e colectiva*, dando origem a visões bastante segmentadas. Tal como diz Jean-Hugues Barthélémy, «a obra de Simondon é simultaneamente problemática em si mesma e exigente para o leitor, o que a torna problemática para o nosso tempo, ao qual esta obra coloca um problema no duplo sentido da expressão: inquieta porque questiona o fundo abissal mas também a fragiliza desde o seu interior» (Barthélémy, 2005: 27).

Fazendo um pequeno resumo da sua obra, diríamos que duas linhas fortes organizam, sem dúvida, o pensamento de Simondon:

1 – uma filosofia geral que se inspira na cibernética, na termodinâmica e em algumas filosofias tais como as de Espinosa, Bergson, etc.;

2 – uma filosofia e sociologia da técnica que tenta entender o que distingue os novos objectos técnicos emergentes com a revolução industrial.

claramente desenvolvida na sua obra sobre os objectos técnicos (Simondon, 1989b), constituindo uma das suas ambiguidades (Stiegler, 1998).

⁴ Ver também Pascal Chabot (2002), Chabot e Hottois (2003) e Jacques Roux (2002).

A primeira linha organiza-se a partir das noções de individuação e de transdução que lhe permitem uma crítica às duas visões clássicas da filosofia: o substancialismo e o hilemorfismo. Rejeita a noção antropocêntrica da existência de uma unidade humana colocando em causa a noção de *in-divíduo* finalizado, utilizando o conceito individuação. Defende que as formas herdadas da filosofia, desde Platão e Aristóteles, atravessam tanto a psicologia como a sociologia e, até, as próprias ciências da natureza. Pensa também que é necessário renovar esse pensamento a partir de novas ciências tais como a cibernética e a termodinâmica. Numa palavra, os dados deste problema necessitam de ser repensados.

Assim, Simondon encara a individuação como um processo em que constantemente se *in-divide* e divide. Para entender a individuação do humano, este autor viu-se obrigado a demandar outros lugares tais como: na cibernética, na física, na biologia, etc. Implicou também o recurso a autores da filosofia e antropologia tais como: Espinosa (1992), Bergson (2001), Merleau-Ponty (2003), Leroi-Gourhan (1964), etc. Desta mistura extraiu os conceitos de ontogénese/individuação, transdução, *in-formação*/forma, meta-estabilidade e campo de energias potenciais. Uma autêntica filosofia da natureza pré-newtoniana.

Considerou, por isso, necessário colocar em causa as noções clássicas do conhecimento usando a transdução, inspirada na área da Biologia. Com efeito, «a transdução permite compreender as condições sistemáticas da individuação, a ressonância interna, a problemática física. Logicamente, ela pode ser usada como fundamento de uma nova espécie de paradigmatiso analógico, para passar da individuação física à individuação orgânica, da individuação orgânica à individuação física e da individuação psíquica ao trans-individual subjectivo e objectivo, o que permite definir o plano desta pesquisa» (Simondon, 1989a: 26). Desta forma, com este novo instrumento de conhecimento, era possível retomar uma nova aliança entre o conhecimento dito filosófico de tipo holístico e um novo conhecimento físico do mundo da natureza (Prigogine e Stengers, 1979; Mackenzie, 2005).

A segunda linha de pensamento diz respeito à técnica. Simondon escreveu a obra *Modo de existência dos objectos técnicos* (1989b), tese complementar do seu doutoramento, publicada em 1958, que se divide em três partes. Na primeira parte, estuda a génese da evolução dos objectos técnicos e sublinha a importância do processo de concretização, ou seja, a individuação dos objectos técnicos, criando um outro olhar sobre o objecto técnico em que coloca em causa a ideia de que o objecto técnico se opõe ao ser humano. Na segunda, debruça-se sobre a relação entre o homem e o objecto técnico usando uma escala: no modo menor, o homem vê o objecto técnico apenas como um utensílio; já no modo maior, o homem toma consciência do funcionamento do objecto. No entanto, nestas duas primeiras partes, Simondon verifica que há uma insuficiência: o estudo centra-se na parte técnica esquecendo que os objectos técnicos se integram num conjunto mais amplo, valendo, por isso, a pena conhecer como é que estes objectos técnicos se articulam com outros modos de pensamento e de “ser” que não são propriamente técnicos. Será esse o objectivo dos seus desenvolvimentos

teóricos na terceira parte, onde identifica as características essenciais da tecnicidade, nomeadamente a sua génese e a relação que estabelece com outras formas de pensamento. Neste artigo, veremos com mais atenção a primeira parte, onde analisa o processo de concretização dos objectos técnicos.

2. A noção de “concretização” em Simondon

Simondon começa por sublinhar a autonomia do objecto técnico de um modo original. Em vez de partir das suas características internas, ligadas, por exemplo, ao seu funcionamento (energia manual, vapor ou electricidade), pensa os processos de autonomização dos objectos técnicos na sua passagem do modo abstracto para o modo concreto, a sua cada vez maior concretização dos objectos técnicos.

Mas o que se entende por concretização que caracteriza a transformação dos objectos técnicos no seu modo de ser, na sua ontologia? Como e quando se dá essa transformação?

A passagem do artesanato para a indústria explica-se pelo carácter pouco concreto do objecto técnico abstracto primitivo. «O objecto técnico abstracto, isto é, primitivo, está muito longe de constituir um sistema natural. [...] É a tradução física de um sistema intelectual. Por esta razão, é uma aplicação ou um feixe de aplicações; vem depois do saber e nada pode aprender; não pode ser examinado indutivamente como um objecto natural pois é autenticamente artificial» (*ibidem*: 46). Esta situação altera-se quando olhamos para o objecto técnico concreto característico do período industrial.

Paradoxalmente esta concretização aproxima-o dos objectos naturais, pois «tende para a coerência interna, para o encerramento do sistema de causas e de efeitos que se exercem circularmente no interior do seu limite, e, ainda por cima, incorpora uma parte do mundo natural que intervém como condição de funcionamento, e assim faz parte do sistema de causas e de efeitos. Este objecto, ao evoluir, perde o seu carácter artificial: a artificialidade essencial de um objecto reside no facto de o homem ter de intervir para manter esse objecto na existência, protegendo-o contra o mundo natural, dando-lhe assim uma existência à parte. A artificialidade não é uma característica que denote a origem fabricada do objecto por oposição à espontaneidade produtora da natureza: a artificialidade é aquilo que é interior à acção artificializante do homem, quer esta acção intervenha sobre um objecto natural ou sobre um objecto inteiramente fabricado» (*ibidem*: 47).

Vejamos o exemplo de uma flor. «Uma flor obtida numa estufa quente e que apenas dá pétalas (flor dupla), sem poder engendrar um fruto, é a flor de uma planta artificializada: o homem desviou as funções desta planta da sua finalização coerente, de tal forma que ela só se pode reproduzir através de procedimentos tais como enxertia, exigindo a intervenção humana. A artificialização de um objecto natural produz resultados opostos aos da concretização técnica: a planta artificializada só pode existir neste laboratório para vegetais, que não passa de uma estufa com o seu sistema complexo de regulação térmica e hidráulica. O sistema primitivamente coerente de funcionamen-

tos biológicos abriu-se em funções independentes umas das outras, religadas apenas através dos cuidados do jardineiro; a floração transformou-se numa floração pura, deslocada, anômica; a planta floresce até ao esgotamento, sem produzir sementes. Perde as suas capacidades iniciais de resistência ao frio, à seca, à insolação; as regulações do objecto primitivamente natural transformam-se nas regulações artificiais da estufa. A artificialização é um processo de abstracção num objecto artificializado» (*ibidem*: 47).

Em conclusão, ao contrário do que se poderia pensar, quanto mais concreto se torna o objecto técnico, mais próximo do natural ele poderá ser considerado. No entanto, Simondon não avança muito mais nesta via. Como vimos atrás, a sua tese é clara: não estamos perante uma assimilação do objecto técnico ao ser natural ou ao ser vivo. Estas analogias entre o homem e os autómatos podem ser perigosas.

3. Alguns exemplos de processos de concretização

Simondon realça uma característica fundamental: só se constitui um tipo específico de objecto técnico na medida em que se passa de um modo abstracto para um modo concreto, um estado que faz do ser técnico um sistema inteiramente coerente com ele próprio, inteiramente unificado em relação ao meio natural – homens, outros animais, plantas (Simondon, 1989b: 23).

Um exemplo de objecto pouco concretizado seria o “fato por medida” feito por um alfaiate. Contudo, mesmo neste caso, o tecido utilizado já é produzido em série, não podendo por isso ter características abstractas ou novas em relação a um tipo de tecido concreto já existente no mercado. A standardização é o aspecto fundamental que permite a passagem do modo abstracto para o modo concreto de existência dos objectos técnicos. «O artesanato corresponde ao estado primitivo de evolução dos objectos técnicos, ou seja, ao estado abstracto; a indústria corresponde ao estado concreto. O carácter de objecto *por medida* que se encontra no produto do trabalho do artesão é inessencial; ele resulta desta outra característica, essencial, do objecto técnico abstracto, que é o de ser baseado numa organização analítica, deixando sempre a via livre a novas possibilidades; estes possíveis são a manifestação exterior de uma contingência interior. No confronto da coerência do trabalho técnico com a coerência do sistema de necessidades de utilização, é a coerência da utilização que vence porque o objecto técnico por medida é de facto um objecto sem medida intrínseca; as suas normas vêm-lhe do exterior: não realizou ainda a sua coerência interna; não é um sistema do necessário; corresponde a um sistema aberto de exigências» (*ibidem*: 24).

Por outro lado, o objecto concreto da indústria adquire características diferentes: «o objecto adquiriu a sua coerência e o sistema de necessidades torna-se menos coerente que o sistema do objecto; as necessidades moldam-se pelo objecto técnico industrial, que adquire assim o poder de modelar uma civilização. É a utilização que se transforma num conjunto moldado pelas medidas do objecto técnico» (*ibidem*: 24).

Num outro exemplo, um cliente solicita um automóvel por medida: «quando uma fantasia individual reclama um automóvel por medida, o construtor não pode fazer

melhor do que pegar no motor de série, num chassis de série, modificando exteriormente algumas características, adicionando detalhes decorativos ou acessórios ligados exteriormente ao automóvel como objecto técnico essencial. São apenas os objectos inessenciais que podem ser feitos por medida porque são contingentes» (*ibidem*: 24).

Vejamus um outro exemplo que alarga a noção de concretização articulando o objecto técnico com o ser biológico: a evolução dos motores. «O que é interessante não é o indivíduo técnico como esta máquina ou aquele objecto, mas o processo de individuação que aparece por meio da série dos objectos técnicos» (Stiegler, 2004). O que interessa é a aproximação do objecto técnico à autonomia do ser biológico. «Simondon faz certas análises dentre as quais as mais conhecidas e notáveis são, por um lado, aquela dos motores térmicos e, por outro, a dos tubos electrónicos. No caso dos motores térmicos, Simondon mostra-nos, de maneira extremamente convincente, que, da máquina a vapor até ao motor a reacção, que se encontra hoje nos aviões supersónicos, se assiste a um processo de concretização, que ele chama também de superdeterminação funcional. Isso significa que se você pega, por exemplo, na máquina a vapor, depois no motor *Lenoir* (o primeiro motor a explosão), depois no motor Diesel, e finalmente no motor à reacção, você constata que as funções da máquina a vapor são separadas e que elas podem mesmo ser desatreladas. Na máquina a vapor, a combustão faz-se fora do pistão, em uma caldeira que faz o vapor aquecer e o injecta num cilindro, o que põe em movimento um pistão, ao passo que, com o motor *Lenoir*, a combustão entra no pistão, sendo a explosão desencadeada pelo acendimento eléctrico. O motor *Lenoir* vai, aliás, apresentar defeitos ligados ao auto-acendimento, o que o Diesel interpretaria como um sinal dado pela matéria para o estágio superior, mais “concreto”, de funcionamento do objecto. Sem entrar em detalhes, isso quer dizer que quanto mais um objecto técnico evolui por essência (o que Simondon designa por sua concretização), mais ele fica indivisível e plurifuncional, logo, mais ele se aproxima da individualidade no sentido fortíssimo que essa palavra tem em biologia» (Stiegler, 2004).

Ou seja, as alterações significativas não se deram propriamente na substituição das ferramentas pelas máquinas com o surgimento da máquina a vapor; a autêntica mudança foi a substituição do suporte da ferramenta que deixou de ser um sistema em que o orgânico era determinante (a ferramenta é um prolongamento da mão em que o homem é o actor principal) para passar a ser uma máquina que se autonomiza, se concretiza cada vez mais criando formas híbridas de individuação cada vez mais pobres – ver o caso do taylorismo. Nesta linha de pensamento, contrariamente ao que defende o determinismo técnico, não foi a revolução industrial, com os seus dispositivos maquímicos automáticos de produção, que constituiu a verdadeira transformação, o verdadeiro salto qualitativo. De acordo com Simondon (e aí reside a sua grande originalidade), a autêntica transformação situou-se no facto de estas máquinas automáticas serem sensíveis ao funcionamento de outras máquinas, de possuírem sistemas de auto-regulação de forma a gerir a indeterminação produzida por outros objectos técnicos individualizados. O seu grau de automatismo é, de facto, um dos aspectos

menos importantes no aperfeiçoamento técnico. Tal como diz Stiegler, «a caracterização da máquina através do automatismo desconhece a sua virtude, a sua perfeição como objecto técnico universal, que é também a sua verdadeira autonomia, ou seja, a indeterminação. Esta torna a máquina sensível ao funcionamento de outras máquinas, o que lhe permite a sua integração nos conjuntos técnicos. O lugar do homem situa-se entre esses conjuntos técnicos, na organização do funcionamento coordenado dos objectos, e o objecto técnico industrial, que é a máquina, encontrando a sua perfeição na gestão de uma margem de indeterminação do seu funcionamento, tem como tarefa, na técnica industrial, determinar esse funcionamento no seio dos conjuntos técnicos, de criar um acordo entre os objectos técnicos indeterminados. Aqui, o homem tem um lugar menor na tecnogénese do que na etno-tecnologia de Leroi-Gourhan. Na era industrial, o homem já não é a origem intencional dos indivíduos técnicos tomados separadamente, ou seja, as máquinas. Na verdade, ele executa uma quase intencionalidade que se situa já no próprio objecto técnico» (Stiegler, 1994: 80-81).

4. O processo de concretização como uma individuação e uma protesização

Articulando a noção de individuação com a de concretização, podemos alargar a intuição de Simondon criando assim uma organologia tal como era pretendido por Canguilhem. A tecnologia (objectos e conjuntos técnicos) não é apenas uma forma de ordenar processos. Pelo contrário, «o conceito de transdução é uma via para teorizar e figurar as coisas em termos de relacionalidade, como processos de recontextualização e em termos de generatividade. Como conceito, permite pensar acerca da meta-estabilidade ou da abertura dos contextos aos acontecimentos. Também designa um estilo de pensamento que envolve acompanhar e participar na onto-génese ou individuação das coisas num dado domínio» (Mackenzie, 2003: 9).

Aplicando esta tese, podemos começar com a seguinte questão: o que é que distingue uma técnica primitiva caracterizada por uma relação directa, em que o objecto técnico é instrumental, entre o homem e a matéria – o exemplo seria o trabalho do pedreiro – de uma outra mais actual caracterizada pela existência de novas tecnologias de informação – o trabalho desenvolvido através da utilização de um computador?⁵

A primeira resposta consistiria em assinalar uma espécie de evolução entre as duas técnicas. Esta perspectiva tende a considerar as novas tecnologias da informação como constituindo um salto qualitativo em relação às velhas tecnologias baseadas no uso da energia física. Não nos parece ser esse o melhor caminho para fazer um estudo da técnica no seu sentido relacional.

Uma outra resposta seria considerar que a forma mais antiga de tecnologia seria mais pura e humana. Deste ponto de vista, o cada vez maior desenvolvimento técnico, apresenta-se como um processo perigoso visto que a técnica provocaria uma alienação do ser.

⁵ Para se fazer uma tipologia destas novas tecnologias, consultar: Pierre Lévy (2000: 33-73).

A nossa resposta, inspirada em Simondon, diferencia-se então tanto de uma lógica tecnófila como da segunda perspectiva negativa assente na tecnofobia (Martins, 1996). Para evitar esta dicotomia, torna-se necessário tomar como ponto de partida a relação entre a matéria e o homem.

Voltando ao nosso exemplo, no primeiro caso, essa relação entre homem e matéria parece-nos relativamente linear – o homem coloca entre ele e a matéria o instrumento, a ferramenta que, neste caso, seria constituída pelo martelo e pelo cinzel. Ora, entre a matéria bruta e a acção humana, encontramos a ferramenta que aparece aqui como um instrumento que permite dar uma forma previamente pensada ao bloco de pedra informe. A forma ideal existe na “cabeça” do pedreiro, seja de uma forma virtual, uma imagem final da pedra, seja de uma forma mais real através do desenho da pedra com as dimensões pretendidas. Aparentemente, estamos perante uma relação entre uma forma e uma matéria em que os dois pólos nos aparecem com fronteiras bem delimitadas.

Vejam agora o segundo caso em que estamos perante o uso de um computador. Neste caso, há igualmente algo que se interpõe entre, por um lado, o ser humano, e por outro, aquilo que deverá ser considerado como matéria bruta sobre a qual a ferramenta deverá incidir efectuando o seu trabalho de modelação. No entanto, a aplicação da dicotomia entre forma e matéria torna-se difícil, pois não há propriamente uma forma bruta sobre a qual a ferramenta actue mas antes efeitos, nos dois sentidos, de modulação entre dois sistemas. Tentemos, no entanto, aplicar o modelo hilemórfico clássico. Consideremos como matéria o *input* que entra no computador constituído por sinais electromagnéticos. Esses sinais são descodificados numa forma binária. No essencial, estamos perante linhas que se ligam a outras linhas atravessadas por energia eléctrica. O que interessa aqui sublinhar é o facto de, nesta nova mediação técnica, não encontrarmos uma relação hilemórfica clara. Na verdade, o computador tem uma outra lógica de funcionamento: ordena os sinais que recebe utilizando para isso a matemática, nomeadamente na sua linguagem mais perto da matéria, ou seja, o código binário. O que os criadores do computador quiseram demonstrar foi que era possível, partindo de operações tão simples como ligar e desligar, efectuar cálculos extremamente complexos.

À primeira vista, parece-nos que a mudança se situa no grau de complexidade do mediador técnico. Enquanto, no primeiro caso, a mediação parece ser relativamente simples, pois a ferramenta é como que um prolongamento do corpo humano, já no caso do computador interpõe-se uma mediação mais elaborada. Uma das divisões clássicas no estudo da técnica sublinha a passagem de uma fase baseada na energia para uma mais recente assente na informação. Ora, por esta via, acabamos numa lógica de tipo classificativo exterior. Pretende-se, em vez disso, classificar esta transformação pelo seu lado interno.

Nos dois casos encontramos sempre algo semelhante a uma matéria, mas com uma pequena diferença: no computador, essa matéria apresenta-se sob a forma de energia, sob a forma de um fluxo em que a ferramenta, autonomizando-se em relação ao ser humano, modula essa corrente transformando-a em sinais passíveis duma leitura na

linguagem humana. O suporte físico que atravessa os computadores, não só passa a ser definido como um fluxo de energias, mas também a acção que o homem exerce sobre esse fluxo vai fundamentalmente no sentido de a ordenar, de emitir fluxos de ordenação. O esquema anterior, em que o pensamento humano se tinha instalado assente no hilemórfico, na dicotomia entre forma e matéria, apresenta-se como uma ilusão. A forma de pensar dicotómica, que parecia perfeita quando se estudavam as técnicas antigas, começa a tornar-se um empecilho quando essas técnicas se tornam cada vez mais complexas.

O que está errado no modelo hilemórfico é o facto de pensar em termos de molde, de separar a energia do humano da energia da matéria. Dito por outras palavras, a criação de uma pedra, com uma forma previamente pensada, não é apenas o resultado da acção de um ser vivo sobre uma matéria inactiva: estamos antes perante o encontro entre dois sistemas energéticos que permitem, através de contactos sincopados ou mais ou menos constantes, o surgimento de uma nova realidade. No primeiro caso, encontramos dois sistemas que entram em processos de meta-estabilidade, de alteração mútua, de transdução – a resistência da pedra afecta a meta-estabilidade do sistema do corpo humano dando origem a transformações (exemplo: o pedreiro começa a suar). É importante destacar que se trata também de uma situação de modulação. Ora, o olhar que iremos lançar sobre o segundo caso transforma-se, na medida em que verificamos que as diferenças, pelo menos em relação a este aspecto, não são tão significativas como poderíamos esperar. Por outras palavras, tanto no primeiro como no segundo caso, estamos sempre perante situações em que o esquema hilemórfico do molde não se aplica; são duas situações que no essencial operam através de modulação, de fluxo, como aliás todos os processos de individuação, sejam eles inorgânicos, biológicos ou sociais.

Conclusão

Será que Simondon soube responder à questão levantada pelo seu professor em 1947?

Na verdade, segundo alguns autores, a pergunta de Canguilhem seria «uma espécie de programa durante o qual se trata de estudar sucessivamente as condições e as consequências da assimilação do organismo a uma máquina [Descartes (1993) que vê o corpo como um animal-máquina], assim como a posição inversa que tenta dar conta das máquinas a partir dos organismos vivos [seria a visão de Leroi-Gourhan (1964) com a *mecânica vivente*]» (Tibon-Cornillot, 2002: 217). Seria uma *organologia* geral que articula o orgânico com o inorgânico: os seres biológicos, encarados como máquinas, e as máquinas vistas como semelhantes (mas não iguais) a seres biológicos⁶.

No entanto, Simondon não vai tão longe por duas razões.

⁶ Uma ideia já partilhada por Deleuze e Guattari (1972: 7-59), nos anos setenta, ao criarem a noção de máquinas desejanças quando se referem aos seres humanos, obrigando-nos assim a repensar a dicotomia máquina-homem. Ver também o exemplo dado por José Gil (2002). Uma das teorias sociológicas que também parte de um esquema semelhante é a teoria do actor-rede. Ver, entre outros, Bruno Latour (2005) e John Law (2002).

Primeiro porque não aplica totalmente a sua reflexão sobre a individuação ao estudo dos fenómenos técnicos. Pelo menos, não leva tão longe a sua reflexão.

Em segundo lugar, a sua resposta deve-se à lógica dos objectos ligados à revolução industrial. Na verdade, as questões do hibridismo ainda não se colocavam de forma tão aguda como nos tempos mais recentes.

Por isso, segundo Simondon, é perigoso considerar que o impulso que atravessa os seres vivos se pode prolongar através dos objectos técnicos. O próprio uso da palavra “objectos” indicia uma recusa em alargar a sua articulação com o ser humano. De acordo com Simondon, é necessário centrar o nosso estudo, acima de tudo, nas «trocas de energia e de informação num objecto técnico ou entre o objecto técnico e o seu meio» (*ibidem*: 48). Nunca se deve estudar os objectos técnicos a partir da sua exterioridade, de uma analogia no seu funcionamento exterior: ver o caso muito divulgado da semelhança entre o homem e o robô. É uma forma errada de colocar a questão, pois o que interessa é entender que não existe propriamente uma espécie de máquinas que se aproximariam do humano, mas que apenas podemos afirmar que «os objectos técnicos tendem para a concretização, enquanto os objectos naturais, assim como os seres vivos, são concretos desde o seu início. Não se pode confundir a concretização com o estatuto de existência inteiramente concreta. Todo o objecto técnico possui de qualquer modo aspectos de abstracção residual; não se deve operar a passagem no limite e falar de objectos técnicos como se eles fossem objectos naturais» (*ibidem*: 49).

Segundo Simondon, as novas teorias da informação e nomeadamente a cibernética apenas poderão desenvolver o seu carácter intercientífico e interdisciplinar, tal como era pretendido pelo seu fundador, Norbert Wiener, desde que se abandone a ambição de uma identidade impossível entre seres vivos e objectos técnicos auto-regulados⁷. A melhor forma de se aumentar a interface entre a área da cibernética e das ciências sociais passa por pensar em termos de linhas de concretização que atravessam os seres técnicos comparando-as com outros processos de concretização ou de abstracção que acontecem no mundo dos objectos naturais e dos seres vivos, nomeadamente os humanos (*ibidem*: 50).

No entanto, evitando o perigo de entrar numa lógica de euforia em que o humano aparece como secundário⁸, pode-se alargar o pensamento de Simondon, falando de uma individuação protésica, de um grau de autonomização dos artefactos técnicos. Este processo varia numa escala, embora não deva ser pensado de forma evolucionista pois os vários tipos coexistem nas agregações sociotécnicas actuais⁹. No simples *ele-*

⁷ Wiener (e também Claude Shannon) defendia uma espécie de equivalência, do ponto de vista da informação, entre um organismo vivo ou uma máquina (Wiener, 1998). Esta teoria, desde o seu início, foi incapaz de entender a noção de informação para lá da sua lógica de medida e submetida a operações quantitativas. De facto, a teoria cibernética, conotada com o determinismo técnico, foi incapaz de lidar, devido à sua lógica reducionista, com o outro lado da ligação, o organismo humano (Lebeau, 2005: 57).

⁸ Ver o trabalho de Hermínio Martins, no qual o autor critica a euforia das teses do trans-humano ou dos cibergnósticos pelo seu desprezo da existência humana (2003).

⁹ Este processo é particularmente visível nas novas tecnologias da comunicação e da informação, especificamente a fotografia, o cinema, a televisão, o multimédia, as redes cibernéticas e os ambientes virtuais, que funcionam como se

mento técnico, existe um grau de concretização reduzido, em que a instrumentalidade nos leva a uma concepção dicotómica e antropocêntrica. Em seguida, distingue-se o *indivíduo técnico* quando existe uma causalidade recorrente. E, por fim, estes indivíduos tendem a agregar-se num *conjunto de indivíduos*¹⁰, criando, por exemplo, a fábrica industrial (máquinas a vapor e homens) como prótese em relação à locomoção ou ao movimento do braço.

Contudo, Simondon ficou-se apenas pela lógica das máquinas industriais esquecendo que, nos aspectos ligados à comunicação e informação (e também nas biotecnologias), o processo de concretização conheceu um incremento notável, podendo mesmo falar-se de formas de individuação em que o humano deixa cada vez mais de ser um elemento tão central. Com efeito, mais tarde, os sistemas em rede, os computadores, transformam-se em próteses cada vez mais autónomas da nossa memória e da nossa capacidade de comunicação. A diferença, em relação aos anteriores objectos técnicos, situa-se, para além da sua maior complexidade e dimensão, no facto de a cada vez maior concretização implicar já áreas do nosso sistema nervoso central como comunicação, memória, linguagem, visão, etc. Ou seja, já não é possível pensar as máquinas sem pensar nos nossos corpos humanos. Mesmo o próprio corpo humano começa a ser repensado nas suas fronteiras com o inorgânico, com as biotecnologias.

Na verdade, a tese de autores como Stiegler consiste em ir um pouco mais longe do que Simondon. Este processo tem algumas semelhanças com a evolução do *impulso vital* mas não fica reduzido aos seres vivos, como sucedia em Bergson (2001). Trata-se de um impulso que, dando origem ao homem e aos objectos naturais, continua através da criação de um meio tecnogeográfico, em que os objectos naturais e os objectos técnicos aparecem interligados, em que os objectos técnicos, deixando de ser pouco concretos, se assemelham cada vez mais aos objectos naturais.

Assiste-se a uma intensificação e a uma aceleração da tendência concretizadora em processos de individuação cada vez mais híbridos. De facto, os indivíduos técnicos tendem a assemelhar-se cada vez mais aos sistemas biológicos (entre os quais se situa o do primata homem). Os novos objectos técnicos, não se limitando a completar a parte motora da máquina/homem, alargam-se a aspectos ligados ao sistema nervoso central (memória, tele-visão, etc.). Mas a evolução da proto-mnemotécnica (a escrita que vinha da pré-modernidade) com a imprensa de Gutenberg mostra que a dita “revolução das novas tecnologias” já tinha começado alguns séculos antes.

fossem próteses de produção de emoções, máquinas que alteram a nossa sensibilidade e percepção do mundo (Martins, 2002: 181-186). Ver também Perniola (2004) e Neves (2006).

¹⁰ Por exemplo, não é fundamental ligar os conjuntos de indivíduos técnicos às fábricas industriais – o critério não tem a ver nem com a forma, nem com a energia utilizada. Entre povos ditos primitivos é possível encontrar conjuntos técnicos, como por exemplo, os que estavam associados à construção de navios ou de casas. O que os distingue dos nossos conjuntos técnicos modernos, tais como as fábricas, é, por um lado, o seu carácter temporário e a utilização de indivíduos técnicos em que o grau de concretização dos objectos é superior: ver o uso das máquinas de vapor que estarão na base das lógicas taylorianas (pode-se dizer que, no fundo, a divisão do trabalho taylorista já existia, de uma forma ainda mais cruel, nos conjuntos pré-modernos embora fossem temporários e isolados – ver o processo de construção das pirâmides do Egipto antigo; a construção de grandes navios; a construção de grandes igrejas).

A evolução dos indivíduos técnicos, tal como a evolução biológica, não é um processo linear. Assemelha-se e acompanha os processos de concretização: passa por descontinuidades, não só ao nível das formas, dos domínios e dos tipos de energia, mas também, e principalmente, nos esquemas de funcionamento. A concretização não se desenvolve numa forma linear – assiste-se a aperfeiçoamentos descontínuos, de tal forma que *a concretização de um objecto técnico se processa muitas vezes por saltos e rupturas*. Desta forma, poderemos estabelecer linhagens técnicas de uma forma análoga às linhagens animais. Trata-se de estudar como determinados objectos técnicos evoluem engendrando uma família, uma linhagem. Seria uma espécie de zoologia dos objectos técnicos realizada, não em função das suas características externas ou formais, mas antes em função do seu grau de concretização, em função da forma como se articulam com o orgânico (humano ou não-humano).

Esta visão leva-nos a recusar a dicotomia entre homens e máquinas, que parece presente no debate em torno do determinismo técnico *versus* o construtivismo social. Na verdade, os objectos técnicos nunca devem ser pensados a partir da sua exterioridade em relação ao homem. Esta simplificação deu origem a um dos fantasmas que atravessa a visão tecnofóbica da técnica: o perigo do domínio das máquinas sobre o homem. Embora os objectos técnicos informatizados (os robôs) tenham um alto grau de concretização, não são totalmente concretos. Existem sempre aspectos residuais de abstracção que são normalmente os mais importantes, mesmo no caso dos *robôs*. De facto, o potencial perigo não está na substituição mas antes no processo de hibrididade que atravessa estes novos agenciamentos¹¹.

Estamos perante um processo híbrido em que seres orgânicos humanos e outros seres inorgânicos (objectos técnicos) criam um terceiro meio. De facto, a concretização, como organização autónoma da matéria inorgânica, ganha uma autonomia histórica diferente da dos homens que fabricaram o objecto. «Tal como o ser vivo tem uma história colectiva no sentido de uma genética instruída e inscrita num *filum* – uma filogénese –, e uma história individual – uma epigénese – regulada pela sua determinação confrontada com um meio singular e que por sua vez regula a sua morfogénese, o objecto técnico coloca em jogo algumas leis da evolução que lhe são imanentes, mesmo no caso em que, à semelhança do ser vivo, apenas se efectua sob as condições duma envolvente, ou seja, neste caso o homem e os outros objectos técnicos» (Stiegler, 1994: 85).

Ou seja, este processo afecta não só as formas epistemológicas de pensar o mundo herdeiras do modelo instrumental modernista (baseado na separação entre matéria e forma de Aristóteles), mas também as nossas formas de viver. De facto, a cosmogenia do modelo instrumental da técnica estava intimamente articulado com determinadas formas de ligação entre humanos.

Bragança de Miranda (1996) dá-nos uma visão muito clara deste fenómeno:

¹¹ Desta forma, teremos de criar novas formas de conviver com esta hibrididade, novas formas de resistência que não passem pela recusa ingénua em bloco (Cruz, 2002; Miranda, 2002).

Dada a longa permanência deste esquema, percebe-se melhor a visão moderna da técnica, que a encara como instrumento. Esta era um simples “meio” ao serviço de um espaço de realização, através do qual se trabalhava a experiência e a natureza, simultaneamente, através de figurações ontologicamente densas. O controlo não se distinguia das figuras fortes, primeiro teológicas, depois políticas (da *polis* humana), assumindo as modalidades de “poder” – para realizar algo e, concomitantemente, negar algo. O que diferencia a modernidade da experiência anterior é que nestas o controlo vigorava sob a modalidade de Dominação, que exercia antes de mais esse próprio poder. Na modernidade, o poder liberta-se da dominação, e toda a tentativa de estabilizá-lo implica um retorno da dominação. Só que tal retorno é ilusório. Também é verdade que a resposta à nihilização desse poder acarretou a crescente imposição da técnica, ao ponto de tecnologizar toda a medialidade.

No entanto, esta articulação começa a perder a sua homogeneidade com a cada vez maior individuação técnica, como os novos híbridos sociotécnicos. «Nos nossos dias a técnica está a libertar-se do logos histórico, estando a demolir a perspectiva ocidental, por dentro, deformando-a irremediavelmente.»

Referências bibliográficas

- Andrade, Thales de (2001), “Intersecções entre o ambiente e a realidade técnica: contribuições do pensamento de G. Simondon”, in *Ambiente e Sociedade*, Campinas, n.º 8. Protocolo disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2001000800006&lng=en&nrm=iso [12 de Fevereiro de 2006]
- Barthélémy, Jean-Hugues (2005), *Penser la connaissance et la technique après Simondon*, Paris: L'Harmattan.
- Bergson, Henri (1997 [1939]), *Matière et mémoire*, Paris : PUF.
- Bergson, Henri (2001 [1941]), *L'Évolution créatrice*, 9.ª Ed., Paris: Presses Universitaires de France.
- Bolter, Jay David; e Grusin, Richard (2000) *Remediation. Understanding New Media*, Cambridge: MIT Press.
- Canguilhem, Georges (1980), *La Connaissance de la vie*, Paris: Vrin.
- Chabot, Pascal (Coord.) (2002), *Simondon*, Paris: Vrin.
- Chabot, Pascal; e Hottot, Gilbert (Éd.) (2003), *Les Philosophes et la technique*, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- Cruz, Maria Teresa (2002), “O Artificial ou a Era do Design Total”, in *Revista On Line de Arte, Cultura e Tecnologia*, n.º 7, 2002, Protocolo disponível: <http://www.intearct.com.pt> [15 de Setembro de 2006]
- Deleuze, Gilles; e Guattari Félix (1972), *Capitalisme et schizophrénie. L'anti-œdipe*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- Descartes, René (1993), *Discurso do Método*, Lisboa: Edições 70.
- Espinosa, Bento de (1992), *Ética*, Lisboa: Relógio D'Água Ed.
- Flichy, Patrice (2003), *L'Innovation technique. Récents développements en sciences sociales. Vers une nouvelle théorie de l'innovation*, Paris: La Découverte.
- Garcia, José Luís (2003), “Sobre as origens da crítica da tecnologia na teoria social. A visão pioneira e negligenciada da autonomia da tecnologia em Georg Simmel”, in Hermínio Martins e José Luís Garcia (Coord.), *Dilemas da Civilização Tecnológica*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gil, José (2002), “Ligação de inconscientes”, in José A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz (Org.), *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, Lisboa: Tropismos.

- Gras, Alain (2006), “Anthropologie et philosophie des techniques : Le passé d’une illusion”, in *Socio-Anthropologie*, n.º 3. Protocolo disponível: <http://revel.unice.fr/anthropo/document.html?id=22> [5 de Agosto de 2006].
- Hottois, Gilbert (1993), *Simondon et la philosophie de la culture technique*, Bruxelas: De Boeck Université.
- Lash, Scott (2006), “Dialectic of information? A response to Taylor”, in *Information, Communication & Society*, Volume 9, Number 5 / October, pp. 572-581.
- Latour, Bruno; e Woolgar, Steve (1986), *Laboratory Life: the Construction of Scientific Facts*. Revised edition, Princeton: Princeton University Press.
- Latour, Bruno (2001), “Gabriel Tarde and the End of the Social”, in Patrick Joyce (edited by), *The Social in Question. New Bearings in History and the Social Sciences*, London: Routledge, pp.117-132.
- Latour, Bruno, *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory*, Oxford: Oxford University Press, 2005.
- Law, John, (2002), “O «depois» da teoria do actor-rede: complexidade, nomeação e topologia”, in *Sociedade e Cultura* 3, *Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, Vol 16 (1-2).
- Leroi-Gourhan, André (1964), *Le Geste et la parole. Vol. 1. Technique et langage*, Paris: Éditions Albin Michel.
- Leroi-Gourhan, André (1971 [1943]), *L’Homme et la matière*, Paris: Éditions Albin Michel.
- Lebeau, André (2005), *L’Engrenage de la technique. Essai sur une menace planétaire*, Paris: Éditions Gallimard.
- Lévy, Pierre (2000), *Cibercultura*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Mackenzie, Adrian (2002) *Transductions: bodies and machines at speed*, Londres: Continuum.
- Mackenzie, Adrian (2003), “Transduction: invention, innovation and collective life”, Draft, Protocolo disponível: <http://www.lancs.ac.uk/staff/mackenza/papers/transduction.pdf> [20 Julho de 2004].
- Mackenzie, Adrian (2005), “The Problem of the Attractor. A Singular Generality between Sciences and Social Theory”, in *Theory, Culture & Society*, Vol. 22, No. 5, 2005, pp. 45-65.
- Martins, Hermínio (1996), *Hegel, Texas e Outros Ensaios de Teoria Social*, Lisboa: Século XXI.
- Martins, Hermínio (2003), “Aceleração, progresso e experimentum humanum, in Hermínio Martins, José Luís Garcia (Coords.), *Dilemas da Civilização Tecnológica*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 19-77.
- Martins, Moisés de Lemos (2002), *A Linguagem, a Verdade e o Poder*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- McLuhan, Marshall (1994), *Understanding Media: The Extensions of Man*, Cambridge: MIT Press.
- Merleau-Ponty, Maurice (2003), *O Visível e o Invisível*, 4.ª edição, São Paulo: Editora Perspectiva.
- Miranda, José A. Bragança de (1996), “Controlo e paixão”, in *5CYBERCONF. Fifth International Conference on Cyberspace*. June 6-9, 1996, Protocolo disponível: <http://www.fundacion.telefonica.com/at/ebragan.html>, [12 de Janeiro de 2006]
- Miranda, José A. Bragança de (2002), “Para uma crítica das ligações técnicas”, in José A. Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz (Org.), *Crítica das Ligações na Era da Técnica*, Lisboa: Tropismos.
- Neves, José Pinheiro (2006), *O Apelo do Objecto Técnico. A perspectiva sociológica de Deleuze e Simondon*, Porto: Campo das Letras.
- Perniola, Mario (2004), *O Sex Appeal do Inorgânico*, Coimbra: Ariadne Editora.
- Prigogine, Ilya, e Stengers, Isabelle (1979) *La Nouvelle Alliance. Métamorphose de la science*, Paris: Gallimard.
- Roux, Jacques (Coord.) (2002), *Gilbert Simondon. Une pensée opérative*, Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne.
- Schmidgen, Henning (2004), “Thinking technological and biological beings: Gilbert Simondon’s philosophy of machines”, in *4S & EASST Conference – Paris – 2004, August 25-28th “Public proofs. Science,*

- technology and democracy*” [em linha]. Protocolo disponível em: http://www.csi.ensmp.fr/WebCSI/4S/download_paper/download_paper.php?paper=schmidgen.pdf, [12 de Setembro de 2005]
- Simondon, Gilbert (1989a [1958]), *L'Individuation psychique et collective*, Paris: Aubier.
- Simondon, Gilbert (1989b [1958]), *Du mode d'existence des objets techniques*, Paris: Aubier.
- Stiegler, Bernard (1994), *La technique et le temps 1. La faute d'Épiméthée*, Paris: Galilée.
- Stiegler, Bernard (1998), “Temps et individuations technique, psychique et collective dans l'oeuvre de Simondon”, in *Intellectica*, 1-2.
- Stiegler, Bernard (2004), *A Tecnologia Contemporânea: Rupturas e Continuidades*. Protocolo disponível: <http://www.pos.eco.ufrj.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&cpid=21> [18 de Setembro de 2004].
- Taylor, James R.; e Every, Elizabeth J. van (2000) *The Emergent Organization: Communication as its Site and Surface*, Lawrence Erlbaum Associates, Mahwah, NJ and London.
- Tibon-Cornillot, Michel (2002), “Démésure des techniques contemporaines. Du réductionnisme technologique aux sources involontaires des techniques”, in Roux, Jacques (Coord.), *Gilbert Simondon. Une pensée opérative*, Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne.
- Wiener, Norbert (1998 [1954]), *Cibernética e Sociedade: O uso humano de seres humanos*, São Paulo: Editora Cultrix.

Da tecnologia na organização à organização na tecnologia*

James R. Taylor**

Resumo

Durante estas três décadas, envolvi-me em avaliações de ambiciosos projectos de introdução de novas tecnologias nas organizações. Testemunhei a repetição deste padrão muito frequentemente: as expectativas iniciais altas, encorajadas pelos aficionados entusiásticos das novas tecnologias, terminam provocando um relativo desapontamento e, às vezes, uma desilusão. Mas após um terço de século talvez esteja na hora de analisar mais profundamente as razões para este fraco desempenho. Neste artigo, sugeri uma possível via de investigação. Coloquei a hipótese de a tecnologia incorporar o “texto” errado sendo incapaz de lidar com a complexidade das organizações modernas que vivem uma tensão crescente devido aos processos simultâneos e paradoxais de centralização e distribuição. Evidentemente, assumo o pressuposto de que nós definimos o “texto” de uma forma mais sociológica: não como uma fotocópia estática ou uma representação da comunicação organizacional, mas antes como reflexivamente constituído na sua relação com a prática e com os objectos – teoria da co-orientação.

Palavras-chave: tecnologia, teoria da co-orientação, escola de Montreal, comunicação organizacional

Introdução

Há três décadas (1975-77), em colaboração com os estudantes de Madeleine Dubé e Nicole Leduc (Dubé, 1978; Leduc, 1978), iniciámos o que era, provavelmente, o primeiro estudo de campo, focalizado nos efeitos estruturais de introdução de um computador interactivo com mensagens, suportado por um sistema administrativo numa organização (Taylor, 1982a e 1982b). No relatório de investigação, escrevi que

* Tradução de José Pinheiro Neves e Cristina Gonçalves.

** Universidade de Montreal, Canadá.

«a revolução na tecnologia da comunicação está a alcançar os administradores organizacionais» (1982a: 176). Não vejo razão alguma para rever essa afirmação. No entanto, previ também que o processo de transformação seria turbulento devido à lógica dos novos sistemas que, no mínimo, contradizem o controlo racional da burocracia que desde há muito dominavam, tal como Max Weber descreveu, as visões ocidentais sobre a administração eficaz. De facto, dominavam desde o início desta moderna forma de organização.

A contradição observada era endémica à própria tecnologia. A primeira geração de programadores, que inventou a sua nova profissão, nos anos 50 e 60, viu a administração assistida por computador como, essencialmente, centralizadora. As imensas capacidades de armazenamento de nova informação e de processamento, suportadas por dispositivos de entrada e saída eficazes, prometeram tornar as operações da organização quase totalmente transparentes, uma espécie de panóptico contemporâneo (prisão onde se consegue ver os prisioneiros sem que estes saibam que estão a ser observados), e, como tal, mais fácil de administrar. A tecnologia facilita, hipoteticamente, um controlo centralizado das operações. Contudo, em 1970, um novo fenómeno apareceu: o computador pessoal (PC). Muito antes, mais ou menos no espaço de uma década, toda a tendência de centralização era contrariada por um desenvolvimento oposto. Por volta de 1990, cada um dos comparativamente minúsculos computadores portáteis, espalhados por todo o mundo, tinha maior capacidade do que as centrais gigantescas de uma década atrás. Agora, os centros centralizados pareciam ser minimizados pelos imensos recursos distribuídos pelos utilizadores. A fácil comunicação entre estes é o resultado da convergência das telecomunicações e informática, a que hoje chamamos Internet. O poder foi aparentemente deslocado do centro para a periferia. O nosso estudo, efectuado nos anos 70, estava focado no começo desta última transformação, pois o sistema introduzido era uma das primeiras aventuras de comunicação baseada numa alta inovação tecnológica desenvolvida no Stanford Research Institute nos finais dos anos 60, cuja finalidade era a de ampliar os conhecimentos individuais dos utilizadores. Aquilo que ficou conhecido como o *personal computing* (“o computar pessoal ou privado”).

As redes de hoje, paradoxalmente, são ao mesmo tempo extremamente centralizadas e de enorme extensão, e distribuídas por todos os cantos do mundo.

Não se pode dizer, do ponto de vista lógico, que se é simultaneamente centralizado e distribuído, mas a verdade é que é isso mesmo que se passa actualmente. O que comecei a explorar, apenas por volta dos anos 1980, foi a dinâmica que esta incongruência mútua provavelmente geraria. O que me intrigou naquela altura (e continua a intrigar) é que a lógica da comunicação hierárquica (a espinha dorsal do controlo centralizado) e a lógica dos processos de tarefas organizadas horizontalmente são, em certos aspectos-chave, incompatíveis (Taylor, 1982). Pior, são mesmo contraditórias, sendo, por isso, capazes de gerar turbulência. “Engraçado”, disse comigo mesmo, “que ninguém tenha reparado nisto antes.” Pensei que se calhar era porque ninguém olhava para as comunicações da mesma forma que eu (algo que se acentuou mais tarde).

Vamos agora, usando um termo da rádio, dar um salto no tempo de trinta anos até à Primavera de 2006. Estou em França a falar com dois jovens estudantes brilhantes, Sandrine Virgili (Université de Nice Sophia Antipolis) e Bertrand Fauré (Université de Toulouse III, le Mirail), que tinham defendido, ou estavam prestes a defender, as suas teses de doutoramento. Os seus trabalhos, em alguns aspectos, tinham muitas afinidades com o estudo que nós tínhamos realizado anteriormente. Dubé e Leduc, ambos da geração anterior, haviam mergulhado na rotina diária de uma grande organização por mais de um ano, tempo suficiente para observarem os padrões organizacionais dos hábitos diários da colectividade. Cada um relatava uma experiência que não tinha apenas observado, mas vivido completamente. E cada um estudava a dinâmica organizacional que resultou da implementação de um novo processo tecnológico de informação e comunicação.

No entanto, apenas até aqui esta analogia se consegue aguentar. Dubé e Leduc estudaram um pequeno sistema experimental, numa modesta divisão de uma grande empresa. Já no caso de Virgili e Fauré, estes foram confrontados com uma tecnologia avançada muito cara e ambiciosa, em princípio bem testada no mercado, afectando todos na empresa e correspondendo a uma estratégia corporativa suportada pela gerência sénior. O objectivo do novo sistema, conhecido como *Enterprise Research Planning* ou *ERP*, era unir todos os vários universos de informação local integrados numa grande rede, usando uma única linguagem do *software* e impondo uma definição comum de tarefas e papéis, através dos quadros da empresa (por exemplo, no caso de Virgili, a empresa líder no seu sector comercial, tinha usado, previamente, umas catorze tecnologias diferentes do software, uma para cada sector, e, porque eram incompatíveis, a troca eficiente de informação de uma operação para outra era limitada). A integração total era o objectivo.

Na prática, a implementação de cada um dos novos sistemas encontrou sérias dificuldades. Irei mencionar apenas duas delas.

No estudo de Virgili, o esquema de trabalho que fora introduzido no *software* SAP (SAP é uma das companhias mais bem sucedidas no terreno) simplesmente não tinha correspondência com a prática corporativa. As rotinas e a distribuição de tarefas envolvidas, tal como eram interpretadas pelo sistema, não corresponderam, mesmo remotamente, às actuais práticas de compra. A administração estaria realmente interessada em interromper uma operação bem sucedida, implementando um modelo totalmente novo? Questões de política corporativa foram imediatamente levantadas.

No estudo de Fauré, situado no negócio da construção, as realidades locais, em toda a sua complexidade, simplesmente não podiam ser completamente capturadas pelo *software*. A obrigação de encaixar na lógica do sistema tende a reduzir o gestor local a um mero funcionário que efectua a introdução de dados. O perigo, para além disso, era que essa ocupação o iria distrair da sua função principal de supervisionar as equipas de construção que eram continuamente obrigadas a ter em conta as contingências das circunstâncias locais. Sem surpresas, ambos os projectos estavam a atrasar-se, e a gerar uma intensa, e em grande parte, secreta resistência local.

Tudo isto era previsível. O sistema *ERP* é actualmente muito popular, mas o seu caminho de sucesso foi complexo. Por exemplo, Beatty e Williams (2006) publicaram, no prestigiado jornal *Communications of ACM* (*ACM* significa “Association for Computing Machinery”), que 67% das médias e grandes empresas estão a implementar uma forma ou outra de *ERP* e, além disso, 21% estão a avaliar as potenciais compras de sistemas. O mercado actual é de 47,8 biliões de dólares por ano e estima-se que alcance os 64,8 biliões, em 2009. E, ainda, os mesmos autores relatam: «Uma pesquisa dos gestores do projecto *ERP* revelou que 40% dos inquiridos não conseguiu atingir as intenções iniciais do negócio... Mais de 20% dos gerentes afirmou que, de facto, encerraram os seus projectos antes de os completar» (2006: 106). Em termos gerais, os projectos do *ERP* «estavam a ser entregues tarde e com custos acrescidos, em média 25% acima do orçamento original». As empresas «gastaram em média 48 milhões com projectos dos quais só 61% estão completos» (*ibidem*: 106).

Acredito que há boas razões para isto acontecer, independentemente da resistência natural à mudança, por parte de quem tem experiência prática numa área que conhece muito bem. O novo sistema foi-lhes imposto pelo exterior e, muitas vezes, sem uma motivação clara ou, pelo menos, outra que não seja a compra do último milagre da tecnologia. Contudo, penso que os problemas que os *ERP* têm encontrado estão mais relacionados com o que disse antes do que com o conservadorismo. Ao invés, eles reflectem a influência da incompatibilidade das lógicas de centralização e distribuição e a impossibilidade de abarcar as duas em simultâneo e totalmente. Pretendo, neste texto, estudar a tensão que é inevitavelmente gerada pela centralização de iniciativas, quando afectam as práticas distributivas a partir da perspectiva da teoria da comunicação.

Esta investigação conduzir-me-á a uma reflexão acerca da dinâmica intermodal do texto e da conversa. Sistemas de *software*, tal como são conhecidos, são o produto de escritores. Os “escritores” que usam o código do computador, baseado na lógica binária, não podem esquecer que os produtos por eles gerados são intrinsecamente *textuais*. Como textos, descrevem o que os programadores adoptam para se tornar na estrutura da realização das tarefas da organização. De facto, os programadores do sistema reclamam realmente ter escrito “o texto” da organização. Pondo em causa esta afirmação, explorarei uma ideia diferente do “texto” organizacional, como sendo aquele que está virtualmente presente nas actividades contínuas de pessoas e, neste sentido, é tácito e não explícito (Nonaka e Takeuchi, 1995). Isto não o torna menos eficaz nos seus efeitos e, de facto, é exactamente o que o processo de implementação *ERP* ilustra. Uma implementação do *ERP* transforma-se numa competição de textos e dos seus autores – literalmente, uma luta pela autoridade, pela legitimidade.

Teoria. Observações preliminares

Primeiro, precisamos de clarificar o conceito de teoria da comunicação. Ao longo da história dos estudos sobre a comunicação, durante um século ou mais, a comunicação foi encarada como transmissão de informação e partilha de conhecimento. Não

quero com isto dizer que se defendesse sempre que o processo era inocente, ou imune à polarização. Pelo contrário, desde o início, a ênfase foi comumente colocada na possibilidade de a partilha de informação se transformar em propaganda, a partilha deliberada de atitudes e propagação de uma ideologia. No entanto, a maioria defendia a representação funcional da língua como instrumento de formação de ideias acerca do mundo que nos rodeia. Tal abordagem era descrita como organizacional porque era simplesmente uma actividade de comunicação que, por vezes, se desenrolava dentro ou à volta dos limites de uma organização (Smith, 1993). Entretanto, o que foi designado de “comunicação organizacional” referia-se regularmente à forma como a organização se apresentava à comunidade, através das relações públicas, relações humanas e publicidade, ou como respondia às crises mediante a definição do contexto e responsabilizando-se perante a solução encontrada (Cheney, 1991).

Esta definição de “comunicação organizacional” não merece a minha concordância. Embora se trate de uma área de investigação válida, não corresponde ao que eu penso que constitui a “comunicação organizacional”. Para se entender a mudança de perspectiva que sugiro, precisarei de aprofundar um pouco a questão da funcionalidade da linguagem.

Alguns linguistas (por exemplo, Halliday, 2002) observam que a linguagem pode ser dividida em três funções simultâneas. A primeira destas é sem dúvida a que se liga à explicação, ao seu conteúdo. Esta é a que por vezes tem sido descrita como a função *conteúdo* da comunicação. A segunda função da linguagem – de todas as linguagens, que seja realçado – é *interpessoal*. O exemplo mais explícito desta segunda função do falar e escrever verifica-se quando usamos as palavras para formular uma pergunta, pedir um favor, exprimir um sentimento, ou criticar alguém. Mas mesmo a expressão mais neutra de uma linguagem é sempre, uma vez adicionado um contexto, um meio para exprimir as nossas próprias atitudes, ideais e valores e influenciar os dos outros. A terceira função da língua é denominada de *textual*. Há um número infidável de modos de nos exprimirmos através de uma linguagem, mas um requisito é que tal seja feito de modo que respeite os padrões que determinada linguagem disponibiliza. De outra maneira, deixaríamos de fazer sentido. De qualquer forma, a habilidade no uso da linguagem faz parte do que significa ser um bom comunicador.

A comunicação organizacional, como a entendo, é uma disciplina que tenta ter em conta todas estas funções. Não negligencia nem a dimensão representativa nem a textual, mas a sua primeira preocupação é com o teor interpessoal patente na comunicação humana. Esta intensificada valorização da dinâmica interpessoal explica-se pelo facto de ser aí que as funções emergem e que as estruturas da autoridade são realizadas e negociadas. A definição de função e hierarquia são propriedades intrínsecas a todas as formas de organização. Precisamos de ver como elas são constituídas e mantidas. É precisamente isto o que a comunicação organizacional pretende fazer. Por isso, lhe interessa tanto o *diálogo*, porque é essencialmente interpessoal.

O nosso argumento é ainda mais radical do que aquilo que parece ser à primeira vista. Nós defendemos que, de facto, não há organização nenhuma, senão aquela que

está presente na comunicação (Taylor e Van Every, 2000). É verdade, evidentemente, que toda a gente fala de organização como se fosse real, mas vale a pena notar que nunca ninguém viu, ouviu, cheirou, provou ou tocou uma “organização”, da mesma forma que o fez com cavalos e vacas, casas e hotéis, limões e laranjas. Não condeno a existência de organizações (como é que poderia, dada a sua imensa importância no mundo de hoje?), mas questiono a sua forma de existência: a sua ontologia e efeitos. Alego que elas existem apenas virtualmente na comunicação, e que é aqui que uma organização exerce abertamente a sua influência. O seu poder para agir, ou a “agência” desse poder, para sempre permanece, no entanto, inerente na comunicação. A tarefa da ciência de comunicação organizacional é, portanto, descobrir a organização na comunicação e não mais o estudo da comunicação na organização (a abordagem convencional) (Cooren, 2000; Cooren e Taylor, 1997; Taylor e Cooren, 1997; Taylor, Cooren, Giroux e Robichaud, 1996; Taylor e Van Every, 2000; Cooren, Taylor e Van Every, 2006).

Co-orientação

O primeiro desafio com que nos deparamos provém do facto de que, mesmo que a linguagem em uso seja simultaneamente representativa (dá uma perspectiva do mundo), interpessoal (reclama uma identidade e implica identidades para os outros) e textual (põe à prova as capacidades técnicas do orador/escritor), isso não a torna contudo “organizacional”. Pelo contrário, a linguagem é muitas vezes usada para fazer muitas coisas que não são certamente de cariz organizacional: descarregar a excitação durante um jogo de futebol, por exemplo. Então, a tarefa inicial de um teórico de comunicação organizacional é fazer com que a teoria da comunicação seja especificamente aplicável ao estudo da materialização organizacional na comunicação. Perceber o funcionamento da linguagem é portanto um passo em frente em direcção à construção de uma teoria, mas precisa de ser complementado com outras condições. O factor-chave é a situação (Taylor, livro ainda não editado). Para alcançar o objectivo de tornar a teoria comunicacional explicitamente organizacional, e para motivar a ênfase na situação, os meus colegas e eu desenvolvemos aquilo a que chamámos uma *teoria de co-orientação*.

A *teoria da co-orientação* foi inspirada numa simples ideia: se uma organização existe, seja nas savanas do sul de África, nas linhas de produção da Coreia do Sul ou nas salas de reuniões de Roterdão, isso acontece porque existe uma necessidade de trabalhar colectivamente para atingir certos resultados. A comunicação organizacional é primariamente dominada por uma concentração em determinada prática. Linguisticamente, bem como realisticamente, começamos com um par: um agente que está preocupado com um objecto, onde se entende que o termo “objecto” significa simultaneamente o alvo substantivo da acção, e também o que o agente está a tentar alcançar com a acção (objecto como objectivo, na prática).

A relação de agente e objecto ainda não é, obviamente, comunicacional, mas é a componente-chave daquilo que entendemos por situação. A comunicação organiza-

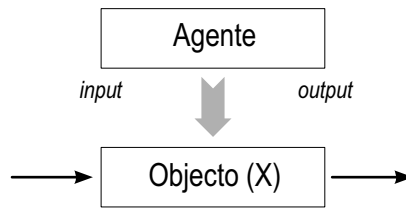


Figura 1. Uma relação agente-objeto como base prática da co-orientação.

cional, por outras palavras, vai ser sempre uma actividade progressiva. A componente comunicacional da situação só se torna explícita, quando o objecto X é o foco comum de um agente A, e alguém que beneficiará do resultado da acção B. O objecto em questão é um motivo da comunicação porque, por outras palavras, ele tem valor. A operação conduzida pelo agente A pretende pegar num material inicial, e através de uma transformação torná-lo mais útil, adicionar valor. O agente beneficiado, ou A – (X) – B, na transacção assume, *a priori*, que o objecto tenha um valor de uso para o beneficiário B. O foco da relação de comunicação, assim, está no potencial do objecto para motivar uma troca: valor para valor.

A troca que se segue é assim a base lógica da comunicação organizacional: algum objecto de valor, X, em troca do outro, Y (dinheiro, autoridade, prestígio, qualquer um).

Podemos tornar isto menos abstracto mediante um exemplo. Num hospital, o médico assistente decide que a pressão sanguínea do paciente poderá ser baixa. Assim, o paciente é encaminhado para a clínica de sangue onde a enfermeira retira uma amostra de sangue deste. Isto então é transmitido pelo serviço de entrega interno (outra agência) ao laboratório, onde um técnico (outro agente) faz os testes solicitados. Os resultados voltam ao médico (um agente) que os avalia e decide o tratamento do paciente. Em troca, espera-se que o paciente pague pelo tratamento ou que seja compensado pelo seu seguro. Por sua vez, os agentes, esperam ser pagos através de um salário.

Observe que o mesmo padrão é repetido vezes sem conta. O paciente vem ao médico para proceder ao diagnóstico e tratamento (o paciente é tanto o objecto como

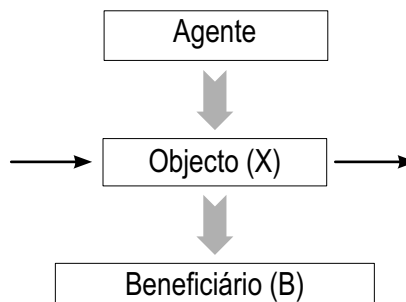


Figura 2. A relação co-orientacional mediada por um objecto (não mostro o retorno, a compensação, por razões de simplicidade).

o beneficiário), e isto desperta uma cascata de transacções subsidiárias. Assim, na perspectiva do paciente, o médico é um agente no sentido individual (“o doutor”), mas também incorpora na sua pessoa a agência colectiva do hospital. É por isso que um médico pode ser substituído pelo outro sem alterar a lógica da troca (embora, sendo uma experiência interpessoal, o resultado possa ser bastante diferente, uma vez que cada médico não tem o mesmo modo de atender os pacientes).

Esta é a principal razão que motivou o desenvolvimento da teoria da coorientação. Como uma teoria, ela assume que o núcleo essencial da comunicação organizacional é um $A - (X) - B$, que deve dizer que a comunicação se torna organizacional quando envolve um foco comum entre um mínimo de duas pessoas, A e B, juntamente co-orientadas para o objecto X. O que unifica muitas trocas nas suas conversas é a concentração no objecto, e a relação que ele motiva. Como o exemplo do hospital ilustra, tais unidades da comunicação têm uma tendência, em qualquer operação complexa, para ficar densamente imbricadas (algo que se encontra sobreposto parcialmente a outro adjacente) numa rede de transacções interligadas. E vale a pena observar que, em tais contextos imbricados, “o agente” não é muitas vezes humano, mas especialmente não-humano. Se, por exemplo, o transporte da amostra de sangue da clínica ao laboratório for automatizado, nenhum ser humano está directamente implicado, mas a agência está. Os testes técnicos de laboratório dependem de um agente químico de alguma espécie que permita o sucesso (a imbricação acidental [sobreposição de objectos parcialmente] só ocorre onde há muitas transacções ligadas para um objecto comum, e regularmente repetidas numa base diária. A regularidade, realmente, estimula o uso de agentes não-humanos menos caros).

Mesmo as expressões simbólicas que usam linguagem – a “embalagem” habitual da relação – poderão ser vistas como que em conformidade com o mesmo padrão. Para a comunicação ser possível, o agente tem que fazer com que a linguagem permita falar e escrever e seja orientada para o benefício de alguém. Não importa o quanto as trocas possam ser interactivas, o seu padrão está em conformidade com o modelo da co-orientação: A e B ligados por X. O valor do objecto de valor é informação, que também é um valor adicionado.

Agora, precisamos de fazer duas observações. Primeira: tenho vindo a descrever o conjunto de actividades orientadas aos objectos que compõem as *operações* de uma organização. Penso nisso como a dimensão horizontal da organização, uma vez que demarcam a trajectória da transformação dos objectos que definem a actividade como um todo. Segunda observação: o conjunto de relações, característico de tais actividades imbricadas, não é simétrico, mas complementar. Embora isto possa parecer inicialmente surpreendente, visto que descrevi as conexões como “horizontais”, torna-se claro quando consideramos mais estreitamente as respectivas orientações para X de A e B. Para o agente A, a relação com X é “fazer-para”. Para o beneficiário B, a relação com X é de “feito-para”. Linguisticamente, é o correspondente à diferença entre o sujeito gramatical e o objecto indirecto. O resultado é que, embora os dois indivíduos sejam unidos pelo seu interesse conjunto em X, eles são divididos pela complemen-

taridade dos seus interesses. Um fenómeno que descrevi em outro lugar como uma “concepção do mundo” (Taylor, 1983, 1993, 2005; Taylor, Gurd & Bardini, 1997). A diferença é incorporada na linguagem para descrever papéis complementares: paciente – médico, cliente – advogado, cliente – fabricante, cidadão – burocrata, criança-pais. Sacks (1992), por exemplo, designa estas identidades de complementares na medida em que são “membros de uma categoria” que existem em função de outra.

Através da perspectiva abrangente de todo o sistema de interacção, a comunicação é assim, simultaneamente, um instrumento de integração (enlace num conjunto das actividades desiguais) e diferenciação (estabelecendo papéis diferentes e identidades). Isto pode não apresentar um problema prático enquanto a norma da reciprocidade é respeitada: valor por valor, conduzindo a uma harmoniosa combinação de várias actividades inter-relacionadas. Mas a equidade implica um equilíbrio delicado, raramente realizado completamente em organizações reais. O resultado é muitas vezes uma sub-corrente de relações contenciosas entre a sede e as filiais, uma especialização e outra, visto que as suas respectivas prioridades colidem e o ressentimento é o resultado.

Esta é a dimensão horizontal. Agora vamos passar a descrever a vertical.

Estabelecimento da hierarquia e da autoridade

A primeira observação é uma trivialidade óbvia da organização: para ter direito a actuar como um agente da organização, é necessário ser qualificado. Para ser qualificado, é necessário entender algumas obrigações, ser motivado a actuar, ter o conhecimento especializado que se ajusta às responsabilidades, possuir a competência, normalmente adquirida mediante um período de preparação e supervisão prática. Estes quatro tipos de qualificação correspondem, linguisticamente, a quatro verbos modais portugueses: dever, querer, saber e poder (Greimas, 1970). A regra da modalidade na linguagem serve significativamente, acima de tudo, para expressar o conhecimento interpessoal, uma forma de demonstrar atentamente os compromissos perante os pares: “eu prometo...”, “eu quero...”, “eu percebo...”, “eu posso fazer...”. É neste sentido que o indivíduo, que tenho estado a descrever como um agente, apenas aparece como tal como efeito de uma anterior transacção co-orientada em que a primeira fonte de agenciamento está relacionada com o futuro agente, de tal forma que o último se transforma no *seu* objecto que foi feito para ser qualificado. Realmente, houve uma aprendizagem.

Este mesmo sujeito, ou “objecto de qualificação”, é também, de uma perspectiva diferente, um beneficiário, porque, como resultado da qualificação, ele ou ela é autorizado a actuar em nome da organização, como seu representante, ou agente (“agente” que não age simplesmente, mas age tendo em vista determinado resultado). Uma identidade foi estabelecida, existindo uma recompensa monetária ou outra que corresponde à perícia equivalente ao *status*. Entretanto, quando esta pessoa age como um agente individual, a organização também está a actuar – uma dupla personalidade que tínhamos descrito noutro texto como actuando simultaneamente em mais do que um registo (Taylor & Robichaud, 2006). A organização, por causa da fase prévia da qua-

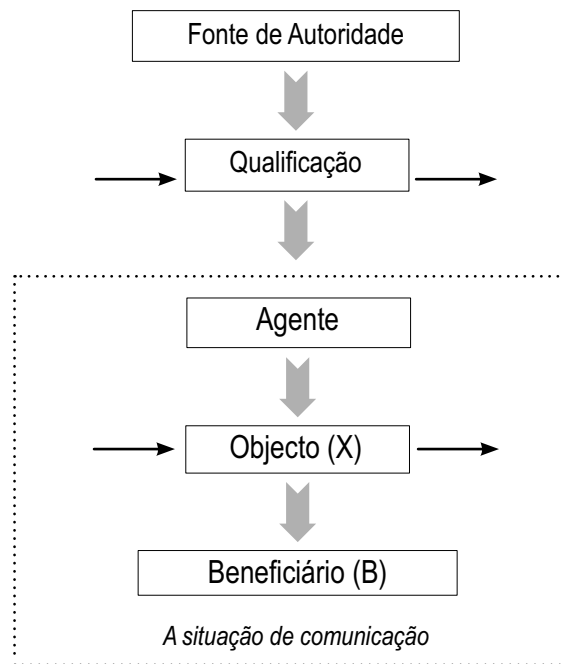


Figura 3. A organização como fonte de autoridade, immanentemente presente na situação de comunicação co-orientacional.

lificação, está assim praticamente presente em todas as transacções dos seus agentes. A sua presença imanente é assim distribuída por todos os lugares, embora, realmente, não exista em nenhum lugar.

No entanto, nós dissemos que a organização, embora seja distribuída, é igualmente centralizada. Então, como explicar a centralização?

Primeiro, a explicação de qualificação que dei não está errada, mas é incompleta. Para umas coisas, a qualificação não é algo que ocorre apenas de uma só vez.

O médico no hospital passou realmente por uma fase intensa da preparação, inclusive uma época de especialização antes de ser qualificado, mas ele ou ela são ainda sujeitos às sanções de uma associação profissional, às expectativas dos colegas, à disciplina de uma administração do hospital, sendo também responsável perante os tribunais em caso de negligência médica. E há uma expectativa de que o indivíduo incorporará as inovações na sua prática, tal como se vão desenvolvendo. A qualificação é um desafio para a vida. O agente deve continuar a ter em conta a sua *performance* tendo em conta o outro – só que agora passou a ser o seu destino: passa a ser um juiz, não um instigador (Greimas, 1970).

Em segundo lugar, normalmente o indivíduo é parte de uma comunidade de outros agentes que se dedicam à mesma prática e, por isso, questões de controlo interno devem ser tidas em conta. Suponha que, por exemplo, e continuando com a minha

ilustração baseada na prática médica, questões acerca da política nacional de saúde estão a ser discutidas e pedem à comunidade médica para tomar uma posição¹. Alguém terá que ser delegado para ser porta-voz da comunidade médica. Ao fazê-lo, essa pessoa será investida de autoridade. Literalmente, de facto, uma vez que é ele ou ela que vai representar a opinião da comunidade, ou falar de acordo com a posição do autor. Nas discussões que então se seguem, todos os oradores estarão a falar para – actuando como agentes com responsabilidades – as suas várias comunidades. Esta é a razão de chamarmos a esta prática de *metaconversação* (Robichaud, Giroux e Taylor, 2004). É uma conversação que liga todas as comunidades através dos oradores que as representam: um diálogo em que o objecto é a conversa, a sua e a dos outros.

A gestão é, neste sentido, uma *metaconversação*. De notar, de qualquer maneira, uma mudança fundamental que ocorreu. Onde antes a qualificação dos agentes que referi anteriormente era um sistema de delegação de responsabilidade e atribuição de poderes de cima para baixo, a *metaconversação* é-o de baixo para cima: uma justificação do agente da comunidade acerca do ponto de vista para, usualmente, os seus pares e superiores. A discrição acordada entre o porta-voz e os seus colegas confere aos primeiros a responsabilidade, e o direito, enquanto agentes, para comunicar o ponto de vista da sua comunidade, de outra perspectiva, responsável. Mas o objectivo da *metaconversação* é o de destilar ainda mais posições em qualquer coisa que se assemelhe a uma “decisão” (como é muitas vezes apelidada no jargão tradicional da gestão), que irá atribuir por fim um ponto de vista comum a toda a organização (para uma crítica sobre a presumível base racional nas decisões organizacionais, ver March & Olsen, 1979). Portanto, enquanto por um lado a organização se torna real através da sua disseminação nas variadas actividades dos seus membros, por outro, está a ser concretizada no sentido exactamente oposto, através da delegação de autorização (da organização) a uma “pessoa moral” (para usar o termo legal), escolhida para entrar nas conversações da sociedade mais abrangente como actor único. E, no processo, foi criada uma construção e delegação de autoridade que é agora propriedade da totalidade dos membros da colectividade que se identificam com a organização.



Figura 4. A construção da autoridade organizacional como uma saída (*outcome*) das práticas de delegação e de justificação.

¹ Deve-se realçar esta ambiguidade: que organização o médico especialista representa? É o pessoal de um hospital? A profissão no seu todo? A comunidade em termos gerais? Esta ambiguidade é típica. Todos nós pertencemos a territórios organizacionais sobrepostos e a nossa “representatividade” é relativa.

A autoridade é assim um caso complexo: é delegada para baixo e apropriada para cima. A parte “ascendente” é aquela que cria a autoridade organizacional, enquanto a parte “para baixo” se centra em delegá-la. Mas, num e noutro caso, a autoridade é a “cola” que une a organização.

Porque é que as coisas se tornam complicadas: processos duplamente encaixados

Aqui está o problema, tal como o delineei no artigo de 1982. Suponhamos que começamos com uma comunidade de prática. Escolhi a produção de programa de transmissão, porque estava familiarizado com ele, ainda que estivesse acostumado a muitas outras. A comunidade sobre a qual escrevia era composta por uma unidade de produtores de televisão, os quais eram responsáveis por uma série de programas; digamos que o objectivo do programa era uma telenovela semanal. Por um lado, o “objecto” era o programa e, por outro, o “beneficiário” pretendido para o público. Ao produtor foi delegada a autoridade necessária para produzir o programa incluindo a disponibilização de verba. O sentido da legitimidade é claro. Além do mais, desde que o produtor fosse um entre os vários produtores que possuíam responsabilidades semelhantes, os sistemas de autoridade foram progressivamente trabalhados no interior da comunidade e a partir do momento que permitem a emergência das identidades avaliadas (por exemplo: “produtor distribuído” *vs.* “produtor local”), o ego passa a estar envolvido nestes processos.

Porém, o produtor depende de uma rede inteira de outros especialistas (os operadores cinematográficos, responsáveis pelo *design*, assistentes, artistas de maquilhagem e técnicos). Algumas destas especialidades, especialmente nas profissões técnicas, têm as suas próprias instituições e modos de organizar, e a sua própria rede interna complexa de identidades e estatuto. Suponha agora (aconteceu!), que o agente técnico (digamos, um editor de filme) não consegue entregar o produto que o produtor precisa, ou, pelo menos, não o entrega num prazo aceitável. Por causa da relação meio-fim desta troca, dá-se uma ruptura na co-orientação. O produtor está infeliz (“Onde está o meu filme?”), mas depois há o editor (“Estou completamente cheio de trabalho!; Eu não tenho o equipamento certo”). Como solucionar o impasse?

A resposta é que não há nenhum modo de o fazer se nós inserirmos o caso dentro do esquema da delegação que tenho delineado, simultaneamente descendente e ascendente. Isto porque a transacção de produtor-editor é embutida duplamente. Ou seja, tanto o produtor como o editor estão situados dentro de uma escala complicada de delegação de autoridade, culminando nos escritórios de vice-presidentes diferentes, com autoridades divergentes, onde se pressupõe que exercitem uma mordomia efectiva nos seus domínios respectivos. Não há um único ponto de arbitragem autorizada em relação a uma disputa, exceptuando o Presidente (e consultá-lo é irrealista). Porque as responsabilidades deles são complementares em vez de simétricas, as perspectivas das respectivas profissões, na transacção intercomunidades profissionais, não são as

mesmas. A visão do mundo deles é diferente. Além disso, porque cada um dos agentes individuais pertence a uma comunidade de semelhantes, as suas perspectivas, com o passar do tempo, assumiram uma legitimidade, nas suas próprias mentes, que foi justificada pela racionalidade das próprias comunidades. É fácil estarmos seguros de que estamos certos, nestas circunstâncias. Infelizmente, ambas as partes estão certas. E nenhuma o está.

Não há uma solução lógica para o impasse. Cada posição é legitimada pela sua própria estrutura co-orientada. Somos impelidos para o domínio da pragmática: construa um certo *modus vivendi*, da melhor forma que puder, possivelmente usando a negociação.

Guney (2006) produziu uma boa ilustração sobre o fenómeno que tenho estado a descrever. A sua pesquisa, descrita numa dissertação (2004), segue o mesmo caminho que descrevi para os outros estudos: envolveu-se numa grande organização, durante tanto tempo, que não se tornou só num observador, mas quase num membro. A organização em questão era uma companhia reconhecida em desenvolvimento tecnológico. O estudo de caso que descreveu envolve uma iniciativa de desenvolvimento comum que une dois centros de pesquisa e desenvolvimento bem estabelecidos e prósperos. O primeiro, *Hotville*, é famoso pelo seu desenvolvimento de *hardware/software* de alta qualidade, extremamente sofisticado e caro, dirigido para um mercado de clientes especiais, especialmente os militares. O segundo centro, *Snowfield*, desenvolve uma linha de fácil uso, especializada em produtos de *software* que são dirigidos, principalmente, para operações reduzidas de companhias de tamanho limitado, mas que necessitam de uma tecnologia que ligue as partes do seu sistema. A companhia-mãe decidiu que tem de desenvolver uma nova linha de produtos que será baseada numa fusão das duas capacidades: tecnicamente avançado mas com maior aceitabilidade de uma larga variedade de clientes. O director do projecto estará localizado em *Hotville*. O engenheiro principal da *Snowfield* tem uma inovação de *software* que ele determinou que será integrada no novo sistema. O chefe do projecto de *Hotville* argumenta que a sua integração é demasiado complexa para o prazo que a companhia tem em mente. Durante meses, não há resolução para a discussão. Finalmente, a companhia, metaforicamente, tranca-os numa sala até chegarem a um compromisso. Levam três dias de debate, bastante intenso e emocional, antes de chegarem finalmente a uma decisão, embora fiquem com sentimentos negativos que persistem, em ambos os lados, durante longos anos.

É o que pode acontecer com processos duplamente embutidos (também ilustra a ideia de uma metaconversação). Embora a divisão original da opinião fosse baseada em factores técnicos, os debates subsequentes incluíram a interpretação de motivos, as análises das diferenças entre as duas culturas e expressões da frustração: tudo dirigido para atrás, não apenas para o assunto como tal, mas também para as conversações que estavam gerando.

A embutidura dupla [*double embedding*] é uma característica mais comum da vida organizacional do que se possa imaginar. Ela ocorre simplesmente porque a lógica

da diferenciação de papéis, apoiados por uma distribuição dos meios de organizar, é distinta da centralização. No caso descrito por Güney, a centralização – a construção orientada de modo ascendente de uma intenção organizacional – obriga cada uma das partes na discussão a desenvolver melhores bases lógicas e persuasivas, dados posteriores aos factos que, não obstante, se contrariam uns aos outros, e que cada um tenta levar aos níveis mais altos de administração. Em 1982, chamei àquele processo da justificação de acções de alguém, seguindo March e Simon (1958), “absorção incerta”. Independentemente do nome que lhe damos, contudo, o discurso organizacional não é, para usar termos de Maturana, “transcendente”, mas um tanto “constitutivo”, objectivo, ou informado por uma única estrutura de interpretação: supostamente é o que ele chama de “parêntesis” (Maturana, 1997: 20). Penso em parêntesis como os constrangimentos situacionais e permissões que enquadram um tempo específico, e o espaço onde as pessoas executam as suas actividades, as levam a ver o mundo pela sua própria lente. Não há, por conseguinte, ninguém com a racionalidade corporativa transcendente (Taylor, 2001b).

Seria um equívoco, a propósito, concluir desta análise que a presença de processos duplamente embutidos ilustra uma limitação da organização. Pelo contrário, a embutidura dupla [*double embedding*] é a condição essencial que cria a ligação, o *sine qua non* que explica o êxito da forma moderna da organização. Por pouco confortável que nos faça sentir na nossa parte lógica da mente, ou aqueles que estão pessoalmente implicados, ela é o paradoxo de uma forma da organização que é simultaneamente unificada e diversificada, integrada e diferenciada, centralizada e distribuída (Taylor, 1986), o que explica a vitalidade da organização contemporânea. Isto é uma realidade, muitas vezes, pouco confortável para as pessoas que têm de trabalhar na organização, mas é o único modo pelo qual a organização pode simultaneamente responder às realidades locais, manter uma presença coerente num mercado global em alargamento.

As tecnologias de informação/comunicação e a organização

E relativamente à tecnologia? Como é que os *designers* de ERP e outros sistemas integrativos de informação e comunicação olham para a organização?

Primeiro, temos de nos lembrar de que a programação de computador é um ramo da lógica clássica aplicada. Como tal, é perfeitamente tolerável à premissa central da teoria da co-orientação, tal como a descrevi. O programador contemporâneo sofisticado provavelmente também enfrentará actividades organizacionais por uma óptica transaccional, usará um desenho de *software* típico do processo organizacional. Digamos que é uma típica transacção de negócios. Há um fornecedor e um cliente. Chamemos à actividade central – “a concretização”. Isto é, quando as ordens do cliente foram realizadas. No actual sistema de *design*, as condições e as acções que conduzem à concretização, por exemplo, podem ser especificadas no texto do computador: necessidades e capacidades. O que o fornecedor faz corresponde ao que o cliente precisa?

Tipicamente haverá etapas na negociação que são incorporadas na descrição: propostas, compromissos. E haverá provisão para uma fase posterior chamada “avaliação” na qual o sucesso da transacção é avaliado pelas respectivas partes. Isto, em parte, pode conduzir a um novo processo (embora isto não seja tipicamente detalhado pelo *designer*). As operações de subsidiária/auxiliares podem estar incluídas no *design* como aquisição, pedidos de utilizadores, etc. Nem os *designers* ignoram as negociações verbais que são estimuladas pela necessidade de estabelecer uma relação mutuamente aceitável. Ao contrário, eles fazem a provisão abundante para eles, e neste sentido reconhecem que a co-orientação é tanto um processo como um produto, dependendo de como se aborda. O desenho básico pode ser, por outras palavras, explicado no que o detalhe julgou necessário. Ele é, de facto, um instrumento flexível. Pode ser adaptado a um espectro muito largo de actividades, tal como o fornecimento de serviços de saúde a uma comunidade, ou fazendo o mapa das operações de uma biblioteca.

É realmente uma tecnologia poderosa e, como pode ser facilmente vista, reflecte a lógica do modelo co-orientacional. Contudo, note-se que descrevi operações que ligam a organização a um cliente (porque é regularmente essa a ênfase). O modelo aplica-se às relações co-orientadas internas usando a mesma lógica que antes. Mas isto impele-nos a perguntar: o que é que o modelo esquece quando funciona assim? E a resposta é imediatamente óbvia: nenhuma explicação é assumida em relação aos processos duplamente embutidos. A razão é clara. O *design* do *software* é hierárquico: assume uma delegação da autoridade centrada na gerência. Está relacionado com a integração da diferenciação, e não com a diferenciação da integração. É, neste sentido, um antecessor directo da tradição computacional original, aplicada à administração, e reflecte pouco a segunda tradição que aludi anteriormente sobre a computação distribuída. Desde que não haja nenhum processo de baixo para cima de participação (como Fauré descreve na sua dissertação), o papel da autoridade é assumido como não sendo problemático. Entretanto, tal como os estudos empíricos que citei mostram, o facto é que a autoridade é, muitas vezes, problemática.

Quando se trata de processos inter-organizacionais, o cliente, mesmo que não esteja muito satisfeito, pode procurar um fornecedor alternativo no futuro (é a chamada fase de “avaliação pós-transaccional”). Nos processos intra-organizacionais, esta opção não é considerada. Se uma das partes estiver descontente (o que é muitas vezes o caso), recorre-se a uma procura hierárquica da legitimação de reclamações, formuladas por uma explicação em que descrevem a ofensa e justificam a reclamação. Isto será provavelmente registado numa lista de reclamações informal. O resultado é quase invariável, é uma questão de autoridade cujo resultado é, muitas vezes, problemático. Não há, que eu saiba, nenhuma representação de *software* que tenha, realmente, em conta este processo moroso, pela simples razão de que não é explicitamente operacional e por isso não é fácil de programar. Reúne características interpessoais da comunicação que não fazem parte do conjunto habitual de instrumentos de *software*. A conversação não é intrinsecamente rotina: é onde a inovação é desenvolvida.

Portanto, existe uma má combinação entre os verdadeiros modelos organizacionais e a sua representação no código dos programadores. A tecnologia é colocada na organização. Mas a aplicação da organização na tecnologia não é, exactamente, tão fácil.

Texto e organização

Virgili, na análise das suas descobertas, levanta um tema fundamental na pesquisa de comunicação organizacional: a natureza de texto. O processo que ela estava a observar era parecido com um “concurso” de textos. Por um lado, houve o que poderia ser chamado por o sistema de texto “nativo” – um sistema chamado *Gentia*, desenvolvido pela própria companhia para capturar os procedimentos existentes, que a empresa tinha desenvolvido durante anos. Por outro, houve o *SAP*, cuja lógica tinha sido realizada para se conformar, de acordo com os seus proponentes, à melhor prática na indústria. Visto que não eram idênticos, não podiam ambos ter representações válidas dos procedimentos da companhia. A pesquisa de Virgili consistiu em seguir a pista gradual de ajuste dos dois textos, até se chegar a um compromisso.

De qualquer forma, a questão que a sua pesquisa suscitou é o limite entre a prática e o texto. Na maior parte das vezes, quando usamos a palavra “texto”, somos levados a visualizar uma determinada espécie de inscrição, como palavras dactilografadas numa página, ou no código de *software*. Contudo, estritamente falando, não são as inscrições que são o texto, mas o significado que estas transmitem. A ausência de uma significação transforma o texto em rabiscos. O texto é, assim, um meio cuja única função é transmitir o significado do discurso de uma posição para outra, ou guardá-lo para futura referência. O que o torna signficante, por seu lado, é a maneira como atravessa as práticas. E isto faz-nos recuar à mesma pergunta: quais são as fronteiras entre texto (como expressão de prática) e prática (como expressão de texto)? Foi *Gentia*, no contexto descrito por Virgili, uma expressão da prática corporativa (de certo modo, uma representação textual deste), ou foi a prática uma representação de *Gentia*? Ou possivelmente foram ambos o resultado da dinâmica co-orientacional da organização?

Não se trata de uma pergunta artificial, pois o mesmo problema é tratado pelo conhecido e brilhante sociólogo Giddens, quando analisa os processos de estruturação (1984): «a acção não é uma combinação de “actos”: os “actos” são constituídos por um momento discursivo de atenção durante o fluxo da *durée* da experiência de vida» (1984: 3). Por outras palavras, não actuamos e depois descrevemos o que fazemos. Nem nós dizemos primeiro o que estamos a fazer, como devem ter acreditado os criadores do *SAP*, e depois fazemos (Weick, 1995). A *descrição*, mediada pelo corpo na sua situação dentro «do mundo circundante e na coerência de uma actuação própria», como Giddens o descreve, *é também uma acção*, e vice-versa (1984: 3). Este processo é aquilo que Giddens designa de “reflexividade”.

A pesquisa de Virgili sugere que Giddens está correcto. A representação que o *SAP* faz da sua prática de compras, não se refere imediatamente e especificamente

à *Gentia*, mas à sua própria prática. A sua oposição ao texto “estrangeiro” do *SAP* parece ter surgido a partir da sua própria (bastante exacta) percepção de que esse texto não representava reflexivamente as suas próprias actividades: “não constituía” exactamente os seus actos e assim falhou o teste de reflexividade. Desta forma, não era um texto legítimo. Vale a pena citar a resposta do consultor às suas objecções: «Sinto-me desolado, mas teremos que nos habituar a isso, porque é a terminologia *SAP*» [«Mais je suis désolé, mais faudra vous y habituer, parce que c’est la terminologie *SAP*.»] (contudo, foi pouco constante na sua obstinação, porque rapidamente foi obrigado a justificar a sua determinação a um gerente sénior da companhia anfitriã). Aqui «o texto» não é mais descritivo, muito menos constitutivo; é prescrito. E, de facto, ele não é o texto da organização em absoluto. É, literalmente e figurativamente, um texto não traduzido: uma descrição de outra organização que terá de ser feita com sentido na língua nativa da firma, se for efectivamente implementado.

Neste exemplo, como é tipicamente o caso, a conversação é a prova de que os textos concorrentes são moldados, verificados, e, muitas vezes, reformulados. Na maior parte das vezes, os implementadores da tecnologia sentem-se pouco à vontade na conversação. Quando lidam com os clientes, sentem-se melhor no mundo familiar dos seus textos (naturalmente, o seu próprio mundo também tem os seus diálogos internos, mas não são vistos como relevantes para a tarefa). Todavia, num contexto de processos duplamente embutidos, a conversação é crucial. Como Virgili desenvolve, foi mediante um processo contínuo de conversa que, eventualmente, o processo de implementação teve sucesso. Não se consegue resolver problemas distribuídos, centralizando-os. O que se pode fazer é resolver problemas centralizados, distribuindo-os. A conversação é o forno onde a organização é construída. Os seus contornos são textuais, tanto descritivos como prescritivos: texto e acção como uma dialéctica.

Desde cedo, aludi à bifurcação que ocorreu na profissão de computação nos anos 60 e 70. Uma perspectiva foi (e é) orientada pelo supercomputador. O *design* do sistema é visto como o seu objecto: a integração de todas as operações de uma companhia ou departamento do governo numa teia transparente de fluxos de informação, em que tudo é governado do centro. A outra perspectiva foi desenvolvida sob a liderança de Douglas Engelbart, um grande visionário no Instituto de Pesquisas de Stanford, e o seu *slogan* era o “aumento” do intelecto humano (Bardini, 2000). Ele e os seus contemporâneos assistiram à emergência de uma massa de “trabalhadores do conhecimento”, cada um apoiado pelo seu próprio computador, e assim, em parte, independente da autoridade central, desde que pudessem construir a sua própria rede de contactos livremente.

As profissões de conhecimento, realmente, multiplicaram-se, e a maioria das organizações modernas depende da existência destas para o seu próprio crescimento. Desta maneira, as duas lógicas contraditórias continuam a prosperar e a multiplicar-se. Além disso, os estudos de Virgili e Fauré podem ser vistos como uma descrição de confrontos locais num conflito contínuo. Mas, se estiver correcto, atribuindo a vitalidade das organizações contemporâneas à sua paradoxal identidade dividida, ao mesmo tempo

integradas e diferenciadas, então, para um dos concorrentes ganhar totalmente, o resultado seria uma perda de integridade da organização como um empreendimento viável.

A revolução da informação, às vezes, é vista como sendo uma progressão linear, desde os computadores primitivos dos anos 40 até aos funcionais produtos de hoje. Mas isto é uma ilusão. Não é uma simples curva linear porque, no seu sentido restrito, a tecnologia não se refere às máquinas mas ao uso qualificado destas: a prática. A partir do momento em que pensamos a tecnologia como ciência de artes práticas ou industriais, como o dicionário a descreve, então temos que ter em conta a existência de tendências contraditórias que vão tanto no sentido da centralização como da distribuição. Temos que pensar organizacionalmente, o que implica pensar comunicacionalmente.

A invenção do texto, no vasto alcance da ocupação humana no planeta, é na verdade um fenómeno recente, oriundo da Mesopotâmia e do Egipto, cerca de dois-três milénios antes de Cristo, e talvez da China e do México aproximadamente na mesma altura. Mas nós, realmente, podemos dizer que não havia nenhum texto antes desse tempo? Podem não ter tido o benefício do papel (ou pergaminho, papiro, tabletes de barro ou pedras) mas seguramente toda a sociedade humana teve o seu equivalente ao texto, inscrito em palavras faladas que foram memorizadas e foram reiteradas de geração para geração. Na realidade, se Giddens tem razão, deveria ter sido esse o caso. As nossas acções e representações sempre foram definidas mutuamente, e certamente continuam a ser.

A organização humana não começou com a descoberta de modos fisicamente incorporados de transcrever e transportar texto. Sempre houve texto. A escrita, armazenada em meios de transporte tais como o papel e a electrónica, alargou bastante o alcance da organização (Taylor, 2001). Ora, esta situação criou um problema, pois tende a obscurecer o facto essencial de que um texto, que não é relacionado reflexivamente com uma prática, não é realmente um texto, mas apenas uma paródia do texto. Por isso, tal como previ em 1982, a computadorização dos locais de trabalho nunca seria nem foi evidentemente uma tarefa fácil.

Conclusão

Durante estas três décadas, desde as minhas primeiras investigações, em 1975 e 1976, estive, repetidamente, envolvido em avaliações de ambiciosos projectos de tecnologia para apoiar a administração (Taylor, 1993; Taylor & Van Every, 1993; Taylor, Groleau, Heaton & Van Every, 2001). Testemunhei a repetição deste padrão muito frequentemente: as expectativas iniciais altas, encorajadas pelos aficionados entusiásticos de alta tecnologia, terminam provocando um relativo desapontamento e, às vezes, uma desilusão. Se Beatty e William estiverem certos (2006), nós continuamos no mesmo sítio que já estivemos, ou seja, na famosa “curva de aprendizagem”. Mas, talvez, após um terço de século poderia estar na hora de analisar mais profundamente

as razões para este subdesempenho. Neste artigo, sugeri uma possível via de investigação. Coloquei a hipótese de a tecnologia incorporar o texto errado. Evidentemente, assumo o pressuposto de que nós definimos o *texto* de uma forma diferente: não como uma fotocópia estática ou uma representação da comunicação organizacional mas antes, citando Giddens novamente, como reflexivamente constituído na sua relação com a prática. No mesmo sentido, Wittgenstein (1958: 8) disse que «imaginar um idioma implica imaginar uma forma de vida». Como referiu mais à frente, dizer que «as frases têm o mesmo sentido», não «consiste em terem ambas o mesmo uso» (1958: 10). «O falar da linguagem faz parte de uma actividade ou de uma forma de vida» (1958: 11).

A programação não é ensinada desta forma nas escolas de informática. A comunicação organizacional não figura muito naquele currículo. Por outro lado, a situação não é muito melhor nas ciências sociais, onde nem a computação, nem a comunicação organizacional figuram com frequência no currículo do ensino. Mas deviam aparecer. A transformação da organização, que antevi há um quarto de século, não foi lenta. Se, de facto, este processo continuar a acelerar, nós apenas podemos, vagamente, imaginar as consequências. Precisamos de novas formas de conceptualizar o que significa *ser organizado*, como acontece nesse processo e o papel da comunicação em todos estes processos. Acredito que há um grande espaço, quase ilimitado, para as novas abordagens que começam a olhar para a organização, não como o local onde a comunicação acontece, mas antes como o oposto: a comunicação como sendo o local onde a organização acontece.

A comunicação organizacional é hoje ainda um empreendimento modesto a nível mundial. Contudo, acredito que está destinada a ocupar um lugar importante na paisagem intelectual do futuro. Verifiquei que as minhas intuições originais se confirmaram durante todos estes anos. Mas um longo trabalho de investigação ainda está por fazer.

Referências bibliográficas

- Bardini, T. (2000), *Bootstrapping: Douglas Engelbart, coevolution, and the origins of personal computing*. Stanford: Stanford University Press.
- Beatty, R. C. & Williams, C. D. (2006), ERP II: Best practices for successfully implementing an ERP upgrade. *Communications of the ACM*, 49 (3), 105-109.
- Cheney, G. (1991), *Rhetoric in an Organizational Society: Managing multiple identities*. Columbia, SC: University of South Carolina Press.
- Cooren, F. (2000), *The Organizing Property of Communication*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- Cooren, F. & Taylor, J. R. (1997), Organization as an effect of mediation: Redefining the link between organization and communication. *Communication Theory*, 7, 219-259.
- Cooren, F., Taylor, J. R. & Van Every, E. J., eds. (2006), *Communication as Organizing: Empirical explorations into the dynamic of text and conversation*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Dubé, Madeleine (1978), *Les Communications par ordinateur: Le système NLS tel que perçu par ses usagers*. Université de Montréal.
- Fauré, B. (2006), *Les Activités de production de l'information budgétaire: Communications organisationnelles et régulations*. Doctoral dissertation, Université de Toulouse III (Le Mirail).

- Giddens, A. (1984), *The Constitution of Society*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- Greimas, A. J. (1970), *Du sens: Essais sémiotiques*. Paris: Éditions du Seuil.
- Güney, S. (2006), Making sense of a conflict as the (missing) link between collaborating actors. In F. Cooren, J. R. Taylor & E. J. Van Every, eds., *Communication as Organizing: Empirical and theoretical explorations in the dynamic of text and conversation* (pp. 19-36). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Güney, S. (2004), *Organizational Identity and Sensemaking in Collaborative Development of Technology: An ethnographic case study of "Building the Box."* Doctoral dissertation, University of Texas.
- Halliday, M. A. K. (2002), *On Grammar*. London: Continuum.
- Leduc, Nicole (1978), *La Communication médiatisée par ordinateur: Une nouvelle définition du dialogue groupal?*. Montréal, Université de Montréal.
- March, J. G. & Olsen, J. P. (1979), *Ambiguity and Choice in Organizations*. Bergen, Norway: Universitetsforlaget.
- March, J. G. & Simon, H. A. (1958), *Organizations*. New York: McGraw-Hill.
- Maturana, H. (1997), *La objetividad: Un argumento para obligar*. Santiago, Chile: Dolmen.
- Nonaka, I. & Takeuchi, S. (1995), *The Knowledge-Creating Company*. New York: Oxford.
- Robichaud, D., Giroux, H., & Taylor, J. R. (2004), The meta-conversation: The recursive property of language as the key to organizing. *Academy of Management Review*, 29 (4), 1-18. (Special issue on language and organization, edited by J. Ford and D. Boje)
- Sacks, H. (1992), *Lectures on Conversation*, ed. G. Jefferson (2 vols.). Oxford: Blackwell.
- Smith, R. C. (1993), *Images of Organizational Communication: Root metaphors of the organization-communication relation*. Annual conference, International Communication Association, May, Washington, DC.
- Taylor, J. R. (forthcoming), Dialogue and situation: An organizational communication perspective. Submitted for review to *Communication Theory*.
- Taylor, J. R. (2005), Engaging organization through worldview. In S. May & D. Mumby, eds., *Engaging Organizational Communication Theory and Perspectives: Multiple perspectives* (pp. 197-221). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Taylor, J. R. (2001a), Vivir en una sociedad de innovación. *Sociedade e Cultura* 3, *Cadernos de Noroeste*, University of Minho, Portugal, 21-34.
- Taylor, J. R. (2001b), The rational organization re-evaluated. *Communication Theory*, 11(2), 137-177.
- Taylor, J. R. (1993), *Rethinking the theory of organizational communication: How to read an organization*. Norwood, NJ: Ablex.
- Taylor, J. R. (1986), New communication technologies and the emergence of distributed organization. (Ed. L. Thayer) *Communication <--> Organization: Emerging perspectives* I. Norwood N.J.: Ablex.
- Taylor, J. R. (1983), Conceptual barriers to productivity. *Optimum: The forum of management*. 14 (1,2), 19-42, 56-84.
- Taylor, J. R. (1982a), Office communications: Reshaping our society?. *Computer communications*, 5 (4), August, 176-180.
- Taylor, J. R. (1982b), Computer-aided message systems: An organizational perspective. *Office information systems* (pp. 631-651). (ed. N. Naffah) Paris, Amsterdam: INRIA/ North Holland.
- Taylor, J. R. & Cooren, F. (1997), What makes communication "organizational"? How the many voices of the organization become the *one* voice of an organization. *Journal of Pragmatics*. 27, 409-438.
- Taylor, J. R., Cooren, F., Giroux, N. & Robichaud, D. (1996), The communicational basis of organization: Between the conversation and the text. *Communication Theory*, 6 (1), 1-39.
- Taylor, J. R., C. Groleau, L. Heaton, E.J. Van Every. (2001), *The Computerization of Work: A communication perspective*. Thousand Oaks CA: Sage.
- Taylor, J. R., G. Gurd & T. Bardini. (1997), The worldviews of cooperative work. In G. Bowker, L. Gasser, S. L. Star & W. Turner, eds., *Social Science Research, Technical Systems and Cooperative Work* (pp. 379-413). Lawrence Erlbaum Associates.

- Taylor, J. R., & Robichaud, D. (2006), Management as meta-conversation: The search for closure. In F. Cooren & L. Putnam, eds., *Interacting and Organizing: Analyses of a board meeting* (provisional title), Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Taylor, J. R. & E.J. Van Every (2000), *The Emergent Organization: Communication as its site and surface*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Taylor, J.R. & E. J. Van Every. (1993), *The Vulnerable Fortress: Bureaucratic organization and management in the information age*. Toronto: The University of Toronto Press.
- Virgili, S. (2005), *La Construction mutuelle de la technologie et de l'organisation en phase de développement: Une perspective communicationnelle appliquée à l'étude d'un ERP*. Doctoral dissertation, Université de Nice Sophia Antipolis.
- Weick, K. E. (1995), *Sensemaking in Organizations*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Wittgenstein, L (1958), *Philosophical Investigations* (Tr. G.E.M. Anscombe). New York: MacMillan.

Figurações tecnológicas

Figuras do íntimo-quotidiano na televisão: quando o mundo privado se torna mediático. O caso de SIC e TF1

Elisabeth Machado Marcellin*

Resumo

A questão da intimidade e da sua devassa nos *media* e da sua exploração pelas tecnologias nunca foi tão debatida como nestes últimos dez anos. No âmbito deste trabalho, pretendeu-se identificar as condições de emergência, os dispositivos e os tópicos do que chamamos o “íntimo-quotidiano” na televisão francesa, no caso da TF1 e na televisão portuguesa, no caso da SIC. Ao adoptar uma perspectiva diacrónica (1986-2000, para a TF1, 1992-2000, para a SIC) e transcultural, foi-nos possível observar como a vida privada do cidadão comum se expõe e como é codificada. Através de uma análise comparada, o nosso propósito foi o de identificar os desvios semióticos e os aspectos convergentes nessa exposição, assim como o de verificar se as representações e os discursos diferem entre as duas estações. Num mundo cada vez mais globalizado, tentámos apreender as nuances e os graus de pudor e de impudor que caracterizam estes dois universos audiovisuais.

Palavras-chave: intimidade, quotidiano, espaço público, vida privada, *media*.

1. Introdução

Muito se tem escrito sobre o impudor na televisão. Os *media* parecem ter elidido, deslocado, perturbado as fronteiras entre o espaço público e espaço privado, mais nítidas em tempos anteriores. A oposição entre privado e público, que remete para o advento da cidade grega, nunca colocou tantas questões como no mundo contemporâneo, tornando-se um tema recorrente nas ciências humanas. A televisão e mormente o mundo de signos em que vivemos ameaçam cada vez mais a nossa intimidade. Esta problemática suscitou *inter alia* a reflexão de muitos investigadores franceses, que se

* Membro do Centre d'études de l'image et du son médiatiques. emonalysa@free.fr

debruçaram, ainda que a níveis diferentes, sobre a pregnância da vida privada nos ecrãs. A entronização do cidadão comum, o triunfo da figura do testemunho, a ideologia da transparência possibilitaram a revelação de uma intimidade impudica, que suscita interrogações e algumas apreensões. Promessa incessante de muitos programas, a intimidade seria, segundo uma expressão de Noel Mamère et de Patrick Farbiaz (2001), «o novo eldorado dos *media*».

Já Dominique Mehl (1996), que se interessou desde os anos 90 por esse fenómeno, considera a “televisão da intimidade” como o sintoma das dificuldades de comunicação entre os indivíduos, sinais reveladores da deliquescência dos laços sociais. Neste caso, os *media* serviriam para saciar simbolicamente uma afectividade, incapaz de ser exteriorizada.

Alain Ehrenberg (1995) vê, por sua vez, na “televisão do pobre” uma terapia do cidadão comum, anteriormente excluído do mundo maravilhoso da televisão. Nos seus primórdios, proscénio privilegiado dos *experts*, dos detentores de uma legitimidade simbólica, a cena mediática, na sua paixão igualitária, cedeu o lugar ao cidadão anónimo, tornado profissional no relato da sua própria vida.

Serge Tisseron (2001), psiquiatra e psicanalista, também se debruçou sobre a questão da intimidade televisiva, ao analisar o “funesto” episódio que o *Loft Story*¹ francês constituiu para a televisão francesa. A sua análise centrou-se sobretudo nos deslocamentos dos limites da intimidade e das mudanças culturais que esse formato parece indicar. Este último teria tornado mais sensíveis as alterações recentes, nomeadamente no que diz respeito à relação do indivíduo com o que releva do “público” e do «íntimo».

A contracorrente, François Jost (2001), cuja análise se inscreve numa perspectiva mais semiológica, no seu livro *Télévision du quotidien*, rejeita o maniqueísmo que distingue a suposta “neo-televisão”², berço do cidadão anónimo, da “paleo-televisão”, primeiro paradigma televisivo, onde só a voz “científica” teria importado. A crença num telespectador-actor da sua própria vida, que viria actuar e libertar-se pela palavra televisiva, não passaria de uma miragem, cuja única utilidade é a de servir os interesses dos profissionais do meio audiovisual.

A emergência dos primeiros *reality shows* e de novos produtos, pertencentes à chamada “tele-realidade”, engendrou uma abundância de discursos sobre o impudor da televisão e o estreitamento do espaço privado. Em França, desde os primeiros programas como *PsyShow* (Antenne 2), em 1984, que inaugura um vasto ciclo de formatos de psicoterapias catódicas, os géneros televisivos mudaram, mas não necessariamente, as interrogações que suscitam.

Em vários países, foi o programa *Big Brother*, baptizado em França de *Loft Story* (M6), acolhido com alguma desconfiança, que fez escorrer muita tinta. Nas entreli-

¹ O formato é idêntico ao *Big Brother* português.

² Esta periodização, retomada inúmeras vezes na literatura, deve-se ao teórico italiano, Umberto Eco. Veja-se o artigo «Télévision : la transparence perdue», in *La Guerre du faux* (1985), Paris: Grasset.

nhas germinava uma promessa: mostrar a intimidade de um grupo de uma dezena de pessoas, sem interrupção. De que é que falamos quando evocamos essa intimidade televisiva tão depreciada? Não é a expressão “intimidade televisiva” já totalmente antinómica? Quais são os aspectos da interioridade humana que cada um aceita partilhar com os telespectadores? E quais as regiões do foro interno hostis à devastação mediática? E sobretudo, quais as recorrências temáticas? Como aparecem? Os temas atinentes à sexualidade são ou não os mais pregnantes, como é, *a priori*, lícito pensar? Ou será que se trata mais de uma intimidade familiar, doméstica? Quais os discursos onde se ancora a intimidade catódica? Como é ela exposta? Quais as formas e os territórios do íntimo-quotidiano num objecto semiótico tão complexo como a televisão? Foram estas as interrogações que constituíram verdadeiramente os alicerces do nosso percurso, sendo o nosso objectivo o de produzir um conhecimento novo em relação à exposição da matéria íntima na televisão e de observar os comportamentos culturais de dois países ocidentais, com uma herança diferente.

2.1. A intimidade ou as inconstâncias de um valor

A questão da revelação da intimidade não é propriamente nova. Não se restringe, pois, à única esfera audiovisual. A confissão íntima não data de ontem. A confissão pública, também não, pois judeus e cristãos recorriam a ela muito antes que se instalasse a confissão auricular ou privada. Os padres, os psicanalistas acolhem desde há muito as lamentações e os dissabores privados. O género do íntimo interpelou investigadores, que se interessaram por outros meios de expressão, da literatura à Internet. Já no século XVII, o filósofo Pascal criticava o “ridículo projecto” de Montaigne, que quis pintar o quadro da sua vida nos seus *Ensaïos*.

Philippe Lejeune (2000), por exemplo, cujo pensamento é muito fecundo, debruçou-se sobre os ciberjornais íntimos e tentou compreender não só a motivação dos ciberdiaristas, como também a significação social desta prática. A prática relativamente recente do *blog*, que permite a um utilizador da Net manter um espaço pessoal de pensamentos e reflexões sobre um determinado assunto, confere ao seu trabalho um eco realmente interessante e pertinente. Qualquer que seja o material que lhe sirva de *relais*, a problemática da intimidade publicitada, porque toca a questões intestinas do indivíduo e da sociedade, não deixa de nos atormentar. É precisamente essa “extimidade”³, conceito forjado por Lacan, mas retomado por Tisseron (2001), que os artefactos modernos, desde a Internet ao telemóvel, exploram sem freio.

Porém, é curial relembrar que, se o perímetro do íntimo parece crescer sob o efeito da pressão das tecnologias, esse movimento de visibilização dessa parcela tão sagrada da vida do indivíduo nem sempre teve a relevância que tem hodiernamente. Os artigos, compulsados no livro *L'Histoire de la vie privée*, dirigido por Philippe Ariès e

³ Serge Tisseron define *extimité* como «le mouvement qui pousse chacun à mettre en avant une partie de sa vie intime, autant physique que psychique», (Tisseron, 2000: 52).

Georges Duby (1987), realçam o facto de essa esfera, que hoje alimenta um certo tipo de imprensa, não ser uma realidade natural, mas sim histórica. Houve séculos durante a História da Humanidade em que certas coisas não podiam nem deviam atravessar o “muro do silêncio”.

Richard Sennett (1979) mostrou de que maneira, no século XVIII, a emergência de uma “cultura da personalidade” favoreceu a expressão do sentimento íntimo. A sociedade intimista é uma sociedade “incivil”, que rompeu com o espírito e o sentido dos interesses do grupo. A obsessão com a transparência psicológica acarreta a tirania, pois anula a distância interpessoal, garante das relações com o Outro:

L'intimité est une tyrannie de ce genre. Elle nous fait mesurer toute la réalité sociale à l'aune de la psychologie. Dans la mesure où cette tyrannie triomphe, la société elle-même est déformée.(...) Seul compte ici ce qui est proche ou immédiat. Plus cette tyrannie de la proximité s'impose, plus les gens cherchent à se libérer des coutumes, des manières sociales, des codes, etc., pour s'ouvrir de façon inconditionnée les uns aux autres. (Sennett, 1979: 274)

Várias outras obras reflectem o carácter movediço do conceito de intimidade e das noções que têm com ela afinidades. Assim, Jean-Claude Bologne põe em relevo as metamorfoses dos comportamentos pudicos, e mais particularmente do pudor corporal, insistindo na pluralidade das manifestações do sentimento pudico. Assim, como refere (1997: 417), «selon les époques et les lieux, on a craint de montrer certaines vertus, certains sentiments (surtout les larmes), certaines parties du corps».

Para o sociólogo Norbert Elias (1973), a constituição de duas esferas distintas remete para o “processo de civilização”, que o autor situa no século XVI. De um modo geral, o pudor ligado à nudez e à sexualidade era menor antes desse período, quando os costumes ocidentais começaram a evoluir no sentido de um maior autocontrolo sobre os impulsos básicos e as emoções.

Na opinião do britânico Anthony Giddens (2004), a grande mudança intervém no século XVIII, quando se dá um estreitamento dos laços entre cônjuges em detrimento do amor filial, sob a influência das ideias românticas. As mutações ocorridas nestas últimas décadas revelam uma democratização, em particular da sexualidade, que se tornou um pilar fundamental da identidade e da realização pessoal.

Estudos recentes, nomeadamente em ciências políticas, mostram que o mesmo conceito não encerra os mesmos valores nem as mesmas significações na Europa e nos países do Médio Oriente, por exemplo. Num recente artigo do *Le Monde*⁴, a propósito do *Big Brother* árabe, o programa «Al-Rais», reforça essa mesma ideia. Sete dias depois do lançamento, o programa foi cancelado. Sob a pressão de manifestantes e segundo o porta-voz do canal, essa decisão foi tomada a fim de «respeitar os valores e as constantes da família árabe muçulmana».

O que é mostrável, representável e dizível não tem, portanto, os mesmos contornos e depende maioritariamente dos sistemas de valores ético-normativos e políticos, pró-

⁴ Tewfik Hakem, *Le Monde*, 13/03/2004.

prios a cada área cultural. Em suma, é a cultura que fixa o quadro deste espaço elástico chamado “intimidade”.

2.2. Do íntimo para o íntimo-quotidiano

A noção de intimidade, pouco científica e resistente à análise sociológica, está saturada de subjectividade. Não quantificável e qualificável por todos, surge como uma entidade turva. Jean Baudrillard (1986: 12) chega mesmo a escrever que «l'intime n'est ni un concept ni une notion historique, c'est un mot chargé d'affect». Larga e polimorfa, a intimidade é um construto complexo e difuso, que envolve muitos significados.

Variando com o tempo e o espaço, a intimidade é essencialmente determinada, como referimos, pela cultura. Partindo da etimologia, o íntimo é o que é superlativamente interior. O termo latino *intimus*, aparecido segundo consta em 1390, designa o superlativo do adjectivo *interior*, que reenvia para o que de mais profundo há no ser. O íntimo distingue-se de outros termos, que denotam a simples interioridade: *interno*, *intestino*, *intrínseco*. Surge aqui a primeira razão para a indefinição relativa do conceito: como determinar *a priori* o que constitui para determinado indivíduo a parte de interioridade que a palavra “intimidade” cobre?

A literatura científica distingue dois tipos de relação de intimidade:

- uma primeira definição insiste na intimidade em termos de experiência “intra-psíquica”, considerando neste caso a relação que o sujeito tem consigo próprio.
- enfim, uma definição em termos de experiência “inter-psíquica”, em que a relação diádica entre dois indivíduos surge como a condição *sine qua non* da intimidade.

Os territórios do mundo íntimo remetem para práticas e discursos diferentes, muito variáveis consoante as épocas e os contextos. Conceito flutuante por essência, a intimidade corresponde a espaços múltiplos. Gérard Houle (1993) propõe uma definição que se nos afigura pertinente:

L'intime désigne ce dont on ne parle pas, non parce qu'il est nécessairement un tabou mais parce que c'est précisément intime, c'est-à-dire personnel et qui ne concerne que soi et pas les autres ; ou alors, et suivant le cas, quelques-uns, des “intimes” qui sont dans le secret, ce dont encore une fois on ne parle pas aux autres. Tabou, secret, indicible, invouable, ineffable, personnel ou encore privé, confidentiel ; voilà autant de catégories cognitives qui définissent l'intime, de manière plus précise, les frontières, les limites de l'intime. Ces frontières sont bien sûr relatives. Elles ne sont pas les mêmes dans toutes les sociétés, pas plus qu'il n'y a d'intimité dans toute société. (Houle, 1993: 77)

Não obstante os esforços para balizar esta noção, ela mantém-se sempre lacunar, sobretudo em francês. Por exemplo, para designar todo o escrito autobiográfico, denominado «journal intime», o acrescento do adjectivo «intime» é necessário para estabelecer uma distinção. Em português, assim como em inglês, essa subtilidade é pleonástica. O substantivo *diário* (em inglês, *diary*) define precisamente o «journal intime». Encarado como adjectivo, qualifica o que pertence ao dia-a-dia, à esfera do

quotidiano. Nesse sentido, na linguagem corrente, fala-se na *vida diária* para evocar as tarefas e práticas do quotidiano.

De um ponto de vista cognitivo, esse parentesco linguístico entre o que é íntimo e o que é quotidiano conduz-nos a reconsiderar o conceito de “intimidade”, de o reavaliar. A proximidade do que releva da esfera do íntimo e do quotidiano, apresenta um carácter muito pertinente para o nosso estudo, pois evidencia a interpenetração de dois mundos. O conceito de “íntimo-quotidiano” reveste um valor operatório, pois conjuga os dois eixos que se desenharam ao longo da nossa investigação, evidenciando a bidimensionalidade dos conteúdos que pudemos observar em ambos os canais.

A esfera do quotidiano, de todos familiar e que *a priori* não possui grande interesse, é colocada em cena em muitos programas. A palavra profana não se situa unicamente no universo do foro interno, condensa-se também no foro externo, isto é, nas relações que o homem mantém com o ambiente à sua volta. François Jost (2001), que estudou quarenta anos de televisão francesa, vê nesses programas um duplo destinatário: o cidadão, por um lado, o telespectador, por outro. Essa orientação para a vida do quotidiano surge como o recurso quase obrigatório para vasculhar as profundezas da vida privada. Muitos programas, baseados numa conversa entre o convidado e o apresentador, são, em definitivo, mais o *condominium* da intimidade e do quotidiano do que propriamente o bastião único da interioridade individual.

3.1. Convergências das estações em estudo

Toda a investigação sobre a intimidade exige que se invoquem considerações de ordem cultural. A observação em paralelo da televisão francesa, cuja história é mais antiga, e da televisão portuguesa, durante muito tempo reprimida por um regime autoritário, permite apontar as regularidades para além das diferenças e compreendê-las à luz da história de duas personalidades culturais distintas. Bipolar, a nossa investigação levou-nos a observar o caso português, através de um estudo criterioso do arquivo da SIC, e o caso da TF1, através do volumoso arquivo do INA (Institut National de l’Audiovisuel).

Estes dois canais, embora apresentem algumas particularidades, autorizam-nos a concluir que estamos perante identidades televisivas bastante próximas, sobretudo se atendermos para as características que retracem a sua génese, a sua programação e o seu perfil. A SIC, nascida a 6 de Outubro de 1992, põe um ponto final no monopólio da monumental e empoeirada RTP. TF1, estação privada desde 1986, inaugura uma segunda fase da sua vida ao programar formatos inovadores⁵, ausentes até essa data. Nesse aspecto, ambas fazem figura de pioneiras ao introduzirem, nessa década, géneros e conteúdos audaciosos e ao imporem uma linguagem televisiva que rompe com os cânones anteriores.

⁵ Hervé Bourges, que, nessa altura, toma o comando do canal, define as regras de maneira muito precisa: «Qu’ou ne programme plus désormais des émissions produites au hasard, mais qu’ou les prévoie et les fabrique en fonction d’un projet d’ensemble. Mon objectif : faire une vraie politique de programmes, une télévision populaire de qualité à l’écoute du public et des créateurs. (...) Pour mot d’ordre : la seule raison d’être de TF1, c’est le public» (citado por NICK, C. & PEAN, P., 1997 : 653).

Essas duas entidades, cujo signo distintivo é a sua obediência a uma lógica comercial⁶, assente em importantes receitas publicitárias, partilham também o facto de explorarem géneros e temáticas privilegiados, muito rentáveis. Populares, com audiências invejadas pelos outros canais, ambas são alvo de acerbas críticas e rapidamente acusadas de fazer o leito do tão vilipendado “tele-lixo”⁷. Curiosamente, ambas falham o encontro com a dita “real-TV”. Em Portugal, é a TVI que emite em Setembro de 2000 o *Big Brother*; em França, é o M6 que, ao programar o *Loft Story*, é propulsado para o primeiro lugar da corrida. Desde então, mergulharam no mar perigoso de outros programas semelhantes, sem se arrepiarem com as admoestações das entidades reguladoras. Ao longo dos anos, traça-se uma curva assintótica, sem que os dois canais se confundam totalmente, o que restabelece a ideia de uma grande proximidade.

3.2. Questões epistemológicas

O nosso estudo contrastivo, transgénérico e diacrónico inscreveu-se numa perspectiva pragmática. O nosso olhar pousou sobre um leque de programas muito heterogéneos, que, a despeito de serem diferentes do ponto de vista da forma e do conteúdo, são passíveis de serem avaliados à luz da intimidade e das suas gradações.

A abordagem diacrónica permite traçar a evolução, os movimentos e as sinuosidades da realidade que se pretende captar. Com base num *corpus* de 220 programas analisados⁸, pertencendo ao que François Jost (2005) teorizou como “mundo real” e “mundo lúdico”⁹, a perspectiva transcultural ganha em dimensão e permite traçar a topografia do íntimo-quotidiano.

Existem géneros onde, obviamente, a intimidade emerge facilmente. Por exemplo, os *talk-shows*, como *Fátima Lopes*, *Vida de Casal*, *Conversas Secretas*, *Segredos*, que têm o seu equivalente na TF1. Os *reality shows*, abundantes nos anos 90, tais como *O Juiz Decide*, *Ponto de Encontro*, *All You Need is Love*, não desmentem essa tendência. No entanto, alguns géneros, entre os quais o magazine, a reportagem ou até o concurso, dificultam a tarefa do observador, porque apresentam estruturas e conteúdos heteróclitos, tornando mais árdua a localização do íntimo-quotidiano.

Uma etapa fulcral para abordar o volume considerável de discursos foi a “categorização”¹⁰. Depois de uma fase de estruturação temática por categorias, cujo objec-

⁶ O director-adjunto de programação da SIC, Manuel Fonseca, chega a afirmar que «a SIC é uma televisão privada, cujo objectivo é produzir entretenimento e ganhar dinheiro com essa produção. A televisão é um negócio. A SIC não persegue objectivos pedagógicos, educativos ou culturais» (Traquina, 1997: 83).

⁷ *Télé-poubelle*, em francês.

⁸ Ver o *corpus* em anexo (1.2. e 1.3).

⁹ A tipologia dos mundos de François Jost é realmente fértil para o estudo da televisão. O mundo real, que age como uma «interpretante das imagens», permite ao telespectador «determinar se, sim ou não, as imagens falam do nosso mundo, qualquer que seja a ideia que têm sobre este mundo». O mundo lúdico, «intermediário entre o mundo da ficção, ao qual ele vai buscar as suas regras, e o mundo real, que liga de maneiras diversas o jogador ao mundo do jogo», corresponde a uma atitude que é «para rir».

¹⁰ Ver em anexo a tabela 1.1.

tivo foi o de organizar o *corpus* de programas para poder proceder à sua comparação, passámos a pôr em relação os diferentes segmentos. Ao cabo deste exercício, todo o programa pode ser reduzido, de um ponto de vista paradigmático, a um ou vários descritores, que constituem elementos nucleares. A cada categoria foram associados vários descritores, isto é, noções interligadas por uma arborescência genérica e pertencendo a um mesmo universo semântico. Assim, à categoria geral “afectivo” estão associadas, de um ponto de vista paradigmático três subcategorias, “sentimentos”, “imagem de si” e “relações”, elas próprias definidas por descritores, que são unidades inferiores.

Esse procedimento qualitativo não dispensou todavia um estudo mais quantitativo, que permitiu observar a frequência e a distribuição das diferentes unidades temáticas. A taxinomia temática, não obstante uma certa arbitrariedade que deve ser considerada à partida, permite verificar se existem ou não diferenças significativas nas opções de ambos os canais. Permite averiguar a predominância ou não de certas unidades temáticas, isto é, uma sobre-representação ou uma sub-representação. Vejamos, antes de analisarmos alguns dos tópicos mais correntes, quais as linhas que permitem a emergência de uma televisão do íntimo-quotidiano.

3.3. Traços definitórios da televisão do íntimo-quotidiano

A televisão do íntimo-quotidiano apresenta traços definitórios, que possibilitam a produção de discursos íntimos na primeira pessoa. Em primeiro lugar, os programas que exploram a vida privada são espaços discursivos, que implementam uma textura interaccional, que supõe um contacto entre o apresentador e o seu convidado. Daí que François Jost tenha sublinhado que, nos anos 70, «se passou de uma televisão cultural para uma televisão de promoção cultural, de uma televisão com a marca do cinema para uma televisão de *plateau*, voltada para a conversa» (Jost, 2005: 8). Na sua globalidade, nesses programas, os discursos parecem-se uns com os outros. Vem-se para falar de amor e das dificuldades que lhe são constitutivas (na TF1, *L'Amour en Danger*, *Parlez-moi d'amour*, *C'est quoi l'Amour?*, etc.; na SIC, *All You Need is Love*, *Perdoa-me*, *Cenas de um Casamento*, etc.); responder a perguntas para encontrar a alma gémea (na TF1, *Tournez Manège*, *Ordinacoeur*; na SIC, *Encontros Imediatos*); encontrar familiares e recompor laços quebrados (na TF1, *Témoin n.º 1*, *Perdu de vue*; na SIC, *Ponto de Encontro*, *Casos de Polícia*); reclamar justiça e denunciar as falhas das instituições (na TF1, *Vérités Interdites*, *Sans aucun doute*; na SIC, *O Juiz decide*) ou finalmente, evocar um aspecto da vida quotidiana (na TF1, *Evelyne*, *Mode de vie*; na SIC, *Fátima Lopes*, *Sim ou Não*).

Os espaços do íntimo-quotidiano televisivo funcionam com um dispositivo relacional, que favorece a proximidade ou até mesmo a familiaridade. A figura do apresentador é, neste ponto, fundamental, sendo ele que conduz as interações e que determina a sua pertinência. Qualquer que seja o programa, como escrevem Sabine Chalvon-Demersay e Dominique Pasquier (1990), «on a toujours l'impression qu'un animateur

ne fait rien d'autre que d'être lui-même (...), ce qui est en l'occurrence exactement le résultat recherché puisqu'il faut que chaque téléspectateur ait l'impression d'assister à une scène parfaitement naturelle».

A comunicação televisiva, por ele induzida, deixa surgir o testemunho, verdadeiro alicerce da intimidade. A experiência desses heróis efêmeros é investida de um poder, que não escapa aos profissionais da televisão: garantir a autenticidade de um vivido e de uma emoção. Contudo, essa liberdade de palavra permanece ilusória, como faz notar Sébastien Rouquette (2002), que trabalhou sobre a evolução dos debates:

Le témoignage (...) est avant tout un enfermement dans leur champ de compétence, puisqu'ils [les invités] ne peuvent plus tout à fait échapper au personnage qu'ils deviennent en acceptant de parler en raison de leur appartenance à un groupe. Non que leur rôle soit strictement écrit, mais par définition, en perdant de plus en plus souvent le droit de ne représenter qu'eux-mêmes, ils perdent potentiellement celui de ne parler qu'en leur nom. (Rouquette, 2002: 321).

Essas balizas, impostas pelo “papel” específico atribuído ao convidado que testemunha, conduzem invariavelmente a uma estereotipização dos discursos, quando paradoxalmente os canais de televisão clamam pela originalidade e a novidade nos assuntos tratados. Esse quadro mantém-se nos programas de entretenimento, quando se trata de “extripar” uma confiança, como foi o caso no *Confissões*, apresentado por Teresa Guilherme. O que muda é o tom. Entre proximidade e familiaridade, entre gravidade e ligeirza, o intercâmbio entre as duas instâncias – apresentador e convidado – combina o conteúdo verbal com as expressões e as atitudes mais variadas. Essa conjunção da função referencial do discurso com a função pragmática esboça o mapa essencial, comum a todos os programas, que tem a pretensão de “arrancar” intimidade, qualquer que seja a forma.

4.1. Territórios e tópicos do íntimo-quotidiano

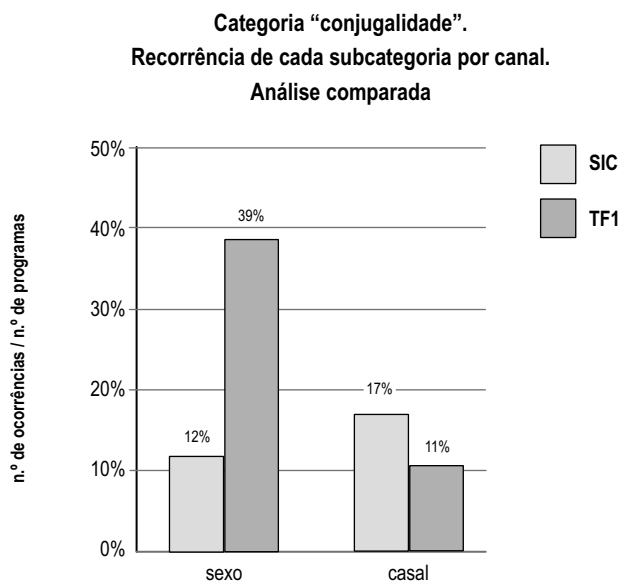
De forma resumida, pretende-se restituir ao leitor as principais conclusões da nossa análise. Tendo em conta o espaço que nos é aqui concedido, pensamos pertinente focar alguns aspectos, que julgamos mais interessantes e descurar outros, em prol de uma leitura mais fluida e fácil. Decidimos propositadamente incidir o nosso olhar sobre a temática da sexualidade e da conjugalidade, que revelam dados dignos de interesse.

Sentimentos, sexo e conjugalidade

Assim, o nosso estudo – que se estende do fim dos anos 80 até ao ano 2000 – tende a mostrar que, apesar de uma exposição impudica em matéria sexual, algumas práticas ficam nos bastidores. A visibilidade dos assuntos relativos à sexualidade não merece exactamente o mesmo tratamento na SIC e na TF1.

É interessante notar antes de mais que, em ambos os canais, o sexo é dito, mas não é mostrado. Aparece, antes, na linguagem verbal, e não na sua representação visível.

Outro reparo: os programas que abordam a temática sexual são os que falam de amor e de sentimento. Os dois universos tornaram-se como que solidários e indissociáveis. Alguns temas, ligados à identidade e às práticas sexuais acedem a uma forma de legitimidade mediática. Transexualidade, homossexualidade, bissexualidade definem o horizonte das multissexualidades contemporâneas. Estas temáticas não são igualmente tratadas num país e noutro, como indica o quadro abaixo.



Assim sendo, os descritores relativos ao “sexo” aparecem em 39 % dos casos para a TF1 e só em 12 % para a SIC. A discrepância não é abissal, mas revela zonas de sombra no ecrã português. Se agregarmos as subcategorias “sexo” e “casal”, obtemos um valor de 50% para a TF1, contra 29% para a SIC. Esse desequilíbrio reflecte, entre outras coisas, uma visibilidade tardia dessas temáticas na televisão portuguesa, que surgem com maior dimensão no meio dos anos 90. Indica também uma certa reserva ou um certo pudor no tratamento que lhes é dado.

Na TF1, as perguntas do apresentador são directas, as reportagens são ilustradas por casos concretos, com testemunhos em carne e osso, que dão a cara. No entanto, o registo sexual não é forçosamente contido no próprio nome do programa. O programa *Ne me parlez pas d’amour*, emitido na TF1 no início dos anos 80, explora subtilmente os deslizes entre a temática amorosa e a temática sexual. É também o que aponta Jost (2001), quando escreve a propósito desse mesmo programa que, «mesmo que a produtora se gabe de fazer uma investigação sobre a paixão amorosa e os sentimentos, as conversas giram antes de mais à volta das relações físicas» (Jost, 2001: 175).

Vinte anos mais tarde, o *modus operandi* é o mesmo, como se a legitimidade da questão sexual na televisão fosse mais aceitável numa conversa sobre o amor. Mesmo em

programas matinais como *Evelyne*, que poderíamos comparar com o programa *Fátima Lopes*, a sexualidade pode ser convocada, sem que seja inicialmente o tema do dia. As imagens que seguem, extraídas do programa emitido a 13/06/96, cujo tema era “Amar depois de um acidente”, são explícitas quanto aos deslizes que evocámos acima:



11:22:08:10
Evelyne: – Então, o que mudou nas vossas vidas? São casados há bastante tempo, não é ?



11:22:10:03
A esposa de Patrick: – Bastantes, bastantes... Vinte e dois para dizer a verdade.



11:23:54:16
Patrick: – A minha fractura é do nível D4, um pouco mais baixo do que no caso da Sylvianne. D4 é aqui. Nada do que há para baixo funciona.
Sylvianne: – Pois, ele tem inveja!



11:24:05:16
Sylvianne: – Eles têm inveja!
Evelyne: – Ah! E então, como se faz num caso desses?



11:24:09:00
Patrick: – É fácil, é fácil, quero eu dizer que ainda tenho as minhas mãos...
Evelyne [rindo]: – Ah sim!



11:24:10:13
Patrick: – Está a perguntar-me como se faz... Ainda me sobram as mãos. Euh... Ainda tenho a boca! Euh... Quero dizer com isso que...
Evelyne: – Stoooooop!



11:24:19:02
A esposa de Patrick: – E sobra-lhe a cabeça.
Ele tem muita imaginação!



11:24:24:14
Patrick: – Eu não sou muito mais aleijado do que o
ejaculador precoce do lado!



11:24:26:01
Evelyne: – Ah, por favor!

O jogo entre o implícito e o explícito permite, de facto, ao discurso ajustar-se às margens da decência e do aceitável em televisão. Onde, na TF1, vida sexual e vida amorosa evoluem *pari passu*, na SIC, as questões de amor ficam alojadas na sua referencialidade primeira.

Essa tendência mantém-se até ao ano 2000, altura em que surgem novos formatos, que abalam os hábitos dos telespectadores portugueses. Como interpretar um programa como o *Sex Appeal*, cujo nome não necessita de grandes apresentações?

A progressão da linguagem verbal e visual que paulatinamente se desenha, através da utilização clara e frontal de termos próprios ao sexo, revela que as mentalidades se transformaram, libertando-se do jugo de uma moral judaico-cristã pesada. «Cette évolution vers plus d'objectivité pourrait laisser supposer – como nota Jean-Louis Flandrin – que les interdits sociaux sont aujourd'hui moins lourds, voire inexistants.» (Flandrin, 1981: 29)

Misérias e esplendores da vida conjugal

Outro grande tema do íntimo-quotidiano é o “casal”. Fidelidade, casamento, ruptura ou divórcio constituem lugares favoráveis à publicitação da vida privada do indivíduo. A vulnerabilidade assim como a volatilidade do casal moderno beneficiam os produtores, que exploram todas as suas dimensões. No que diz respeito a esta categoria, a SIC e a TF1 apresentam valores equivalentes (17%, SIC; 11%, TF1). Ambas as estações se aproveitam da conjugalidade para fazer surgir conflitos e tensões, que são alavancas poderosas das audiências.

Vejamus o exemplo do *All You Need is Love* português, que é emitido em França, com o nome de *Parlez-moi d'amour*. Na TF1, o programa dessa noite (28/02/97) apresenta o caso de dois apaixonados zangados, que o apresentador vai tentar juntar novamente.



20:59:26:14

Jean-Marc: – Diante destas câmaras, quero-to dizer de maneira solene: ninguém é mais importante do que tu, querida.



20:59:33:24

Jean-Marc: – Quero mesmo viver contigo.



20:59:38:09

Jean-Marc: – Amo-te apaixonadamente.



20:59:58:03

Julien Courbet: – Então, hoje, o Jean-Marc, acho que lhe disse coisas claras. Ele lamenta a maneira como as coisas se passaram. Segundo percebi, ele percebeu que deveria ter agido de outra maneira.



21:00:06:05

Pia: – Penso que temos ambos a nossa parte de responsabilidade. Não é ele o único, mas pronto...



21:00:14:18

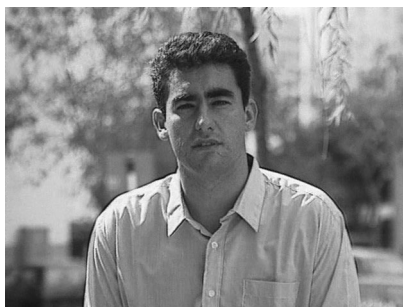
Julien Courbet: – A Pia lamenta essa separação? Sim, porque ela aconteceu em circunstâncias...



1:02:21:07

[Jean-Marc et Pia encontram-se pouco depois...]

Palavras de amor, abraços, beijos, choros, desculpas... fazem parte da gramática do íntimo-quotidiano televisivo, que Dominique Mehl apelidou de “televisão lacrimal”. As demonstrações públicas de amor são como que um *leitmotiv* num texto, tornando-se num modo existencial normalizado. O pudor discursivo perdeu algum vigor. Os sentimentos também devem ser desnudados. Quer o amor, quer o desamor merecem o seu espaço na televisão. No programa *All You Need is Love*, de 19/10/94, Pedro vai ter de afrontar publicamente um amor não correspondido:



Ao longo da reportagem, Pedro apresenta as suas desculpas a Judite.



Na caravana do programa, Judite ouve a mensagem de Pedro.



Judite, atenta.



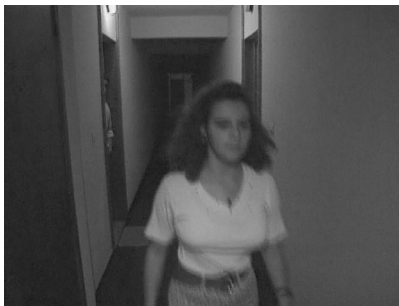
Depois da reportagem. No prédio de Pedro. Ele tenta convencer a ex-namorada a voltar para ele.



A conversa está difícil. Judite não acredita mais em Pedro.



Judite confirma que não volta para ele.



Judite, irritada com a insistência de Pedro, vai embora.

4.2. Formas e gradações do íntimo-quotidiano

Várias intimidades se manifestaram nos programas analisados. Intimidade verbal, visual, corporal. O íntimo-quotidiano resume-se, no fundo, a uma sedimentação de texturas, visíveis e detectáveis a níveis esparsos. A matéria íntima é, portanto, um constructo plural. O holismo das primeiras sociedades recusava qualquer espaço à interioridade. As mutações progressivas da sociedade permitiram o desenvolvimento do seu território. Existem, assim, “intimidades”.

O nosso *corpus* permitiu destacar três níveis diferentes. O grau zero da intimidade ou “infra-intimidade”, que determina um grau de impessoalidade tal que não existem interstícios por onde a matéria íntima possa penetrar. É o caso dos programas onde os dispositivos são dirigidos para uma função informativa, onde o sujeito não pode falar enquanto “eu”. Entre estes encontram-se muitos miniprogramas e emissões políticas, que reivindicam, nas palavras de Charaudeau e Ghiglione (1997), um «propósito de credibilidade». Esse nível é, na realidade, bem mais teórico do que materialmente concreto. A ideologia da intimidade e a pressão da era do divertimento constituem duas razões que explicam a vitalidade dos programas, que narram a intimidade do indivíduo.

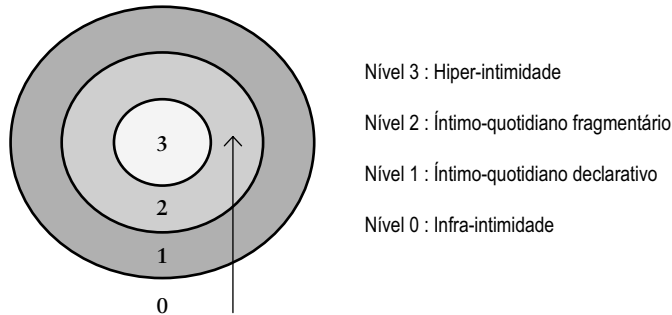
Num primeiro nível existe o «íntimo-quotidiano declarativo», onde a enunciação é reduzida ao máximo, banindo toda a possibilidade de o sujeito se dizer. As fórmulas são lapidares, não sobrando tempo para a introspecção. Aqui se concentra a maior parte dos concursos, onde o carácter superficial e lúdico da conversa não permite a instalação de qualquer tipo de revelações ou de confidências. Este patamar tece unicamente uma identidade “epidérmica”.

A progressão para um segundo nível, que assinalámos como o espaço do “íntimo-quotidiano fragmentário”, corresponde a uma exibição temperada da intimidade. O universo do indivíduo deixa-se captar. Fotografias de pessoas, imagens de familiares e de locais, estilos de vida, constituem elementos desses bastidores, pouco a pouco descobertos. *Locus* privilegiado do *talk show*, do *reality show* e da reportagem, esta franja descobre o véu sobre a vida privada e pessoal.

Sob um modo mais exagerado, exprime-se a “hiper-intimidade” do último nível. Os protagonistas destes programas desvendam os seus problemas, as suas feridas, sem pudor. Chorar, abraçar, beijar. Eis alguns dos gestos e comportamentos que levam ao paroxismo a revelação de si. O telespectador acede ilusoriamente à sensação de descobrir os segredos, o que até aí parecia improvável. A este nível corresponde o que Jean-Marc Vernier (1993) qualificou de “imagem-profundidade”, uma imagem que possui como que uma credibilidade exacerbada. O programa da hiper-intimidade é auto-referencial, precisando de um caminho reflexivo. O “eu” torna-se num objecto-hermenêutico, cuja história é necessário contar. Este nível é codificado segundo uma retórica do excesso, em que intimidades conjugal, familiar e doméstica se sobrepõem.

No reino da televisão, a cartografia do íntimo não se divide, portanto, em dois mundos opostos. Intimidade e “extimidade” convivem juntas. Não existindo uma matemática da televisão, é possível contudo detectar as regiões predilectas onde a intimidade aceita expor-se, com graus distintos, que aqui tentamos reproduzir.

Modelização dos diferentes níveis de intimidade por círculos concêntricos



4.3. O império de um íntimo-quotidiano globalizado ?

Se a globalização não deixa de alimentar inúmeros discursos, uns mais integrados, outros mais apocalípticos, é interessante notar que também em matéria audiovisual a homogeneização se expande, quer ao nível dos géneros, quer ao nível dos conteúdos. Ao contrário do que se poderia pensar natural e intuitivamente, a caixa catódica lusitana não é mais pudibunda do que a sua congénere francesa. A análise realizada e resumida neste espaço permitiu observar uma real tendência para a estandardização da realidade televisiva, apesar de subsistirem alguns focos onde se afirmam ainda as idiosincrasias.

Nesse contexto, as representações da intimidade tendem, também elas, a uniformizar-se. A tensão entre o representável e o irrepresentável, entre o dizível e o indizível, longe de se ter completamente esvaído sob o impulso de um movimento progressivo de transparência, ainda agita o pequeno ecrã. Entre hesitação e audácia, os impensáveis conteúdos de antanho foram ditos e exibidos na cena pública.

Na corrida audiovisual, Portugal, que partiu com um *handicap* severo, dado o enclausuramento que foi o seu durante décadas, junta-se nos tempos recentes à vizinha França. Os anos 90, que vêem emergir a SIC, marcam uma etapa na história da televisão portuguesa. A entrada na Comunidade Europeia e a liberalização do sector audiovisual abriram a porta a uma televisão mais fresca, mais “vanguardista”, menos escrava de uma moral policiada. A entrada da Endemol no mercado português, em 1994, acentua os traços, que desenham uma certa uniformização dos formatos.

Desde então, a televisão portuguesa possui um vestuário muito parecido com o das homólogas europeias. Não são de estranhar os programas recém-chegados, tais como *L'Île de la tentation* (*Confiança Cega*, SIC, 2001), *Star Academy* (*Academia de estrelas*, TVI, 2002), *Pop Stars* (*Ídolos*, SIC, 2003) ou *La Ferme des célébrités* (*Quinta das celebridades*, TVI, 2004). Inicialmente muito artesanal, a SIC dotou-se dos mesmos adornos que a sua homóloga TF1. O mesmo impudor as caracteriza. Não obstante alguns matizes, a dialéctica entre o implícito e o explícito, as mesmas imagens e as mesmas palavras codificam um íntimo-quotidiano, quase estandardizado.

Obviamente, cada canal detém um estilo próprio. TF1 é mais licencioso, mais cru no propósito, mais franco e radical. SIC, sobretudo nos seus primeiros anos, faz prova de uma maior contenção. Mas, ao explorar as brechas que se lhe ofereciam, ambos progrediram na incursão pelo mundo sagrado da intimidade ordinária. Ao desafiar por vezes a moral, procuram alargar o perímetro do poder que tem sobre o mundo privado do indivíduo. O império do íntimo-quotidiano televisivo não cessa de ganhar terreno e continua a sua marcha para o divertimento cujo maior protagonista é o indivíduo anónimo.

Referências bibliográficas

- Ariès, P. & Duby, G. (1985), *Histoire de la vie privée*, Paris: Seuil.
- Baudrillard, J. (1986), « La sphère enchantée de l'intime », in Czechowski, N. (1986), *L'Intime*, Paris: Autrement.
- Bologne, J.-C. (1986), *Histoire de la pudeur*, Paris: Olivier Orban.
- Chalvon-Demersay, S. & Pasquier, D. (1990), *Drôle de stars. La télévision des animateurs*, Paris: Aubier.
- Charaudeau, P. & Ghiglione, R. (1997), *La Parole confisquée*, Paris: Dunod.
- Elias, N. (1973) *La Civilisation des mœurs*, Paris: Calmann-Lévy.
- Ehrenberg, A. (1995) *L'Individu incertain*, Paris: Calmann-Lévy.
- Farbiaz, P. & Mamère, N. (2001), *La Vie rêvée du Loft*, Paris: Ramsay.
- Flandrin, J.-L. (1981), *Le Sexe et l'Occident. Evolution des attitudes et des comportements*, Paris: Seuil.
- Giddens, A. (2004), *La Transformation de l'intimité. Sexualité, amour et érotisme dans les sociétés modernes*, Paris: Le Rouergue/Chambon.
- Houle, G. (1993), « Pour une sociologie de la connaissance de la vie : de l'usage des histoires de vie », in Brunet, M., Gagnon, S. (1993), *Discours et Pratiques de l'intime*, Québec: Institut Québécois de Recherche.
- Jost, F. (2001), *La Télévision du quotidien. Entre réalité et fiction*, Bruxelles: INA/ De Boeck Université.
- Jost, F. (2005), *Comprendre la télévision*, Paris: Armand Colin.
- Lejeune, P. (2000) « *Cher écran* », Paris: Seuil.
- Mehl, D. (1996), *La Télévision de l'intimité*, Paris: Seuil.
- Nick, C. & Péan, P. (1997) *TF1, Un pouvoir*, Paris: Fayard.
- Papin, B. (2005), « La télévision à l'épreuve de la "révolution sexuelle" », in Jost, F. (2005) *Années 70, La télévision en jeu*, Paris: CNRS Editions.
- Rouquette, S. (2002), « Du témoignage télévisé », in Bertin-Maghit et alii, *Discours audiovisuels et mutations culturelles*, Paris: L'Harmattan.
- Sennett, R. (1979), *Les Tyrannies de l'intimité*, Paris: Seuil.
- Tisseron, S. (2000), *L'Intimité surexposée*, Paris: Ramsay.
- Traquina, N. (1997), *Big Show Media. Viagem pelo mundo audiovisual português*, Lisboa: Editorial Notícias.
- Vernier, J.-P., (1993), « Mises en scène télévisuelles », in Sfez, L. (1993), *Dictionnaire critique de la communication*, Paris: PUF.

1.1. Tabela descritiva das categorias e dos descritores

AFFECTIF	PERSONNEL	CONJUGAL	FAMILIAL	QUOTIDIEN	PROFESSIONNEL	SOCIAL	SPIRITUEL
Sentiments	Santé	Sexe	Membres	Habitation	Marché du travail	Etat	Paranormalité
Amour	Guérison	Sexualité	Parents	Domicile	Chômage	Politique nationale	Guérisseurs
Amour-propre	Malformation	Fantasme	Enfants	Cambriolage	Activité professionnelle	Politique internationale	Voyance
Amitié	Opération	Virginité		Mobilier	Entreprise	Idéologie	Astrologie
Passion	Maladies	Homosexualité	Evénements	Vaisselle	Carrière	Justice	Extra-terrestre
Jalousie	Chirurgie	Transexualité	Naissance	Chauffage	Collègues	Economie	Monstres
Courage	Médecine	Chasteté	Conflit	Voisinage	Employeur	Guerre	Parapsychologie
	Grossesse	Polygamie	Séparation	Eclairage			
Image de soi		Plaisir			Apprentissage	Loi	Charlatanisme
Estime de soi	Deuil	Erotisme		Objets quotidien	Etudes		Exorcisme
Scandale	Disparition	Education sexuelle		Electroménager	Orientation	Administration	Légendes
Arrogance	Suicide	Séduction		Voiture	Projet	Documents administratifs	Miracles
Timidité	Meurtre	Contraception		Livre		Agents	
Fierté	Coma	Stérilité		Autre objet		Entités	Religion
							Croyances
Rapports humains	Corps	Couple		Activité du quotidien		Questions sociales	Vocation
Relations homme-femmes	Hygiène	Fidélité		Gastronomie		Criminalité	
Relation de couple	Poids	Célibat		Bricolage		Exclusion	Idées
Relations avec autrui	Apparence physique	Mariage		Ménage		Violence	Vision du monde
Relation parent-enfant		Rupture		Mécanique		Pauvreté	Mentalités
	Temps de la vie	Divorce		Jardinage		Cités	
	Enfance					Santé publique	
	Adolescence			Bien-être		Prostitution	
	Parcours			Beauté		Délinquance	
	Vieillesse			Diététique		Immigration	
				Soin		Sécurité outière	
	Traumatismes					Environnement	

	Agressão			Vêtements et parures		Science	
	Viol			Mode		Technologie	
	Inceste			Accessoires		Education	
	Harcèlement			Coiffure		Catastrophes	
	Handicap					Faits-divers	
	Accident			Loisirs		Coutumes	
	Mutilation			Sports		Fêtes	
	Phobies			Chasse		Traditions	
	Maltraitance			Vacances		Commémorations	
	Abandon			Voyages			
				Lecture		Arts et culture	
				Danse		Théâtre	
						Peinture	
				Vie pratique		Littérature	
				Impôts		Photographie	
				Argent		Médias	
				Héritage		Musique	
				Consommation		Cinéma	
				Escroquerie		Show-business	
				Litige			

1.2. Corpus de programas da TF1, por ano

ANO	DATA	NOME DO PROGRAMA
1987	09/01/87	<i>Tournez Manège</i>
	13/10/87	<i>L’Affaire est dans le sac</i>
	13/10/87	<i>L’Une de miel</i>
	19/10/87	<i>Chocs</i>
	11/11/87	<i>Super sexy</i>
	15/12/87	<i>Permission de minuit</i>
1988	14/03/88	<i>Surtout le matin</i>
	03/05/88	<i>Vérités interdites</i>
	22/05/88	<i>A la folie</i>
	24/05/88	<i>L’Après-midi aussi</i>
	14/10/88	<i>Avis de recherche</i>
	15/10/88	<i>De la cave au grenier</i>
	24/11/88	<i>Viva la vie: la santé d’abord</i>
	02/12/88	<i>Et avec les oreilles</i>
1989	11/03/89	<i>Allo Marie-Laure</i>
	23/03/89	<i>Questions à domicile</i>
	16/10/89	<i>Jeopardy</i>
1990	05/01/90	<i>52 sur la Une</i>
	12/01/90	<i>Grands reportages</i>
	20/01/90	<i>Reportages</i>
	12/02/90	<i>Les Quatre vingt dix rugissants</i>
	25/02/90	<i>Sept sur sept</i>
	26/02/90	<i>Médiations</i>
	07/09/90	<i>La Roue de la fortune</i>
	13/10/90	<i>Un samedi comme ça</i>
1991	22/02/91	<i>Et si on se disait tout</i>
	23/02/91	<i>Samedi après minuit</i>
	02/03/91	<i>Reportages</i>
	02/07/91	<i>Combien ça coûte?</i>
	28/10/91	<i>L’Amour en danger</i>
1992	17/01/92	<i>Grands reportages</i>
	23/01/92	<i>Le Débat</i>
	04/03/92	<i>En quête de vérité</i>
	12/03/92	<i>La Vie continue</i>
	20/05/92	<i>Mea culpa</i>
	25/05/92	<i>L’Amour en danger</i>
	02/10/92	<i>Les Marches de la gloire</i>
	07/12/92	<i>Coucou c’est nous</i>

1.2. Corpus de programas da TF1, por ano (cont.)

ANO	DATA	NOME DO PROGRAMA
1993	05/02/93	<i>Les Marches de la gloire</i>
	04/03/93	<i>L'Amour en danger</i>
	29/03/93	<i>Faut pas rougir</i>
	05/02/93	<i>Les Marches de la gloire</i>
	04/03/93	<i>L'Amour en danger</i>
	29/03/93	<i>Faut pas rougir</i>
	17/04/93	<i>Reportages</i>
	26/04/93	<i>Témoin n.º 1</i>
	26/05/93	<i>Méfiez-vous des blondes</i>
	27/05/93	<i>Mea culpa</i>
	15/06/93	<i>Durand la nuit</i>
	23/09/93	<i>Leçon d'amour</i>
	11/10/93	<i>Tout compte fait</i>
	01/11/93	<i>Santé à la Une</i>
	14/12/93	<i>Le Club de l'enjeu</i>
1994	20/01/94	<i>Méfiez-vous des blondes</i>
	21/02/94	<i>Pourquoi pas vous?</i>
	27/05/94	<i>Mystères</i>
	02/06/94	<i>Demain, il fera beau</i>
	29/09/94	<i>Famille, je vous aime</i>
	18/10/94	<i>Je suis venu vous dire</i>
1995	02/01/95	<i>Emmène-moi au bout du monde</i>
	06/01/95	<i>Tout est possible</i>
	12/01/95	<i>Scènes de ménage</i>
	18/01/95	<i>Grands reportages</i>
	25/01/95	<i>Le Droit de savoir</i>
	25/02/95	<i>Super nanas</i>
	06/03/95	<i>Perdu de vue</i>
	12/04/95	<i>37,5° le soir</i>
	20/07/95	<i>Super sexy</i>
	08/02/95	<i>Pour la vie</i>
	25/03/95	<i>Super mecs</i>
	27/11/95	<i>L'Odyssée de l'étrange</i>
	25/07/95	<i>Histoires Naturelles</i>
16/12/95	<i>Echos de star</i>	

1.2. Corpus de programas da TF1, por ano (cont.)

1996	19/02/96	<i>Témoïn n.º 1</i>
	22/01/96	<i>Pour la vie</i>
	08/05/96	<i>Va et vient</i>
	21/05/96	<i>Evelyne</i>
	03/06/96	<i>Perdu devue</i>
	13/06/96	<i>Evelyne</i>
	22/06/96	<i>Reportages</i>
	15/01/96	<i>Comme un lundi</i>
	18/07/96	<i>Evelyne</i>
	23/09/96	<i>L'Appel de la couette</i>
	23/10/96	<i>Mode de vie</i>
1997	06/02/97	<i>Mode de vie</i>
	22/02/97	<i>L'Avis des bébés</i>
	27/07/97	<i>Simple comme</i>
	04/08/97	<i>52 sur la Une</i>
	26/09/97	<i>Sans aucun doute</i>
	28/02/97	<i>Parlez-moi d'amour</i>
1998	07/01/98	<i>À vrai dire</i>
	14/01/98	<i>Les Français sont comme ça</i>
	20/03/98	<i>Sans aucun doute</i>
	19/12/98	<i>Bloc modes</i>
	26/10/98	<i>Le Juste prix</i>
1999	15/01/99	<i>Chéri chéries</i>
	25/06/99	<i>En toute simplicité</i>
	30/09/99	<i>Bien jardiner</i>
	19/07/99	<i>Photos de vacances</i>
	11/10/99	<i>Y'a pas photo</i>
	14/11/99	<i>Aimer vivre en France</i>
	26/11/99	<i>Clic et Net</i>
2000	02/01/00	<i>Être heureux comme</i>
	03/01/00	<i>Être heureux comme</i>
	17/03/00	<i>C'est quoi l'amour?</i>
	18/05/00	<i>Culture</i>
	09/06/00	<i>Vol de nuit</i>
	15/09/00	<i>C'est quoi l'amour?</i>
	23/09/00	<i>C'est quoi l'amour?</i>
	10/10/00	<i>Exclusif ce soir</i>
06/11/00	<i>Célébrités</i>	

1.3. *Corpus* de programas da SIC, por ano

ANO	DATA	NOME DO PROGRAMA
1992	06/10/92	<i>Praça Pública</i>
	08/10/92	<i>Conta Corrente</i>
	18/10/92	<i>Segredos</i>
	22/10/92	<i>Jogo da Verdade</i>
	13/12/92	<i>Segredos</i>
1993	17/01/93	<i>Encontros Imediatos</i>
	27/01/93	<i>Sexo Forte</i>
	08/02/93	<i>Tostões e Milhões</i>
	19/03/93	<i>Praça Pública</i>
	21/03/93	<i>Segredos</i>
	18/04/93	<i>Encontros Imediatos</i>
	07/07/93	<i>Sexo Forte</i>
	05/09/93	<i>E o Resto É Conversa</i>
	29/10/93	<i>Na Cama com...</i>
	21/11/93	<i>Conversas Curtas</i>
	23/11/93	<i>Terça à Noite</i>
	07/12/93	<i>Na Cama com...</i>
	09/12/93	<i>O Pecado Mora aqui</i>
	16/12/93	<i>Casos de Polícia</i>
1994	12/01/94	<i>O Pecado Mora aqui</i>
	02/02/94	<i>Falas Tu ou falo Eu</i>
	18/02/94	<i>Na Cama com...</i>
	20/02/94	<i>Labirinto</i>
	25/02/94	<i>Na Cama com...</i>
	27/04/94	<i>Perdoa-me</i>
	13/05/94	<i>Sete à Sexta</i>
	28/06/94	<i>Cenas de um Casamento</i>
	20/07/94	<i>Perdoa-me</i>
	06/09/94	<i>Vinte Anos Vinte nomes</i>
	19/09/94	<i>O Juiz Decide</i>
	19/10/94	<i>All You Need is Love</i>
	01/11/94	<i>Destino X</i>
	28/12/94	<i>Perdoa-me</i>
1995	01/02/95	<i>Perdoa-me</i>
	07/02/95	<i>O Senhor que Se Segue</i>
	16/03/95	<i>A Noite da Má-Língua</i>
	30/03/95	<i>A Máquina da Verdade</i>
	31/03/95	<i>Só para Inteligentes</i>
	07/04/95	<i>Não Se Esqueça da Escova dos Dentes</i>

1.3. *Corpus* de programas da SIC, por ano

ANO	DATA	NOME DO PROGRAMA
1995	11/06/95	<i>Uma Noite de Sonho</i>
	09/04/95	<i>Assuntos de Família</i>
	12/04/95	<i>All You Need is Love</i>
	13/05/95	<i>A Semana</i>
	23/06/95	<i>Cenas de um Casamento</i>
	05/10/95	<i>Agora É a Sua Vez</i>
	22/11/95	<i>Número Um</i>
1996	26/01/96	<i>O Juiz Decide</i>
	17/02/96	<i>Big Show SIC</i>
	18/03/96	<i>Ponto de Encontro</i>
	21/04/96	<i>Sim ou Não</i>
	16/05/96	<i>Verdes Anos</i>
	16/05/96	<i>Grande Reportagem</i>
	14/06/96	<i>O Juiz Decide</i>
	25/06/96	<i>Escrita em Dia</i>
	26/06/96	<i>Ousadias</i>
	08/07/96	<i>Flashback</i>
	03/10/96	<i>Casos de Polícia</i>
	18/10/96	<i>All You Need is Love</i>
	14/11/96	<i>Verdes Anos</i>
1997	00/00/97	<i>A Cadeira do Poder</i>
	13/02/97	<i>Vida de Casal</i>
	11/03/97	<i>Esta Semana</i>
	13/03/97	<i>Vida de Casal</i>
	25/04/97	<i>Confissões</i>
	26/05/97	<i>Viva a Liberdade</i>
	13/06/97	<i>Confissões</i>
	31/07/97	<i>Paródia Nacional</i>
	15/08/97	<i>Confissões</i>
	17/10/97	<i>All You Need is Love</i>
	11/11/97	<i>Filhos da Nação</i>
	11/12/97	<i>Agora ou Nunca</i>
1998	05/02/98	<i>Esta Semana</i>
	11/03/98	<i>Programa do Além</i>
	12/03/98	<i>Ai os Homens!</i>
	27/04/98	<i>Surprise Show</i>
	27/04/98	<i>Conversas Secretas</i>
	19/05/98	<i>O Juiz Decide</i>
	19/06/98	<i>Ponto de Encontro</i>
	26/06/98	<i>Ponto de Encontro</i>

1.3. Corpus de programas da SIC, por ano (cont.)

	24/07/98	<i>Ponto de Encontro</i>
	29/07/98	<i>Furor</i>
	30/07/98	<i>Última Chance</i>
	15/10/98	<i>Mundo VIP</i>
	18/10/98	<i>Ficheiros Clínicos</i>
	05/02/98	<i>Esta Semana</i>
	11/03/98	<i>Programa do Além</i>
	12/03/98	<i>Ai os Homens!</i>
	27/04/98	<i>Surprise Show</i>
	27/04/98	<i>Conversas Secretas</i>
	19/05/98	<i>O Juiz Decide</i>
	19/06/98	<i>Ponto de Encontro</i>
	26/06/98	<i>Ponto de Encontro</i>
	24/07/98	<i>Ponto de Encontro</i>
	29/07/98	<i>Furor</i>
	30/07/98	<i>Última Chance</i>
	15/10/98	<i>Mundo VIP</i>
	18/10/98	<i>Ficheiros Clínicos</i>
	21/10/98	<i>Cross Fire</i>
1999	12/01/99	<i>Conversas Secretas</i>
	28/01/99	<i>Esta Semana</i>
	25/02/99	<i>No Sofá Vermelho</i>
	26/02/99	<i>O Juiz Decide</i>
	10/03/99	<i>Cantigas de Maldizer</i>
	09/04/99	<i>Ponto de Encontro</i>
	25/05/99	<i>Duetos Imprevistos</i>
	16/08/99	<i>Roda dos Milhões</i>
	19/09/99	<i>Casos de Polícia</i>
	06/10/99	<i>SIC 10 Horas</i>
2000	09/01/00	<i>SIC 10 Horas</i>
	29/01/00	<i>Negócio Fechado</i>
	26/03/00	<i>Herman SIC</i>
	28/03/00	<i>Fátima Lopes</i>
	29/03/00	<i>Fátima Lopes</i>
	14/04/00	<i>Fátima Lopes</i>
	01/06/00	<i>Fátima Lopes</i>
	04/10/00	<i>SIC 10 Horas</i>
	20/10/00	<i>Sex Appeal</i>
	25/10/00	<i>SIC 10 Horas</i>
	20/12/00	<i>Sex Appeal</i>
	26/12/00	<i>SIC 10 Horas</i>
	27/12/00	<i>SIC 10 Horas</i>

Um mesmo sonho: o monstro de Frankenstein, o robô e o homem biônico

Lurdes Macedo*

Resumo

Partindo da tese de que ciência e sonho são interdependentes, inteligível e “maravilhoso” se confundem como objectos de investigação e a relação entre sujeito e objecto de estudo pode ser bidireccional, este pequeno ensaio procura questionar a supremacia do Homem sobre as realizações da tecnologia.

Propõe-se, assim, a análise de três grandes paradigmas da criação de vida artificial que animam o nosso imaginário em torno desta questão: o monstro de Frankenstein, o robô e o homem *biônico*.

O mito da deificação do Homem revela o desejo do domínio do enigma da vida, ao mesmo tempo que ilude a negação da morte. Mas aspirar à eternidade num tempo em que se celebra o efêmero e em que se abandonaram as grandes finalidades, denuncia um empobrecimento do sentido escatológico da existência humana que se vê reduzido à busca pela supressão da morte.

A reconciliação do Homem com a Natureza, proposta pela Teoria Crítica, pode assim configurar uma nova utopia na qual o Homem controla a sua relação com a tecnologia através da assnção de uma condição que lhe é intrínseca: o de ser natural.

Palavras-chave: ciência e tecnologia; sonho; monstro de Frankstein; robô; homem “biônico”; reconciliação com a natureza

1. Ciência e sonho

A tensão entre a fragilidade da condição humana e o poder dos desígnios da natureza produziu, desde os tempos mais ancestrais, duas importantes dimensões explicativas para a experiência da aventura humana: a ciência e o sonho. Se a relação do Homem com os fenómenos considerados inteligíveis foi, desde cedo, assumida através da pro-

* Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. mlmacedo@netvisao.pt

dução de conhecimento científico, foi através do sonho e do imaginário que se estabeleceu a sua relação com o “maravilhoso”.

A consciência científica, tal como a conhecemos, começou a manifestar-se, pelo menos, desde a Antiguidade Clássica. Aristóteles afirmava então na sua *Metafísica* que «(...) é esse o carácter principal da ciência que tem por objecto o supremo cognoscível (...); ora o supremo cognoscível são os princípios e as primeiras causas (...)» (Barbosa *et al.*, 1979). Apesar do relevante papel assumido pela ciência na explicação dos fenómenos que intrigavam o Homem, o imaginário e o mito nunca foram relegados para um plano secundário enquanto mediadores entre o ser humano e o meio ambiente. É o que nos explica Lévi-Strauss em *O Homem Nu*, quando nos tece uma comparação entre a revolução neolítica e a ciência contemporânea: «Longe de ser (...) obra de uma “função fabuladora”, (...) os mitos e os ritos oferecem como valor principal preservar até à nossa época, (...) modos de observação e de reflexão que foram (e sem dúvida continuam a ser) adaptados a descobertas de certo tipo: as que autorizavam a natureza, a partir da organização e da exploração especulativas do mundo sensível (...)» (*ibidem*, 1979).

Constituídos como mecanismos distintos de regulação da relação entre o Homem e a natureza, tanto a ciência como o sonho cedo se tornaram indutores de novas complexidades. Muitos foram os momentos da História em que a utilização da ciência e do sonho conduziram o Homem à confusão e, conseqüentemente, à agudização da tensão entre si próprio e o meio.

As razões que explicam esta precoce inflexão dos resultados primordialmente esperados da ciência e do sonho constituem a tese que este ensaio pretende defender.

a) *A relação do Homem com o inteligível e com o “maravilhoso” nunca se organizou de forma independente.* A História demonstra-nos que numerosas realizações da ciência e da tecnologia tiveram a sua origem no sonho. No prefácio à edição de 1977 de *O cinema ou o Homem Imaginário* (1956), Edgar Morin lembra-nos que, no final do século XIX, a Humanidade conseguiu, em resultado do desenvolvimento tecnológico registado, concretizar dois sonhos considerados insensatos desde tempos imemoriais: soltar-se da Terra como os pássaros, através do aparecimento do avião, e reproduzir imagens em movimento, através do aparecimento do cinematógrafo. Assim, poder-se-á concluir que a persistência do Homem em sonhos aparentemente irrealizáveis acabou por conduzir a ciência e a tecnologia à construção destes novos engenhos técnicos.

Morin não deixa de enfatizar que o objectivo primordial da introdução destas duas máquinas na vida do Homem foi dar-lhes uma utilização técnica e prática, o que veio a acontecer ao avião, mas não ao cinematógrafo. Este logo derivou para o cinema, para «um espectáculo imaginário (...) um espectáculo mágico de metamorfoses». No caso do avião, o sonho levou a ciência à produção de uma tecnologia; no caso do cinematógrafo, o sonho conduziu a ciência à produção uma tecnologia e esta, por sua vez, construiu uma nova forma de sonhar.

A ciência e o sonho jogam-se muitas vezes num só tabuleiro, numa só partida, tornando-se assim interdependentes. Constituem, então, duas dimensões indissociáveis nas realizações do Homem que se plasmam numa só realidade.

b) *Os binómios ciência/inteligível e sonho/“maravilhoso” não são estáveis, não se constituindo portanto como exclusivos.* A distinção entre fenómenos susceptíveis de explicação pela ciência e fenómenos do domínio do desconhecido e do “maravilhoso” esteve sempre sujeita a confusão e a divergência. Diferentes estados de evolução científica e diferentes entendimentos do que deve ser a ciência conduzem a abordagens cruzadas entre ciência e sonho. Quando o inteligível foi tomado pelo sonho, nasceram as artes e a literatura, mas também novos medos infundamentados. E quando a ciência se atreveu a penetrar no “maravilhoso”, o Homem desvendou enigmas que despoletaram o aparecimento de novas disciplinas científicas, ao mesmo tempo que encontrava novos mistérios para intrigar ainda mais a sua curiosidade. Assim, a inexistência de fronteiras entre o que deve ser objecto da ciência e objecto do sonho produziu não só novas formas de conhecimento e de expressão que alargaram o entendimento sobre a nossa existência e sobre o mundo que nos rodeia, como também novas questões e novos temores que vieram acicatar ainda mais a inquietude humana.

c) *A relação entre o Homem, enquanto sujeito, com a ciência e com o sonho, enquanto objectos, não é unidireccional, sendo conseqüentemente propensa à confusão de papéis.* Em qualquer destas dimensões da sua experiência o Homem assumiu primordialmente o papel de sujeito enquanto produtor, sobrando à ciência e ao sonho o papel de objectos enquanto produtos. Todavia, esta assunção de papéis nem sempre tem sido clara.

O domínio do fogo pelo *homo erectus*, há cerca de um milhão de anos, constituiu uma enorme (r)evolução na nossa existência: a pequena fogueira ateadada para cozinhar alimentos, para afugentar predadores ou para aquecer a caverna melhorou a qualidade de vida de uma forma até então nunca experimentada. Contudo, a mesma fogueira transforma-se, não raras vezes, em incêndio devorador de outros recursos essenciais para o Homem.

Ao mesmo tempo o mito, produto do imaginário humano, sempre se revelou uma poderosa inspiração para o estabelecimento de crenças e de comportamentos, dominando a organização das comunidades em torno de sistemas de valores. Quem conduz esta linha contínua a que chamamos História? O Homem é conduzido pelos sonhos e pela ciência que produz? Ou, pelo contrário, a ciência e o sonho são dominados pelo Homem?

2. Determinismo versus modelação

O desejo moderno de progresso do mundo e o discurso científico de inspiração racionalista e positivista levaram, no século XIX, a um forte investimento na produção de conhecimento científico.

A ciência, da qual a tecnologia se tornou filha dilecta, desenvolveu no Homem o sentimento de maior controlo sobre a sua própria existência, quer através da intervenção concreta em acontecimentos no presente, quer através de leis que permitem prever, com alguma margem de segurança, o futuro.

Interessa então perceber como se tem processado o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, numa era em que estas se tornaram no *élan* das sociedades modernas. Winston (1996) rejeita o «determinismo tecnológico», paradigma que explica o acelerado progresso a partir do trabalho criativo dos cientistas. Como hipótese alternativa, o autor considera que a evolução científico-tecnológica se deve antes à urgência em responder a uma diversidade de necessidades sociais que comandam a agenda do desenvolvimento. Esta nova proposta é denominada por Winston como “modelação do desenvolvimento tecnológico”.

Segundo o novo modelo proposto, o “estado da arte” num dado momento deve ser entendido a partir da intersecção sincrónica de três dimensões: *a ciência*, enquanto forma de conhecimento fundamental; *a tecnologia*, como aplicação operacional desse conhecimento; e *a sociedade*, como enquadramento. Deste modo, e fazendo uma analogia com conceitos propostos por Saussure, a ciência pode ser comparada à “língua”, enquanto à tecnologia corresponderá o “discurso”. Ou, se preferirmos uma analogia com as teorias de Chomsky, a ciência será a “competência” que se transforma em tecnologia, ou seja em *performance*.

No modelo linguístico original, a gramática traduz um conjunto de regras que organiza a transformação da competência cognitiva (língua) em *performance* física (discurso). Winston sugere-nos no seu modelo da “modelação do desenvolvimento tecnológico” que a sociedade não é mais do que uma gramática reguladora da transformação da ciência em tecnologia. Contudo, o autor salvaguarda, com toda a pertinência, a existência de uma diferença fundamental entre a gramática e a sociedade: enquanto a primeira representa um conjunto de regras estáveis e formalmente aceites, a segunda engloba um conjunto complexo de variáveis cuja interacção é mais difícil de apreender. A “modelação do desenvolvimento tecnológico” revela-se assim um modelo insuficientemente preditivo, devido a factores de complexidade e de vulnerabilidade da esfera social (a sua gramática reguladora), ao mesmo tempo que se constitui como razoavelmente regular, na medida em que não obedece aos desígnios da aleatorização.

Segundo o entendimento do autor, a ciência produz a tecnologia que, por sua vez, é condicionada pela sociedade. A “competência científica” traduz-se em “desempenho tecnológico”, dando origem ao “protótipo”. Todavia, este só se transforma em “invenção” consumida pela sociedade caso se dê a “superveniência da necessidade social”, ou seja, caso se conjugue um conjunto de forças sociais que acelerem a aceitação do “protótipo” enquanto engenho de interesse para a experiência humana.

Winston afirma que é este o modelo que explica o fenómeno da “invenção simultânea”, lembrando que tanto Bell, como Elisha Gray chegaram no mesmo dia a Washington para registar as patentes dos seus inventos. Também Edison, Watson e Berliner tinham empreendido esforços para desenvolver o telefone naquela época. Este é um exemplo, segundo o autor, de como o trabalho dos cientistas é determinado por uma agenda que obedece a forças sociais, e não por descobertas *eureka* como supõe o “determinismo tecnológico”.

Todavia, Winston considera difícil impor o seu modelo, já que o “determinismo tecnológico” se constitui como uma poderosa leitura do mundo em que vivemos.

Os factores explicativos para a dominância deste paradigma são apresentados pelo autor, podendo ser organizados sob duas visões distintas, mas complementares: por um lado, o cidadão comum assume um papel pouco participativo na sociedade, sentindo-se por isso pouco poderoso; por outro lado, os poderes políticos e económicos validam o “determinismo” de forma a ocultar a sua verdadeira influência sobre a agenda da investigação científica e tecnológica.

Certo é que ambos os modelos constituem respostas, ainda que diferenciadas, à grande questão que aqui se pretende discutir. O “determinismo tecnológico” constitui-se como uma visão do mundo em que o cientista é livre e criativo colocando o seu imaginário no comando da investigação, despoletando o aparecimento de novas tecnologias e exortando a Humanidade a adaptar-se às mudanças desencadeadas pelas suas descobertas. Jogando no mesmo campo com o inteligível e com o “maravilhoso”, o mesmo cientista produz tecnologias que se impõem na vivência da sociedade, à qual ele também pertence. O sonho produz a tecnologia, assumindo esta o papel de sujeito em relação a um Homem objecto. Por outras palavras, a tecnologia domina o Homem.

A “modelação do desenvolvimento tecnológico” afirma-se como uma perspectiva mais optimista, na qual a sociedade comanda o aparecimento da tecnologia, bem como a sua integração no seu *modus operandi*. O cientista não é mais que um prestador de serviços que trabalha segundo a agenda comandada por um conjunto de forças sociais. Privilegiando a relação com o inteligível, este cientista apresenta soluções sonhadas pela sociedade para responder a necessidades previamente diagnosticadas. É a sociedade quem avalia o interesse de cada solução, através da sua aprovação, da sua disseminação e do seu consumo. A tecnologia produz o sonho, mas, apesar deste seu poder, é-lhe sempre reservado o papel de objecto controlado pelo Homem. Por outras palavras, o Homem domina a tecnologia.

3. Deus e homem

Muitas são as culturas que explicam, através do seu imaginário colectivo, o aparecimento do Homem como uma criação divina. Na cultura cristã «O Senhor Deus formou o Homem do pó da terra e insuflou-lhe pelas narinas o sopro da vida, e o homem transformou-se num ser vivo» (Génesis, 2, 7).

Atentemos ainda num poema sobre o mito da criação que traduz o imaginário do povo fulani, original do Mali, sobre o enigma da existência humana:

(...) Então chegou Doondari e criou a pedra.
A pedra criou o ferro;
E o ferro criou o fogo;
E o fogo criou a água;
E a água criou o ar.

Então Doondari desceu pela segunda vez.
Juntou os cinco elementos
E moldou-os num homem (...).

in *Rosa do Mundo – 2001 poemas para o futuro*

Apesar de a ciência há muito ter clarificado o aparecimento do Homem sobre a Terra através de um longo processo natural e evolutivo, persiste, no imaginário de povos com diferentes culturas e que habitam diferentes espaços do globo, a ideia de que foi Deus quem criou o Homem à sua imagem e semelhança. A ideia de um ser “todo-poderoso”, capaz de nos colocar neste mundo e de nos livrar do mal, resiste assim às ideias evolucionistas de carácter científico provavelmente porque «todas as comunidades humanas precisam de um mito fundador que dê consistência ao seu projecto de vida» (Martins, 2002).

Referência identitária do Homem e ideia de perfeição cartesiana, Deus confere, pela sua onipotência e pela sua omnipresença, uma dimensão “maravilhosa” à aventura humana. Ao mesmo tempo, foi a ciência quem tornou inteligível a nossa existência sobre a Terra, ao clarificar o processo da filogénese.

Assim, a interdependência entre ciência e sonho, bem como a confusão entre inteligível e “maravilhoso”, criam espaço para a curiosa coexistência dos paradigmas da criação e da evolução na cultura ocidental. São também esta interdependência e esta confusão que estão na origem de um velho desejo do Homem: a apropriação do enigma da vida.

Uma antiga lenda judaica conta-nos que, no século XVI, viveu em Praga um rabi eleito por Deus como o homem mais sábio sobre a Terra. De modo a proteger o seu povo, Deus concedeu ao rabi Low a faculdade de criar um ajudante, moldado a partir de argila recolhida no Rio Moldava. Esta nova criatura, o Golem, criado para fazer o bem, imediatamente se mostrou muito forte, atento e, sobretudo, muito obediente.

A certa altura, um general espanhol travou conhecimento com o Golem numa taberna e logo o quis adquirir para o seu exército, propondo ao rabi Low dar-lhe em troca toda a sua fortuna. Ao aperceber-se do perigo que a Humanidade poderia correr se o Golem fosse dirigido por gente má, o sábio rabi decidiu destruir a sua própria criação, convertendo o Golem em pó.

O rabi Low partiu deste mundo em 1609, tendo sido sepultado no cemitério judeu de Praga, aonde ainda hoje se dirigem milhares de pessoas para lhe prestar homenagem. Assim, o rabi personifica o “Homem-Deus” através do domínio do enigma da vida, sendo-lhe conferida uma dimensão “maravilhosa”. Aliás, as peregrinações que lhe são dedicadas comprovam este mito. Contudo, ao ser eleito o homem mais sábio entre os homens, é-lhe também atribuída uma vivência mais real e mais terrena. É precisamente essa sapiência que leva o rabi a identificar o perigo iminente de o objecto se transformar em sujeito às mãos do malvado general espanhol, tomando assim a decisão de destruir a sua própria criatura. O desfecho desta história não será mais que uma metáfora à necessidade de o criador, o sujeito, controlar o resultado da sua criação, o objecto.

4. Victor versus monstro

Publicado pela primeira vez em 1818, o célebre romance de literatura fantástica escrito por Mary Shelley, *Frankenstein or the modern Prometheus*, constituiu-se desde logo como uma popular narrativa sobre a deificação do Homem.

Inspirada numa conversa mantida entre o seu marido (o poeta inglês Percy Shelley) e Lord Byron sobre a natureza do princípio da vida e sobre as experiências de um certo Dr. Darwin (avô do evolucionista Charles Darwin), Mary Shelley descreve-nos como Victor Frankenstein, um jovem e genial cientista, pretendeu, tal como fez Deus no início dos tempos, criar um homem perfeito.

A natureza insaciavelmente curiosa e incansavelmente trabalhadora de Victor é-nos revelada na primeira pessoa a certo momento do romance: «De onde provinha o próprio princípio da vida?, perguntei-me muitas vezes. Questão audaciosa, jamais resolvida; todavia, quantas coisas não estariam a ponto de ser descobertas se o temor ou a preguiça não nos detivessem!» (Shelley, 2003).

Com pedaços de cadáveres recém-sepultados, o incauto Victor deu corpo a este novo e extraordinário homem. Através de engenhos técnicos criados por si, dotou de vida o corpo retalhado.

Mas a experiência de criação de vida artificial em laboratório, ao contrário do esperado homem perfeito, resultou num monstro anónimo e sem identidade. O seu corpo grotesco e de proporções gigantescas, diferente do corpo de todos os humanos, também não lhe permitia realizar o processo identitário.

Abandonado pelo seu criador à sua própria sorte, o monstro, na sua absurda existência, passou a sentir-se cada vez mais rejeitado, mais isolado e mais só. A sua única referência era o cientista em quem ele reconhecia o seu pai: «Eu deveria ser o teu Adão; mas sou, antes, o anjo caído em descrédito que banes do Paraíso. Vejo em todo o lado uma ventura de que estou excluído. Eu era benevolente e bom; a mágoa fez de mim um demónio. Torna-me feliz e voltarei a ser virtuoso...» (Shelley, 2003). Todavia, Victor, horrorizado com a sua própria criatura, não se prestava à afeição pretendida pelo monstro, nem tão-pouco a ceder ao pedido deste para lhe criar uma companheira. «Assim, o que o monstro queria, perdido o paraíso que nunca conheceu por carregar no corpo o signo do grotesco, era a possibilidade de uma referência, de um afecto, e por isto ele pede ao pai que crie uma mulher para sua companheira, alguém com quem ele possa construir identidade e reconhecimento» (Tucherman, 1999).

Perante a recusa de Victor, o monstro passa a perseguir, implacável e incessantemente, o seu criador, ceifando a vida a todos os seus entes queridos, acabando deste modo com as referências afectivas daquele que o abandonara. A dominação do monstro sobre Victor é clara quando a grotesca criatura lhe grita: «Tu és o meu criador, mas eu sou o teu senhor. Obedece!» (Shelley, 2003).

O monstro de Frankenstein, criado na euforia prometeica do jovem cientista, representa, desta forma, não só a desejada apropriação do enigma da vida pelo Homem, como também o perigo de descontrolo do criador sobre a criatura.

Depois de mil padecimentos causados pelo monstro, Victor admite no leito da morte: «A riqueza não contava para mim. Apenas a glória da descoberta, se pudesse afastar a doença do corpo humano e tornar o homem invulnerável a tudo (...). Ficai a saber, senão pelos meus conselhos, pelo menos pelo meu exemplo, o quanto é perigoso conhecer certas coisas (...)» (Shelley, 2003).

Esta é, sem dúvida, uma grande narrativa sobre a interdependência entre inteligível e “maravilhoso”, sobre a confusão entre os objectos da ciência e do sonho e, sobretudo, sobre a incontrolável relação entre sujeito e objecto da experiência científica. Julgando acalantar «(...) apenas o desejo inocente de se distinguir na ciência» (Shelley, 2003), Victor propôs-se uma grande realização científica na qual investiu não só o conhecimento acumulado ao longo de anos de investigação, como também o grandioso sonho de apropriação do enigma da existência humana. Foi a interdependência destas duas dimensões, ciência e sonho, que conduziu o jovem cientista à criação de um ser que ele julgou poder ser perfeito. Procurando tornar o “maravilhoso” enigma da vida num fenómeno inteligível, confundiu o que só deveria ser sonhado com aquilo que pode ser estudado. Das suas experiências científicas guiadas pelo sonho não resultou um homem perfeito, mas antes um monstro que tornou insuportável a sua existência e que o perseguiu até à morte.

Contudo, foi Victor quem causou o sofrimento e a revolta sentidos pelo monstro ao criá-lo tão diferente dos demais e ao rejeitá-lo enquanto sua criatura. Ao longo de todo o romance, tanto Victor como o monstro alternam, de forma evidente, os papéis de sujeito e de objecto, de dominador e de dominado. Os dois protagonistas desta história não deixam de revelar desconforto e medo na assunção involuntária de qualquer um dos papéis. Victor queria conhecer o segredo da centelha que anima um corpo; nunca imaginou criar assim um monstro perseguidor. O monstro queria apenas viver com as graças e com as venturas dos humanos; procurava somente um sentido para a sua existência, o que lhe foi negado pelo próprio criador. Quem comandou quem?

5. Artificial e inteligente

No século XVIII, bem antes de Mary Shelley criar a sua ficção sobre a terrível deificação de Victor Frankenstein, apareceram os primeiros autómatos, resultado do aperfeiçoamento da arte da relojoaria. É em pleno Iluminismo, dominado pelo espírito científico e pela procura do saber, que é proposta a concepção biomecânica do ser humano que, desde cedo, fez gravitar à sua volta muitos simpatizantes.

Aparecem então numerosas criaturas artificiais que procuram reproduzir o comportamento de seres vivos. O objectivo da construção destas criaturas não era o entretenimento, mas antes o apoio à investigação em Medicina, pois acreditava-se que estas poderiam contribuir para uma melhor compreensão do funcionamento dos órgãos.

De entre os muitos construtores de autómatos dessa época, distinguiu-se o francês Jacques de Vaucanson, mecânico e relojoeiro de reconhecido talento. Espantado com

as suas grandiosas realizações, Voltaire chegou a referir-se a Vaucanson como um novo rival de Prometeu. Os três autómatos mais célebres construídos por este cientista foram dois andróides capazes de tocar instrumentos musicais (um tocador de flauta e um tocador de tamborim) e um pato que reproduzia a função vital da digestão, desde a deglutição ao esfíncter (www.automates-anciens.com).

No entanto, o conceito de robô surge apenas em 1920, pela mão do escritor checo Karel Capek, numa peça de teatro sobre andróides capazes de substituir o Homem em funções laborais (www.capek.misto.cz). A ideia do autor era então colocar em causa os princípios do taylorismo e da organização científica do trabalho, cujas propostas conduziam à mecanização do Homem.

O sucesso deste conceito é imediato e logo tomado pelo espectáculo imaginário do cinema. Em *Metropolis*, filme mudo realizado na Alemanha por Fritz Lang em 1926, um sábio cientista trabalha na criação de um robô que será a ressurreição da sua falecida amada. No entanto, o cientista influenciado por Frederson, um poderoso e malévolo empresário, dá uma vida a este andróide bem diferente da inicialmente sonhada. Tomando a identidade e a imagem de Maria, uma dócil e sensata líder operária, a criatura passa então a incitar à rebelião os trabalhadores da fábrica de Frederson, espalhando o terror e precipitando o iminente apocalipse. Só com a destruição deste andróide e com a libertação da Maria humana, se dá a redenção que conduz a um final feliz. *Metropolis* configura assim mais uma popular narrativa sobre a criação de vida artificial na qual não faltam as habituais interdependências, confusões e contradições entre ciência e sonho, entre inteligível e “maravilhoso” e entre sujeito e objecto.

No Verão de 1956, Clive Shaw, Allen Newell e Herbert Simon reúnem-se para propor o primeiro projecto científico na área do processamento da inteligência: nasce desta forma a Inteligência Artificial enquanto disciplina autónoma. Duas décadas mais tarde, são aplicados os primeiros robôs à indústria, marcando a obsolescência do taylorismo e o triunfo da automatização do poder intelectual do Homem.

Nos anos 80, esta disciplina ganha uma maior maturidade, fruto da rápida evolução dos desempenhos da Informática. Mas, apesar do sucesso tecnológico alcançado até aí, alguns investigadores defendem que a máquina nunca poderá reproduzir ou imitar todos os domínios do intelecto humano (Coelho, 1999).

Mais recentemente, em 1997, Garry Kasparov, campeão do mundo de xadrez e ídolo de uma geração, foi derrotado pelo Deep Blue II numa partida disputada entre o homem e a máquina. Com *hardware* e *software* desenvolvidos pela IBM, este dispositivo, assinalou «a passagem definitiva do sonho para a razão, isto é, a força persistente do Homem em desenhar artefactos (o artificial) cada vez mais poderosos» (Coelho, 1999: 12). Simultaneamente, o mítico campeão de xadrez nunca mais conheceu a glória de outros tempos, tendo perdido a sua aura mediática.

Hoje, são duas as correntes que disputam a supremacia epistemológica da Inteligência Artificial: a Escola Tradicional da Cognição Simbólica e a Escola Moderna da Vida Artificial. A primeira obedece ao paradigma psicológico desta disciplina,

recorrendo ao estudo da mente e à analogia entre computadores e seres humanos, na medida em que ambos seguem regras para processar informação. Todavia, alguns investigadores põem em causa esta analogia, pois consideram que os seres humanos regulam a sua existência a partir do conteúdo e do significado dessas regras, enquanto no computador isso é impossível. Assim, o sonho que anima este paradigma é a construção de um computador tão poderoso quanto o intelecto humano.

A Escola Moderna da Vida Artificial, inspirada no paradigma conexionista, desde cedo concebeu a inteligência como função com corpo, capaz de se desenvolver através dos sentidos e passível de programação numa máquina. Esta corrente evoluiu centrando-se no desenvolvimento de sistemas completos sob a forma de criaturas artificiais, robôs reactivos e autómatos. Nesta corrente de investigação os cientistas, cientes da impossibilidade de replicar a inteligência humana, sonham com outro tipo de realização: criar seres artificiais que reproduzam na perfeição uma determinada função característica dos humanos, recorrendo a esquemas lógicos diferentes daqueles que utilizamos. Exemplo de um projecto de investigação inspirado nesta Escola, o *Robocup*, pretende conceber até 2050 uma equipa de andróides especificamente capaz de derrotar a selecção campeã mundial de futebol (<http://www.robocup.org/>). Assim, «algo é artificial porque é fabricado, (...) as máquinas inteligentes são artefactos que realizam pensamentos de modo diferente daquele que é adoptado pelos seres humanos» (Coelho, 1999: 73).

Nenhum destes paradigmas aponta, desta forma, para a criação de um ser à nossa imagem e semelhança, já que um investiga sobre igual intelecto em corpo diferente e o outro investiga sobre diferente intelecto em corpo igual. Apesar destas perspectivas, os prodigiosos desenvolvimentos registados nos domínios da Informática e da Inteligência Artificial, bem como a interdependência entre ciência e sonho, a confusão entre inteligível e “maravilhoso” e a inversão de papéis entre sujeito e objecto, inspiraram um imaginário moderno habitado por robôs sofisticados e inteligentes capazes de igualar, e até de superar, as competências humanas.

Blade Runner, filme de culto assinado por Ridley Scott em 1982, baseia-se na novela futurista de Philip K. Dick, *Do Androids Dream of Electric Sheep?*, para nos apresentar uma curiosa trama na qual o Homem cria os *replicants*. No ano 2019, estes sofisticados robôs de compleição antropomórfica mas de curta duração, são enviados numa arriscada missão de colonização de novos mundos. Seis exemplares conseguem evadir-se da sua escravidão, regressando à Terra com o objectivo de pedir mais tempo de vida ao seu criador. Perante a incapacidade do cientista para responder ao seu pedido, o líder do grupo, possuidor de maior força física, assassina-o com as suas próprias mãos. O robô, na sua supremacia, mata o Homem, a criatura mata o seu próprio criador, tornando-se deliberadamente deícida.

No filme realizado em 2002 por Steven Spielberg, *Inteligência Artificial*, após a produção de milhares de robôs cujas funções se relegam para a servidão ao Homem, um cientista cria um menino robô dotado da mais recente novidade tecnológica: a capacidade de amar. A característica distintiva entre o Homem e a máquina, entre o

criador e a criatura, desaparece com a colocação deste menino robô em circulação. Mas o temor de que a máquina, a criatura, passe a dominar o Homem, o criador, leva ao advento da perseguição aos robôs, bem como ao seu sacrifício em praça pública. A redenção da deificação passa pelo espectáculo do sofrimento e da morte, revelando um Homem do futuro em tudo semelhante a um gladiador do Império Romano ou a um carrasco da Inquisição. É neste cenário que o apocalipse irrompe na Terra, extinguindo a espécie humana, poupando contudo as criaturas artificiais que se perpetuam para a eternidade. Quem detém a supremacia?

6. Biológico e electrónico

Victor Frankenstein sonhava realizar descobertas científicas que tornassem o Homem invulnerável a tudo, até aos desígnios da natureza. Falhada a terrificante experiência de Victor com o monstro que este criou e gorada a expectativa de que a Inteligência Artificial possa replicar o ser humano, o instinto curioso e criativo do Homem moderno propõe uma espécie de revisão de conceito para o alcance do mesmo objectivo: o homem “biônico”.

Castells (1996; edição portuguesa de 2000) elucida-nos sobre «as extraordinárias descobertas da tecnologia médica e da investigação biológica que fornecem a base material para a mais antiga aspiração da humanidade: viver como se a morte não existisse (...)». Deste modo, a proposta para adiar o envelhecimento e para cancelar a morte passa pela criação de um ambiente asséptico e pela integração de todo o tipo de próteses num corpo que aspira à sobrevivência.

Talvez por nos julgarmos próximos da descoberta do enigma da vida, constituíram-se duas grandes tendências médicas para lidar com a morte: a obsessão pela prevenção, que se traduz na “higienização” dos hábitos, e a luta até ao fim, que se materializa em dispositivos capazes de prolongar a vida.

É mais uma vez no cinema que encontramos a realização de um imaginário que constrói a ideia de homem “biônico”. *Robocop*, filme realizado em 1987 por Paul Verhoeven, encontra num polícia moribundo a matéria para a criação laboratorial de um ser perfeito. Da fusão do biológico com o electrónico, ou seja, de um homem em coma com as próteses criadas pela tecnologia, resulta um novo polícia simultaneamente homem e máquina, ao mesmo tempo que infalível e invulnerável (Nogueira, 2002). Um programa informático instalado num corpo preciso, forte e sem doença, comanda o comportamento deste ser que obriga ao cumprimento da lei sem ceder à corrupção. Ao mesmo tempo que assegura a sua auto-suficiência através da sua própria manutenção, este ser anuncia-se supra-humano ao negar a morte e ao tornar eterna a sua existência.

A invulnerabilidade do corpo à agressão e ao envelhecimento constitui-se, desta forma, como um dos sonhos que mais excitam a criatividade do imaginário humano e que mais estimulam o empreendimento na ciência e na tecnologia. Trata-se de um desafio que poderá redundar na frustração, mas que, ao mesmo tempo, parece ser

irrecusável. Ciência e sonho interpenetram-se mais uma vez nesta aventura; inteligível e “maravilhoso” confundem-se teimosamente numa mesma ambição.

Todavia, a eternização da existência humana apresenta-se sem qualquer sentido escatológico num tempo caracterizado pela falência das grandes ideologias e pelo desinteresse pelas grandes teologias. Assim, a procura pela eternidade da nossa existência deixou de buscar a «sociedade sem classes», o paraíso perdido, o “Reino dos Céus” ou qualquer outra grande finalidade.

Num tempo em que se celebra o efêmero, a ambição tecnológica de tornar invulnerável o corpo humano ilude uma ideia de vida sem morte, construindo «(...) a eternidade durante a nossa existência. Tornamo-nos assim eternos, excepto por aquele breve instante em que seremos envolvidos pela luz» (Castells, 2000).

7. Passado, presente e futuro

A ciência e o sonho, definidores da cultura de um povo, constituem-se desde o início da civilização como forças motrizes do progresso tecnológico. A interdependência destas duas formas tão distintas de entender o mundo plasma-se na própria condição humana: a Humanidade, tal como a conhecemos, não teria tido o mesmo percurso sem sonhar e sem conhecer. Daí a confusão entre inteligível e “maravilhoso”, entre aquilo que pode ser estudado, investigado e conhecido e aquilo que a natureza encerra como enigma e que, por ora, só pode ser sonhado.

A tecnologia tem criado ao longo dos tempos, e especialmente nos últimos duzentos anos, espantosas realizações que transformaram a relação do Homem com a sua imperfeição e com a sua insuficiência. É certo que quem criou a ciência foi o Homem, como também é certo que a tecnologia criou uma nova relação do Homem com o mundo e consigo mesmo. A grande questão que se coloca, neste nosso tempo confuso e incerto, é se o Homem domina suficientemente as realizações da tecnociência a ponto de controlar o seu próprio destino. Até onde nos levará a tecnologia?

Negar a ruína do corpo, dominar o enigma da vida e tornar eterna a nossa existência parecem ser os principais sonhos que hoje animam a investigação científica. Assim, a tecnociência constitui-se como uma espécie de nova escatologia, na esperança de que a principal inquietação da Humanidade se resolva com recurso às suas realizações. A realidade virtual resolve o défice de experiência humana; a investigação genética resolve a doença física e mental; a criogenia, a clonagem; e os engenhos protésicos resolvem a morte. A ruína do corpo dissipa-se assim na confusão entre biológico e electrónico, entre humano e maquínico.

Moisés Martins (2002) utiliza uma curiosa expressão de Lyotard, para nos elucidar sobre a condição do Homem na actualidade: não somos mais do que animais em “sofrimento de finalidade”, seres sem esperança incapazes de construir utopias.

O empobrecimento da escatologia, reduzida assim à busca da supressão da morte, configura, no nosso tempo, um complexo paradoxo: para quê a eternidade sem as utopias que entretanto se perderam?

Após a II Guerra Mundial, Horkheimer e Adorno, fundadores da Teoria Crítica, investigaram sobre os males do mundo, concluindo que o pior de todos os males é a dominação. Estes autores consideram que a dominação da natureza é injustificada e que é necessária a procura de outro tipo de tecnologia: um tipo não dominador. A meta é a reconciliação do Homem com a Natureza, o que denuncia uma aproximação da Teoria Crítica à *naturphilosophie* (Tar, 1977). Também Victor Frankenstein admite nos seus últimos dias de vida que «o camponês mais ignorante observa os elementos que o rodeiam e conhece o seu uso prático. O maior filósofo não sabe muito mais. Desvendou parcialmente a face da natureza, mas os seus traços imortais ficam sempre para ele um enigma e um mistério» (Shelley, 2003).

A construção desta nova utopia – a reconciliação do Homem com a Natureza – não deverá contudo representar um retrocesso, nem o abandono da tecnologia. Também não será necessário substituir a tecnologia existente por um tipo de tecnologia não dominador, como preconizam Horkheimer e Adorno. Bastar-nos-á, tão simplesmente, validar o interesse das novas tecnologias através da «superveniência da necessidade natural», o que nos permitirá reformular a nossa relação com as suas realizações. Permitiremos assim que estas nos proporcionem maior conforto e maior autonomia, sem que com isso nos esmaguem na nossa condição de seres naturais.

Não podemos apagar o passado do nosso presente, mas podemos formular no presente o nosso desejo de futuro.

Referências bibliográficas

- Barbosa, J. M.; Vaz Pinto, M. J.; Ribeiro dos Santos, L.; Marques, A. S. (1979), *Filosofia – Antologia de textos* (vol. I). Lisboa: Ministério da Educação.
- Castells, M. (ed. 2000; 1996), *A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura (Volume I) – A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coelho, H. (1999), *Sonho e Razão – Ao lado do artificial*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Martins, M. (2002), “O trágico como imaginário da era mediática”. *Comunicação e Sociedade*, Vol. 4, pp. 73-79.
- Martins, M. (2002), “De animais de promessa a animais em sofrimento de finalidade”. *O Escritor*, n.º 18/19/20, Revista da Associação Portuguesa de Escritores, Lisboa, pp. 351-354. [<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1676>]
- Monteiro, M. H. (Direcção) (2001), *Rosa do Mundo, 2001 poemas para o futuro*. Porto: Assírio & Alvim.
- Morin, E. (ed. 1977; 1956), *O Cinema ou o Homem Imaginário*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Neiman, S. (2005), *O Mal no Pensamento Moderno*. S/l: Gradiva.
- Nogueira, L. (2002), *Violência e Cinema – Monstros, soberanos, ícones e medos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Shelley, M. (2003) [1818], *Frankenstein – A mais popular história de horror*. Lisboa: Dom Quixote.
- Tar, Z. (1977), *A Escola de Francoforte*. Lisboa: Edições 70.
- Tucherman, I. (1999), *Breve História do Corpo e dos seus Monstros*. Lisboa: Vega.
- Votruba, J. (2001), *Golem, Uma antiga leyenda de Praga*. S/l: Fun Explosive.
- Winston, B. (1996), *Technologies of Seeing – Photography, Cinematography and Television*. London: British Film Institute.

Sítios consultados na Internet

www.automates-anciens.com

www.capek.misto.cz

<http://www.robocup.org/>

O museu digital: uma metáfora do concreto ao digital

José Cláudio Oliveira*

Resumo

O presente texto questiona o museu digital (MD) no campo da comunicação, mostrando a sua diversificação e crescimento, em termos de arquitetura, no ciberespaço. Com isso, o artigo evidencia essa mídia na sociedade enfocando a sua projeção sobre seus envolvimento sociais e a dimensão pedagógica, as tentativas de ruptura formal com o museu tradicional e como os objetos são vistos diante desses fatores que acompanharam a evolução tecnológica.

Palavras-chave: museu, comunicação, ciberespaço, tecnologia, sociedade

Em seu clássico texto Marshall McLuhan explica que a natureza do meio afeta a natureza e o impacto da mensagem. Esse pensamento, freqüentemente citado, quase sempre é interpretado erroneamente. A compreensão superficial entende que o meio é o importante e que a mensagem não tem maiores conseqüências. Qualquer pessoa que tenha passado um tempo observando neve na televisão sabe o que ela tem de falso (McLuhan, 1999: 21).

Entretanto, nos últimos tempos, as pessoas têm estado sujeitas a uma cansativa e enganosa ênfase sobre a tecnologia *web* das mídias, a despeito das mensagens. O que McLuhan realmente pontualiza são os nexos entre meio e mensagem. Tendo em conta os museus “reais” ou digitais, os museólogos, técnicos de museus e conservadores de acervo deveriam recordar a indicação do referido autor, e examinar de que maneira o método da comunicação, o meio e a *web* devem conectar-se com a mensagem dos artefatos e das idéias.

A aproximação filosófica reconhece que o meio pode mudar e mudará. Essa troca não poderá ser impedida dada a evolução da tecnologia em todos os campos. Mais

* Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. Doutor em Comunicação pela Faculdade de Comunicação da UFBA. claudius@ufba.br

que lamentar as trocas nas mídias, os museólogos, técnicos e profissionais de museus devem examinar de que maneira isso pode afetar na comunicação que o museu proporciona.

Para Xavier Lussà (2002), a partir da década de 1990, nasce um novo conceito de museu que «decorre do nascimento de uma nova sociedade: a sociedade da informação, e da sua cultura. Estas se definem por uma mudança contínua que afeta todas as esferas da vida e, decorrentemente, também de uma mudança contínua do sentido e valor. Por uma multiplicidade cambiante e não hierárquica de pontos de vista e formas culturais particulares; e então, por uma desvalorização do conhecimento, da sua permanência e sacralidade. O conhecimento diz respeito à vida e à ação. Já não é mais um objetivo em si mesmo por que já não conhece verdades absolutas» (LUSSÀ, 2002)¹.

O museu digital está, aqui, ligado diretamente a web, de um lado significando uma interface com os museus presenciais, de outro lado, criando o próprio cibermuseu, aquele que não possui uma interface presencial, num sentido metafórico, ou seja, designando os seus acervos para uma ordem digital e criando uma qualidade que tem o objetivo de manter a relação de semelhança com as origens daquilo que se conhece como *museu*. Não se trata, portanto, dos aspectos digitais em CD ROM, DVD e quiosques multimídia de exposições incorporados a acervos; muito menos das virtualidades registradas em livros, revistas, catálogos e álbuns, que são, na prática, mais antigos do que os *museum bus*, eco-museus e museus comunitários, pois remontam à década de 1940, quando André Malraux publicou o seu livro *Le Musée imaginaire*, em 1947², referenciando a possibilidade de o museu se estender na sua comunicação, a partir das fotografias dos seus objetos em catálogos. A idéia de Malraux é possibilitar ao turista, ao estudante e ao curioso conhecerem o museu à distância, sem visitar o «museu real» (Malraux, 1947: 98).

Mesmo tendo como base uma das tecnologias mais avançadas da sua época (a fotografia), a idéia de Malraux é precedida por outras noções que lidam com os conceitos de “imaginário” e “virtual”. Desde a virtualidade criada pelos antigos gregos, a idéia do museu imaginário, virtual, tem sido experimentada. A idéia de uma “reprodução”, e.g., não é nova. Sempre têm existido cópias ou miniaturas de obras intransportáveis ou raras, que resultam na construção de maquetes e modelos, que passam de modelo único para várias réplicas em variados materiais. A partir da imprensa, que permitiu a reprodução de imagens em grandes quantidades, as gravuras se converteram em suportes decisivos para a disseminação da cultura artística pelo mundo todo.

La función del grabado, por ejemplo, en la conquista y colonización de América por los europeos fue enorme. Recordemos simplemente los millares de Biblias ilustradas que los indígenas asimilaron, reprodujeron y transformaron con tanta creatividad en las más variadas formas artísticas a través del nuevo continente. En el Siglo de las Luces se construyeron

¹ Texto traduzido no próprio site da revista, com algumas incorreções no português preservadas aqui pelo autor. Disponível em : <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOtF0und/404_17.htm> Acesso em setembro de 2002

² *O Museu Imaginário*, ainda sem tradução para o Português.

las primeras “bases de imágenes” a partir del grabado, que sirvieron a los enciclopedistas, naturalistas y viajeros para ilustrar en forma sistemática sus ideas y descubrimientos. Estos grabados eran en sí mismas obras de arte de altísimo costo. (Battro, 1999)³

Ao pé da letra, e buscando em um dicionário, o conceito é aplicado àquilo que «existe como faculdade, porém sem exercício ou efeito atual», ou seja, algo «susceptível de se realizar; potencial». Que na filosofia referencia «o que está predeterminado e contém todas as condições essenciais à sua realização», uma oposição, nesta acepção, ao potencial e ao atual, real. Que na informática «se vincula ao que resulta de ou constitui uma emulação, por programas de computador, de determinado objeto físico ou equipamento, de um dispositivo ou recurso, ou de certos efeitos ou comportamentos seus» (Dicionário Aurélio Digital)⁴.

Hoje o conceito de virtual é extensivamente trabalhado, principalmente com o advento da “Realidade Virtual”, a partir da década de 1980, em vários laboratórios das áreas da aeronáutica e astronomia, depois aplicável diretamente ao desenvolvimento e incremento da Internet. Autores com interesses nos mais diversos campos do conhecimento humano nos oferecem reflexões sobre este assunto. O termo ganhou grande visibilidade em razão do aperfeiçoamento tecnológico, mais precisamente com a revolução da informática combinada com as telecomunicações que, juntas, fizeram surgir a telemática.

Para compreender o conceito do virtual é necessário reconhecer que o termo aparece com essa importância no mundo atual em razão das novas tecnologias, mas na realidade ele é recorrente à história humana.

Pierre Lévy lembra que, para a filosofia escolástica, «é virtual o que existe em potência e não em ato [...] a árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao *real*, mas ao *atual*: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes» (Lévy, 1996: 15).

Ou seja, a sociedade é sempre virtual. Ela vive de expectativas mais ou menos incertas, imaginadas, tanto faz se há ou não mídia eletrônica no jogo. É por isso que pode ser “representada” tão bem em ambientes técnicos virtuais.

Para Lévy (1996) a distinção entre o virtual e o atual acontece na medida em que, diferentemente do possível, não contém em si o real finalizado, mas sim um complexo de possibilidades que, de acordo com as condições e os contextos, irá se atualizar de maneiras distintas. O autor afirma com propriedade que não há nada de fundamen-

³ A função da gravura, por exemplo, na conquista e colonização da América pelos europeus foi grande. Recordemos simplesmente os milhares de Bíblias ilustradas que os indígenas assimilaram, reproduziram e transformaram com muita criatividade nas mais variadas formas artísticas através do novo continente. No século das Luzes se construíram as primeiras bases de imagens a partir da gravura, que serviram aos enciclopedistas, naturalistas e viajantes para ilustrar, de forma sistemática, suas idéias e descobrimentos. Essas gravuras eram em si mesmas obras de arte de altíssimo custo. Disponível em: <<http://www.byd.com.ar/articulos.htm>>. Acesso em 19 de janeiro de 2006.

⁴ Retirado do Dicionário “Aurélio Digital”, disponível até junho de 2004 no <www.uol.com.br>. Desde agosto do referido ano o portal UOL disponibiliza para assinantes o dicionário Houaiss da língua portuguesa, em <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>. Acesso em 19 de janeiro de 2006.

talmente novo no fato de se produzir textos, sons ou imagens pelo computador para serem reproduzidos nos suportes clássicos. Para ele «considerar o computador apenas como um instrumento a mais para produzir textos, sons ou imagens sobre suporte fixo (papel, película, fita magnética) equivale negar sua fecundidade propriamente cultural, ou seja, o aparecimento de novos gêneros ligados à interatividade». É neste campo de possibilidades permitidas pelos dispositivos interativos que se encontra «a nova plasticidade do texto ou da imagem». «A tela informática é uma nova máquina de ler.» E neste modo de ler, ver e ouvir o mundo permite uma «edição e uma montagem singular», ou seja, de forma única e irrepetível.

No entanto, nunca é demais reafirmar que, se a questão da virtualidade e suas implicações são novas para o mundo contemporâneo, ainda estamos diante de um conceito que, no uso corrente, está relacionado ao ilusório e ao falso. Mas em relação à noção de “virtual” o que nos interessa aqui, é a possibilidade de os museus tradicionais poderem também ser “visitados” na forma de museus virtuais. (Almeida Filho, 1998: 11)

Na atualidade, museu é sinônimo de coleção, de acervo, de documentação, conservação, exposição e informação de qualquer tipo de objeto, organizado por alguém ou por uma instituição, com ambição de apresentar ao público, criar formas educativo-pedagógicas, pesquisa e extensão. E esse novo museu, que está no ciberespaço, o virtual, prescinde do espaço físico onde estão as “coisas” que devem ser vistas.

Os museus presenciais não poderiam fugir da ótica da modernidade. Com a cibercultura eles também buscaram o ciberespaço e neste o desenvolvimento das suas potencialidades museísticas, como a exposição e informações de suas ações culturais e educativas e do acervo como um todo. Tudo isso leva a pensar que, além da interface, o museu assumiu essa nova estrada, que, para André Lemos, «atua, conseqüentemente, como um “mediador cognitivo”. (Schneiderman *apud* Lemos) Essa mediação é criada através de uma ação global com múltiplos agentes, iniciada pelo usuário através de uma “manipulação direta” (“*direct manipulation*”) da informação [...] que pode ser definida em três critérios: uma representação contínua do objeto de interesse; ações físicas por intermédio de botões, e não por sintaxes complexas; e o impacto imediato na manipulação de “objetos-ícones” virtuais. Esses “objetos-ícones” são considerados virtuais, no sentido em que eles simulam objetos reais e se comportam como tais». (Lemos, 1997).

Essa noção entre o real e o virtual é vinculada também na teoria do método construtivista em Stockinger, que detalha em sua mais recente obra a relação sistema/ambiente, demonstrando as possibilidades de co-existência e trocas.

A passagem de uma visão estática para uma visão dialética e evolucionária, emergentista e construtivista, ocorre na teoria de sistemas quando a unidade do “todo e as partes” é substituída por uma diferenciação entre “sistema e ambiente”, sendo que neste ambiente se encontram também outros sistemas que co-evoluem. (Stockinger, 2001^a: 8)

Paul Virilio e Jean Baudrillard acreditam que as tecnologias da virtualidade possam ser destinadas não só à simulação da realidade, como também à sua substituição. Esse, porém, não é de forma alguma o propósito deste artigo, pois se tem aqui plena consciência de que a satisfação proporcionada pelo contato direto com os objetos e o prazer de estar num edifício fisicamente real são, afinal, insubstituíveis, e que o mesmo sucede com a leitura de livros de arte ou catálogos. Trata-se enfim de aspectos ambientais diferentes embora com sistemas possivelmente partilhados (Luhmann, 1996) e porque não dizer iguais. A diferença entre sistema e ambiente deve ser distinguida de outra, igualmente constitutiva: a diferença entre elemento e relação.

Em ambos os casos a unidade da diferença deve ser pensada como sendo constitutiva. Não há sistemas sem ambientes nem ambientes sem sistemas, e não há elementos sem conexões relacionais ou relações sem elementos. (Stockinger, 2003: 24)

O recinto museu ganhou diversas formas através dos tempos. Passou a acompanhar as novas tecnologias, avançando por essa via a sua comunicação com o público, seja através de exposições dinâmicas – procurando um público ativo e não passivo –, seja através da Internet, com o seu marketing (Lévy, 1999), a sua programação, divulgação, debates, ou através de CD ROM (Oliveira, 2003: 89, 90).

Museus do mundo inteiro já passaram há algum tempo a tornar a herança cultural que guardam e a arte contemporânea que fomentam amplamente acessíveis através da rede global. Com isso alargaram suas atuações, conseguindo um grau de atenção que jamais teriam alcançado com os meios convencionais. É claro que todo apreciador da arte e os estudiosos dos objetos, que não seja um *couchpotato*⁵ notório, gostariam muito mais de viajar para conhecer todos os acervos e exposições interessantes. Mas, quem é que pode permitir esse luxo? Graças à Internet, existe agora pelo menos a possibilidade de se atualizar à distância, desde que as informações correspondentes estejam armazenadas na rede (Haupt, 1998: 12). A exemplo disso, desde abril de 2001, mais de mil museus de 34 países-membros da OEA tornaram-se também *on-line*⁶.

Os debates acerca da apresentação de museus na Internet ainda não terminaram. Os opositores temem que o público possa se contentar no futuro com visitas aos acervos e exposições no ciberespaço, deixando de ir ao museu presencial. Chamam a atenção, com razão, para o fato de que as imagens digitalizadas no monitor, mesmo no caso de um padrão técnico altíssimo, ainda só conseguem transmitir pouco do estilo sutil e nada da aura que um original possui. No entanto, os defensores realmente sérios da utilização das novas tecnologias no fundo nunca tiveram em mente substituir uma coisa pela outra. Seu intento é colocar um instrumento interessante da informação e da comunicação a serviço do trabalho em museus (Haupt, 1968: 12).

Essa mudança estético-cultural, ou seja, do processo em que o museu deixa de ser apenas o “edifício” para ser aberto em «uma janela digital» (Virilio, 1999), sem sombra

⁵ Ao pé da letra seria o telemaniaco.

⁶ Dados do ICOM – International Council of Museum. Em 2005.

de dúvida urge por momentos de reflexões e debates, já que ele pode ser caracterizado pela dupla responsabilidade: a de preservar a integridade do objeto como elemento da nossa herança (memória social), e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. A pesquisa do museu e as missões de educação pertencem à última. O equilíbrio entre estas duas responsabilidades e a sua implementação varia em tempo e espaço.

O crescimento explosivo da *World Wide Web* – com seus recursos multimidiáticos e do hipertexto – transformou a criação e a representação do objeto museológico, seja ele artístico ou não, em acervos digitais.

Desde 1992 a tecnologia de imagens, dos *bits* e, efetivamente, da Internet, combinaram-se para levar os museus mais perto das pessoas que talvez nunca tivessem a oportunidade de ver de perto as grandes e famosas exposições, tal como já atestava Malraux em 1947. Além disso, a Internet passou a oferecer um canal para que as pessoas também mostrassem os seus trabalhos de arte e as suas histórias de vida, e, certamente, muitas das quais nunca teriam entrado num acervo de um museu casa.

Os museus de todos os tipos reagiram às novas oportunidades apresentadas pela Internet e, com isso, passaram por uma revolução na forma da divulgação dos seus acervos. Elizabeth Broun, diretora do National Museum of American Art, do Smithsonian Institution, em seu ensaio que elucida “O futuro eletrônico” de 1996, revela que a «nova mídia eletrônica oferece as últimas ferramentas necessárias para alcançar as pessoas em todos os lugares, por isso os acervos podem se encaixar em todos os tipos de experiências, além da visita direta ao museu». Para a Broun o National Museum of Art «está tão comprometido em compartilhar o que temos e o que sabemos com pessoas que talvez nunca irás pisar na entrada do museu, quanto em aprimorar a experiência dos visitantes das nossas galerias». A autora registra que o pequeno percentual das coleções mostradas nas galerias podem «abrir uma janela para os depósitos e arquivos de pesquisa, oferecendo um contexto revigorante para visitantes locais e distantes» (Broun, 1996: 6).

Além de oferecer exposição dos artefatos coletados, a Internet passou a possibilitar a expansão do papel educacional do museu. Em 1995 Richard Rinchart⁷, gerente de informática e especialista em tecnologia educacional da Universidade da Califórnia no Berkeley Art Museum, Pacific Rim Archive, afirmava que a sua primeira exibição na Internet, chamada *In a Different Light*, foi rapidamente incorporada ao currículo da universidade. Ela trazia uma proposta de acervo virtual para criação de um banco de imagens com intuito de desenvolver aulas. Uma espécie de processo museal.

As questões acabaram sendo as mesmas que estavam sendo investigadas na sala de aula. O nosso site foi introduzido especialmente porque continha material não disponível em outro lugar. Com isso quero dizer ensaios full-text de curadores, entrevistas com eles e, nas páginas de exibição, hiperlinks para artes na Internet de relevância para os tópicos abordados – links que levantam questões impossíveis de serem transmitidas em uma impressão ou em formato CD-ROM. (Revista Internet World)

⁷ Em depoimento para a revista *Internet World* em novembro de 1995.

A grande vantagem de ter um museu digital (MD), segundo Rinchart, é a capacidade de alcançar públicos remotos, poder apresentar diferentes interpretações de exposições e coleções lado a lado e a natureza interativa do meio.

Seja como for, a partir de 1992, exposições e coleções de instituições famosas como o Los Angeles County Museum, o Smithsonian Institution e os Museus do Vaticano (portal que abriga mais de dez galerias e MD) passaram a ter uma nova arquitetura, desta feita em um caminho criado a partir da Internet, divulgados em *mailing lists*, *Usenet newsgroups*, telnet, ftp, gopher e www.

Outros *sites*, além dos que criaram interfaces com museus, passaram a apresentar indivíduos – como em memoriais – ou comemoraram eventos. Três exemplos são fundamentais.

a) Ansel Adams (1902-1984) *Home Page*, que contava o percurso histórico desse fotógrafo que foi um dos mais premiados do século XX, renomado por suas fotografias em preto e branco (<http://bookweb.twis.uci.edu:8042/AdamsHome.html>);

b) Leonardo Da Vinci Museum, (<http://cellini.leonarda.net/museum/main.html>), que reúne várias imagens da arte e inventos de Leonardo, além da sua biografia;

c) Memorial de Nagasaki (<http://www.exploratorium.edu/nagasaki>) – projeto do Exploratorium <http://www.exploratorium.edu/index.html>, trabalhado como um museu de ciência, arte e percepção humana – mostra fotografias da cidade japonesa destruída em 9 de agosto de 1945, traz depoimentos de sobreviventes e comentários de pessoas que estudam questões bélicas.⁸

Em 1995 alguns MD foram dedicados às obras de uma única pessoa, como as páginas de John Harvy Works (www.preseatmoment.com) e a Chesley Bonestel Art Gallery (www.secupl.com;bonestell;top.html), enquanto artistas individuais criaram museus para promover suas próprias obras, como o Lin Hsin Hsin Art Museum (www.nrb.gov.sg).

Enquanto alguns dos *sites* já ofereciam uma interatividade e uma gama de imagens de objetos dos acervos com qualidade, muitas páginas de MD funcionavam – ainda funcionam – como brochuras *on-line* e apresentavam apenas informações básicas para visitas ao museu presencial (MP). A exemplo, o Canadian Museum of Civilization (www.cmcc.muse.digital.ca), que à época apresentava poucas imagens de objetos e nenhum texto, apenas verbetes. O High Museum of Art de Atlanta (<http://isotropic.com/highmuse/highhome.html>) que oferecia aos visitantes um pouco mais da sua coleção, como o fez Andy Warhol Museum (www.usoy.net;warhol/tour/tour.html), que foi mais brochura com listagens de suas obras por andar do que uma exposição com acervo e informações. Em 1995 o Museu Salvador Dalí (www.highwnyone.com/ali) foi lançado com mais conteúdo que os demais museus digitais (MD). Oferecia uma seleção mais sistematizada das obras de Dalí acompanhadas com observações históricas.⁹

⁸ Os domínios das URL dos dois primeiros foram modificados. Esses referenciais são de 1993. Apenas a Memória de Nagasaki encontra-se on-line com a mesma URL.

⁹ Nenhum desses domínios encontra-se no ar.

Ainda em 1995, o LACM Aweb (www.lacm.org) apresentava exposições digitais de obras de arte americana, islâmica antiga, oriental e do século passado, bem como informações sobre o que as pessoas esperavam encontrar enquanto navegavam pelo museu, mostrando, com isso, uma interação ainda maior com o observador que visitava o site.¹⁰

Para os amantes das artes, muitos *sites* de museus de arte foram colocados no ar em 1995. Um dos mais populares entre os internautas foi o *WebMuseum* (<http://mistral.enst.fr/~piach/louvre>), portal que hoje possui várias versões desenvolvidas em português, espanhol, francês e inglês. Na verdade o *WebMuseum* funcionou, em 1995, como amenizador da carga do tráfego intenso das buscas sobre museus de arte. No Brasil, um dos *WebMuseum* foi criado pelo Datacentro da PUC-RJ (<http://www.puc-rio.br/rdc/>), que iniciou o projeto em março de 1994 por sentir fragilidades nas apresentações da arte na rede.¹¹ Hoje, as exposições dos portais *WebMuseum* incluem artes que abrangem do período medieval à arte contemporânea, incluindo exposições especiais e fotografias, numa miscelânea que destaca cada etapa da história da arte.

Um pouco diferente do *Webmuseum*, mas arquiteturalmente trabalhado como portal, também da mesma época, é o que traz as obras das coleções dos museus do Vaticano. O site, ao contrário do *Webmuseum*, apresenta galerias e museus do Vaticano e as suas centenas de obras da arte sacra católica preservadas. Enquanto o primeiro portal faz uma miscelânea de obras artísticas, o Portal Musei Vaticani e Cappella Sistina traz links para as capelas, igreja, galerias e museus da cidade do Vaticano (<http://www.christusrex.org>).

De todos os MD, entre 1992 e 1995, o Louvre é o que mais chama a atenção, dada a proliferação de cópias sofridas na Web. Iniciou, em sua original versão, relativamente leve em termos de conteúdo, mostrando apenas um pequeno número de imagens dos seus acervos, com pequenos comentários em textos e breves históricos dos detalhes do palácio. A sua estética e apresentação multimidiática era, em 1996, muito inferior à versão em CD-ROM. Hoje as cópias do Louvre *on-line* estão em número menor e bastante inferior ao site MD original.

Em 1996 o Art Serve colocou no ar um banco de dados com mais de oitocentos *links* para imagens artísticas dos séculos XV ao XIX. O enfoque era a arquitetura mediterrânea e a arte pictórica de cunho religioso.

O OTIS Project (em FTP), embora não fosse um MD, oferecia, já em 1997, uma série de informações sobre arte e relacionadas à arte e conquistou muitas visitas dos internautas. Através das suas galerias, o observador podia acessar uma série de exposições catalogadas por meio ou conteúdo, incluindo colagens, formas, desenhos, pinturas e performance. Havia também uma seção chamada *Synergy*, que funcionava como coleção de projetos de arte criados por vários artistas que trabalhavam em cooperativa na Internet.

¹⁰ URL fora do ar.

¹¹ Apenas o site do Datacentro está atualizado neste trecho. Um dos *Webmuseums* pode ser visitado no <http://www.webmuseum.hpg.ig.com.br/>; é brasileiro.

A partir de 1997, além dos MD, vários outros projetos foram trabalhados com a proposta de evidenciar a história, o patrimônio cultural, englobando a arte, o folclore, a música etc., sem necessariamente se preocupar com uma organização museística da apresentação dos objetos e textos. Foram sites correspondentes a bibliotecas e temáticas como a dos “Manuscritos do Mar Morto”.

Entre 1997 e 1998, as outras ciências também passaram a fazer parte da web, com sites que incluíam a antropologia, botânica, geologia, ciências minerais, oceanografia e zoologia dos vertebrados. O Field Museum of Natural History em Chicago, e.g., criou o www.bvis.uic.edu/museum que trouxe exposições que ofereciam uma idéia do que era a vida na época em que os dinossauros habitavam a Terra. A exposição, chamada “Do DNA aos Dinossauros”, era uma viagem interativa saída do Parque dos Dinossauros de Spielberg, levando o observador de um período pré-histórico a outro ao mesmo tempo em que mostrava vários dinossauros que existiram em uma época ou em outra.

Uma das maiores instituições museísticas do mundo, o Smithsonian Institution (web e telnet) (www.si.edu), desde 1994, traz uma produção mais embelezada do que sistematizada, oferecendo links aos seus museus afiliados. Com sua renovação em 2000 o *site* passou a disponibilizar buscas, links para bibliotecas, textos e debates sobre a cultura, a botânica, a antropologia e a história. Hoje o internauta pode ter o site em alemão, inglês, espanhol, francês, italiano, português, japonês, chinês, coreano e russo.

Neste ano de 2004 o Patriarcado da Igreja Católica de Lisboa criou um portal com cerca de duas mil peças de arte sacra das igrejas da diocese de Lisboa, que deveria estar acessível na rede no mês de abril, mas ainda não entrou no ar.

O projeto, que possui apoio financeiro de comunidades católicas, da Universidade Autónoma de Lisboa e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, tem a intenção de «divulgar junto do público os tesouros que estão na posse da igreja» (<http://www.lusa.pt>).

Do total de milhares de peças de centenas de igrejas de Lisboa, deverão ser escolhidas duas mil para “figurar” no “Museu Digital do Patriarcado de Lisboa”, entre elas alguns conjuntos de coleções que ficarão em permanente exposição no *site*, e as demais serão peças temporárias (<http://www.lusa.pt>). «Não é intenção do projecto apresentar exaustivamente as peças inventariadas nem ser um simples mostruário, mas sim “exibir um conjunto das obras de arte mais importantes e, ao mesmo tempo, divulgar a história numa lógica de evangelização» (<http://www.lusa.pt>).

No Brasil, os primeiros museus a terem as suas interfaces na *net* foram o Museu do Ipiranga (<http://www.museudoipiranga.com.br/>), os museus da USP¹², abrigados em um portal, e o Museu da República (<http://www.museudarepublica.org.br/>). Todos *online* em 1995. Mas o Brasil ficou marcado com um grande projeto museístico, iniciado

¹² Não há mais o portal museus da USP, o caminho pode ser através do site da Universidade <http://www2.usp.br/publishing/insite.cgi> onde há um link de opções de departamentos, dentre as quais estão os “museus e galerias”.

em 1991, *on-line* desde 1997, o Museu da Pessoa (<http://www.museudapessoa.net>), cujo projeto, totalmente digital, proporciona, não apenas a interação que efetivamente ocorre nos 98% dos museus que estão na Internet, mas a participação do observador (internauta, cidadão comum) no acervo do museu, o que implica que qualquer cidadão do mundo pode ter a sua história retratada no *site*.

Com o avanço da Internet no Brasil, o Museu da Pessoa lança seu primeiro *site*. Afirma sua vocação de museu virtual e inicia a captação de histórias via Internet, além de disponibilizar ao público parte de seu acervo de depoimentos, fotos e documentos (<http://www.museudapessoa.net>).

Assim como o Museu da Pessoa, o Museu do Inconseqüente Coletivo (<http://www.mac.usp.br/minc/index.html>), o Museu Virtual das Artes (<http://www.elpais.com.uy/muva/>) e o Virtual Museum of Canada (<http://www.virtualmuseum.ca/>), são museus criados para funcionar – em termos de busca, participação, criação de acervo e visitação – apenas na *net*. São os Cibermuseus (CM), museus que, além de adotarem a Internet como principal meio, quebraram uma barreira que foi erguida na Idade Média, quando os salões e “protomuseus” foram criados, a barreira da restrição. Com os museus abertos a todos, de forma universal, sem restrições de visitas e podendo o observador opinar e ter parte da sua memória preservada, o que era fechado a uma elite agora se transforma em uma condição mais democrática, possibilitada por esse novo espaço criado pela comunicação entre os computadores do mundo inteiro e formalizado em uma nova arquitetura, a digital.

Museu e sociedade

As atividades dos museus tendem a estender-se para além de suas finalidades básicas que são as de coletar, classificar, armazenar, divulgar e aumentar suas coleções, embora sejam essas as características que se mantêm na maioria dos museus, que os fazem ainda espaços reservados a uma elite – mesmo sendo eles também freqüentados por massas de turistas, escolas e pesquisadores.

Foram os museus dos EUA os responsáveis em assumir o papel de se converterem em intérpretes de suas próprias obras para seus visitantes, e em educadores do público com respeito a informações de conteúdo mais elevado e uma apreciação da arte em geral mais profunda. Assim, os programas de atividades dos museus nos EUA foram difundidos como metodologia e ganharam força na América Latina e alguns países europeus e africanos, com inclusão de palestras, conferências e aulas básicas para escolas, oficinas, instalações, contextualizações das mais variadas que fazem entreter mais os seus acervos.

Tudo isso trouxe consigo modificações à estrutura física dos museus, que agora requerem mais espaços em seus ambientes presenciais e em seus novos ambientes, os digitais.

As novas perspectivas da função do museu enquanto instituição social abriram uma situação de crise na própria instituição, crise essa que se radica fundamentalmente nos

problemas da adaptação de uma entidade de caráter não-tradicional às necessidades da dinâmica da sociedade.

Em face dessa situação de crise do museu, realizaram-se e estão se realizando algumas experiências de tipo renovador, que afetam basicamente quatro aspectos do funcionamento da instituição:

- a) a projeção do museu sobre seus envolvimento sociais e a dimensão pedagógica;
- b) as tentativas de ruptura formal com o museu tradicional;
- c) a questão arquitetônica, dos edifícios *às homes*;
- d) a dinâmica do uso dos objetos do acervo.

A projeção do museu sobre seus envolvimento sociais e a dimensão pedagógica

Em geral as novas experiências realizadas não dizem respeito a apenas um desses isoladamente, mas antes a todo o conjunto ou pelo menos mais de um componente. Contudo, todos os quatro aspectos estão relacionados ao desenvolvimento das ciências humanas e sociais aplicadas e da arquitetura a partir da década de 1930.

Em meados do século passado especialistas da Museologia e Arquitetura foram encarregados de elaborar, com a colaboração de urbanistas, planos para a restauração, conservação e integração de sítios históricos.

De todas as experiências realizadas, e em investimentos nos museus, a que mais se destaca é a da pedagogia. São esforços no campo da museologia e museografia que correspondem à aplicação técnica básica ou moderna de tarefas da conservação do *patrimônio total* a partir de projetos da educação, com ou sem o uso da exposição permanente.

As tentativas de ruptura formal com o museu tradicional

A ruptura que se deu entre o museu formal e os aspectos da criticidade foi a partir da contextualização dos espaços e acervos trabalhados. Os espaços adotaram a concepção “extramuros”, e os acervos tiveram mais dinamicidade nas informações e flexibilidade nas exposições e monitoramento pedagógico. Tudo isso proporcionou a criação de eco-museus e museus comunitários, dos museus de linha psicologista e dos museus lúdicos, na década de 1980. Na década de 1990, mais precisamente em 1994, os museus descobriram um novo espaço e arquitetura, o ciberespaço, onde difundiu a sua imagem, seja como marketing, seja como forma comunicacional de expansão dos acervos.

Do ponto de vista museu-público, vale lembrar que nos séculos XVIII e XIX as elites eram detentoras da pesquisa, da visita e de informações científicas mais precisas nos museus. O público era bastante restrito, até que se criaram as Associações de Amigos dos Museus, com todas as suas múltiplas formas associativas, cuja ação se traduziu no apoio econômico à instituição e na programação pública de seus objetivos culturais.

Essas associações, dirigidas para diversos campos de ação, ocupam-se desde a recolha de fundos para aquisição de alguma obra de arte valiosa e cara, até à preparação e inauguração de exposições nas salas dos museus, estimulando assim a difusão cultural e a projeção exterior da instituição para a qual trabalham.

Porém, a partir das concepções do eco-museu e do museu comunitário, a relação ficou ainda mais estreita. O museu passou a ir ao público, trabalhar com ele, ser partícipe da vida de uma coletividade circunvizinha. Muitos projetos, também das associações de bairros e sindicatos, desenvolveram concepções museísticas que passaram a valorizar o património cultural, sistematizar o turismo cultural local e preservar a memória social e coletiva e não mais as histórias personalísticas dos “grandes nomes”.

A questão arquitetônica: dos edifícios às *homes*

Em museologia, quando se refere ao *tipo* de museu, está-se objetivando a compreensão do *espaço arquitetônico* que guarda o acervo. Dessa forma, a tipologia arquitetônica vem sofrendo alterações desde a concepção dos museus abertos e da noção extramuros.

Do ponto de vista básico, trabalhado na década de 1960, o tipo de museu mais em voga era o museu casa, também denominado residência histórica, que previa o respeito ao caráter de habitação, à manutenção da “atmosfera” original em 90% do partido arquitetônico. Depois o edifício convertido, ou adaptado, que poderia ser a casa histórica remodelada, com a necessidade de superar a inadequação da arquitetura e adaptar os espaços ao novo uso. Por fim o edifício concebido, criado especialmente para as coleções de um museu.

A partir da década de 1970, essa configuração tomou outros caminhos, foram adicionados os museus ao ar-livre, que envolviam arquitetura e paisagem natural e abrangiam o Museu *in situ*, o Museu Jardim e, a partir da década de 1980, o eco-museu.

Mas a partir da década de 1990, o “Museu Virtual”, da Internet, passou a configurar uma nova janela arquitetônica para os museus (Virilio, 1999). Principalmente se atentar para os museus que não possuem interface presencial. De toda forma o ICOM, organismo ligado à UNESCO, vê os museus virtuais como novas formas de preservação e divulgação dos patrimônios históricos, artísticos e culturais.

Ainda nesse caminho, não se pode perder de vista o *museum bus* e outros espaços possíveis de ser museus, como parques temáticos e zoológicos, considerados para-museus. O quadro demonstrativo a seguir, mais amplo, com todos os tipos arquitetônicos dos museus, clarea a referência de cada conceito voltado ao *tipo arquitetônico* (Quadro 1).

Tipos	Formas
Museu casa, residência histórica	90% do partido arquitetônico original.
Edifício convertido ou adaptado	Estrutura antiga ou nova aproveitada para museu, com bastante alteração no partido arquitetônico.
Edifício concebido	Criado especialmente para ser museu.
Museus ao ar livre	Museu <i>in situ</i> , Museu-jardim e Eco-museu. Estruturas ao ar livre
Museu virtual	Museus que advêm da concepção de Malraux e que podem ser estendidos para CD ROM, DVD e VHS, mas que, sempre off-line, não possuem novidade no suporte apresentado.
Museu digital	MD – que possuem interface presencial e estão on-line na WEB – e CM que funcionam apenas na WEB.
<i>Museum bus</i>	Estrutura criada em um carro, com mobilidade.
Para-museus	Parques temáticos e zoológicos. Estruturas possíveis de ser museus.

Quadro 1 – Tipos arquitetônicos dos museus.

Nem sempre os museus foram instalados em edifícios concebidos para fins museológicos. Por vezes eram palácios que tinham servido de residência e foram adaptados a sua nova função de museu. O exemplo mais característico é o Louvre, que sofreu diversas alterações e uma severa adaptação para equilibrar o respeito devido ao edifício e as exigências de uma instalação moderna. Bons exemplos sobre esse caso são a utilização como museu do Castelo Sforzesco, em Milão, e do Palácio do Bagello, em Florença. A solução ideal, para que esses dois exemplos apontam, consiste em consagrar um edifício antigo a uma só época ou estilo relacionados com o próprio edifício. É o caso do Museu Barroco, de Viena, instalado em 1925 no Palácio do Belvedere, e do museu de Ca Razzonico, em Veneza, que em 1922 reuniu as coleções do museu municipal em um palácio do Grande Canal.

A história da arquitetura de museus, concebida como construção de edifícios especialmente destinados para este fim, inicia-se no século XVI com a construção dos Uffizi, em Florença, por Vasari (*Os museus no mundo*, 1979: 33). O projeto consistia numa ampla instalação: no andar térreo os gabinetes de administração da cidade e no primeiro andar as coleções de arte dos Medici.

Com a mudança radical do conceito de museu, no século passado, os arquitetos, além de se colocarem completamente a favor da tradicional planta retangular com janelas de ambos os lados, típica dos palácios neoclássicos, começaram a perceber o problema da localização. Hoje existe a tendência de se escolher um local na periferia das cidades, tal como se faz com as cidades universitárias – a exemplo de Vitória da Conquista e Feira de Santana, no Brasil. Com esta medida se protegem os museus e seu conteúdo da poluição sonora e de resíduos porosos.

Com a botânica e a distância dos centros das grandes cidades, a intenção é procurar converter os museus em centros culturais colocados a serviço não só da instrução pedagógica, mas também do repouso dos seus visitantes. A exemplo disso o Museu Yamato Bukakan, aberto em Nara, no Japão em 1960, foi «projetado para apresentar a beleza da arte criada pelo homem em estreita harmonia com a beleza da natureza» (*Os museus no mundo*, 1979: 33).

A mesma finalidade pode ser observada no Museu de Arte Contemporânea de Niterói, projetado por Oscar Niemeyer, cuja inovação através da sua estética, dos vitrais, permite em seu interior a visão da paisagem marítima e terrestre que o circunda.

Os museus foram concebidos como um instrumento que relaciona estrutura e pintura com arquitetura e paisagem, de tal forma que os espaços interiores e as zonas de ar livre podem ser utilizadas para um amplo programa de atividades culturais.

Famosos arquitetos dedicaram suas atenções à construção de museus. Entre eles estão Henry Van de Velde, que planejou o Museu Folkwang, em Essen, na Alemanha, em 1902; Le Corbusier, que concebeu o Museu de Arte Ocidental de Tóquio, no Japão, em 1957; Carlos Niemeyer, que também desenhou o Museu de Arte da Venezuela, em Caracas, em 1954, e o Museu de Arte Contemporânea de Niterói, Rio de Janeiro, em 1991; e Frank Lloyd Wright, que desenvolveu o projeto do Museu Guggenheim de Nova York em 1946.

A planta dos museus define as características de circulação em seu interior, razão por que tem importância fundamental. O mais antigo é o de circulação linear, derivado da galeria concebida como edifício retangular alongado. Outra planta clássica é a que deriva do átrio antigo, em que quatro galerias rodeiam um quadrilátero central que pode ser coberto.

As plantas clássicas impõem um percurso e uma ordem ao visitante, o que permite expor as peças de acordo com uma seqüência histórica ou uma coerência estilística, ou projetar comparações entre grupos de obras com um objetivo didático que exige que os visitantes circulem num sentido previsto. Mas também se imaginaram outros modelos de circulação que deixam plena liberdade ao visitante, podendo ele escolher um itinerário próprio – o chamado circuito randômico –, prescindindo conseqüentemente das áreas de exposição que não lhe interessam.

Ambos os sistemas têm seus defensores. Aquilo que se poderia designar por “modelo livre” produziu plantas que derivam de um estudo da distribuição geométrica do espaço. Assim se criaram plantas que lembram tecidos celulares, a arquitetura hexagonal das colméias ou mesmo formas bizarras, como o Museu de Tournai, na Bélgica, projetado por Victor Horta, em que todas as salas podem ser vigiadas por um único guarda de acervo, como num sistema panóptico.

Outros estudos relacionados com os problemas de circulação respeitam às tendências intuitivas dos visitantes para fixarem uma direção à volta de uma sala ou através de um espaço. As experiências realizadas demonstram três tipos de tendências diferentes: a ocidental, que tende a seguir pela direita; a britânica, para a esquerda; e a oriental, que se dirige para o centro.

A dimensão espacial na tipologia arquitetônica é o referencial de uma mudança que supera o extramuros e passa a descartar a palavra “fronteira” (o muro). É a desterritorialização acompanhada pelo eco-museu, pelos museus comunitários, o *museum bus* e que recai na sua projeção digital, agora sem muros ou fronteiras, totalmente universal.

Referências bibliográficas

- Almeida Filho, Otávio (1997), *O Museu Virtual: Um novo meio de experiência estética*. Salvador: UFBA/Mestrado em Comunicação/FACOM (Digitado).
- Battro, Antonio (1999), *Del museo imaginario al museo virtual*. Buenos Aires: La Nación, Disponível em: <http://www.byd.com.ar/articulos.htm>. Acesso em 12 set. 1999.
- Broun, Elizabeth, “Art, Electronic Outreach and American Democracy”, in: Leonardo on-line. Disponível em: <http://mitpress2.mit.edu/e-journals/Leonardo/isast/spec.projects/broun.html>. Acesso em 4 Agosto 2002.
- DICIONÁRIO Aurélio Digital. “Virtual”, Disponível em <http://www2.uol.com.br/aurelio/fechado/index.html?type=k&verbete=virtual>. Acesso em Agosto de 2003.
- DICIONÁRIO Houaiss Eletrônico. Interatividade. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?styp=k&verbete=interatividade&x=2&y=7> Acesso em janeiro de 2006.
- DICIONÁRIO Houaiss Eletrônico. Mídia. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?styp=k&verbete=m%EDdia&x=10&y=5> Acesso em janeiro de 2004.
- Haupt, Gehard. (1998), “Os museólogos exploram um novo meio. É a internet uma alternativa adequada para a difusão das artes e da cultura no mundo inteiro? A América Latina avança ousadamente pela rede global”, in Humboldt (1998) São Paulo, n 76, p. 12-16.
- Lemos, André (1997), “Anjos interativos e a retribalização do mundo. Sobre interatividade e interfaces digitais”. UFBA. Salvador, Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/interativo.pdf>. Acesso em dezembro 1999.
- Lévy, Pierre (1996), *O que é o Virtual?* (Tradução de Paulo Neves) São Paulo: 34.
- Lévy, Pierre (1999), *Cibercultura*. (Tradução de Carlos Irineu da Costa) Rio de Janeiro: 34.
- Luhmann, Niklas (1996) *The Reality of the Mass Media*, Cambridge: Polity Press.
- Lussa (2002) “O design do museu na sociedade da informação” Salvador, FACOM/UFBA, jun. 2002. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOtf0und/404_17.htm. Acesso em jul. 2002.
- Malraux, André (1947), *Le Mmusée imaginaire*, Paris: Gallimard.
- McLuhan, Marshall (1999), *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem (Understanding Media)* (Tradução de Décio Pignatari) 5 ed. São Paulo: Cultrix
- Memorial de Nagasaki. Disponível em <http://www.exploratorium.edu/nagasaki>. Acessado em janeiro de 2006.
- Oliveira, José Cláudio Alves de (2003), “O museu e as tecnologias da inteligência: memória e objeto” in Revista da FDJ, Salvador, v. 1, n. 0. pp. 88-105.
- Oliveira, José Cláudio Alves de (2004), *Museus digitais e cibermuseus: sistema, objeto e informação dos bancos de dados iconográficos: problemas e perspectivas da pesquisa científica no ciberespaço*. Salvador: UFBA (Tese de Doutorado).
- Oliveira, José Cláudio Alves de (1979), *Os Museus do Mundo*, Rio de Janeiro: Salvat.
- Stockinger, Gottfried (2002), “Sistemas Sociais – A teoria sociológica de Niklas Luhmann” Salvador, Brasil. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/Pretextos> . Acessado em setembro de 2002.
- Stockinger, Gottfried (2003), “A sociedade da comunicação: o contributo de Niklas Luhmann”, Rio de Janeiro: Papel virtual.
- Virilio, Paul (1999), *O Espaço Crítico e as Perspectivas do Tempo Real* (Tradução de Paulo Roberto Pires) Rio de Janeiro: 34.

Os arquivos globais de vídeo na Internet: entre o efémero e as novas perenidades. O caso YouTube

Luís Miguel Loureiro*

Resumo

Cem milhões de *videoclips* são visionados todos os dias no YouTube. E todos os dias são carregados no servidor sessenta e cinco mil novos vídeos. Em apenas dois anos de existência, desde a criação do YouTube, a partilha de vídeo na Internet tornou-se um dos maiores fenómenos da sociedade global, realizando a lúbia do homem do nosso tempo.

O presente trabalho cruza as leituras de Paul Virilio e outros autores sobre a aceleração e a mobilidade desta época de apelo tecnológico com a evidência da presença cada vez maior de milhões de seres humanos em êxtase à frente do terminal de computador.

Estabelece-se assim uma analogia entre este homem extático que se realiza como imagem no YouTube, aguardando o clique que o arranque do anonimato, o homem “mótil” de Virilio que vive um tempo em que já não “parte” nem “viaja”, “chegando” apenas, e o homem-estátua de uma qualquer rua ou de uma qualquer praça, também ele arrancado à eterna imobilidade por espectadores indistintos, desejosos do movimento efémero.

Palavras-chave: YouTube; Internet; web social; Virilio; arquivo global

A fotografia deixou de fixar a imobilidade. Perpetua a imagem do movimento. A beleza da invenção reside na novidade e na engenhosidade do aparelho. Quando estes aparelhos forem entregues ao público, quando todos puderem fotografar os seres que lhes são queridos, já não nas suas formas imóveis, mas em movimento, em acção, com os seus gestos familiares, com a palavra nos lábios, a morte deixará de ser absoluta.

in *La Poste*, Paris, 30 de Dezembro de 1895, apresentação pública do cinematógrafo dos irmãos Lumière (Rodrigues, 1999: 141)

* Jornalista da RTP, mestrando em Ciências da Comunicação – Informação e Jornalismo, Universidade do Minho. luisloureiro@rtp.com

1. O desejo do homem-estátua

A tarde corre na Rua do Souto. Gente, olhares, caminhos sem destino, cruzam-se a diferente velocidade.

No centro da clareira, no centro do mundo, o homem-estátua petrifica e cativa. Há quem pare. E quem passe. Há quem olhe e quem observe.

Estático, o homem-estátua tem uma só forma de ser accionado: aguarda a moeda redentora que o transformará em movimento. Será então uma espécie de híbrido mecânico, assumirá um reposicionamento quase robótico, chegando em poucos segundos à nova posição petrificada em que aguardará novo accionamento.

A tarde corre. E entre quem pára na clareira há ansiedade. A plateia espontânea e fugaz que observa o homem-estátua não resiste ao olhar inerte e ao gesto pendurado no ar da tarde, não mostra qualquer interesse em ficar a observar o tempo parado. A plateia anseia o movimento e responde. Cada posição é apenas estática por breves instantes. As moedas são quase todas depositadas por crianças no chão defronte, instigadas por adultos ansiosos numa cadência quase mecânica. E o homem-estátua move-se de momento em momento, de accionamento em accionamento. Os fugazes espectadores também. Movem-se para fora e dentro da clareira, satisfeitos com o momento em que viram o movimento.

No centro do mundo, passam, afinal, indiferenças a diferentes velocidades. O homem é estátua, mas o que todos lhe pedem é que se mova. Todos fogem do estatismo, todos receiam o tempo parado, mesmo os que aparentemente são menos indiferentes à tarde que corre. No instante em que os accionamentos acabarem, os espectadores fugazes hão-de perder o interesse pelo espectáculo do movimento do homem-estátua e far-se-ão ao ar da tarde.

O próprio homem-estátua não deseja outra coisa que o movimento. Por isso, petrifica, desejante dos accionamentos sucessivos que o tornarão lembrado por mais tempo.

2. O novo não-lugar do mundo

Cem milhões de *videoclips* são visionados todos os dias no YouTube. E todos os dias são carregados no servidor sessenta e cinco mil novos vídeos. Em média, cada sessão dura 17 minutos. No YouTube são vistos mais de 60 por cento do total dos vídeos visionados na rede. Por mês, visitam o site cerca de vinte milhões de utilizadores individuais (YouTube Facts Sheet, dados fornecidos a 1 de Fevereiro de 2007 em http://www.youtube.com/t/fact_sheet).

Neste novo não-lugar do mundo, tudo cabe: dos extractos seleccionados a partir de programas emitidos nas redes convencionais de televisão, *clips* de música e cinema, reportagens de informação diária... aos vídeos realizados pelos próprios utilizadores, razão essencial do sucesso exponencial do site. A participação individual é potenciada e patrocinada pelas funcionalidades de resposta e interactividade. Cada vídeo colocado na rede pode ser comentado ou ser mesmo objecto de uma *video response* (res-

posta-vídeo). No YouTube multiplicam-se assim caras anónimas, sujeitos accionados à distância pelo clique da escolha aleatória. A cada *clip* corresponde um *frame*, instante congelado em imagem estática, e um conjunto de *tags*, ou palavras-chave que o descrevem e servem de auxiliares no motor de busca da imensa base de dados.

Há, assim, uma infinidade de escolhas que o utilizador/visitante pode realizar no infinito repositório vídeo do mundo. E uma infinidade de esquecimentos, em forma de vídeo congelado à espera do accionamento redentor, aguardando um *play* que pode nunca chegar.

3. “Broadcast yourself” ou o homem “mótil” de Virilio

Duas palavras num convite à líbido do novo indivíduo. A capacidade de nos tornarmos emissores de nós mesmos está, afinal, ao alcance de um breve e fácil accionamento. A nova *bricolage* do faça-você-mesmo mostra-nos o caminho, é quase intuitiva: realiza-nos como imagem se seguirmos, obedientes, um conjunto de passos simples – efectuar o registo, ligar a *webcam*, gravar. Estamos então prontos a emitir-nos.

A nova funcionalidade do YouTube é o passo mais recente deste convite libidinoso: o grande arquivo do vídeo global permite-nos gravar directamente a imagem captada, usando simplesmente a câmara ligada ao computador. O cerimonial anterior, que implicava a formulação mais complexa da criação de um ficheiro de vídeo que seria depois objecto de *upload* (carga) para o servidor, mostra-se agora como caminho longo demais. Continua, no seu carácter, o gérmen contrário à instantaneidade, ao tempo real. Apesar de baseado na presença do sujeito emissor defronte do ecrã, tal procedimento implicava ainda “partir” (filmar), “viajar” (criar o ficheiro e transferi-lo, conferindo-lhe as características de pesquisa ou *tags*) e “chegar” (disponibilizá-lo na rede), não estando ainda a verdadeira imobilidade do sujeito emissor totalmente consagrada.

A possibilidade agora aberta elimina definitivamente a “partida” e a “viagem”. Em *A Velocidade de Liberdade*, de 1995 (edição portuguesa de 2001), Paul Virilio já sinaliza este processo como o de uma “*chegada generalizada*”,

... onde tudo chega sem que seja necessário partir; a liquidação da viagem (quer dizer, do intervalo de espaço e de tempo) do século XIX, volve-se neste final de século XX em eliminação da partida, perdendo assim o trajecto os componentes que o constituíam, em benefício, unicamente, da chegada. (Virilio, 2001: 38-39)

Ao sujeito, Virilio chama-lhe o “homem mótil”... *o homem móvel*, depois auto-móvel, tornar-se-á mótil, «limitando voluntariamente a área de influência do seu corpo a alguns gestos, algumas impulsões, como as do *zapping*» (Virilio, 2001: 39-40). E assim se transforma o YouTube num dos mais recentes não-lugares da experiência, «de uma tele-acção que já não se confunde com o aqui (espaço) e agora (tempo) da acção imediata» (Virilio, 2001: 40) ou novo território de fronteiras fluidas onde «podemos sentir e alimentar afinidades com interlocutores que nunca vimos pessoalmente e sen-

tir-nos distantes de um vizinho com quem nos cruzamos todos os dias no elevador» (Rodrigues, 1999: 150).

No entanto, como já se observou, apesar desta crescente desmobilização do corpo, que se deixa transportar no novo «veículo estático audiovisual» (Virilio, 2001: 33), é frenético o ritmo a que novas contribuições são carregadas no arquivo do servidor. A cada segundo, um novo *clip*. O YouTube é hoje, assim, um imenso repositório da experiência da interactividade, uma infinita instalação do efémero social. Ou como Slavoj Žižek observa, em *Bem-Vindo ao Deserto do Real*, é «a experiência do Outro, mas privado da sua Alteridade» (Žižek, 2006: 26). A nossa mobilidade transfere-se deste modo, em tempo real, para o domínio do virtual, perdida a noção de “partida” e “viagem”. O homem “mótil” que alimenta o YouTube de *clips* e se alimenta de visionamentos, que acciona os vídeos congelados que encontra nos percursos mais ou menos aleatórios do motor de busca, experimenta assim «a ilusão de um mergulho no reino da imagem», onde «as mediações (...), de tão leves, conduzem directamente à imediaticidade, ou seja, conectam-se, ligam-se directamente aos nossos sentidos, às nossas emoções, paixões e afectos» (Martins, 2002: 182). É o domínio do *pathos* no seu esplendor, capaz da intensa atracção libidinosa que nos faz desejar o regresso, sob a forma do nosso próprio contributo, ou aguardar ansiosamente a resposta do «outro lado». De facto, o YouTube transmite-nos essa ideia de que temos sempre algo a dizer, de que o nosso *clip* conta, a nossa imagem acrescenta. O YouTube mostra-nos o caminho da nova eternidade, quando na página de abertura nos seduz com uma meia dúzia de *featured videos* (vídeos de escolha) ou o top dos vídeos mais vistos, que todos os dias mudam. Agora, promete mesmo instituir um prémio monetário para os melhores *clips*. Os melhores entre os sessenta e cinco mil que são carregados todos os dias...

E, no entanto, a grande massa dos nossos contributos esconde-se atrás do *frame* congelado que (quase) ninguém acciona, dissimulada nas “palavras-chave” de uma busca que (quase) ninguém realiza. Citando novamente Moisés de Lemos Martins, «a tecnologia do digital já mal produz ecos de acontecimentos. Produz sobretudo o próprio acontecimento, produz pelo menos fantasmas de acontecimentos – fantasmas de sujeitos e fantasmas de mundo» (Martins, *ibidem*). Contudo, regressamos, somos cada vez mais homens mótils, plantados defronte do terminal e da nossa mais recente e preciosa prótese audiovisual, a *webcam*, os nossos «veículos estáticos audiovisuais», em intensa interactividade no reino da imagem, seduzidos pela capacidade de nos auto-emitirmos (*broadcast yourself*), de nos realizarmos e perpetuarmos como imagem em movimento no arquivo global. O pretexto é sempre o mesmo: a comunicação. Mas «falar hoje da comunicação é projectar um espaço libidinal e retórico, que sobretudo reconforta o nosso sentimento narcísico» (Martins, 2002: 183).

4. A eternidade num segundo

Escreve Žižek que «quando a eternidade é introduzida no tempo este imobiliza-se» (Žižek, 2006: 24). E contudo, é do tempo acelerado que falamos, quando nos deixamos imergir na sedução de eternidade da realidade virtual.

O YouTube é, antes de mais, o milagre da multiplicação, da fragmentação. Torna-se a cada segundo, em cada novo *clip* freneticamente depositado, um espelho do tempo em que vivemos, «agitado e, precisamente por isso, desapaixonado» (Martins, 2002: 181), um tempo que se coloca «em sobreaquecimento contínuo, porque não sente o calor – basicamente é gélido. E é meramente através de um eco (...) que os acontecimentos adquirem a sua “grandeza”» (Martins, *ibidem*).

O eco, na Internet, é o *hype*, curva de excitação e comoção instantâneas que transformam o acontecimento banal em moda e logo o fazem desaparecer na bruma de um qualquer outro *hype*.

O YouTube é feito de *hypes*. Razão de uma busca aleatória bem sucedida, de uma “palavra-chave” bem escolhida, de uma sedução imediata do burlesco da imagem contida num *clip*, o *hype* faz emergir do obscuro arquivo do esquecimento, fenómenos periféricos e efémeros, causados por ondas instantâneas de entusiasmo, amplificadas pela capacidade da comunicação e “ligação” em tempo real. O *hype* pode mesmo produzir a fama global, antes de se extinguir no seu curto tempo de vida. Estabelece assim correspondência com a nova funcionalidade de resposta-vídeo que é gravada directamente no servidor. Ao proporcionar a possibilidade de intervenção imediata, o site convoca o utilizador à participação directa. A amplificação torna-se assim muito mais eficaz, sendo a multiplicação o seu efeito exponencial.

O YouTube já fornece, por isso, neste momento, todas as ferramentas essenciais para a geração de fenómenos de interacção pública por imagem. Está a transformar-se, deste modo, num novo espaço público virtual em que se multiplicam projecções de imagem em tempo real de homens móti, capazes de se reunir à distância estando telepresentes «ao mesmo tempo aqui e ali» (Virilio, 2001: 32).

É isso que as tecnologias do tempo real realizam: matam o tempo “presente” ao isolarem-no do seu aqui e agora, em favor de um algures comutativo, que não pode ser já o da nossa “presença concreta” no mundo, mas o de uma “telepresença discreta”. (Virilio, 2001: 33).

O espectáculo assim produzido é desprovido de materialidade. Como explica Žižek, «a verdade última do universo capitalista, utilitarista e desespiritualizado, é a desmaterialização da “vida verdadeira”, a sua inversão num espectáculo espectral» (Žižek, 2006: 30). Para o filósofo esloveno, «a realidade virtual não faz mais do que generalizar este processo que consiste em oferecer um produto privado da sua substância, privado do seu núcleo de real, de resistência material» (Žižek, 2006: 26) ou ainda, como refere Moisés de Lemos Martins, «mergulhados num mar absoluto, não interagimos com pessoas, mas com espectros de pessoas» (Martins, 2002: 188).

Imaterialidade, fragmentação, efemeridade, excitação. É em não-lugares como o YouTube que nos damos conta da encruzilhada do nosso conhecimento do “estar no mundo”, onde o ser nomádico, «para quem o trajecto, a trajectória do ser, domina» (Virilio: 2001: 50-51), é atravessado pelo ser sedentário, «em que prevalecem o sujeito e o objecto, movimento para o imóvel, a inércia» (Virilio, 2001: 51). Prossegue Paul Virilio, concretizando:

Sedentarização terminal e definitiva, consequência prática do advento de um terceiro e último horizonte de visibilidade indirecta (...), fruto das telecomunicações, que abrem a possibilidade inaudita de uma “civilização do esquecimento”, sociedade de um directo (*live coverage*) sem futuro e sem passado, sociedade intensamente presente aqui e ali, dito de outro modo, telepresente no mundo inteiro. (Virilio, 2001: 51).

Será então o *clip* saído da obscuridade do YouTube um salvo-conduto para a perpetuação? A resposta está porventura na própria duração do fenómeno. Ao avançar inexoravelmente para a consagração da interactividade *live* em espaço público, as plataformas de partilha de vídeo estão a fixar num tempo cada vez mais curto a realização do processo de acção-reacção. Aos diversos actores, ou homens móti, é exigida uma cada vez maior telepresença e imobilidade em frente aos ecrãs. A possibilidade de resposta e de visibilidade instantânea perdem-se se o *timing* não for o do tempo real. Estaremos, pois, perante o aprofundamento de uma crise da “urgência”, apresentada pela socióloga Nicole Aubert nestes termos, ao escrever sobre a evolução da sociedade actual, sociedade do tempo acelerado:

... celle-ci semble en effet passer (...) d'un mode de fonctionnement “à temps long” – où les repères se comptaient en années à l'échelle de l'individu, en siècles à celle de l'histoire – à un mode “à temps court”, société du zapping, du fast, des clips et des spots dans laquelle il s'agit de vivre l'intensité sans la durée et d'obtenir des résultats à l'efficacité immédiate. (Aubert, 2003: 27)¹

Notamos, por isso, e voltando à ideia de partida, que a aceleração está a produzir a nova eternidade como, dirá Virilio, uma mera “paragem do tempo”:

Parece mesmo que o relevo do mundo (ou mais exactamente a sua alta definição) é somente o efeito de uma imperceptível fixação do presente. Uma fixidez picnoléptica, ausência infinitesimal de duração sem a qual o espectáculo do visível não teria simplesmente lugar. (Virilio, 2001: 54-55)

Assim, os *hype* são muitos... tão multiplicados como a necessidade de existirem, de convocarem os utilizadores instantâneos para a interacção, para o espectáculo. O acontecimento desdobra-se em mil, para satisfazer cada um dos insaciáveis telepresentes, pois «a criatividade informática é na sua infinita geratividade a exacerbação da intérmina procura da satisfação de um desejo nunca satisfeito» (Martins, 2002: 189).

5. A infinita instalação do efémero social

Vídeos de filmes, pedaços de programas de entretenimento, o *infotainment* que nos distraiu, o vídeo do cão e do gato, o vídeo do homem que mordeu o cão e do rato que

¹ Já Paul Virilio resume, em *A Velocidade de Libertação*, o conceito de aceleração do tempo: “Ao tempo que passa das mais longas durações acrescenta-se hoje, pois, um tempo que se expõe instantaneamente: o das mais curtas durações, do domínio do electromagnetismo e da gravidade” (Virilio, 2001: 24).

fugiu do gato. Vídeos de telemóvel, de *webcam*, da vídeo-câmara emprestada. Vídeos e mais vídeos de faces anónimas, ávidas de se mover, de se fazer ouvir na amálgama da imensa galeria. Vídeos de homens e mulheres *móti*s...

O YouTube é um repositório do esquecimento global e, no entanto, nele se projecta permanentemente o desejo da lembrança.

Ao guardar diariamente sessenta e cinco mil novos *clips*, o servidor constitui-se como um gigantesco arquivo global em imagem. É certo que desconhecemos o destino do acervo, não nos é possível afirmar se estamos ou não em presença de um arquivo perene, dado não existirem quaisquer indicações sobre a captivação ou o apagamento dos vídeos carregados. Suponhamos, no entanto, que sim. Estaremos, assim, a falar neste momento de um acervo não inferior a trinta milhões de *clips*, com boas hipóteses de ser bem maior. E sempre a crescer.

Uma parte significativa destes vídeos é a resposta ao convite libidinoso do site, *broadcast yourself*, que transforma milhões de indistintos emissores/realizadores de vídeo caseiro, em *clips*, sob a forma de molduras que apresentam corpos estáticos à espera de serem accionados pelo *play* do utilizador.

Isto torna o YouTube na mais evidente instalação actual do desejo de consumação em imagem do homem pós-moderno. Contudo, cabe-nos questionar até que ponto esse desejo não se esfumará no momento imediato ao do carregamento do vídeo, quando nos damos conta de que afinal somos apenas espectadores do nosso próprio simulacro. Na verdade, à parte os fenómenos periféricos que produzem “estrelas” da Internet ou os *hypes* momentâneos que promovem a circulação global instantânea e efémera, poucos são os *clips* que se libertam dos fundos obscuros do servidor. A medida do número de visionamentos é-nos fornecida vídeo a vídeo, o que facilita análises deste teor. E, no entanto, é sempre o apelo da imagem (auto-emitada, autotélica) que nos seduz, por muito fragmentária que resulte. Numa glosa a Lippman, Moisés de Lemos Martins afirma que «os homens sempre desejaram acreditar mais nas imagens que criam do que naquilo que elas representam» (Martins, 2002: 188), enquanto para Paul Virilio esse é um caminho quase inexorável da nova urbanística impulsionada pelas tecnologias da informação: «... a actual revolução das transmissões (interactivas) provoca (...) uma comutação do meio ambiente urbano em que a imagem prevalece sobre a coisa da qual ela é imagem» (Virilio, 2001: 42-43). Esta obsessão e constante fascínio pela imagem que se consome a si mesma e nos seduz, são, aliás, descritos por Slavoj Žižek, reportando-se à forma como foram consumidas as imagens das Torres Gémeas no 11 de Setembro de 2001,

(...) quando o nosso olhar estava siderado pelas imagens do avião percutindo uma das torres, compreendemos finalmente o sentido da expressão “repetição compulsiva” e da palavra “gozo”, para lá do princípio do prazer: quisemos tornar a ver essa imagem centenas de vezes. (Žižek, 2006: 27)

Assim, se o YouTube resulta no império da imagem, ele é o paradigma da fragmentação: da experiência da emissão múltipla e indistinta e da experiência da recepção

aleatória e desprovida de fim, uma experiência que, como já vimos, resulta imaterial, excitada e efémera:

O corpo esgazeado, um corpo entregue à excitação e à agitação, um corpo efervescente, acelerado no vórtice da velocidade, é um corpo sem fundamento. E não tendo fundamento é, finalmente, um corpo inanimado. (Martins, s/d: 4)

Há, no entanto, um esforço de organização do caos que pretende obter um outro sentido para a gigante instalação, mapeando as relações de emissão e recepção. Ao organizar-se em categorias, apelando ao surgimento de comunidades de interesses e preferências, o YouTube constitui-se agora como nova base de dados, a primeira a organizar globalmente a consumação do humano em imagem.

Estaremos, assim, em presença de um novo patamar de perenidade no reino da realização efémera? Mark Poster, em *A Segunda Era dos Media* avisa que

(...) na sua forma electrónica e digital, a base de dados pode perfeitamente ser transferida no espaço, indefinidamente preservada no tempo; ela pode inclusivamente durar para sempre em qualquer parte. Ao contrário da linguagem oral, a base de dados não é apenas alheia a qualquer presença autoral, mas é da autoria de tantas mãos que escarnece do princípio do autor com autoridade. (Poster, 2000: 100)

Isto é, o surgimento dos arquivos globais de vídeo pode bem vir a constituir-se como estranha e fragmentária notícia do passado que a eliminação do tempo presente (Virilio) está a produzir. Dito de outro modo, é do naufrágio da experiência de que somos espectadores (Blumentberg, citado por Moisés Lemos Martins) que se produzem os destroços, fragmentos que sobrevivem.

6. Aspirantes a estátua ou meros homens-estátuas?

Na clareira há uma estátua. De bronze altivo e perene. É a imagem de um sábio que foi capaz de conquistar a eternidade.

Na cultura do Homem ocidental a estátua é a suprema consagração. É a consumação da vida em imagem definitiva. É símbolo da ascensão a um Olimpo que só alguns alcançam, um Olimpo de homens-deuses que venceram a morte.

Todo o Homem aspira à estátua.

E, contudo, não passamos de homens-estátuas.

O mundo real da clareira confunde-se com o mundo virtual. Nos grandes repositórios globais, onde nos projectamos freneticamente, a nossa imagem petrificada aguarda, ansiosa, o momento em que será accionada no botão do *play*. Somos meros *frames* congelados no tempo, como o homem-estátua congela o movimento. A moeda que o acciona é o clique que nos arranca ao esquecimento no YouTube. A excitação da plateia fugaz no momento do accionamento é a efervescência dos olhos virtuais de homens mótis que interagem com a nossa imagem feita finalmente movimento pelo clique redentor.

E, no entanto, tudo não passa de uma meia dúzia de segundos. Voltemos nós à imobilidade e voltaremos ao esquecimento, como o homem-estátua da clareira, do qual todos se apartam quando mais ninguém se dispõe a resgatá-lo com outra moeda.

Estamos, pois, transformados pelas novas tecnologias do tempo real em homens-estátuas, presos ao accionamento da interactividade:

Observamos uma vez mais a inversão de tendência: ali onde a motorização dos transportes e da informação tinha provocado uma mobilização geral de populações arrastadas no êxodo do trabalho, e depois dos lazeres, os meios de transmissão instantânea provocam, inversamente, uma inércia crescente, a televisão e sobretudo a tele-acção, já não necessitam da mobilidade das pessoas, mas apenas da sua mobilidade no mesmo lugar. (Virilio, 2001: 43).

Amarrados ao ecrã, rodeados de próteses que nos anestesiam e moldam, petrificamos numa experiência em perda, desfeita em mil fragmentos. Como o homem-estátua, desejamos apenas que o Outro nos accione, nos redima, nos retire ao esquecimento:

Um corpo assim não é mais a imagem à semelhança de Deus. O corpo que se consome em imagem (e que é mercadoria) e que em imagem consuma a vida (sem finalidade que não seja autotélica) perdeu a unidade e a integridade que julgávamos certas. A utopia da abolição da morte pela permanência do corpo inventou novos corpos, num jogo quase alucinado de cópias múltiplas de um mesmo original. A própria ideia de imortalidade deixou entretanto de estar associada à ideia da permanência de um corpo singular. (Martins, s/d: 4)

Aspirantes à eternidade, satisfazemo-nos afinal com os destroços do naufrágio, com as ilusões do mergulho no efémero:

Estabilidade e perenidade da obra, profundidade e autenticidade da experiência produtiva fruidora são certamente coisas que já não podemos esperar na experiência estética da modernidade avançada, dominada pela potência (e impotência) dos *media*. (Vattimo, 1992: 63)

Referências bibliográficas

- Aubert, Nicole (2003), *Le Culte de l'urgence – La Société malade du temps*, Paris, Champs Flammarion.
- Martins, Moisés de Lemos (2002), «Razão comunicativa e razão política», in *A Linguagem, a Verdade e o Poder*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pp. 181-192.
- Martins, Moisés de Lemos, (s/d), *Tecnologia, Corpo e Imaginário... A utopia tecnológica de Björk*, Universidade do Mnho texto policopiado, pré-publicação.
- Poster, Mark (2000), *A Segunda Era dos Média*, Oeiras, Celta Editora.
- Rodrigues, Adriano Duarte (1999), *As Técnicas da Comunicação e da Informação*, Lisboa, Editorial Presença.
- Vattimo, Gianni (1992), *A Sociedade Transparente*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Virilio, Paul (2000), *A Velocidade de Libertação*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Žizek, Slavoj (2006), *Bem-Vindo ao Deserto do Real*, Lisboa, Relógio D'Água.

Sites consultados:

YOUTUBE (2007), consultado em 2 de Fevereiro, no endereço <http://www.youtube.com>

YOUTUBE FACTS SHEET (2007), consultado em 1 de Fevereiro, no endereço http://www.youtube.com/t/fact_sheet

Da vinculação social da técnica enquanto *totalitariedade* – Incurções na vida desvitalizada. Considerações sobre a *Second Life*

Rui Pereira*

Resumo

Tomando como ponto de partida a plataforma virtual *Second Life*, examina-se a técnica e o objecto técnico pelo prisma da sua vinculação social nas sociedades ocidentais avançadas. Em concreto, analisa-se a problemática no ponto de confluência entre o discurso mediático de proliferação e a crescente intrusão de um objecto técnico em fusão crescente, enquanto criadores objectivos de um ordenamento do quotidiano que aqui se define pelo conceito de uma *totalitariedade*.

Palavras-chave: Second life, técnica, humano, cultura, capitalismo, dominação

As novas invenções não são senão meios melhores para finalidades não melhoradas.

Thoreau cit. por Neil Postman

Second Life é uma segunda vida e não um jogo.

Philip Rosedale, criador da plataforma virtual *Second Life*

1.

Propõe-se o presente trabalho examinar algumas incidências da modalização da vida contemporânea nas sociedades tecnicamente avançadas. Transformações operadas tanto pela centralidade que o objecto técnico nelas ocupa, quanto pela contemplação extasiada e a euforia retórica com que essa centralidade é celebrada pela generalidade do discurso predominante. Uma produção discursiva que, pode considerar-se, oblitera o questionamento público dos temas duros que, por trás da sacralidade ritual, se acan-

* Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. ruiampereira@gmail.com

tonam. Destes tentaremos ocupar-nos, estabelecendo uma analogia entre as figuras da tecnologia e do Técnico e as da sociedade e do Humano, que deverá interrogar o jogo dinâmico entre cada pólo.

Como *leit-motiv* desta indagação encontra-se a provavelmente mais pujante plataforma tridimensional criada no cibernundo, *Second Life*, um universo com perto de dois milhões de utilizadores em todo o planeta, que foi capaz de, desde a sua fundação em 2003 pela empresa californiana Linden Lab, suscitar o investimento supra-real de algumas das principais empresas transnacionais da actualidade, assim como o interesse partícipe de grandes organizações noticiosas e mediáticas como sejam a BBC ou a Reuters que decidiram “entrar” nesse mundo de uma vida segunda, www.secondlife.com.

Interessa-nos olhar esta criação à luz da hipótese de que a produção de inacção social através da ruptura das sociabilidades e da desarticulação do agir comunitário, constituem estratégias objectivas (casuisticamente subjectivas, também) de dominação, que representam na contemporaneidade que gosta de dizer-se democrática o papel funcional que outrora as tácticas repressivas desempenhavam no quadro das derivas ditatoriais e totalitárias. Uma reflexão na esteira, aliás, do prenunciado por Aldous Huxley (2001 [1946]) que entendia, já nos idos de 1940, não haver «nenhuma razão, bem entendido, para que os novos totalitarismos se pareçam com os antigos. [...] numa era de técnica avançada [...] um Estado totalitário verdadeiramente “eficiente” será aquele em que o todo-poderoso comité executivo dos chefes políticos e o seu exército de directores terá o controlo de uma população de escravos que será inútil constranger, pois todos eles terão amor à sua servidão. Fazer que eles a amem, tal será a tarefa».

Na linha de tal tarefa podem entender-se a produção massiva e em fluxo de um saber fragmentário pelo universo mediático, bem como a intrusão contínua no espaço/tempo de lazer/prazer das chamadas novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) – «próteses de produção de emoções [...] maquiuetas que modelam em nós uma sensibilidade puxada à manivela» (Moisés Martins) – que parecem desempenhar, antes de tudo, uma função estratégica que descentra e invisibiliza as causas perceptíveis dos dispositivos de dominação política do corpo social em que acontecem e que ajudam a instalar.

A convergência entre uma tal líbido tecnológica, feita da sedutora sobreexcitação da novidade permanente, e a euforia seduzida que a diz não poderia encontrar expressão mais adequada do que a contemporânea economia discursiva dos *media*, entendida esta enquanto meio privilegiado «por que uma cultura comunica consigo mesma» (Fiske, 1990). O parágrafo de abertura do texto jornalístico de duas páginas com que o diário *Público* introduz os seus leitores nos sucessos de *Second Life* ilustra-o: «Imagine um mundo onde pode ter a aparência que quiser, onde pode voar, conduzir carros descapotáveis, barcos e aviões sem gastar dinheiro. Onde é possível comprar uma ilha tropical pelo preço de um telemóvel sofisticado. Ou onde pode conhecer pessoas com os mesmos interesses, fazer amizades, construir negócios rentáveis capazes

de gerar fortunas, ter um emprego a tempo inteiro e realizar fantasias impossíveis no mundo físico» (Correia, 2006: 32-33).¹

Só este parágrafo poderia suscitar a um analista do discurso vasta matéria de exame. Pela escolha das categorias mais relevantes da apresentação, desde logo, pelo tipo de possibilidades que anuncia, pelas comparações que realiza, pelos objectos que enumera como, ainda, poderia dizer-se, pela mescla vagamente indistinta com que o seu discurso articula realidade (primeira vida?) e fantasia (segunda vida?). Por outras palavras, notar-se-iam traços facilmente identificáveis, mas nem por isso menos significativos, não do dizer aparente da Técnica pelo Humano, mas antes de um certo dizer do Humano pela Técnica.

Dever-se-ia começar pelo êxtase da revelação, claro, dita por verbos como “imaginar”, “voar”, “conduzir”, “comprar”. Para, após a “erótica semântica” que liga as faculdades da imaginação à escolha da “aparência que quiser”, por via do amável imperativo “Imagine”, que abre o artigo, nos darmos ainda conta de um sem-número de materializações de uma “erótica pragmática”, entre as quais avultaria a explícita articulação dos valores significados pela criação virtual, na segunda vida, de «negócios capazes de gerar fortunas», com a assombrosa possibilidade de se obter esse outro e bem mais concreto objecto de desejo crescentemente assombrado na primeira vida, a saber, «um emprego a tempo inteiro».

2.

Interessa-nos reflectir se e como a Técnica participa num processo totalizador que se propõe e se dá a ver nos seus próprios termos, isto é, capaz de proclamar o olhar que, dessa forma, produz. Como, nessa medida, tal produção de olhar é igualmente a produção de um cérebro e também de um corpo politicamente pensados. Como essa produção se associa nas nossas sociedades à racionalização do fenómeno extremista por excelência que é o da maximização do lucro (cf. Cabo, 2004: 110 e ss., Bourdieu e Wacquant, 2000, Castoriadis, 2000 [1999], em especial cap. 3, «A “racionalidade” do capitalismo»). E como ainda, desse bom senso extraviado, tornado contínuo «desvio dos desejos, de toda a actividade viva para objectos ou representações mercantis [resultam] relações inter-individuais e uma “dinâmica de grupos” [cujo] princípio [é o de que] toda e qualquer vida social se encontra hoje em dia submetida a um sistema de relações que reproduz o das leis económicas» (Bounan 1992: 111).

Interessa-nos reflectir se e como esse pensamento técnico aparentemente neutro pode ser lido enquanto operação económica. O mesmo é dizer, se e como esse pensamento aparentemente económico e apolítico – mera reorganização social em bases de um conforto/comodismo maior, poderia dizer-se com alguma ironia – se torna, então, um efectivo pensamento político, discursivo e bélico. Como a entronização da ideia de Técnica se constitui cada vez mais como uma técnica da ideia num mundo em que

¹ Ver também, acerca de *Second Life*, *Exame Informática*, n.º 139, Janeiro de 2007, pp. 78 a 80.

sociedade e cultura são varridas pelo imperativo ciclone político que é, porventura como em nenhuma outra idade, a determinação, por via do mais preciso, fecundo e sedutor dispositivo tecnológico de sempre, do “tipo” de indivíduo mais apropriado ao funcionamento dessa sociedade e da expressão predominante da respectiva cultura.

Em suma, como no binómio Técnico-Humano é cada vez menos suficiente um entendimento da Técnica meramente vinculado à ideia convencional da modernidade de um progresso infinito e infinitamente feliz, mas se faz cada vez mais necessário o seu exame enquanto operação biopolítica de dominação e controlo (Foucault, Hardt e Negri). Isto é, olhar o pólo técnico como objecto que se subjectiviza à medida que se vai concretizando e enriquecendo a si mesmo, ao mesmo tempo que empobrece o segundo pólo da análise, o humano, dessubjectivizando-o pelo fornecimento uniforme e massivo de realidades metadona, mundos substitutivos, ecos sem som, empobrecendo-lhe e alienando-lhe experiência e sensorialidade.

A tecnologia interessa-nos, portanto, pelas modificações que introduz na cultura, isto é – numa paráfrase de De Kerckhove – como reformadora dermatológica do político, enquanto nova pele identitária, cirurgia reconstrutiva que altera a identidade mesma do corpo cultural e que se esconde por trás do baixo relevo de cada um dos seus acidentes, por trás de cada um dos seus novos “avatares”. Em síntese, esboça-se uma abordagem daquilo a que Steiner (2006: 39) chamou «os problemas epistemológicos enormemente difíceis que nos põe o novo mundo da Realidade Virtual», circunscrevendo-se o corpo de questionamento do presente texto a uma indagação possível acerca do papel que o Técnico, na sua relação com o Humano, desempenha na configuração, produção e reprodução social de uma *normalidade* que, enquanto *praxis* social e horizonte de sentido, se articula com, e ao mesmo tempo é, já, a cultura presente. Aqui entendida cultura no sentido que lhe dá Steiner (*ibidem*), de uma «estrutura simbólica que se repercute» ou, mais simples e poderosamente, da «afectividade com que [...] sentimos».

3.

Tomando de Bragança de Miranda (1994: 12 e ss.) a reflexão sobre as teorias da modernidade, para uma aplicação às prédicas messiânicas acerca das tecnologias, afigura-se importante dar-mos conta da necessidade de partir deste tipo de discurso para «interrogar os seus efeitos, a necessidade que o estrutura». Bem como para examinar «a função» que tais discursos «desempenham na experiência» e, no limite, situá-los já não tanto na ordem por que Miranda os interroga («A vontade de totalidade não é um efeito de fragmentação?»), mas, antes, na sua inversa: um efeito de totalidade que visa dissimuladamente, em nome do prazer, organizar e recuperar, no terreno do político e do simbólico, toda e qualquer vontade divergente de fragmentação no campo da estética ou do simples gozo individual.

Interessa-nos, portanto, a analogia entre a comunicação – dispositivo maquínico de dissolução, tal como a caracteriza Perniola (2005: 11-51) – e a ideia de uma nova

tecnologia que «altera tudo» (Postman), o computador, essa “máquina universal”, nos termos da demanda formulada pelo matemático Alan Turing (e retomada por Moisés Martins) enquanto dispositivos de síntese, de convergência, de absorção de todos os novos possíveis pela totalidade existente, tal como Marcuse (1970: 13) definiu essa vontade linear de uniformização: «a sociedade fundiu-se como nunca antes o conseguira, criando uma unidade [uma realidade] na qual o que é possível é definido e realizado pelas forças que tornaram possível essa realidade».

Mundo social de remissão da liberdade para o destino esfuziante da sua aparência, universo que começa por situar o corpo disciplinado (Foucault) que lhe interessa na esfera da «intensiva subjugação dos indivíduos à monstruosa máquina de produção e distribuição» (Marcuse, *ibidem*), para em seguida, cérebro sob controlo (Foucault, ainda), tutelar a «consequente destruição do carácter privado das horas de ócio e de repouso» (Marcuse).

«Quanto mais uma sociedade se encontra segura dos seus postulados menos admite que [...] a ponham em dúvida», escreveu Hans Magnus Enzensberger (1968: 17) referindo-se aos anos de oitocentos, a respeito dos quais sublinhava o modo pelo qual esse «século XIX burguês soube sufocar todos os ataques à mão armada perpetrados contra a sua forma de governo, mas autorizou as mais radicais discussões sobre os seus fundamentos como um bom passatempo para utopistas», antes de rematar não ser «sem motivo que ainda hoje se considera o cúmulo do ridículo reformar o mundo, enquanto os esforços contrários podem sempre contar com uma certa estima».

Como se pouco houvéssemos aprendido ou muito tivéssemos esquecido, anos mais tarde Steiner (1992: 89) actualizará esta mesma ideia, referindo-se ao século seguinte, para fazer notar como «nenhuma sociedade anterior se contemplou ao espelho com uma satisfação tão pródiga». Steiner usará mesmo o verbo “sofrer”, para designar a percepção contemporânea de uma grande parte da realidade do mundo «duramente filtrada e pré-digerida, pela sociologia instantânea dos meios de comunicação de massa». Instância de obscurecimento pela ostensiva visibilização que promove, numa alucinação literalmente pornográfica pelo modo como os lugares (Steiner, *ibidem*) «nos quais e através dos quais a transmissão das humanidades tem fundamentalmente lugar, podem prosperar na vizinhança dos campos de concentração».

É prosperamente, de resto, que se articulam as retóricas de máxima visibilização tão encomiosas do vertiginoso «mergulho fútil» (Kundera) na sociedade «transparente», com as estratégias mais profundas de invisibilização e esquecimento de toda a sua obscuridade provável e reprovável. Ocultação dos “info-excluídos”, dos “tecn-olvidados” cujo número, pode esperar-se, irá decrescendo, mas também de uns terceiros outros, cujo número não cessará, provavelmente, de ir em crescendo, a saber, o dos «esgazeados» de que nos fala Moisés Martins. Sujeitos concentracionados que não apenas ignoram o que acontece no interior das chaminés fumegantes dos novos e suaves *stalag* que porventura com o gozo triste do tempo presente lhes toca ocupar como, mais natural e importante ainda, parecem preferir ignorá-lo (cf. Michel Onfray, 1999: 25-52) ou o por ele tão reiteradamente aludido (Robert Antelme, 2003).

«O espectáculo organiza com mestria a ignorância sobre o que acontece e, logo em seguida, o esquecimento daquilo que pôde, apesar de tudo, tornar-se conhecido. “Viveremos a partir de agora num mundo sem memória onde, como na superfície da água, a imagem afasta definitivamente a imagem”», escrevia Guy Debord (1995: 18), antes ainda da trivialização do ordenador e da mercantilização da Internet no espaço público, para falar acerca do mundo do que definiu como do “espectáculo integrado”, ou seja, do desenvolvimento cabal, radical, extremo, total, desse processo que acabava de criar por inteiro, e pela primeira vez na História, «uma geração submetida às suas leis» (*ibidem*: 19).

Não se vê, de resto, ser possível eximir deste mundo a «máquina que produz o cérebro que lhe interessa» (Moisés Martins, ainda: *As imagens cinematográficas*, arguição de provas de João Mário Grilo), na sua analogia com o social que emblematiza, que impregna e no qual se inscreve. «O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceite é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de facto ele premeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso» dirá Michel Foucault, (1992: 8), em complemento dessa outra ideia segundo a qual aquilo que, portanto, haverá que tomar «como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística» (*ibidem*: 5).

O «bloco alucinatório», de Bragança de Miranda, já não pode, pois, tomar-se como somente técnico e estético, mas deve pensar-se na força da sua dimensão estrutural e estruturante de ordenamento simbólico, cultural, económico, político, social e individual. Em duas palavras, produção/reprodução biopolítica, no sentido que atribuem ao conceito Hardt e Negri (2002: 46-47) de um lugar sem local, descartografado, que se realiza «nos nexos imateriais da produção da linguagem, [na] comunicação e [no] simbólico, desenvolvidos pelas indústrias da comunicação. [...] A linguagem, ao comunicar produz mercadorias, mas, para além disso, cria subjectividades, relaciona-as entre si e ordena-as [...] guia e canaliza o imaginário dentro da maquinaria comunicativa [...] autovalidante, autoformadora, quer dizer, sistémica».

Desenvolvimento, este, do processo de clausura do sentido no interior de uma linguagem «administrativa», tal como Marcuse (1969: 95-96) a captara há quarenta anos, referindo-se ao «fechamento do universo da locução». Uma operação básica que descrevia a partir do princípio segundo o qual «o conceito ritualizado é tornado imune à contradição [verificando-se como] nos pontos nodais da locução pública aparecem proposições analíticas autovalidantes que funcionam como fórmulas mágico-rituais. Marteladas e remarteladas na mente do receptor, produzem o efeito de incluí-las no círculo das condições prescritas pela fórmula».

Fusão entre *bios e technê*, sim, mas também, segunda face da moeda, fissão entre *polis e polites*, cidadania expelida pela retórica da cidade técnica, asséptica, feliz, que nada mais pode fazer pelos seus senão realizar a propositura do *pathos* que lhes reserva, de seres hiper-emocionalizados até à insensibilização, receptáculos de «curiosidades» (Baudrillard, 1991: 25) banais e ininterruptas, indivíduos monitorizados pelos objectos que, dos ecrãs, os olham e processam (De Kerckhove, 1997: 37-43).

Aqui chegados, e a ser assim, já quase pareceria indiferente falar-se de sujeito ou de objecto, inquietação que trespassaria o coração de toda a metafísica, para instalar-se, bem entendido, nos territórios materiais da própria “física social”. A questão todavia consiste não tanto em saber se é ou não assim, mas se é possível, no dispositivo societário contemporâneo, não o ser? Porque, como nos diz Castoriadis (1998: 113-114), a «atomização dos indivíduos não significa autonomia. Quando alguém compra um frigorífico ou um carro, está a fazer aquilo que fazem quarenta milhões de outros indivíduos, não há nisso qualquer individualidade ou autonomia, o que é precisamente uma das mistificações da publicidade contemporânea. [...] vemos à mesma hora, e no mesmo instante, vinte milhões de lares a accionar o mesmo botão de televisão [...] o capitalismo não tem necessidade de autonomia, mas de conformismo. O seu actual triunfo reside no facto de vivermos numa época de conformismo generalizado, não só no que diz respeito ao consumo, mas também à política, às ideias, à cultura».

Poderá plasmar-se esta apreciação de Castoriadis, na figura expectante, definida por Debord (Comentários), do «espectador» enquanto «aquele que espera». E, sabemo-lo, quem espera não age, expecta. Ou, mais esmiuçadamente, poder-se-á desenvolver a sua formação a partir da figura de uma «hegemonia» gramsciana, levada bem ao cerne da experiência. Ao ponto exacto aonde a «confluência entre o consumo, o lazer e a comunicação fecha o ciclo da nossa modernidade, em todos os seus aspectos: no plano das rotinas da acção, nos ritmos espaço-temporais, nos padrões de conhecimento e de reflexividade, no contexto da relação com os outros, enfim, nos valores e símbolos que organizam a nossa vida de todos os dias» (Martins, 2002: 184)

Espécie de poeira perpétua, cegueira induzida, propulsionada pela força do que Almeida (2002) chama um «ruído comunicacional constante, modulado por choques sucessivos [...] que suscitam [...] a impressão [...] de haver uma novidade no processo comunicante [...] quando o que de facto ocorre é que à existência de acontecimentos se vão substituindo de forma quase insidiosa processos cada vez mais complexos de substituição da realidade por imagens».

Nenhuma teoria da conspiração no sentido comumente invocado e mediante o qual a injúria e o sarcasmo predominantes pretendem, conjurando-os profílicamente, pôr-se ao abrigo dos perigos de qualquer crítica. Mas, na acepção de Castoriadis (1998: 100), de uma «conspiração, não no sentido policial, mas etimológico do termo: tudo isto “respira em conjunto”, sopra na mesma direcção, a de uma sociedade na qual toda a crítica perde a sua eficácia».

Sublinhar-nos-á, de resto, a este respeito, Kapuscinsky (1999) que «desde que passou a ser considerada como uma mercadoria, a informação deixou de estar submetida aos critérios tradicionais de verificação, a autenticidade ou o erro. Agora rege-se pelas leis do mercado. Esta evolução é a mais significativa de quantas afectaram o terreno da cultura», em cujo grande ecrã emerge, com a centralidade de todas as passadeiras vermelhas, o mais ruidoso e autorizado grau da dissensão possível Debord (1995: 18, 22): a «discussão vazia sobre o espectáculo, isto é, sobre aquilo que fazem os proprietários do mundo [...] organizada por ele mesmo [...] o governo do espectáculo, que

presentemente detém todos os meios de falsificar o conjunto da produção assim como da percepção, é senhor absoluto das recordações tal como é senhor incontrollado dos projectos que modelam o mais longínquo futuro».

4.

Encontramos no próprio apelo retórico de *Second Life* uma sugestiva glosa da razão inversa daquela que temos vindo a apresentar. Em concreto, a possibilidade do argumento que entrevê a *krisis* no seio da *crise*, acenando com a possibilidade esperançosa de, precisamente por via da sua proliferação técnica sem fim, a chave da conjugação do nosso tempo residir na hipótese de um indivíduo *demiourgós*, apto a criar um mundo seu, que o espera no e com o lugar que tem para tal criação reservado.

É, aliás, o próprio Postmann (1994: 45), crucificável entre quantos o sejam, como um novo *luddita*, pelo discurso tecnófilo mais extasiado, quem não deixará de fazer ponto de honra do reconhecimento de como as «tecnocracias» não deixaram, a partir do século XIX, de dar lugar «a um crescente respeito pelo ser humano vulgar, cujo potencial e importância se tornaram questões de premente interesse político e de urgente política social».

Seria, porém, ingenuidade ou conveniência não notar a profunda reversibilidade, a capacidade regressiva dos mais arcaicos desvalores civilizacionais, nos mais esplendurosos tempos da hipermodernidade tecnológica. O mesmo texto de Postman (1994: 49) autoriza a analogia, a ponte, entre uma sociedade de novos totalitarismos – conforme traçada, cada qual nos seus termos, por Huxley, Marcuse, Debord, Castoriadis, Moisés Martins – e a técnica que a serve, a sua tecnologização totalitária, a «tecnopolia» que, ao aparecer, condena todo o mundo seu antecessor a desaparecer: «A tecnopolia elimina as alternativas a si própria [...] não as torna ilegais, não as torna imorais, nem sequer impopulares, torna-as invisíveis e, portanto, irrelevantes. E fá-lo redefinindo o que entendemos por religião, arte, família, política, história, verdade, privacidade, inteligência, para que as nossas definições se encaixem nas suas novas exigências. A tecnopolia, por outras palavras, é a tecnocracia totalitária».

Desempenhando a função que lhe cumpre, a de realizar o possível uma vez admitida, prossegue Postman (*idem*: 15), uma tecnologia «executa aquilo para que foi planeada e a nossa tarefa é compreender que desígnio é esse». Tarefa tanto mais árdua quanto as técnicas são furtivas, desenham sentidos de apreensão difícil, novos e complexos esboços epistemológicos, à maneira de Steiner. Porque as tecnologias «mudam o que conhecemos como “conhecimento” e “verdade” [...] alteram aqueles hábitos de pensamento profundamente enraizados que dão a uma cultura o sentido daquilo que o mundo é – do que é a ordem natural das coisas, do que é razoável, do que é necessário, do que é inevitável, do que é real» (Postman, 1994: 19).

Encobrem-se, por trás destas mutações, desígnios imprevistos por imprevisíveis, certamente; efeitos indesejados, objectivados, porventura, mas oculta-se, em tudo isto, mais do que uma pura relação de sentido. Com as metamorfoses técnicas, são, também

e na esteira de Foucault, novas relações de força que se estabelecem. Os «benefícios e os défices de uma nova tecnologia não têm distribuição igual, há naturalmente vencedores e derrotados. É tanto mais espantoso quanto pungente que, em muitas ocasiões, os vencidos, na sua ignorância, têm realmente aclamado os vencedores e alguns ainda hoje o fazem [...] É de esperar que os vencedores encorajem os vencidos a entusiasmarem-se com a tecnologia» (Postman, 1994: 16-17).

Se a “tecnopolia” é, então, o totalitarismo tornado insensibilização, invisibilização, imobilização, se uma «tecnopolidade» poderia afigurar-se como um novo nome para dizer esta sociedade total, organizada em nome da busca da racionalidade do lucro, serão as retóricas da crise e da salvação, da economia e da gestão, mas também da comunicação, a constituírem-se como as séries discursivas capazes de organizar, por excelência, o obscurantismo com que as novas culturas das coisas, da tecnologia concentrada, reinventam o ser.

Oporá, no entanto (Castoriadis, 1998: 100), que «não vivemos uma *krisis* no verdadeiro sentido do termo [Hipócrates], isto é, um momento de decisão [...]. Vivemos uma fase de decomposição [...] aquilo que caracteriza precisamente a sociedade contemporânea é o desaparecimento do conflito social e político [a imagem política da democracia de massas – chamou-lhe Marcuse]. A decomposição vê-se sobretudo no desaparecimento dos significados, na evanescência quase total dos valores [...]. A corrupção generalizada que se observa no sistema político-económico contemporâneo não é periférica ou anedótica, tornou-se um traço estrutural, sistémico da sociedade na qual vivemos».

Sublinhando «a íntima solidariedade entre um regime social e o tipo antropológico [...] necessário para fazê-lo funcionar», trata Castoriadis, por diferentes palavras, o tema expandido noutra dos seus textos (2000: 70 e ss.): a «mutação antropológica» operada pelo que chamou «capitalismo de oligarquia liberal». Aí Castoriadis submete à crítica, também pelo prisma do económico, a sinonímia reivindicada pelo sistema entre uma suposta “racionalidade” humana e o desígnio reitor da maximização do lucro obtido pela crescente e “sinérgica” integração do técnico, do social, do cultural e do político. A figura da “mutação” corresponde, nesse entendimento, à decomposição do homem e do mundo mesmos, pela inviabilidade imanente de um dispositivo de dominação que se realiza contra ambos se necessário for, como os riscos da tragédia ecológica planetária não deixam de enfatizar, apesar da sua trivializada inserção («recuperação», numa linguagem menos actualizada) na retórica espectacular.

Por tal razão assim obsidiantes, as figuras discursivas desenhadas pelas séries retóricas anteriormente aludidas, da comunicação, da economia e da gestão, da crise e da salvação constituem hoje a tecnologia de ponta na construção de um sentido alienatório, que remete circularmente para si próprio sem porta de saída.

Prestidigitação para a qual Barthes há muito advertira, ao chamar a atenção para o facto de que a «ideologia diferencia-se pela distinção entre os significados e não entre os significantes». Entendendo aqui, globalmente, o termo “ideologia” enquanto «sistema de produção social de sentido», Barthes (*apud* Fiske, 1990: 216-226) fazia

a incisão imprescindível ao sublinhar como, na ideologia, a artimanha-base de toda a sua «retórica, os mitos e valores conotados», reside na respectiva apresentação como sendo «tão elementares, tão amplamente partilhados, tão naturais que nem precisam de ser referidos».

Mesmo para propiciar a emergência plana desse «Homem Eterno» já não só «nem proletário nem burguês», mas também nem completamente real nem totalmente virtual, mesmo para abrir caminho a essa hibridação do objecto humano, será muito pedir o abandono e o esquecimento da cirurgia barthesiana que já em 1957 nos falava, ao abordar o mito, na dissolução da sua condição histórica: «as coisas perdem nele a memória da sua fabricação» (Barthes, s/d [1957]: 209-210).

Nesta acepção, um exame das formas de reprodução social da ideologia na sociedade tecnicamente avançada deverá, ainda, contemplar o que (Debord, 1999: 25) chamou o «novo estatuto do falso», à luz das suas devastadoras consequências culturais: «o simples facto de estar agora sem réplica deu ao falso uma qualidade inteiramente nova. É ao mesmo tempo o verdadeiro que deixou de existir [...] ou, no melhor caso, viu-se reduzido a uma hipótese que nunca pode ser demonstrada. O falso sem réplica acabou por fazer desaparecer a opinião pública que, de início, se encontrava incapaz de se fazer ouvir; em seguida de apenas se formar».

É na intersecção entre o agenciamento maquínico que propõe na esfera individual e a decomposição que impõe como programa para toda a vida social, que o circunlóquio economicista funda uma nova erótica do capital na qual também *Second Life* encontra a potência da sua realização e enobrecimento.

A troca de «uma conta paga – que custa 72 dólares por ano», autorizando todo o tipo de operações vividas pelos “avatares” (personagens – metamorfose, tridimensionais, dos jogadores que se movimentam no ambiente virtual), especifica o jornal *Público* (Correia, 2006) como aí se transaccionam «produtos para avatares – incluindo parte do corpo – [ou ainda como] os habitantes [...] movimentam diariamente cerca de meio milhão de dólares» tendo a Austrália avançado «com a decisão de cobrar impostos sobre todas as transacções feitas em mundos virtuais». O artigo falar-nos-á ainda de um português que «ganha a vida no Second Life», contar-nos-á como a Adidas e a Reebok «vendem sapatilhas aos avatares», reflectindo as notícias que se propagam por toda a rede acerca de adesões como as da IBM, da Volkswagen, da Toyota e de outros grandes empórios da economia transnacional, a par de outras que anunciam a realização de concertos de estrelas pop no ambiente virtual.

Espectáculo comunicacional siderante, milagre tecnológico computadorizado e expectativa de um novo ouro “bandeirante”, que mais virtuosa junção poderia conceber-se para dizer o nosso tempo ou antes, e como acima sugerido, que melhor confluência para o nosso tempo poder dizer-nos? Aqui se abraçam as três categorias reitoras de todo o possível não ridicularizável pelos discursos hegemónicos. Engenharia da respeitabilidade social, fórmula mágica que encontra na linguagem dos neologismos e dos tecnicismos, como na transversalização anglo-saxónica dos usos e das falas homologáveis, toda e qualquer possibilidade planetária de nos fazermos entender. Eis que apa-

recem, enfim, as declinações da submersão aparente do político; eis a prova da morte das ideologias, das fronteiras, das línguas, já agora, e, sabe-se, Hegel mal glosado, do “Fim da História”.

5.

Second Life pode pensar-se, portanto, nos termos de artificialização da própria existência, na medida em que entreabre a possibilidade “profissional” ao jogador, convertido doravante em assalariado do artifício, avatar-escravo virtual, com um corpo outro e sem desgaste, infinitamente desconectado do mundo da primeira vida pela sua existência metamorfoseada na segunda. Vida dupla de admirabilidade acrescida, segundo admirável mundo novo, distopia redistribuída como utopia que se regenera a si mesma.

Porque é, aqui, redentora a tecnologia. É permanente promessa de uma segunda vida, existência de sucedâneo, de «finalidade inibida» como a desvalorizaria a teoria freudiana dos instintos mas, em todo o caso, uma segunda vida que se realiza não no Além mas bem na Terra, melhor ainda, na própria sala, na sala-de-estar-ao-monitor. Tecnologia de substituição também da religião, municidora do próprio Paraíso a brincar, do Éden lúdico agradavelmente complementado pela teleologia do *US dollar* que se transacciona pelo Linden-Dolar (na proporção de 1 para 269), embora tal cotação – como todas – possua volatilidade, flutuabilidade.

Despojado signo electrónico de um “Eu” sem “Outro”, o “avatar” funda a diferença nessa indiferenciação clónica que o criador das «Gymnopédies» há muito reduzira ao absurdo, ao epigrafar a sua paradoxal “Memória de um Amnésico” (1992: 21), com a proposição célebre: «Chamo-me Erik Satie como toda a gente».

Clonização figura-se, desta forma, como uma quase metáfora técnica da velha colonização. Observada, esta, pelo jogo das suas causas, a passagem do império ao imperialismo na lógica de exploração e maximização dos ganhos económicos que o final do oitocentismo inaugurou (cf. Hobsbawm, 1990: 85-111), como analisada pelo prisma das feridas e consequências de “alma” que produziu e das quais tão profunda e radicalmente falava, em 1961, Frantz Fanon, a um Ocidente europeu perplexo e cruelmente afogado no seu atoleiro argelino e africano (cf. *Les Damnés de la Terre*).

Um nexu, aliás, tanto mais presumível quanto mais densamente ocultado pela simplória redução do político, a que a inaudita complexidade tecnológica dá expressões de manifesta uniformidade à escala do mundo inteiro. Assinalava-o há já quase vinte anos Milan Kundera (1988: 31), falando dos *media* que, enquanto «agentes da unificação da história planetária, amplificam e canalizam o processo de redução; distribuem ao mundo inteiro as mesmas simplificações e clichés susceptíveis de serem aceites pela maioria, por todos, pela humanidade inteira. E pouco importa que nos seus diferentes órgãos os diferentes interesses políticos se manifestem. Por detrás desta diferença de superfície reina um espírito comum. Basta folhear os semanários políticos americanos ou europeus, os de esquerda como os de direita, do *Time* ao *Spiegel*: possuem todos a

mesma visão da vida que se reflecte na mesma ordem segundo a qual foi composto o sumário, nas mesmas rubricas, nas mesmas formas jornalísticas, no mesmo vocabulário e mesmo estilo, nos mesmos gostos artísticos e na mesma hierarquia do que acham importante e do que acham insignificante. Este espírito comum dos *mass media* dissimulado por detrás da sua diversidade política é o espírito do nosso tempo».

No reino átono do consenso, a produção de conformidade é estratégica e ocorre nos termos de uma lógica de manipulação, segundo a qual (Fromm, 1966: 6-7) «grande parte do que acreditamos ser a verdade não é senão o consenso da maioria [...]. Aquilo com que a maioria concorda é o que subjectivamente se experimenta como real, verdadeiro, racional e moral [...] o consenso transforma o imoral em moral, o irracional em racional, o feio em belo».

Experiência totalitária “societal” na acepção em que Boaventura de Sousa Santos (1998: 34-41) nos fala de um novo tipo de “fascismo” que se materializa socialmente. Experiência tão integrada no sistema da moda como na dissipação do ideológico ou na analogia indistinta das imagens políticas predominantes. Inscrita na proliferação de uma absurda – por extremista – retórica de «racionalidade económica», tanto quanto na distribuição social do comodismo e do seu subproduto ideológico adjacente, o conformismo. Experiência totalitária que se exprime, ainda, pela inaudita uniformização da experiência estética, de massas, através da homogeneização das produções das indústrias da consciência que reconduzem invariavelmente à sua inversa, porque (Fromm, 1966: 7) «cada sociedade cria uma espécie particular de inconsciência social que é necessária ao seu funcionamento e sobrevivência».

Em suma, um dispositivo alucinante e alienante que se diz e realiza na experiência desvitalizada da vida, lugar por excelência para uma relação atomizada, solipsista, narcísica, em que o «Outro não constitui qualquer problema desde que a sua presença não seja intrusiva, na medida em que, de facto, o Outro não seja verdadeiramente o Outro...» (Zizek, 2006: 133). Da mesma forma que, ainda (*ibidem*: 131), às coisas vai sendo subtraída (tal como a sua História – Barthes) a substância que lhes é própria: «café sem cafeína, natas sem matéria gorda, cerveja sem álcool, [...] guerra sem guerra [...] política sem política [...] porque não uma cena de sexo virtual, ou seja uma sexualidade sem sexo?»

Ora, também nesta bizarra configuração de um uso tecnológico dos prazeres, a plataforma virtual *Second Life*, onde a prostituição e o proxenetismo são duas das mais rentáveis actividades propostas, começa já a avançar as suas respostas. Releva-nos o escrito do diário *Público* aqui mencionado, como no «não-jogo» da Linden Lab «as sex shops [...] são abundantes [destacando-se o] aparecimento de um “jogo” que consiste em envolver avatares em práticas sexuais, sendo que um deles tem uma aparência infantil» (Correia, 2006).

Com cada pergunta a encontrar não mais do que propostas inquietantes de resposta, a discussão entre Técnica e Cultura remete com insistência, hoje como sempre, para a instância verdadeiramente decisiva da problemática: o ser humano nas condições da sua possibilidade. E nesse sentido, afigura-se acertado sublinhar, salvo melhor

interpretação, como se percebem – num processo de reversibilidade total – a questão comunicacional, o dispositivo educacional, a mercantilização relacional e, até, os territórios de lazer, de evasão, da própria fuga, entendida ela própria como possibilidade virtualizável. Cada um e todos estes elementos reconduzindo ao ponto de partida, ao mesmo termo do cruzamento incerto onde desejo maquínico, consenso político, primado económico, definhamento ético e lucro fiduciário se intersectam, objectivando o empobrecimento da experiência e, no limite, a depauperação do ser.

Cabe por fim precisar que, longe de se enunciar uma eventualidade «apocalíptica», como a prédica predominante tende a predicar, para desqualificá-la, toda a crítica que a visa, tratou-se antes aqui de – olhando os problemas examinados à luz da reflexão de Postman (1994: 24), segundo a qual «uma nova tecnologia não acrescenta nem subtrai nada, altera tudo» – examinar a dificuldade de perceber este tudo, ou pelo menos esta vontade de tudo, de um modo outro que não o de uma totalidade massiva. Totalidade essa que por simbólica, cultural, económica, individual, corpórea, cerebral, social e política que, por instituir-se em imaginário e normalidade, convida a propor, como modo mais produtivo de dizê-la, essa palavra outra, de que aqui se deixa assento, o conceito de uma *totalitariedade*.

Referências bibliográficas

- Almeida, Bernardo Pinto de (2002), “A mecânica das imagens e a nova ordem mediática”, in *Le Monde diplomatique* (ed. portuguesa), Maio.
- Antelme, Robert (2003) [1957], *A Espécie Humana*, Lisboa: Ulisseia.
- Barthes, Roland (s/d) [1957], *Mitologias*, Lisboa: Edições 70.
- Baudrillard, Jean (1991) [1970], *A Sociedade de Consumo*, Lisboa: Ed. 70.
- Bouan, Michel (1992) [1990], *O Tempo da Sida*, Lisboa: Antígona.
- Bourdieu, Pierre e Wacquant, Loïc (2000), « La nouvelle vulgate planétaire », in *Le Monde diplomatique*, Maio.
- Bragança de Miranda, José A. (1994), *Analítica da Actualidade*, Lisboa: Veja.
- Cabo, José María (2004), *La Economía como Ideología, Mitos fantasías y creencias de la “ciencia” económica*, Hondarribia: Hiru.
- Castoriadis, Cornelius (1998) [1996], *A Ascensão da Insignificância*, Lisboa: Bizâncio.
- Castoriadis, Cornelius (2000) [1999], *Figuras do Pensável – As encruzilhadas do labirinto*, Lisboa: Edições Piaget.
- Correia, João Pedro (2006), “Mais de um milhão de pessoas têm uma vida virtual”, *Público*, 5 de Novembro.
- De Kerckhove, Derrick (1997) [1995], *A Pele da Cultura*, Lisboa: Relógio d’Água.
- Debord, Guy (1995) [1988], *Comentários sobre a Sociedade do Espectáculo*, Lisboa: Mobilis in Mobile.
- Enzensberger, Hans Magnus (1968) [1964], *Anatomia Social do Crime*, Lisboa: Moraes.
- Fiske, John (1993) [1990], *Introdução ao Estudo da Comunicação*, Porto: Asa Editora.
- Foucault, Michel (1992) [1977], “Verdade e Poder”, *L’Arc*, n.º 70, 1977, in *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal.
- Fromm, Erich, *et al.*: (1966), “Conciencia y sociedad industrial”, in *La Sociedad Industrial Contemporánea*, México, Siglo XXI.

- Hardt, Michael e Negri, António (2002), *Imperio*, Barcelona: Paidós.
- Hobsbawm, Eric (1990) [1987], *A Era do Império 1875-1914*, Lisboa: Ed. Presença.
- Huxley, Aldous (2001) [1946], *Admirável Mundo Novo – Prólogo à edição de 1946*, Lisboa: Livros do Brasil.
- Kapuscinski, Ryszard (1999), « Censures Nouvelles, Subtiles Manipulations: Les médias reflètent-ils la réalité du monde? », in *Le Monde diplomatique*, Agosto.
- Kundera, Milan (1988) *A Arte do Romance*, Lisboa: D. Quixote.
- Marcuse, Herbert (1969) [1964], *Ideologia da Sociedade Industrial – O homem unidimensional*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Marcuse, Herbert (1970) [1967], *Psicanálise e Política – O fim da utopia*, Lisboa: Moraes Editores.
- Martins, Moisés de Lemos (2002), *A Linguagem, a Verdade e o Poder*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Martins, Moisés de Lemos (2004), “Tecnologia e Sonho de Humanidade”, CECS Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Repositorium, Universidade do Minho, www.cecs.uminho.pt
- Onfray, Michel (1999) [1997], *A Política do Rebelde – Tratado de resistência e insubmissão*, Lisboa: Ed. Piaget.
- Perniola, Mario (2005) [2004], *Contra a Comunicação*, Lisboa: Teorema.
- Postman, Neil (1994) [1992], *Tecnopolia – Quando a cultura se rende à tecnologia*, Lisboa: Difusão Cultural.
- Santos, Boaventura de Sousa (1998), *Reinventar a Democracia*, Lisboa: Fundação Mário Soares / Gradiva.
- Satie, Erik (1992) [1912-1924], *Memória de um Amnésico*, Lisboa: Hiena Editora.
- Steiner, George (1992) [1971], *No Castelo do Barba Azul – Algumas notas para a redefinição da cultura*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Steiner, George (2006) [2003], *Os Logocratas*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Zizek, Slavoj (2006) [2004], *A Subjectividade por Vir – Ensaios críticos sobre a voz obscena*, Lisboa: Relógio d'Água.

III. Na era da imagem, a palavra, sempre

O que pedem as palavras?

Anabela Gradim*

Resumo

«O que pedem as palavras» reflecte sobre a relação entre imagens e palavras, não sob o ponto de vista do seu antagonismo, mas no modo como ambas se requerem e iluminam mutuamente. Até à invenção dos *mass media*, o Ocidente viveu imerso numa cultura logocêntrica, por via tanto da tradição grega como da judaico-cristã. Esse logocentrismo erigiu-se em torno da cisão aparência/realidade, ilusório/verdadeiro, patente no pensamento ocidental de Parménides a Heidegger, e que só o pragmatismo, em finais do século XIX, tentaria dissolver. A reconciliação que aqui se explora abordará sobretudo dois aspectos: que imagens sem palavras são mudas, e que a palavra – por via da metáfora e do índice – não dispensa a imagem que a ilumine.

Palavras-chave: imagem, palavra, logocentrismo, idolatria, signo, metáfora, índice

Vi claramente visto o lume vivo

Lúis Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Canto V

Imagem dispensa palavra?

A percepção e a visão, dar a ver e ser visto, *eídon* e *aisthesis*, sempre foram questões relacionadas com a imagem – do *reflexo* atomista à *species* medieval. A razão pela qual dizemos viver hoje, mais do que nunca, numa civilização da imagem, imersos nestas e, de certo modo, submetidos ao seu poder, é que nunca como agora tantos dos estímulos visuais que nos submergem – constantemente reclamando, e cada vez mais alto, atenção – foram artefactos, criaturas do homem.

* Universidade da Beira Interior. anabelagradim@sapo.pt

A invenção dos *mass media*, e posteriormente do audiovisual, disseminou à escala planetária uma cultura da imagem que modela hoje a percepção do mundo, a auto-imagem, e até a forma como sentimos e conhecemos.

Esta imersão num universo de imagens liga-se sem dúvida à sobreexposição às mesmas a que grande parte do mundo, e todo o ocidental, se encontra hoje sujeito. À medida que a imagem, na passagem de analógica – que é índice e vestígio – a digital, se desfaz do seu próprio corpo – o referente –, torna-se “simulacro”, e como que toma vida própria: julgamos imagens com imagens, num permanente diálogo entre estas. As imagens remetem sempre para outras imagens, ou, como dirá Guy Gauthier, «a sucessão de imagens estabelece a sua própria teoria» (Gauthier, 1996).

O efeito de naturalização deste universo de imagens em permanente diálogo é tão forte que em geral passa despercebido. Tome-se o seguinte exemplo: há uma figura de cera de Lady Diana Spencer no Museu Madame Tussaud, em Londres. Seria possível pôr toda uma turma de estudantes do secundário a dissertarem sobre a fidelidade de tal imagem (“está muito parecida” ou “não se parece nada com...”), mas o facto é que nenhum dos presentes viu jamais a figura em causa, e cria o seu juízo a partir de imagens, e do diálogo recorrente entre essas imagens (Silva, 2005). É este o seu poder: um poder de materialização e de evocação muito forte, o poder de se ligar directamente à sensibilidade, convocando de imediato toda a espécie de emoções. Assim é que a imagem nos faz verdadeiramente *sentir* (*aisthesis*) precipitando a comoção no sujeito.

A modernidade, e os estranhos tempos que se lhe seguem, com a multiplicação das imagens possibilitada pelo desenvolvimento da técnica, conduziu ao seu zénite este poder encantatório, hipnótico, da imagem. Em comparação com o homem de hoje, um camponês da Idade Média era sujeito a um número limitadíssimo de imagens; a sua experiência e a sua ligação com o mundo dependiam muito pouco da mediação de imagens trabalhadas pela técnica, e até a auto-imagem e a imagem do homem lhe pareciam diferentes¹.

Quando se intenta reflectir sobre a relação entre imagens e palavras, naquela interrogação (Imagem dispensa palavra?) logo à partida estabelecida, aparece, pelo menos de modo latente, a oposição entre estes dois termos, no modo como geralmente são concebidos. Neste texto, procura-se explorar não esse antagonismo, mas o modo como a imagem não dispensa a palavra, e, desde outro ponto de vista, como as palavras pedem imagens: o modo como a imagem é caminho em direcção à palavra, abrindo-a ao mundo e conferindo-lhe toda a espessura e densidade ontológica que esta pode transportar.

Do logocentrismo à idolatria

A relação do Ocidente com imagens e palavras é, desde a sua génese, ambivalente. Para a tradição judaico-cristã, a precedência da palavra é inequívoca: «No princípio, era o Verbo e o Verbo era Deus», anuncia o Evangelho de João; e só depois, explica

¹ Quantas mulheres, por exemplo, vira esse camponês ao longo da vida? Hoje a publicidade bombardeia-nos incansavelmente com imagens de Adónis e Afrodites que nunca fomos, nem nunca seremos, provocando muitas vezes sentimentos de desadequação e inadaptação totalmente irrealis.

o Génesis, disse Deus, «fiat lux et facta est lux». E será da luz, feita pela palavra, a possibilidade de ver todas as coisas entretanto criadas.

Não espanta pois que, no Ocidente, venha de muito longe a má fama das imagens. Começa quando Moisés destrói um certo bezerro de ouro, proclamando “Não adorarás falsos ídolos”, e prossegue na querela dos ícones que atinge o seu ponto alto no concílio de Hieria, convocado por Constantino em 754, e que interditou todo o culto de imagens. Seria necessário esperar pelo II Concílio de Niceia, em 787, para se restabelecer a legitimidade da veneração de imagens, e a distinção conceptual entre tais práticas e a idolatria.²

Também a cultura greco-latina desde cedo dela desconfiou, solidificando um certo logocentrismo. Parménides lançou os fundamentos desta ontologia negativista relativamente à imagem no século VI a. C., com o célebre *Poema* em que distingue a *doxa*, a via das aparências, da via da verdade, *alétheia*. Dois caminhos se abrem ao homem, o das aparências ou *doxa*, “a opinião dos mortais”, e o da verdade ou do ser, do conhecimento daquilo que verdadeiramente é (Penedos, 1984: 90-91). «Não há realmente nenhum problema crítico até Parménides distinguir o ser do não-ser, associar este último com a percepção dos sentidos, afirmar que não há verdade no mundo dos fenómenos da *doxa*» (Peters, 1967: 29).

Esta cisão foi desde logo retomada por Platão, perpassando toda a obra, mas de que destaco a VII Carta, e a Alegoria da Caverna. Na VII Carta Platão elenca quatro instrumentos por meio dos quais se podem conhecer as coisas: o nome, a definição, a imagem e o próprio conhecimento ou razão (Platão, 1997: 1659-1660).

O objecto será tão mais bem conhecido quanto o cognoscente for progredindo nesta escala, abandonando os meios inferiores como a definição ou a imagem, pelos que se encontrem mais próximos do objecto a conhecer. Este conhecimento é, porém, sempre imperfeito e sujeito a erro ou falsidade, e o intelecto (*nous*) «é o que está mais próximo da própria coisa em semelhança e familiaridade, ao passo que os outros meios se encontram mais distantes» (*ibidem*: 1660). Para atingir pleno conhecimento das coisas é necessário passar «pelos quatro meios mencionados». Na verdade o homem procura a essência das coisas, mas os quatro meios de que dispõe para conhecer dão-lhe apenas qualidades «enchendo todos com perplexidade e confusão»³.

A mesma temática pontifica no conhecido mito da Alegoria da Caverna⁴. Os homens que vivem acorrentados na caverna observam sombras projectadas na parede desta, tomando essas aparências pela verdadeira realidade. Se porventura um deles se libertasse e tomasse conhecimento de que o que é verdade para os companheiros da caverna não passa de sombras, imagens, aparências e ilusões, teria uma pequeníssima hipótese de os esclarecer e libertar do seu erro. A alegoria termina com Platão

² A este propósito, cf. Lavaud, 1999: 39 e Joly, 1994: 45-ss.

³ «... that of the two objects of search the particular quality and the being of an object – the soul seeks to know not the quality but the essence, whereas each of these four instruments presents to the soul, in discourse and in examples, what she is not seeking, and thus makes it easy to refute by sense perception anything that maybe said or pointed out, and It's everyone, so to speak, with perplexity and confusion» (*ibidem*: 1660).

⁴ Platão, *A República*

sugerindo o linchamento daquele que tentasse libertar os prisioneiros da caverna, por impossibilidade total de compreensão de que as aparências, que tomavam como a verdadeira realidade, afinal não o eram.

Este discurso fundador da dupla Parménides/Platão, de eminente suspeita das imagens, identificadas como Aparência, teve uma influência notável nos séculos que se seguiram, e foi acompanhado dos evidentes sucessos atestados pela ciência moderna. De facto, toda a ciência moderna, da astronomia, passando pela química, a medicina, ou a física, se construiu como um desafio e uma passagem ao que está para lá das aparências.

Nesta visão, toda a mediação surge a uma luz extremamente negativa, dado ser ela própria que abre ao mundo a possibilidade de erro. Platão inaugura também aqui a cisão aparência/realidade que percorrerá o pensamento ocidental até Descartes e Kant, e que o pragmatismo tentará dissolver. John Murphy, por exemplo, defenderá que toda a história do pensamento ocidental, até Heidegger, pode ser lida como uma reedição desta querela Aparência/Realidade. O pragmatismo como anti-representacionismo, tema central do seu trabalho, aprofunda a questão da rejeição da “coisa em si” e a sua ligação estreita à máxima pragmatista, ou seja, a dissolução desta oposição por meio da tese de que aquilo que aparece é aquilo que é, a identificação total da aparência com a realidade (Murphy, 1993).

Paralelamente a este aviltamento ontológico da imagem, a cultura greco-latina exaltou o valor da palavra, desde logo evidente na plurivocidade do termo *logos*: palavra, discurso, relato, mas também proporção, razão, faculdade racional. Pouco depois os imperativos políticos da democracia realçariam o seu carácter agonístico e instrumental, seja na persuasão que procede pela afecção dos sentimentos e emoções (é o desígnio de Górgias), seja na que opera a partir da argumentação racional (cumprindo a via aristotélica).

Este programa logocêntrico, que vê na palavra o meio privilegiado para a articulação lógica do pensamento, é certamente o projecto do Iluminismo, um projecto típico de modernidade, e é severamente abalado quando – como hoje – a Razão parece ter abandonado o palco da História, e os filhos deserddados de Hegel têm cada vez mais dificuldade em vislumbrar-lhe um sentido e um fim (*telos*).

Da reabilitação da imagem

Dizia que esta relação do Ocidente com o binómio imagem/palavra é ambivalente porque, seja da matriz clássica, seja da judaico-cristã, o logocentrismo não logrou nunca o silenciamento das imagens; e não surpreende que hoje a crise deste modelo iluminista, a crise do *logos*, seja acompanhada pela multiplicação de imagens e pela imersão do sujeito num complexo de estímulos visuais, próprio da civilização da contemporânea, que dirigindo-se à sensibilidade, estimulam a narcose da razão⁵.

⁵ Lavaud diz que o Ocidente atribuiu à imagem as características de Particularidade, Espacialidade, Multiplicidade e Irrealidade, as quais tomam claramente um sentido negativo se as compararmos com o seu oposto: Universalidade, Vida, Unidade e Plena Realidade da Substância.

Esta ontologia platónica, cuja influência vimos apreciando, retira valor às imagens, que sofrem como que um défice de realidade – a imagem é uma semelhança, não é o verdadeiro. Por outro lado, esta associação faz surgir um novo preconceito: o de que só é verdadeiro aquilo que está para lá das imagens, e aquilo que nega o que aparece, ou as aparências. E porém os olhos são o nosso principal sentido, poderíamos até dizer, são o grande monopolizador dos sentidos. Setenta por cento dos receptores sensoriais do nosso organismo residem nos olhos, e é através da visão que avaliamos e compreendemos o mundo. Nunca o mundo é mais informativo e exuberante, para o homem, como quando o apreendemos pela visão, ao ponto de ser possível sustentar que o pensamento abstracto nasceu da forma de processarmos e tentarmos dar sentido às imagens (Ackerman, 1998).

Desde logo é necessário também tornar claro que a ontologia negativista relativamente à imagem, se foi regra e a visão mais influente e partilhada, não foi a única. Sempre houve pensadores que destacaram o seu valor e poder. E a liderar estes iconófilos surge a figura de Aristóteles, cuja poderosa influência (tratou-se mesmo de hegemonia, no período que vai do século XIII, altura da grande síntese tomista, até ao século XVII, em que Descartes destrona as bases do aristotelismo fundando a ciência moderna de tipo iluminista) não pode ser negligenciada.

No livro III de *De Anima*, Aristóteles insiste que o intelecto não pode pensar sem representação, o *fantasma*, produzido pela faculdade representativa, a fantasia, e que se liga à faculdade da memória, representando o início do trabalho de abstracção.⁶ Também na *Poética*, revertendo toda a argumentação platónica, associa positivamente arte, “imitação, imagem, prazer, verdade e conhecimento”. A imitação, «e em particular a pintura, é boa porque é útil», é co-natural ao homem, e fonte de prazer e conhecimento (Joly, 1994: 42-43).

Mas é no Livro III da *Retórica*⁷, quando trata das formas da expressão relativamente à arte da persuasão, que Aristóteles fará uma curiosa observação a propósito da metáfora e da elegância retórica. «A expressão elegante provém da metáfora de analogia e de dispor “o objecto diante dos olhos”. Torna-se agora necessário tratar do que denominamos “trazer diante dos olhos”, e do que faz com que isto resulte. Na verdade, chamo “pôr diante dos olhos” aquilo que representa uma acção» (Aristóteles, 1998: 258).

Já anteriormente, ao analisar as técnicas de amplificação e o seu efeito no discurso retórico, o estagirita considera como meio de grande efeito a apresentação: esta tem o

⁶ A este propósito, cf. Lavaud, 1998: 87. «Os fantasmas são as espécies ou imagens produzidas pela imaginação, que são submetidas à acção iluminadora do intelecto. Como o fantasma é um signo formal, não é constituído propriamente pelo ícone mental (caso em que seria signo instrumental), mas pela relação de substituição entre as imagens e aquilo que representam» (Tomás, 2001: 290).

⁷ Retórica é definida por Aristóteles como a arte e a técnica de, para cada caso, encontrar o meio mais eficiente de persuasão. Recorde-se que a existência de uma democracia directa em Atenas favoreceu muito o desenvolvimento da retórica, pois todas as decisões da *polis* tinham de ser votadas por assembleias populares, que era necessário persuadir.

dom de tornar mais presente ao espírito, amplificando-o, aquilo de que se fala, relegando para a sombra o que está ausente⁸.

A retórica subsequente não desprezou este poder da imagem no seu papel de criar presença. A ligação que se estabelece entre a presença de certos elementos na consciência e a importância que se lhes confere, indica a utilidade da imagem nessa criação de um efeito amplificador, particularmente importante quando se trata de captar a atenção de um auditório.

Demais, ainda quando fala da metáfora – que é uma imagem expressa por palavras, comparação com exclusão do elemento comparativo gerando assim a imagem –, Aristóteles parece sugerir que o movimento metafórico do conhecido para o desconhecido por meio de uma semelhança entre os dois é a estrutura que subjaz a todo o raciocínio humano. Chama aliás a atenção para a co-relação entre o raciocínio metafórico e o silogístico, ao notar que as regras fundamentais para o uso retórico das metáforas são as mesmas que para o uso dos entimemas⁹: esse movimento do conhecido para o desconhecido, do familiar para o menos familiar (Aristóteles, 1998: 48).

Também Peirce foi um autor que poderíamos classificar entre os iconófilos, pois concederá a maior importância às imagens no raciocínio e pensamento humanos, contribuindo para a sua reabilitação relativamente ao desenrolar dessas operações¹⁰.

Para apresentar, muito brevemente, o estatuto da imagem no contexto do trabalho empreendido por Peirce¹¹, é necessário remontar à sua semiótica, e aos tipos de signo que encontra, já que uma das suas teses fundamentais é de que não podemos pensar sem fazer uso de signos.

Signo, para Peirce, é «algo que está para alguém a algum respeito ou capacidade. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. A esse signo que cria chamo o interpretante do primeiro signo. O signo está por alguma coisa, o seu objecto. Está por esse objecto não em todos os seus aspectos, mas em referência a uma espécie de ideia, que algumas vezes chamei de *fundamento do representamen*»¹².

As três classes principais de signos existentes, tomando em atenção a relação que este estabelece com o seu objecto (signo enquanto Segundo), são, respectivamente, índices, ícones e símbolos. Um ícone é o signo que se relaciona com o seu objecto por possuir uma qualquer semelhança física com este, quer esse objecto exista ou não.

⁸ Este artifício de amplificação – com recurso à imagem – ainda hoje é utilizado, por exemplo, no âmbito do discurso forense: com efeito, todo um mundo de poderosa evocação separa o descrever um crime e a vítima de um crime; ou mostrar aos jurados fotografias dessa mesma vítima no estado em que foi encontrada.

⁹ Entimema é um silogismo a que falta uma das premissas, seja a Maior ou a Menor; e representa, para Aristóteles, a estrutura básica do processo retórico e elemento da maior importância no pensamento e raciocínio humanos.

¹⁰ As afinidades entre Peirce e Aristóteles não são de somenos, desde logo o professado realismo de ambos. Cf. Por exemplo, Oakes, Edward T., “Discovering the American Aristotle”, www.leaderu.com/ftissues/ft9312/articles/oakes.html

¹¹ Charles Sanders Peirce, que nasceu em finais do século XIX, e morreu em 1914, é consensualmente considerado o maior filósofo americano, e “pai” dos estudos de Semiótica, e também do Pragmatismo. A sua obra, que se encontra parcialmente publicada nos oito volumes dos *Collected Papers*, compreende oitenta mil páginas de manuscritos, boa parte ainda por publicar e explorar.

¹² *Collected Papers*, 2.228.

Podem ser ícones as imagens, as fotografias, mas também os mapas, os diagramas e as metáforas, que apresentam uma semelhança estrutural com o que significam. O índice é o signo que se refere ao seu objecto por uma relação real, possuindo uma relação física de contiguidade com o objecto representado, caso dos deícticos, do gesto de apontar, de um cata-vento, de nomes próprios, ou sintomas. Símbolo é o tipo de signo que se refere ao seu objecto mediante uma convenção ou lei, isto é, recobre a totalidade dos signos convencionais, como as palavras, a bandeira de um país, o crescente ou a cruz simbolizando o Islão ou o Cristianismo, etc¹³.

Peirce estava convencido de que o ícone – que é, basicamente, uma imagem, seja a que reproduz fielmente o seu objecto, como uma fotografia; seja a da mais elevada abstracção, que reproduz apenas a estrutura desse objecto, como um diagrama, um mapa, ou uma fórmula matemática – era fundamental ao pensamento humano e de que todo o pensamento e raciocínio de desenrolam por meio de ícones. Tal como Aristóteles considerara que a metáfora mimetiza o processo do silogismo, ou que todo o silogismo opera “metaforicamente”; Peirce dirá que todo o raciocínio envolve a passagem de ícones a ícones, e que seria impossível ao homem pensar e raciocinar sem recurso a imagens.

Sempre que uma coisa sugere outra, ambas estão juntas no espírito por um instante. No caso presente, esta conjunção é especialmente interessante, e sugere que uma necessariamente envolve a outra. Algumas experiências mentais satisfazem o espírito, mostrando que um ícone envolveria sempre um outro ícone, isto é, sugerem-no de um modo especial, que iremos explorar. Assim, a mente é não apenas levada a acreditar na premissa, para ajuizar a conclusão de verdadeira, mas acrescenta ainda a este juízo um outro – que toda a premissa, que é um ícone, envolve a aceitação de uma proposição com ela relacionada, que é a conclusão (...) No caso da inferência racional, vemos, num ícone que representa a dependência do ícone da conclusão sobre o ícone da premissa, qual a classe de inferência a que pertence; embora, como os esboços de ícones sejam sempre mais ou menos vagos, exista sempre mais ou menos indeterminação na nossa concepção dessa classe de inferências.¹⁴

¹³ «One very important triad is this: it has been found that there are three kinds of signs which are all indispensable in all reasoning; the first is the diagrammatic sign or icon, which exhibits a similarity or analogy to the subject of discourse; the second is the index, which like a pronoun demonstrative or relative, forces the attention to the particular object intended without describing it; the third [or symbol] is the general name or description which signifies its object by means of an association of ideas or habitual connection between the name and the character signified», *Collected Papers*, 3.369.

¹⁴ «Whenever one thing suggests another, both are together in the mind for an instant. In the present case, this conjunction is specially interesting, and in its turn suggests that the one necessarily involves the other. A few mental experiments – or even a single one, so expert do we become at this kind of experimental inquiry – satisfy the mind that the one icon would at all times involve the other, that is, suggest it in a special way, into which we shall soon inquire. Hence the mind is not only led from believing the premises to judge the conclusion true, but it further attaches to this judgment another – that every proposition like the premise, that is having an icon like it, would involve, and compel acceptance of, a proposition related to it as the conclusion then drawn is related to that premise. [This is the third step of inference.] Thus we see, what is most important, that every inference is thought, at the time of drawing it, as one of a possible class of inferences. In the case of a rational inference, we see, in an icon which represents the dependence of the icon of the conclusion upon the icon of the premise, about what that class of inference is, although, as the outlines of icons are always more or less vague, there is always more or less of vagueness in our conception of that class of inferences. There is no other element of inference essentially different from those which have been mentioned. It is true that changes generally take place in the indices as

O silêncio da imagem muda

Parménides, Platão e a moderna ciência cartesiana desconfiam das imagens, conferindo melhor e mais elevado estatuto às abstrações, que descrevem a realidade não nas suas “aparências”, mas naquilo que verdadeiramente esta é. Seguindo um caminho diverso, Aristóteles e Peirce estão convencidos de que a imagem desempenha um papel fundamental na percepção e raciocínio humanos, e que é imprescindível a todo o acto de pensamento.

Reabilitada a imagem por via destes dois últimos pensadores, pretendo agora deter-me sobre a relação entre imagem e palavra, não do ponto de vista do seu antagonismo, mas sobre o modo como a imagem não dispensa a palavra, e, inversamente, o modo como a palavra pede a imagem.

Karl Bühler¹⁵ distinguiu na linguagem três funções primordiais: a representação ou descrição (que se cumpre no símbolo), a expressão (cujo signo é o sintoma) e o apelo (expresso pelo sinal). Um acto de fala será expressivo se informa o destinatário do estado de espírito do locutor; e será apelativo se se destina a produzir no locutor um determinado estado de espírito. Partilhamos estas duas funções da comunicação com outros animais, capazes de comunicar os seus estados, ou de despoletar certas reacções nos destinatários dos sinais que emitem. Especificamente humana, só a função descritiva da linguagem, que pode referir e narrar com detalhe eventos passados, presentes, futuros, actuais ou condicionais.

Gombrich interroga-se quais destas funções pode a imagem realizar, para concluir que «é suprema na sua capacidade para o apelo (*arousal*), que o seu uso com propósitos expressivos é problemático, e que, sem ajuda, não tem qualquer capacidade de realizar a função descritiva (*statement*) da linguagem» (Gombrich, 1982: 138). A imagem é inapta à descrição complexa, mas inexcedível no papel de suscitar emoções, porque tem a capacidade de apelar directamente à sensibilidade do vidente. Assim, uma imagem suscitará instantaneamente repulsa, medo ou deleite; ao passo que uma comunicação verbal nunca produziria os mesmos efeitos tão imediatamente¹⁶.

É aliás isto que Saussure expressa quando defende que a não linearidade dos signos visuais permite imediatamente apreensões multifacetadas, mais ricas e pluri-significantes, que podem oferecer complicações a vários níveis, mas também, concomitantemente, possuem maior riqueza e potencial significativo.

well as in the icon of the premise. Some indices may be dropped out. Some may be identified. The order of selections may sometimes be changed. But these all take place substantially in the same manner in which a feature of the icon attracts attention, and must be justified in the inference by experiments upon icons. It thus appears that all knowledge comes to us by observation. Apart is forced upon us from without and seems to result from Nature's mind; a part comes from the depths of the mind as seen from within, which by an egotistical anacoluthon we call our mind. The three essential elements of inference are, then, colligation, observation, and the judgment that what we observe in the colligated data follows a rule”, *Collected Papers*, 2.444.

¹⁵ Neste passo seguirei de muito perto a exposição de E. Gombrich acerca deste assunto (Gombrich, 1982: 138 e ss.)

¹⁶ «Be that as it may, the power of visual impressions to arouse our emotions has been observed since ancient times. “The mind is more slowly stirred by the ear than by the eye” said Horace in his *Art of Poetry*, when he compared the impact of the stage with that of the verbal narrative» (*idem*: 140).

Abro aqui um breve parêntesis para explicitar a concepção saussuriana de signo visual. Saussure define o signo linguístico como uma entidade psíquica de duas faces, perfeitamente indissociáveis, que une um conceito a uma imagem acústica, ou seja, une um conteúdo mental à marca psíquica do aspecto físico do som material em causa. O mesmo é dizer que o signo linguístico é a entidade que une um significante e um significado, e possui como características a arbitrariedade (o laço que une significante e significado é arbitrário e convencional, assentando num hábito colectivo), a linearidade do significante (o significante desenvolve-se no tempo e representa uma extensão unidimensional mensurável – é uma linha), a imutabilidade (a língua é uma herança colectiva imposta e o indivíduo isolado é incapaz de alterar a associação significante/significado – ela repousa na massa dos falantes) e a mutabilidade (a língua como instituição social está sujeita à acção do tempo, que produz desvios na relação significante/significado – evolui) (Saussure, 1999).

Por oposição aos signos linguísticos, que são lineares – isto é, desenvolvem-se numa linha; cada fonema tem de ser enunciado numa ordem precisa, linear; não é possível pronunciar uma letra ao mesmo tempo que outra, nem alterar a ordem dos fonemas, ou acabar-se-ia com um signo diferente –, os signos visuais, diz Saussure, não são lineares, podem ser apreendidos sem obedecer a uma ordem precisa, e por causa desse elemento a sua apreensão é imediata, e os seus significantes oferecem múltiplas possibilidades de descodificação.

Mas a imagem não pode dispensar a palavra nas funções expressiva e, ainda em maior grau, descritiva. Gombrich demonstra como tendemos a naturalizar as convenções que regulam a interpretação da imagem, esquecendo a presença desse elemento na hora de lhe atribuir um significado. Podemos, nos usos descritivo e expressivo da imagem, interpretar algumas delas correctamente, dispensando a palavra, sem reparar que as inferências que sustentam tal interpretação assentam em convenções há muito assimiladas, e consequentemente invisíveis¹⁷.

Sempre que não apela à *aisthesis*, à comoção e ao sentimento, a imagem é muda e apenas nos fala do seu silêncio.

Da inseparabilidade do mesmo

Mais importante do que pensar as convenções que se ocultam na imagem representativa – objecto de estudo de boa parte da teoria da imagem – e que a impedem, em muitos casos, de dispensar a palavra, será pensar a dependência da palavra à imagem, acerca da qual eu pretendia deixar apenas duas sugestões muito simples, e que precisariam de ser – não o foram – convenientemente trabalhadas.

¹⁷ Gombrich ilustra esta explicação com diversos exemplos. Um dos mais felizes é o do pictograma incluído na nave espacial Pioneer. Só podemos dar sentido àquilo que conhecemos (re-conhecemos), pelo que uma inteligência extraterrestre não dispõe da gama de possibilidades, códigos e convenções que lhe permitissem descodificar de forma não ambígua tal imagem (*ibidem*).

A primeira sugestão é que, sendo a ancoragem da linguagem no real realizada por meio do índice, que institui a correspondência linguagem/mundo, toda a constituição do sentido aponta forçosamente para uma realidade extra-linguística. A correspondência entre o *logos* e o ser, e o conseqüente assomar da realidade à linguagem, ou seja, a questão de saber como podem os objectos da percepção transportar-se para a linguagem, exigem a presença de índices e ícones que, apontando para os objectos da percepção, produzem a ligação que lhes permite serem expressos pela palavra.

É assim que a apreensão de uma língua, mesmo nas suas funções descritivas mais rudimentares, implica necessariamente índices e ícones, que começam por constituir na formação do léxico a primeira identidade semântica da palavra. Apreende-se o significado de uma palavra por meio de índices que apontam ícones, e de que se vão progressivamente abstraindo categorias e classes que acabarão por corresponder ao conteúdo semântico daquele termo.

A minha primeira sugestão é, então, de que a linguagem, mesmo na sua função mais comezinha e humilde de representação, não dispensa a imagem como etapa configuradora do significado – que acabará por se tornar conceito, e abstracção, mas foi, num primeiro estádio, imagem muito concreta.

Depois, julgo que o significado, a espessura semântica de um termo, não reside, para empregar a terminologia de Barthes, na denotação, mas no conjunto de conotações que vamos reedificando em torno do signo. Esta deriva de interpretantes (semiose ilimitada, nas palavras de Peirce) é um processo onde, a partir de imagens, se produz a extensão do campo semântico. O significado de “bolo” é, não apenas a denotação, mas todas as conotações que o termo convoca num determinado sujeito, e essa “biblioteca” conotativa, do meu ponto de vista, é de natureza imagética, muito mais que conceptual.

A minha segunda sugestão em torno da dependência da palavra à imagem é de que a inovação semântica, a extensão do sentido e a passagem do conhecido para o desconhecido são, do ponto de vista da palavra, realizadas pela metáfora, que tem o condão de dar a ver a semelhança do dissemelhante, aproximando realidades distintas, enfatizando pelo choque a semelhança entre elas, e fazendo com que mutuamente se iluminem em termos semânticos. A metáfora surge assim como «forma suprema de inovação semântica linguística», abrindo «a possibilidade de perspectivar, sob uma forma diferente, determinada realidade (...) uma metáfora linguística, sem se confundir com a realidade descrita, permite encará-la sob uma forma radicalmente diferente» (Correia, 1999: 95).

A metáfora «é uma imagem produzida pela linguagem verbal, que gera uma semelhança semântica entre contextos distintos, permitindo, deste modo, uma inovação de sentidos» (*idem*: 140). Assim, «ao aproximar dois contextos diferentes, realiza esta função de “ver como”, visto que permite “ver” uma realidade, não em si, mas “como” outra» (*ibidem*).

A metáfora não é então uma figura ornamental, pois implica o processo de criação de sentido para lá dos usos habituais da linguagem. É da metáfora a «capacidade de

inovação semântica que não só altera as regras lógicas do discurso usual, como permite redescrever o mundo dos nossos valores» (*idem*: 117).

Metaforizar, para Aristóteles, era apreender a semelhança, e ao identificar planos distintos, inovar em termos semânticos. «A capacidade de entrelaçar níveis semânticos à partida radicalmente distintos representa um dos traços decisivos do poder metafórico da linguagem humana». «A semelhança consiste na aproximação que, subitamente, abole a distância lógica entre campos semânticos até então afastados, para gerar o choque semântico que, por sua vez, suscita a centelha de sentido da metáfora. Por conseguinte, a semelhança implica uma aproximação que transgride a diferença lógica entre predicados semânticos distintos (...) a metáfora encontra uma semelhança, até então desconhecida, entre eles, ou seja, constrói uma nova pertinência semântica no seio da impertinência detectada» (*idem*: 118-119).

Chave da inovação linguística, da extensão dos sentidos do mundo, a atribuição metafórica é predicativa e estrutura-se a partir do choque entre o dissemelhante, o que significa que as virtualidades metafóricas da linguagem são sintéticas, unindo predicados heterogêneos, permitindo escapar à tautológica e analítica reiteração do mesmo, e assim produzindo a extensão do universo dos sentidos possíveis¹⁸.

Deste modo, a minha segunda sugestão é de que a riqueza da palavra depende da imagem e que, conseqüentemente, devemos procurar escutar essas imagens que trabalham por dentro das palavras tornando-as vivas.

Referências bibliográficas

- Ackerman, Diane (1998), *Uma História Natural dos Sentidos*, Lisboa: Ed. Temas e Debates.
- Aristóteles (1998), *Retórica*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Aumont, Jacques (1992), *La Imagen*, Barcelona: Ed. Paidós.
- Barbosa, Pedro (2002), *Arte, Comunicação & Semiótica*, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Barthes, Roland (1964), *Elementos de Semiologia*, col. Signos, Lisboa: Edições 70.
- Correia, Carlos João (1999) *Ricoeur e a Expressão Simbólica do Sentido*, Lisboa: col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Eco, Umberto (1973), *O Símbo*, Lisboa: col. Biblioteca de Textos Universitários, Editorial Presença.
- Fernandez, Emilio Garcia *et alii* (2000), *Historia general de la imagen*, Madrid: Universidad Europea, CEES Ediciones .
- Fidalgo, António (1995), *Semiótica, A Lógica da Comunicação*, Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Fisch, Max (1986), *Peirce, Semiotic and Pragmatism*, Bloomington: Indiana University Press.

¹⁸ «A semelhança consiste na identificação paradoxal de planos semânticos distintos. Esta identificação, no caso a enunciação metafórica, é de ordem predicativa, na medida em que se constitui uma relação de pertença entre predicados diferentes, no âmbito da frase. (...) Deste modo, o confronto súbito entre planos diferentes promove um choque, um abalo na interpretação lógica da frase. Subitamente dois “entes” distintos são identificados; se houvesse uma aproximação lenta, prolongada, entre eles não existiria “choque”, na medida em que o conflito seria mediatizado. A discriminação dos seus elementos anularia o poder metafórico da linguagem, na medida em que a diferença seria sempre a explicitação controlada de um mesmo. Ora, quando se explicita o mesmo não se inova, apenas se clarifica e se analisa determinada realidade. A explanação conceptual não se confunde com a capacidade de criação de sentido a linguagem metafórica» (*idem*: 120).

- Francastel, Pierre (1983), *A Imagem, a Visão e a Imaginação*, Lisboa: Edições 70.
- Gauthier, Guy (1996), *Veinte lecciones sobre la imagen y el sentido*, Madrid: Ediciones Cátedra.
- Gombrich E. H. (1982), *The Image & The Eye – Further studies in the psychology of pictorial representation*, London: Phaidon Press.
- Guthrie, W. K. C. (1962), *A History of Greek Philosophy*, Cambridge: Cambridge University Press, UK.
- Guthrie, W.K.C. (1987), *Os Filósofos Gregos de Tales a Aristóteles*, Lisboa: Presença.
- Joly, Martine (1994) *L'Image et les signes – Approche semiologique de l'image fixe*, Paris: Éditions Nathan.
- Koyre, Alexandre (1966), *Introdução à leitura de Platão*, Lisboa: Biblioteca de Textos Universitários, Editorial Presença/MartinsFontes.
- Lacey, Nick (1998), *Image and Representation – Keyconcepts in Media Studies*, UK: Palgrave.
- Lavaud, Laurent (1999), *L'Image*, Paris: Flammarion.
- Martinet, Jeanne (1974), *Chaves para a Semiologia*, Lisboa: col. Universidade Moderna, Publicações D. Quixote.
- Melo, Adélio *Categorias e Objectos – Inquérito Semiótico Transcendental*, Lisboa: sd, col. Estudos Gerais, Série Universitária, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Murphy, John (1993), *O Pragmatismo – De Peirce a Davidson*, Porto: col. Argumentos, Edições Asa.
- Peirce, Charles Sanders *Collected Papers*, vols. 1-8, ed. Hartshorne, Charles; Weiss, Paul; Burks, William, 1931-1958, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts; Electronic Edition by Intelix Corporation, Charlottesville.
- Penedos, Álvaro dos (1984), *Introdução aos Pré-Socráticos*, Porto: col. Filosofia, Rés Editora.
- Perelman, Chaim O *Império Retórico*, Porto: Edições Asa, Porto.
- Peters, F. E. (1967), *Termos Filosóficos Gregos – Um léxico histórico*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Platão (1997), *Letter VII, Complete Works*, ed. John Cooper, Hackett Publishing Company, Indianapolis, pp. 1646-1667.
- Platão, *A República*, em especial Livro VII, Alegoria da Caverna, pp. 317-362, trad. Maria Helena da Rocha Pereira, 5.ª ed., s/d, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Saussure, Ferdinand de (1999), *Curso de Linguística Geral*, 8.ª ed., Lisboa: D. Quixote.
- Silva, José Manuel (2005), *Poder da Imagem: do emblemático ao Semiótico*, Covilhã, edição policopiada.
- Tomás, João de S. (2001), *Tratado dos Signos*, Lisboa: INCM.
- Vattimo, Gianni (1992), *A Sociedade Transparente*, Lisboa: col. Antropos, Relógio d'Água.

A difícil arte de perguntar: aporias e apostas da redacção do questionário para inquérito sociológico

Albertino Gonçalves*

Resumo

O ofício de sociólogo requer a porfia do rigor num meandro de incertezas. Sem resguardo científico ou técnico para as aporias que o perseguem, cumpre ao sociólogo apostar, passo a passo, em soluções contingentes. Esta sina acompanha-o, inclusivamente, nas operações mais rotineiras, padronizadas e até validadas. São abordados neste artigo os casos da linguagem e da sequência das perguntas na redacção de um questionário para inquérito sociológico, cujos riscos e perversidades nem sempre se vislumbram e ainda menos se previnem.

Palavras-chave: inquérito, questionário, linguagem, sequência, incerteza, aporias, apostas

Prólogo: Um rio de incertezas

Saibamos, portanto, até onde podemos ir (...) Demasiado ruído ensurdece-nos, demasiada luz ofusca-nos, demasiada distância e demasiada proximidade impedem-nos de ver (...). Eis a nossa verdadeira condição. É o que nos torna incapazes de saber com certeza e de ignorar absolutamente. Vogamos num meio vasto, sempre incertos e flutuantes, atirados de um lado para o outro. Seja qual for o termo em que nos pensemos fixar e firmar, ele oscila e deixa-nos.

(Pascal, 1998: 37-38)¹

* Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho. albertinog@netcabo.pt

¹ Blaise Pascal figura entre os grandes génios da humanidade. Distinguiu-se, entre outras áreas, na física, na matemática, na lógica, na teologia e na filosofia. Fascinou muitos sociólogos, entre os quais Lucien Goldman (1955) e Henri Lefebvre (1949-1954). Um dos últimos livros de Pierre Bourdieu intitula-se *Meditações Pascalianas* (1998). Esta exposição pretende ser uma homenagem a Pascal, recorrendo, para isso, recorrentemente aos seus *Pensamentos* (1998). Articula, assim, três registos: o mais imediato remete para o objecto, ou seja, a redacção do questionário para inquérito sociológico; o segundo prende-se com o objectivo, o esboço de algumas ilações sobre o ofício de sociólogo; o terceiro convoca Pascal e os seus

Seria tentador começar esta lição² com a constatação de que o inquérito por questionário é habitualmente encarado como uma das ferramentas mais rigorosas e objectivas ao dispor dos sociólogos. A argumentação desenrolar-se-ia, em seguida, como uma desmontagem desta crença do senso comum sábio. Afigura-se-me, porém, que, nos tempos que correm, apenas alguns críticos da técnica do inquérito acreditam em tamanha ingenuidade por parte dos seus mentores e utilizadores. A infalibilidade do inquérito há muito que não é, se é que alguma vez o foi, ponto assente no campo da sociologia, e muito menos na sua prática. As primeiras avaliações críticas remontam ao segundo quartel do século XX e provêm, precisamente, dos seus próprios utilizadores. Ocorrem-me, por exemplo, autores como Paul Lazarsfeld, que empreendeu, nos anos vinte, um estudo sobre os desempregados de Marienthal (1981), ou Samuel Stouffer, responsável, no início dos anos 40, pelo clássico *The American Soldier* (1949).

Muitas críticas iluminadas correm o risco de aturdir os sentidos, não apenas de quem as profere, mas também de quem as adopta, designadamente os aprendizes de Sociologia, induzidos a exorcizar ritualmente uma ferramenta que, pesem os seus defeitos e limites, encerra virtudes e potencialidades, desde que criteriosamente aplicada. Aliás, como todas as ferramentas. É certo que há quem acredite na infalibilidade dos resultados facultados pelos inquéritos. Para esse “efeito de rigor”, concorre toda uma liturgia objectivista, armada de uma parafernália de protocolos, modelos, gráficos, tabelas e números. Mas estes artifícios de cientificidade iludem mais os consumidores do que os produtores de inquéritos.

Para esta lição, decidi optar por uma postura e um propósito que se manifestam, à partida, algo difíceis e até paradoxais. O questionário para inquérito sociológico é uma ferramenta que utilizo há muitos anos, que penso continuar a utilizar, e que não me inibo, em determinados contextos, de advogar e recomendar. Criticá-lo no seu próprio âmago releva de um exercício eivado de reflexividade. A crítica é assim, em larga medida, autocrítica.

O que pretendo demonstrar resume-se ao seguinte: pelas características intrínsecas do inquérito por questionário, os seus resultados comportam sempre um coeficiente desconhecido de incerteza. O rigor é sempre um rigor possível. Atendo-me, nesta argumentação, à redacção do questionário, defendo que esta comporta problemas que não têm equação científica cabal e que constituem, deste modo, aporias. Se não quiser partilhar o destino do asno de Buridan, morto de fome no meio da ponte, o sociólogo, confrontado com semelhantes soluções improváveis, é levado, tal como Pascal perante o *Deus absconditus* (1998: 86), a apostar. A apostar, movido, não apenas por critérios meramente lógicos ou científicos, mas também, e fatalmente, por um gesto de fé. Repare-se, no entanto, que sustentar que durante a redacção de um questionário sobrevêm problemas cuja decisão requer uma aposta não significa, de modo algum, que a competência científica se torna dispensável. Pode não ser suficiente, mas, nem por isso, deixa de ser necessária. Assinale-se,

Pensamentos, que, à semelhança de um coro grego, compassam todo o argumento. O conjunto dispõe-se, fatalmente, como uma tragédia, por sinal, “em três actos”.

² Este artigo corresponde a uma versão da lição apresentada em provas de agregação em Sociologia, na Universidade do Minho, em Junho de 2005.

de passagem, que é tarefa fácil ajuizar se um dado questionário foi ou não redigido por um mestre no ofício, a não ser mais pela profusão de erros técnicos.

Encetemos a argumentação. Diz-nos Pascal que «a última coisa que se acha ao fazer uma obra é saber o que se deve pôr primeiro» (1998: 19). Começemos, pois, por um desvio, a ver se chegamos a algum porto.

Antes de discorrer sobre as aporias e as incertezas inerentes à redacção do questionário, convém interrogarmo-nos, sucintamente e ao jeito de Erving Goffman (1973; 1974), sobre o que se passa quando alguém responde a um questionário.

O preenchimento do questionário releva de uma situação de interacção social que implica um prévio, e na maioria dos casos tácito, “contrato de comunicação”. Importa acordar as regras e os papéis, bem como os objectivos, o quadro, as modalidades e a sequência da acção. Uma vez que a cooperação do entrevistado é incontornável, este precisa de saber: quem lhe pede o quê? Para quê? Porquê a ele? Em que termos?... Por outras palavras, o que pode esperar e a que se compromete. Em conformidade com este “contrato”, que subentende um “princípio de cooperação”, o entrevistado *aceita (cor)responder ao questionário nos moldes em que este lhe é apresentado*. Nesta base, raramente ocorre uma ruptura de comunicação durante o preenchimento do questionário. «Assim (e caricaturando um pouco) poder-se-á dizer que na relação entrevistador-entrevistado, apenas a obtenção da anuência inicial, do “sim” que introduz a cooperação, é importante. O resto, a resposta às perguntas, é uma questão de mecânica... ou quase» (Ghiglione, 1987: 133). O entrevistado tende a adoptar uma postura de adaptação ao questionário, nem que para tal tenha que dispensar algum esforço e socorrer-se de alguma flexibilidade. Ambos, entrevistador e entrevistado, estão empenhados em salvar faces: a própria e a do interlocutor.

Esta configuração da situação de entrevista para inquérito sociológico não levantaria problema se o acto de perguntar fosse inócuo. Mas o questionário está sempre imbuído de pressupostos. Cada pergunta propõe, ao entrevistado, um mundo pré-formatado de respostas possíveis. Um mundo arbitrário e relativo. Resulta sempre possível colocar as perguntas de outra feição, cada alternativa facultando espectros distintos de respostas possíveis, logo resultados diversos. Uma pergunta comporta uma “di-visão” (Bourdieu, 1980) particular da realidade. Aberta ou fechada, ela delimita e configura as respostas. Cabe ao entrevistado lidar com estas pré-construções, poupando-as, na medida do possível, a eventuais críticas e desmontagens. Cumpre, assim, o seu papel e, fazendo-o, concorre para um efeito de validação do questionário.

Muitas ferramentas são não só ratificadas mas também rectificadas pela prática, aquando da sua aplicação. Pode nem sempre ser esta a sina do questionário para inquérito sociológico, cuja aplicação pode funcionar, perversamente, como uma caixa de ressonância de erros. Pelo menos, do ponto de vista aqui considerado. E como cada pergunta incorpora um caldo insuspeito de pressupostos, pode não ser líquido destrinçar o que há de nós e o que pertence aos entrevistados nas “suas” respostas. Nesta, como em muitas ocasiões, o rio da incerteza corre fundo dentro de nós. Mas é neste rio que nos banhamos quando promovemos um inquérito.

Que fazer para minorar o problema? Como vimos, não é de esperar que sejam os entrevistados a corrigir as ilusões e as rugosidades do sociólogo. Há quem recomende que este se vigie, se dispa da ganga ideológica, virando sobre si as ferramentas que aplica aos outros (Bourdieu *et al.*, 2002). A contracorrente da ênfase actual nos prodígios desta espécie de auto-sócio-análise, entendo que o sociólogo se aproxima, com maior facilidade e lucidez, da consciência dos seus limites abrindo-se à crítica dos outros do que compenetrando-se numa pretensa reflexividade penitente. A assunção da imperfeição e da opacidade, do autor e da obra, talvez seja um bom ponto de partida, e a perspicácia dos outros, uma óptima companhia.

Acto I: Perversidades da ordem

As palavras dispostas de maneira diferente dão um sentido diferente, e os sentidos dispostos de maneira diferente dão efeitos diferentes.

(Pascal, 1998: 20)

O questionário é composto por sequências de perguntas, de itens e de sentidos, o busílis residindo na evidência pascaliana de que a sua disposição não é isenta de efeitos.

São inúmeros os problemas relativos à ordem das perguntas num questionário. Vamo-nos cingir a apenas dois, ambos elucidativos da impotência do sociólogo em lhes aportar uma solução cabal:

- o efeito de halo, ou de contágio, entre perguntas;
- a sequência das opções de resposta nas questões fechadas.

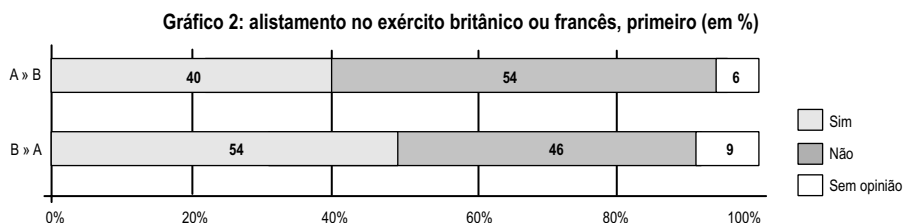
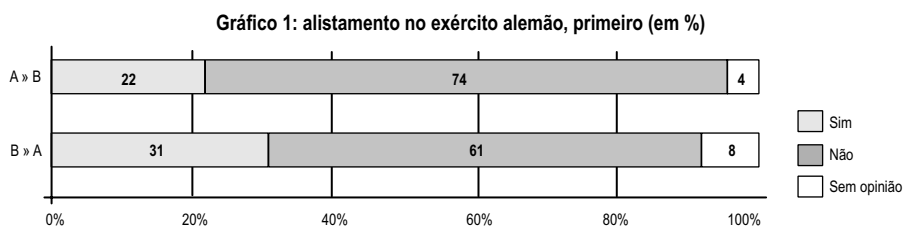
Sabe-se que a resposta a uma pergunta pode ser influenciada pelo rasto das antecedentes ou pela previsão das seguintes. Por vários motivos: lógicos, axiológicos, afectivos, emotivos... Tanto se tem escrito sobre este risco, que dispenso demorar-me sobre os seus contornos. Limitar-me-ei a comentar dois ou três exemplos particularmente esclarecedores, para retirar, depois, algumas ilações acerca das contingências da arte de perguntar.

Os autores de questionários preocuparam-se, desde muito cedo, com as implicações do ordenamento das perguntas. Promoveram, inclusivamente, experiências quase replicando a administração de questionários alternativos para comparação dos respectivos resultados. Uma experiência clássica remonta à Segunda Grande Guerra, antes da entrada dos Estados Unidos no conflito (Rugg & Cantril, 1944). O questionário incluía as seguintes perguntas:

A – Pensa que os Estados Unidos devem autorizar os cidadãos americanos a alistar-se no exército alemão?

B – Pensa que os Estados Unidos devem autorizar os cidadãos americanos a alistar-se no exército britânico ou francês?

Comprovou-se que a distribuição das respostas diferia consoante a pergunta que era colocada em primeiro lugar (ver gráficos 1 e 2).



Quando a pergunta respeitante ao exército alemão precede, a proporção de respostas negativas aumenta, independentemente do alistamento considerado: treze pontos percentuais no caso do exército alemão, oito no caso do exército britânico ou francês.

Este é o exemplo de efeito de contágio mais célebre na literatura técnica da Sociologia. Mas podíamos multiplicar os exemplos. Todos alertam para a probabilidade deste efeito entre perguntas ou grupos de perguntas. Sabe-se, ainda, que a sua incidência varia consoante os entrevistados, mormente o seu grau de instrução (Schuman & Presser, 1996: 30-31). Uma complicação adicional a não descurar, uma vez que a maioria dos inquiridos abrange populações heterogêneas.

Que reter deste relance? Existem sempre riscos de contágio num questionário. Os sociólogos conhecem, aliás, vários procedimentos para os contornar ou minimizar. Não se sabe, contudo, ao certo, na redacção de um questionário concreto, onde, como e até que ponto podem sobrevir esses efeitos de contágio. Menos se sabe, ainda, sobre o modo como variam consoante os inquiridos. Nestas circunstâncias, cumpre-nos fazer o possível, e apostar no resto!

Na redacção de um questionário, é preciso ordenar as opções de resposta previstas nas questões fechadas. Também aqui se insinuam efeitos perversos. Na maioria dos casos, a primeira modalidade de resposta a aparecer resulta mais atraente, mas os favores podem recair sobre a última ou sobre a intermédia. Embora com intensidade variável, podem até repartir-se pelas três posições. Uma longa tradição de estudos confirma este leque de tendências.

A atracção pelas opções de resposta que surgem em primeiro lugar parece explicar, por exemplo, o facto «de, questionados sobre o nível de rendimento, os inquiridos tenderem a escolher categorias mais baixas quando o escalonamento é ascendente do que quando é descendente» (Foddy, 1996: 7). Mas esta primazia não constitui uma regra. Os exemplos seguintes mostram-nos quanto o problema é complexo.

No primeiro caso, relativo à obtenção do divórcio (Schuman & Presser, 1996: 65), é a última opção de resposta que resulta beneficiada (ver Quadro 1).

Quadro 1: Distribuição dos resultados segundo duas sequências alternativas de opções de resposta

VERSÕES DA PERGUNTA	Mais fácil	Mais difícil	Manter-se	Totais (n)
A obtenção do divórcio neste país devia ser <i>mais fácil</i> , ser <i>mais difícil</i> ou <u>manter-se como está</u> ?	22,6	36,2	41,2	464
A obtenção do divórcio neste país devia ser <i>mais fácil</i> , <i>manter-se como está</i> ou <u>ser mais difícil</u> ?	25,6	45,7	28,8	219

Qui²=10,28

p<,01

Fonte: Schuman & Presser, 1996: 65

No segundo caso, respeitante aos problemas do país, não se verifica uma relação significativa entre a posição das opções de resposta e os resultados obtidos. No Quadro 2, as oscilações observadas nas cinco versões (ver caixa) não desenham um padrão de distorção claro.

<p><i>Pergunta:</i> <i>Da seguinte lista, qual é, na sua opinião, o problema mais importante com que se debate actualmente o país?</i></p> <p>A – O crime e a violência B – A subida dos preços C – A falta de empregos D – A baixa qualidade dos dirigentes políticos E – A quebra da moralidade na população em geral. (Schuman & Presser, 1996: 63)</p>

Quadro 2: Distribuição dos resultados segundo cinco sequências alternativas de opções de resposta

Alternativas	Sequência das alternativas				
	ABCDE	BCDEA	CDEAB	DEABC	EABCD
A. O crime e a violência	16,8	14,8	17,8	21,6	25,2
B. A subida dos preços	22,1	28,7	21,2	13,8	15,1
C. A falta de empregos	31,0	29,5	36,4	36,2	31,1
D. A baixa qualidade dos dirigentes políticos	15,9	7,4	10,2	8,6	12,6
E. A quebra da moralidade na população	14,2	19,7	14,4	19,8	16,0
Totais	100,0 (110)	100,0 (120)	100,0 (122)	100,0 (114)	100,0 (124)

Qui²=21,07;

p>,05

Fonte: Schuman & Presser, 1996: 63

Estas experiências alertam-nos para o problema, mas pouco nos ajudam na sua resolução, ou seja, não aliviam as incógnitas associadas à disposição concreta de uma dada pergunta. Resulta alguma opção de resposta inflacionada? Qual ou quais? A primeira, a última, a central? Até que ponto? Com que flutuações consoante as diversas categorias de entrevistados? Tudo indica que isso depende das perguntas, dos itens e dos entrevistados. Quem quiser realizar um inquérito não tem maneira de se furtar a esta valsa de eventualidades³.

Acto II: Medir com palavras

Um mesmo sentido muda consoante as palavras que o exprimem. Os sentidos recebem das palavras a sua dignidade, em vez de lha darem a elas.

(Pascal, 1998: 28)

Um questionário veicula pressupostos e obedece a uma ordem. Mas é, antes de mais, composto por palavras. Um dos propósitos mais originais do inquérito consiste, precisamente, em “medir com palavras” (Juan, 1999: 159). Mas, como sublinha Pascal, nunca se deve subestimar a força das palavras.

A substituição, num questionário, de uma mera palavra ou expressão por outra sinónima ou similar pode acarretar consequências insuspeitas ao nível das respostas. O caso mais comentado refere-se às palavras *proibir* e *permitir*, cujo uso alternativo deveria, logicamente, proporcionar distribuições inversas ao nível dos resultados. Atente-se no seguinte exemplo datado dos anos 1940:

Quadro 3: Resultados de uma experiência com as palavras *proibir* e *permitir* como alternativas

VERSÕES DA PERGUNTA	Sim	Não	Totais
Pensa que os Estados Unidos deviam <i>proibir</i> discursos públicos contra a democracia?	54	46	100
Pensa que os Estados Unidos deviam <i>permitir</i> discursos públicos contra a democracia?	75	25	100

Fonte: Rugg, 1941

É difícil encontrar uma equação lógica para estes resultados: 75% dos inquiridos estimam que os discursos públicos contra a democracia deviam ser permitidos, mas, por outro lado, 54% consideram que deviam ser proibidos! Além da eventual atracção pela resposta positiva (*sim*), há a considerar uma provável reacção alérgica à palavra

³ Para azar dos sociólogos, muitos outros aspectos inerentes à redacção do questionário são fonte de perplexidades homólogas. Por exemplo, a atracção pela resposta positiva, as reacções de conformidade e as respostas de fachada.

proibir. Mas passemos a um segundo exemplo com palavras aparentemente menos conotadas: *sair* e *ficar*. Num estudo sobre as respostas a diferentes formulações de uma pergunta destinada a medir, em 1975, a atitude dos Britânicos face à adesão ao Mercado Comum Europeu, constatou-se que «enquanto a formulação: “Você aceita a recomendação do Governo de que o Reino Unido *deve sair* do Mercado Comum?” registou uma diferença de 0,2% entre as posições “a favor” e “contra”, a formulação: “Você aceita a recomendação do Governo de que o Reino Unido *deve ficar* no Mercado Comum?” a diferença entre respostas “a favor” e “contra” foi de 18,2%» (Foddy, 1996: 5). Neste caso, a discrepância observada poderá derivar de conotações relacionadas com a inércia.

As palavras comportam sentidos e emoções díspares, impossíveis de controlar na íntegra. Como escreve Mikhail Bakhtin (1977: 144), «a multiplicidade de significações é o índice que faz de uma palavra uma palavra... De outro modo não seria uma palavra... mas tão-somente um sinal». O que nos remete para a tão crucial quanto delicada questão da polissemia. Nesta lição, optei, porém, por não abordar especificamente os desafios e os problemas atinentes à polissemia. Esta justificaria, por si só, uma outra lição. Esta questão não deixa, no entanto, de estar latente no próximo acto.

Acto III: Ao Encontro de Babel

Não somente olhamos as coisas por outros lados, mas com outros olhos. Impossível encontrá-las iguais.

(Pascal, 1998: 63)

Devíamos ter começado, e não acabar, com este terceiro e último acto, dedicado ao problema genérico da linguagem, com certeza o mais decisivo para o assunto que nos (pre)ocupa.

Para Ferdinand de Saussure (1978), o que caracteriza um signo, uma palavra, é o seu valor, que não se define substantivamente, mas pela teia das relações possíveis numa constelação de sentidos. As palavras *time* e tempo não têm, nas respectivas línguas, o mesmo valor. A palavra portuguesa *tempo* engloba as vertentes cronológica e meteorológica enquanto a inglesa *time* só contempla a primeira, a segunda cabendo à palavra *weather*. Saussure sustenta, ainda, que a língua participa na construção da realidade. Assim sendo, línguas diferentes configuram visões do mundo diferentes.

Para Bakhtin, um dos primeiros críticos consequentes de Saussure, as propostas do *Curso de Linguística Geral* padecem de “objectivismo abstracto” e de monologismo (Bakhtine, 1977). A língua não é um sistema fixo e homogéneo, mas um viveiro dinâmico e plural, dialéctico. A polifonia e o plurilinguismo, conceitos propostos por Bakhtin, são realidades constitutivas de qualquer língua, a menos que se trate de uma língua morta. Uma língua alberga várias línguas, vários sociolectos, e uma sociedade abriga uma “pluralidade de mundos” e de visões do mundo (Bakhtine, 1970: 45).

Brincando com o português, à maneira de Mia Couto, pode-se avançar que uma língua permite diversos modos de a “linguajar”, alguns porventura em conflito. O burguês e o operário, o urbano e o rural, o minhoto e o transmontano, embora falando todos português, “não falam todos a mesma língua”. Muda o valor das palavras, bem como a visão do mundo subjacente. O que não deixa de se aplicar, também, às perguntas e às palavras de um questionário.

Um inquérito consiste numa interrogação sistemática a uma amostra de indivíduos com um objectivo de generalização (Ghiglione & Matalon, 1978: 11). Acontece que, na maioria dos casos, a população a estudar é heterogénea, do ponto de vista social e linguístico. Deparamo-nos, nestas condições, com uma missão complicada. A interrogação sistemática exige que se coloque exactamente a mesma pergunta a todos os entrevistados visados. O que requer que cada pergunta, termo a termo e no conjunto, «não somente seja compreendida, mas compreendida por todos da mesma maneira» (Ghiglione & Matalon, 1978: 109). A heterogeneidade linguística da população torna este desígnio pouco provável. Cada entrevistado interpreta as perguntas a seu modo, mediante a linguagem e a visão do mundo que o caracterizam.

Tive o ensejo de comprovar este risco de multiplicidade de interpretações aquando da aplicação de um questionário relativo à opinião dos residentes acerca dos emigrantes (Gonçalves, 1996). Pedia-se aos entrevistados para se pronunciarem sobre o seguinte juízo: “as casas dos emigrantes destoam da paisagem”. Concordou com esta sentença a maioria dos membros das novas classes médias com estudos médios e superiores. Mas também concordou uma parte apreciável dos pequenos patrões, artesãos e comerciantes, o que representava um resultado anómalo, inesperado. Entrevistas posteriores revelaram que se estava, na realidade, perante duas interpretações, por sinal opostas, da mesma pergunta. Os membros das novas classes médias interpretaram a frase tal como tinha sido projectado: as casas dos emigrantes destoam da paisagem porque a descaracterizam, o defeito residindo nas casas e não na paisagem. Por sua vez, os pequenos patrões, artesãos e comerciantes interpretaram-na de uma forma imprevista: as casas dos emigrantes destoam porque “são bonitas demais para paisagens tão feias”, ou porque representam um investimento desproporcionado em relação ao valor dos locais, o defeito deslocando-se, agora, para a paisagem. Mal-entendidos como este não são, desafortunadamente, uma excepção. Só que nem sempre nos damos conta da sua ocorrência.

Quando uma pergunta é interpretada de modo diverso pelos entrevistados, então estes não respondem, de facto, à mesma pergunta, mas a perguntas distintas. Desmorona-se, assim, um dos principais pré-requisitos do inquérito: a interrogação sistemática, ou seja, a exigência de todos responderem às mesmas perguntas. Nestas circunstâncias perde, inclusivamente, algum sentido a categorização posterior das respostas, fatalmente ferida de confusão e desajuste.

Epílogo: A aposta

“Deus existe ou não existe.” Mas para que lado nos vamos inclinar? A razão nada pode determinar. Há um caos infinito que nos separa [de Deus]. Joga-se um jogo no extremo desta distância infinita, onde surgirão cruces ou cunhos. Que apostareis? Pelo raciocínio, não podeis apostar num nem noutra. Pelo raciocínio, não podeis rejeitar nenhum dos dois... Sim, mas é preciso apostar.
(Pascal, 1998: 104)

Assim escreve Pascal, confrontado com o problema, insolúvel, da prova da existência de Deus.

Se quisermos continuar a fazer inquéritos, acreditando nas suas potencialidades, também temos que apostar. Quando a ciência e a técnica, a lógica e a razão, não bastam, resta-nos apostar. Somos, deste modo, compelidos a convocar outros coadjuvantes para a decisão, tais como, por exemplo, a experiência e a intuição.

Vários sociólogos, entre os quais Max Weber (1944) e Vilfredo Pareto (1968), procuraram equacionar os contornos não racionais da acção humana. Hoje em dia, apregoa-se a inteligência emocional. Pascal fala do “coração”: «O último passo da razão consiste em reconhecer que há uma infinidade de coisas que a excedem... O coração tem as suas razões que a razão desconhece... É o coração que sente Deus, e não a razão. Eis o que é a fé... Conhecemos a verdade, não somente pela razão, mas ainda pelo coração» (Pascal, 1998: 119-121). Tal como Pascal, incerto perante o Deus escondido, quando nos aventuramos num inquérito e redigimos um questionário, temos frequentemente que apostar, com a razão e o coração, e alguma fé na obra.

Na hora de concluir esta lição, interrogo-me sobre os seus objectivos e as ideias que procurei partilhar. De que constou? Das aporias da redacção do questionário para inquérito sociológico? Dos pensamentos de Pascal? De uma reflexão epistemológica sobre as contingências do ofício de sociólogo? No livro *A Alma e as Formas*, o jovem Georgy Lukacs (1974) define o ensaio como a arte de, a pretexto de um tema, porventura secundário, discorrer sobre o essencial. O propósito do ensaio não radica tanto em dar respostas como em levantar questões, até porque releva mais «de uma maneira de sentir a vida e os seus problemas do que de uma doutrina a propagar» (Goldman, 1959: 250). Talvez esta lição, sob a forma de uma “tragédia”, não tenha passado, clara e deliberadamente, de um ensaio.

Referências bibliográficas

- Bakhtine, M. (1970), *La Poétique de Dostoievski*, Paris, Editions du Seuil.
- Bakhtine, M. (1977), *Le Marxisme et la philosophie du langage*, Paris, Les Editions de Minuit. Edição original: 1929.
- Bakhtine, M. (1978), *Esthétique et théorie du roman*, Paris, Éditions Gallimard. Edição original: 1975.
- Bourdieu (1980), “L’identité et la représentation. Eléments pour une réflexion critique sur l’idée de région”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 35, pp. 63-72.

- Bourdieu, P. (1998), *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta Editora. Ed. original: 1997.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C. & Passeron, J.-C. (2002), *A Profissão de Sociólogo*, Petrópolis, Vozes. Edição original: 1968.
- Foddy, W. (1996), *Como Perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta. Edição original: 1993.
- Ghiglione, R. (1987), «Questionner», in Blanchet, R., Ghiglione, R., Massonnat, J. & Trognon, *Les Techniques d'enquête en sciences sociales*, Paris, Dunod, pp. 127-182.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1978), *Les Enquêtes sociologiques: Théories et pratiques*, Paris, Armand Colin.
- Goffman, E. (1973), *La Mise en scène de la vie quotidienne: 1. la présentation de soi*, Paris, Minuit, Edição original: 1959.
- Goffman, E. (1974), *Les Rites d'interaction*, Paris, Minuit. Edição original: 1967.
- Goldman, L. (1955), *Le Dieu caché*, Paris, Éditions Gallimard.
- Goldman, L. (1959), *Recherches dialectiques*, Paris, Éditions Gallimard.
- Gonçalves, A. (1996), *Imagens e Clivagens. Os residentes face aos emigrantes*, Porto, Edições Afrontamento.
- Juan, S. (1999), *Méthodes de recherche en sciences sociohumaines*, Paris, PUF.
- Lazarsfeld, P. (1970), *Philosophie des sciences sociales*, Paris, Éditions Gallimard.
- Lazarsfeld, P., Jahoda, M. & Zeisel, H. (1981), *Les Chômeurs de Marienthal*, Paris, Éditions de Minuit. Edição original: 1932.
- Lefebvre, H. (1949-1954), *Pascal*, Paris, Nagel, 2 vols.
- Lukacs, G. (1974), *L'Âme et les formes*, Paris, Éditions Gallimard. Edição original: 1910.
- Pareto, V. (1968), *Traité de sociologie générale. Oeuvres complètes. T. XII*, Genève, Droz. Edição original: 1916.
- Pascal, B. (1998), *Pensamentos*, Mem Martins, Publicações Europa-América. Edição original: 1670.
- Rugg, D. (1941), "Experiments in wording questions II", *Public Opinion Quarterly*, 5, pp. 91-92.
- Rugg, D. & Cantril, H. (1944), "The wording of questions", in Cantril, H., *Gauging Public Opinion*, Princeton, Princeton University Press.
- Saussure, F. (1978), *Cours de linguistique générale*, Paris, Payot. Edição original: 1915.
- Schuman, H. & Presser, S. (1996), *Questions & Answers in Attitude Survey. Experiments on Question Form, Working, and Context*, Thousand Oaks/London/New Delhi, Sage Publications.
- Stouffer, S. A., Schuman, E. A., DeViney, L. C., Star, S. A. & Williams, R. M. Jr. (eds.) (1949), *The American Soldier: Adjustment during Army Life*, Princeton, Princeton University Press.
- Weber, M. (1944), *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, Mexico, Fondo de Cultura Económica. Edição original: 1922.

IV. Leituras e reflexões

Leitura do livro organizado por Gustavo Cardoso e Rita Espanha, *Comunicação e Jornalismo na Era da Informação* (Porto, Campo das Letras: 2006)

Felisbela Lopes*

Na contracapa escreve-se que «o objectivo deste livro é discutir o que caracteriza o(s) modelo(s) comunicacionais presente(s) (...), compilando os resultados de diversas pesquisas que foram sendo desenvolvidas no quadro do Mestrado de Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação do ISCTE e da Pós-graduação em Jornalismo ESCS/ISCTE». Para esse “estudo da arte” da comunicação e do jornalismo, contribuíram Gustavo Cardoso, Rita Espanha, Daniela Santiago, Eduardo Cintra Torres, Tânia Soares, Susana Santos, Tânia Cardoso, Carlos Cunha, Pedro Pereira Neto, José Pedro Castanheira, Isabel Resende, Luís Proença, Artur Cassiano e Inês Pereira.

O título “revalidar a teoria dos *media events*” aponta-nos para o decalque das propostas de Daniel Dayan e de Elihu Katz, mas Eduardo Cintra Torres vai muito mais além daquilo que escreveram os autores de *La Télévision cérémonielle*. O investigador português procura «historizar a teoria das cerimónias mediáticas retrospectivamente, a períodos anteriores à TV e outros *mass media*» (p. 98). E fá-lo com grande acutilância, invocando períodos recuados da História e desafiando o leitor a estudar certos acontecimentos à luz da teoria dos eventos cerimoniais (p. 101). Na parte final do seu artigo, Eduardo Cintra Torres pensa esta teoria à luz da sociedade mediática que é a nossa, em que «todas as oportunidades para “eventos” em directo são aproveitadas» (p. 109). O investigador fala mesmo em “eventos privados”, aqueles que o canal promove para a respectiva audiência (p. 109), mas, como também se acrescenta a seguir, essa «banalização do conceito de evento no seio da indústria cultural televisiva não deve arrastar consigo a diluição do conceito de *media event*» (p. 112). O que exigirá certamente uma renovação vocabular. Eduardo Cintra Torres sugere que se substitua a designação de *media events*/cerimónias televisivas por “cerimónias mediatizadas” (p. 112).

Sigamos, em seguida, para o artigo com o título que se nos afigura mais sugestivo: “A representação da ameaça terrorista na TV portuguesa e o Euro 2004”. Os autores (Susana Santos, Tânia Cardoso, Carlos Cunha e Gustavo Cardoso) escrevem que o seu principal objectivo foi «percepcionar como é que o 11 de Março teve influência na agenda noticiosa do Euro 2004 em Portugal, e se esse acontecimento no país vizinho contribuiu para um aumento das percepções de risco e de ameaça terrorista veiculadas pela TV portuguesa» (p. 157). A competição desportiva foi o enfoque central do Euro 2004, mas em Março (mês dos atentados terroristas de Madrid) 60,6% do total as notícias que falaram deste assunto fizeram-no através de um enquadramento onde

* Centro de Estudos Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho. felisbela@ics.uminho.pt

se destacavam as questões de insegurança e a ameaça terrorista (p. 160). As fontes de informação foram outro dos vectores em análise. Tratando-se de um evento desportivo, poder-se-ia pensar que os actores do campo futebolístico emergiram naturalmente nas diversas cenas televisivas. Em Março de 2004, os jornalistas preferiram dar a palavra aos políticos, o que é justificado pelos investigadores «não só pela tomada de posição do governo português face aos atentados de Madrid e às possíveis repercussões no plano de segurança interna, mas também pela divulgação e preparação junto do público do próprio evento» (p. 164). Sem que o terrorismo seja «uma condição estrutural da nossa sociedade», o certo é que «a ideia de risco de ameaça terrorista» esteve presente numa parte significativa das peças televisivas relacionadas com o Euro 2004 (p. 170), particularmente aquelas que foram “construídas” em Março de 2004. Tal significa que os atentados de Madrid (que se desenrolaram no plano do real) exerceram uma influência (negativa) nas notícias que antecipavam o Campeonato Europeu de Futebol a realizar em Portugal (construção social da realidade).

Apesar de nem sempre reportar o mais relevante, a televisão pode ter um papel importante no reconforto daqueles que são afectados pelas tragédias humanas. Esta é a tese defendida por Daniela Santiago no artigo intitulado “Tragédia” em que retrata a cobertura televisiva da derrocada da ponte que ligava Entre-os-Rios a Castelo de Paiva em Março de 2001. A investigadora, que é também jornalista, socorre-se de muitos artigos de jornais e de diversas peças televisivas para citar vários jornalistas que fizeram reportagens do que (não) estava a acontecer. Se o pequeno ecrã confere uma dimensão nacional às tragédias humanas, contribuindo assim para um luto colectivo, por outro lado também fomenta um nauseabundo voyeurismo, bem explícito no comportamento daqueles que rumavam até ao local do acidente para olharem o rio onde naufragaram as vítimas.

Da rádio, enquanto objecto de estudo, ocuparam-se Luís Proença e Artur Cassiano. O primeiro para analisar a emissão especial da TSF sobre o pós-referendo em Timor-Leste de Setembro de 1999, o segundo para saber qual a influência do factor tempo nas notícias, nomeadamente nas peças sobre a campanha eleitoral de Junho de 2004 para o Parlamento Europeu emitidas nos noticiários de *prime-time* da TSF. Antes de se deter na maratona de 390 horas que totalizou a emissão especial iniciada às 19h00 horas de 5 de Setembro de 1999 e concluída às 23h00 do dia 9 de Setembro, Luís Proença explica o conceito de “rádio porta-estandarte”, que serve na perfeição para aquilo que foi a TSF nesses dias (pp. 238-244). Explica-nos o investigador que a decisão de fazer este *continuum* de notícias dedicadas à causa timorense teve em consideração «factores de ordem funcional» (o elevado fluxo informativo proveniente de Timor em tempo de final de férias de Verão dos portugueses e, conseqüentemente, de carência de notícias), «disponibilidade suficiente de recursos humanos na redacção», «factores de distinção» (a TSF já se havia notabilizado em emissões similares no incêndio do Chiado, na Guerra do Golfo e no bloqueio da Ponte 25 de Abril), «proximidade histórica e afectiva», razões de “consciência humanista e humanitária» (pp. 246-247). Ao longo das várias páginas do artigo, Luís Proença explica-nos alguns momentos fortes

dessa emissão: as primeiras cem horas sem publicidades; a concepção dos *jingles* (por exemplo, “Timor Loro Sae não pode esperar”) como instrumento de mobilização das pessoas em torno de uma causa (pp. 255-259); ou o apelo à população para «vestir de branco» (pp. 262-263). Poder-se-ia neste texto dar conta de que não há qualquer reflexão sobre a equidistância que os jornalistas devem manter em relação àquilo que relatam, algo que certamente não esteve muito presente nos dias em análise, mas Luís Proença, logo no início do seu trabalho, diz que não tem «pretensões analíticas de carácter ético ou deontológicas sobre a forma jornalística como se desenrolou a emissão» (p. 237), o que o torna imune a esse tipo de leitura crítica. Um dos factores que se salientaram na emissão especial da TSF sobre os acontecimentos que se seguiram ao referendo em Timor em 1999 foi o tempo. As largas horas de emissão conferiram uma outra grandeza a esta iniciativa da estação privada. E é exactamente o tempo – a duração das peças televisivas – que prendeu a atenção de Artur Cassiano que, parafraseando o conceito de *agenda-setting*, criou outro de idêntica produtividade significativa: *time setting*, ou seja, o estabelecimento do tempo, que, na sua perspectiva, «terá um papel importante na configuração da realidade política» (p. 274). Depois de cruzar (as clássicas) referências teóricas na temática que o ocupa (Gurevitch e Blumler, McCombs e Shaw, Tuchman, Schlesinger, Soloski, entre outras), o investigador centra-se nas peças dos noticiários da TSF sobre a campanha para as eleições para o Parlamento Europeu que decorreu em Junho de 2004. Da sua análise, salientam-se os seguintes dados: PS, PSD/PP e CDU são, por essa ordem, os partidos com mais tempo de peças noticiosas; BE e PND têm uma presença residual em antena. Cada partido do primeiro grupo contou com um jornalista a tempo inteiro a acompanhar as suas actividades, mas tal já não aconteceu com o BE e o PND. Significa isso que a composição do alinhamento de um noticiário, pelo menos em contexto de campanha eleitoral, é esboçado muito antes de os respectivos partidos irem para a rua. O que não significa que o repórter seja desprovido de poder de acção. Artur Cassiano invoca outros exemplos para escrever que «é um erro ignorar o papel do jornalista como profissional individual e a sua influência nos conteúdos. Seja no relacionamento que mantém com as fontes, seja na forma como interpreta a realidade» (p. 296).

Aos *media* tradicionais, este grupo juntou também a Internet como alvo das suas pesquisas. Embora não evidenciando serem acérrimos defensores das teses do determinismo tecnológico, alguns investigadores procuraram perceber o impacte que o universo do *on line* tem no campo do jornalismo. Uns ficam a meio de caminho, não prescindindo dos *media* tradicionais com os quais fazem análises comparativas; outros preferiram centrar a sua atenção no ciberespaço e indagar aí as mudanças por que passam os produtores e consumidores da informação (será que este binómio ainda faz sentido a este nível?). Neste plano, um dos textos mais extensos (pp. 19-68) pertence aos organizadores desta obra. Gustavo Cardoso e Rita Espanha procuraram «oferecer ao leitor uma viagem pelo panorama das estratégias televisivas na Internet desde as emissoras europeias até às redes de emissoras norte-americanas e sul-americanas, procedendo à identificação de seis diferentes estratégias televisivas na Internet» (p. 21).

Os seis modelos são apresentados logo nas primeiras páginas do artigo, num quadro que sintetiza (muito bem) o que vai ser em seguida objecto de análise: Internet de notícias, aprofundamento de notícias, EPG alargado, portal televisivo de conteúdos, portal televisivo institucional e interactividade em rede (p. 28). Uma página à frente, Tânia Soares detém-se na relação entre a TV e a Internet, tendo como base do seu trabalho a análise dos sítios da RTP, SIC e TVI, constatando que essas «páginas se aproximam das lógicas de gestão e organização da informação baseada no modelo clássico dos jornais clássicos» (p. 127). O seu estudo remota a 2003, o mesmo ano em que Pedro Pereira Neto estudou os sítios dos diários portugueses generalistas. De então para cá, muito mudou, mas, ao centrar-se nas páginas electrónicas do *Correio da Manhã*, do *Diário de Notícias*, do *Jornal de Notícias* e do *Público*, o investigador pôs em marcha vectores de análise pertinentes (imediatismo, multimedialidade, hipertextualidade e interactividade) que ajudam outros a prosseguir idêntico caminho. Se hoje fizesse o mesmo trabalho, Pereira Neto esboçaria outro retrato dos jornais da Internet, mas os elementos que apresenta marcam uma determinada época do jornalismo *on line* em Portugal. Uma página mais à frente, Isabel Resende compara a imprensa tradicional e os formatos exclusivamente digitais do jornalismo económico, detendo-se nos meses de Março e de Abril de 2001. Destes textos, não saem teses muito efusivas relativamente ao impacte da Internet no campo do jornalismo. Talvez porque as empresas de comunicação ainda não descobriram vantajosas oportunidades de negócio neste universo (pelo menos no tempo em que se fizeram estes estudos). O lado dos usuários do *on line* não é aqui esquecido. José Pedro Castanheira dedicou-se a estudar os comentários feitos pelos leitores do *Expresso* durante o ano de 2000, constatando que o anonimato reúne uma percentagem alta daqueles que deixam a sua opinião nos artigos em formato digital. Citando Pablo Boczkowski, o investigador fecha o seu artigo com uma pergunta: “o anonimato faz parte da magia ou da maldição da Internet como plataforma de comunicação?”. Aí está uma interrogação a abrir caminhos para outras investigações...

**O igual e o diferente: essência, devir e representação de identidades.
Leitura da revista *Comunicação & Cultura*, n.º 1 – *A cor dos media*,
dirigida por Isabel Capelo Gil (Lisboa, Quimera, 2006)**

Rafael Paes Henriques*

Definir a identidade cultural de um povo pode significar duas tarefas completamente distintas. Tudo depende de qual é o princípio de unidade adoptado; varia de acordo com o lugar em que se assenta o fundamento de identidade. Num primeiro viés, ela é determinada por uma essência fixa; por uma semelhança de origem histórica que deve ser resgatada. Nesse sentido, a identidade encontra-se num passado homogeneizante, fixo e estável, que é passível de ser recuperado.

Por outro lado, a identidade cultural pode ser decidida na duplicidade da dinâmica entre semelhança e diferença. Mais do que uma experiência primeira essencializada que deveria ser retomada, nessa perspectiva, a identidade se estabelece, necessariamente, desde aquilo em que um povo se tornou. Com efeito, ela nunca está pronta ou completa; não é inalterável, mas sim devir. Não se dá fora da representação, pois é sempre posicionamento. É um tornar-se, a partir de determinados enquadramentos. «[...] as identidades são os nomes que damos às diferentes formas como somos posicionados pelas narrativas do passado e como nos posicionamos dentro delas» (Hall: 24).

Ao se conceber a delimitação das identidades enquanto produção de algo, ganha-se o carácter processual e criativo do fenómeno, que passa a ser «[...] uma condição activa e não passiva, a partir da qual e através da qual se disputam interesses antagónicos que são usados nas representações culturais, sociais, políticas [...]» (Faria e Almeida: 124).

É nesse segundo horizonte de interpretação que se situam os artigos da revista *Comunicação & Cultura – A cor dos media*. Centrando atenção nas implicações teóricas – como, por exemplo, os trabalhos já citados – e também em investigações teórico-empíricas sobre os processos de representação das identidades, os artigos se ocupam de compreender melhor esses processos e em descrever o lugar e as tarefas executadas pelos *media*.

A importância da comunicação, como mecanismo de produção e reprodução de sentidos, na construção das identidades colectivas é inegável. Dessa forma, as investigações apresentadas na revista são um contributo importante para a ilustração de determinados aspectos dessas práticas.

É certo que os novos *media* intensificaram a troca de ideias e o contacto entre diferentes culturas. E o aumento dos fluxos no mundo contemporâneo não se restringe ao campo da comunicação, mas também pode ser verificado no comércio internacional, no mercado de capitais e nos movimentos migratórios. Nesse contexto, Roberto

* Mestrando em Ciências da Comunicação – Informação e Jornalismo, Universidade do Minho. rafaelpaesh@gmail.com

Carneiro (pp. 37-55) avalia as questões das identidades nacionais a partir do fenómeno da hibridação. «Efectivamente, o motor do desenvolvimento é cada vez mais conexo com a ideia de combinação criativa de diferentes e de pluralismo cultural» (p. 47). Para que isso se efective, o desafio é reconhecer no outro uma pessoa plena em capital humano, social e cultural capaz de enriquecer todos os outros.

Mas nem sempre é assim. Isso porque a rádio, o cinema, a TV e os outros *media* muitas vezes são actores decisivos de uma estrutura de duplo movimento: ao mesmo tempo que podem reproduzir estereótipos sociais, acabam por ajudar a reforçá-los. Os artigos de Isabel Ferin (pp. 73-97) e Catarina Valdigem (pp. 99-115) são bons exemplos de como determinados grupos minoritários – ciganos e brasileiros – são segregados mediaticamente. Ou são raramente representados, ou então são caracterizados em enquadramentos semânticos que sempre ressaltam aspectos negativos. Na investigação de Ferin, foram analisados, por meio de entrevistas em profundidade e de sessões de grupo de foco, como as mulheres brasileiras e ciganas percebem matérias jornalísticas em que são retratadas, e que consequências esses enquadramentos trazem as suas vidas. As ciganas reconheceram, na peça assistida, o prolongamento das «[...] relações existentes entre a sociedade dominante e a minoria cigana» (p. 94). As mulheres brasileiras têm a percepção de que determinados «[...] estereótipos existentes na sociedade portuguesa, encontram eco nas notícias sobre as mulheres prostituídas brasileiras, acentuando a discriminação e interferindo nos quotidianos de todas as outras mulheres» (p. 94).

A partir de um amplo *corpus* fruto das emissões televisivas dos canais generalistas portugueses, durante o *prime-time*, Valdigem concluiu que os brasileiros aparecem na ficção televisiva exibida em Portugal, quando as produções são de origem brasileira «[...] conferindo destaque especial a situações do quotidiano, em que as relações afectivas, o matrimónio e o desporto e lazer assumem uma vincada predominância» (p. 110). Já os ciganos praticamente não são representados, em todos os géneros televisivos, «[...] observando-se a inexistência de imagens desta comunidade na publicidade» (p. 111).

Na análise e distinção de três momentos da telenovela em Portugal, – as primeiras exibições, a hegemonia das produções brasileiras e a ascensão da telenovela portuguesa – Catarina Duff (pp. 57-71) identifica a importância do diálogo com o “outro” na construção de uma narrativa e de uma identidade nacional. É que, quando, em 1982, surgiram as primeiras telenovelas produzidas em Portugal, o «modelo discursivo de estruturação textual e semântico» (plano linguístico) e «os enredos, narrativas, papéis e actores» (plano social) da telenovela brasileira já estavam bem enraizados em Portugal. Assim, criou-se a necessidade de distinção do “eu” e do “outro” realizada por meio de um «sistema classificatório original, através do desenvolvimento de histórias de ficção nacionais» (p. 66).

O cinema é outra ferramenta de muita valia na produção de identidades colectivas. Marcos Ferreira (pp. 135-155) debruçou-se sobre um bom exemplo desse processo. Sua investigação analisou a relação do filme *Underground* (1995), de Emir Kusturica,

com os modelos de construção e desconstrução do balcanismo. « [...] Kusturica's narrative approach to identity is above all meant to stress the urgency of recreating the self on interactive/ambivalent grounds» (p. 148).

Já o olhar de Luís Bonixe (pp. 157-169) se volta para a função social das rádios locais na preservação e reprodução das identidades locais. O potencial desses veículos com menores infra-estruturas assenta na privilegiada proximidade com o ouvinte. «As rádios locais facilitariam a abertura da agenda dos *media*, permitindo que novos temas e novos protagonistas entrassem na cena mediática» (p. 162). Na investigação para a sua dissertação de mestrado, Bonixe avaliou o caso de quatro emissoras do distrito de Setúbal e verificou que esse potencial não está sendo explorado. O espaço que poderia ser usado para o debate, e para representar com mais fidelidade as variadas vozes das comunidades locais, é ocupado, na maioria das vezes, por representantes das elites regionais. São elas quem mais frequentemente “aparecem” no noticiário.

**Quando o dispositivo é a própria enunciação.
Leitura do livro *Para uma Poética do Hipertexto – A ficção interactiva*,
de José Augusto Mourão (Lisboa, Edições Universitárias, 185 pp., 2001)**

Rafael Paes Henriques*

As novas tecnologias da comunicação colocaram em evidência uma forma particular de relação com as mensagens que traz significativas alterações tanto para quem elabora, como também para quem recebe os conteúdos. Isso significa que estamos diante de uma maneira particular de escrita e de leitura que reconfigura duas instâncias do processo comunicativo. Os textos electrónicos são o lugar de expressão máxima dessa prática discursiva específica, cuja singularidade é a hipertextualidade. Essa forma de organização causa uma transformação radical porque cria uma nova possibilidade de discurso que não opera mais a partir de valores convencionais como direcção, ordem, hierarquia, justaposição, sequencialidade e unidade de leitura.

Ao invés de estar fundado na linearidade – como os textos convencionais –, o hipertexto é uma forma de expressão e leitura que funciona em outras bases: por analogia ou por associação de ideias. A partir de «[...] um sistema interactivo que permite construir e gerar laços semânticos entre objectos reconhecíveis num conjunto de documentos polissémicos» (p. 45), o hipertexto dá, ao leitor, a oportunidade de estabelecer, por si próprio, as ligações; permite que ele também produza os sentidos, escolha as direcções. Quem lê define os elos, já que, de acordo com a própria vontade, pode “pular” de um bloco de texto ao outro. Quem escreve procura mais abrir do que fechar trilhas.

Dessa maneira, o hipertexto é o lugar do discurso polifónico, da significação plural e da multiplicação dos caminhos possíveis. Nele «[...] já não lemos *um* texto, nem ouvimos *uma* sequência sonora nem vemos mais *uma* sequência de imagens em continuidade: “navega-se” e cada uso constitui um percurso singular» (p. 98). A ideia de que um texto pode dar conta da totalidade da experiência perde lugar. Com efeito, ganha-se «[...] um novo sentido do estatuto da palavra e do texto, do autor e do leitor, que configura e estrutura a emergência de novas formas» (p. 13).

Para uma poética do hipertexto – A ficção interactiva, de José Augusto Mourão, reúne essas e outras reflexões sobre o hipertexto e as suas implicações, principalmente na ficção/literatura. Trata-se de uma reunião exaustiva de elementos de vários estudos que se ocuparam de tentar entender essa possibilidade discursiva própria e singular. Mourão desenvolve problemas que são apontados como fundamentais nessa organização textual. É que, diante de novas configurações, não são poucos os que se levantam para proclamar o fim dos antigos paradigmas. Fala-se da morte do texto, da lingua-

* Mestrando em Ciências da Comunicação – Informação e Jornalismo, Universidade do Minho. rafaelpaesh@gmail.com

gem escrita, da autoria e também da crítica. Mas «O horizonte das coisas humanas não é o fim mas o devir, a transformação» (p. 107). Portanto, na realidade, a tarefa torna-se mais produtiva, na medida em que se tenta compreender as metamorfoses causadas por essa nova forma de escrita e leitura.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a lógica do hipertexto se adapta e se desenvolve muito bem na Internet, um meio que – como o próprio nome diz – funciona em sistema de rede. Porém o texto electrónico não inaugurou a hipertextualidade, posto que ela «não está intimamente ligado [a] a tecnologia, ao conteúdo ou ao *medium*. É uma forma organizacional que pode ser transmitida tão rapidamente sob forma impressa como electronicamente» (p. 51). Prova disso é que, para escrever essa recensão, eu mesmo utilizei a estrutura do hipertexto em um bloco de papel. Durante a leitura fiz várias anotações e retirei pequenos fragmentos da obra, cujas associações e analogias foram elaboradas por mim. Minhas anotações e as transcrições de trechos distintos do livro são uma forma hipertextual de organização das ideias no papel. Transformam o discurso linear do texto inicial, em hipertexto.

Mas afinal o que implica essa nova forma discursiva? O ponto principal é que «O texto deixou de ser fixo, numérico, ganhou asas no interior de um dispositivo electrónico, interactivo, modificando-se por isso as instâncias que presidiam à sua constituição de coisa escrita» (p. 108). Assim, nessa fecunda possibilidade discursiva, já não se comunica a ideia de uma experiência qualquer, mas se comunica a própria experiência. O hipertexto é uma espécie de prática da própria vivência; é um refazer, nas mesmas medidas, o próprio acontecimento. No hipertexto, o dispositivo é a própria enunciação; a forma como se diz é o próprio dizer. Isso posto, é possível afirmar que essa forma textual não se restringe a mera representação. «O que de facto está em causa é a transfiguração da experiência através da incessante reelaboração da medialidade» (p. 58).

Nesse ambiente, não há mais lugar para se procurar um sentido primeiro que subsistiria aos textos. «Falar de textualidade implica que os discursos e a “literatura” não têm essência final, que nada têm de próprio, nem discursividade, nem nada que se possa qualificar de literalidade ou literariedade *como tal*» (p. 97). É o fim da arbitrariedade das definições de significados intrínsecos, e também da procura das intenções do autor. «[...] o hipertexto é mais verbo do que substantivo, mais acerca do *fluxo* da execução, é uma *reformulação* mais do que uma forma... [...]» (p. 76). Está-se a comunicar o movimento, o fluido e a multiplicidade em detrimento de uma única significância.

Como consequência poder-se-ia concluir que o autor morreu. Só que, de facto, foi a ideia tradicional de autor que se esvaiu, no contexto dessa nova discursividade. «A chegada do hipertexto não é uma declaração preceptória da morte do autor. O autor não morreu, transformou-se em fazedor de espaço, navegador» (p. 113). Na verdade, o autor mudou de lugar, deslocou-se e não ocupa mais um sítio de tanto destaque como ocupava. Isso porque nas formas discursivas tradicionais, cabia somente aos autores o estatuto de sujeitos activos. Ao leitor, cabia a passividade de seguir a linha e a hie-

rarquização de quem havia escrito. O hipertexto muda o modo de apresentação das obras e reequilibra essa estrutura; descentraliza a ideia de autor e abre a possibilidade ao leitor de decidir sobre o rumo que vai ser seguido e as conexões – no sentido literal e, conseqüentemente, as conexões semânticas – que vão ser realizadas. «Agora, com as novas tecnologias, seremos nós a criar as novas embalagens, fazendo a soberania sobre o texto» (p. 66).

Fica por responder qual seria o lugar da crítica nesse novo ambiente discursivo explorado pela literatura de ficção. Tradicionalmente, o crítico é o revelador do texto originário das obras analisadas. Mas, uma vez que não há razão para procurar significados “ocultos” no hipertexto, a crítica precisa encontrar um novo espaço, um novo fazer. A chave para a questão é que «[...] encontrar exactamente aquilo que se procura não é ler, mas sim descodificar» (p.79). E no meio hipertextual não cabem descodificações. Mourão vai buscar a resposta para a nova função da crítica em Lentricchia: «Uma nova tarefa nunca acabada e aporética incumbe agora ao crítico: descentrar o texto, abrindo-o a outros textos, disseminar, dinamitar os horizontes semânticos da textualidade» (p. 128). Se é assim, as fronteiras que separavam a crítica da criação literária – que nunca foram muito claras – ficam ainda mais frouxas, com fragilidade mais aparente. O crítico incumbe-se de refazer o percurso, recriar, realizando um – ou mais – dos sentidos possíveis dos textos. Uma tarefa e tanto.

O lado de lá da Comunicação.

Leitura dos livros organizados por José Carlos Abrantes, *A Construção do Olhar* (Lisboa, Livros Horizonte: 2005) e *Ecrãs em mudança – Dos jovens na Internet ao Provedor de Televisão* (Lisboa, Livros Horizonte: 2006)

Rafael Paes Henriques*

A investigação no campo das Ciências da Comunicação pode se ocupar de muitos aspectos do complexo fenómeno comunicacional: os *media*, seus códigos e seus públicos. Cada uma dessas instâncias abre uma série de horizontes, permite diversos ângulos de observação, levanta várias questões. Mas historicamente, a recepção – o lado de lá da comunicação – foi uma unidade de análise menos explorada, apesar de sua importância. É nas pessoas que a comunicação acontece; é nelas que o processo comunicacional se realiza, porém as primeiras teorias explicativas do funcionamento dos *media* e dos seus efeitos apresentavam os públicos como massas uniformes. Assim, não havia motivo para centrar observações na recepção.

Já há algum tempo, as audiências não são mais vistas de maneira tão redutora. Por isso mesmo, muitas investigações – mesmo que ainda em menor frequência – têm como foco de atenção o lado de lá da comunicação. O momento de consumo das mensagens ganha cada vez mais importância. Esses estudos funcionam como uma espécie de olho que observa o próprio observar. Nessa meta-observação, as pesquisas analisam como as pessoas recebem, decodificam e reinterpretam os sentidos produzidos pelos meios; procuram compreender de que forma as audiências se apropriam dos *media* e de suas mensagens. No processo de comunicação, o papel dos sujeitos que vêm é, dessa forma, o objecto de reflexão. E é justamente nesses pontos que os artigos de *A Construção do Olhar* e *Ecrãs em Mudança* concentram a atenção; é para esse lado que os trabalhos voltam seus olhares.

O espectro de análise é amplo. Em primeiro lugar, o olhar dos espectadores não nasce pronto, mas é construído. Dessa maneira, torna-se fundamental investigar como funcionam os mecanismos de composição das novas formas de ver. A principal pergunta que se coloca é: onde é que hoje se decide o olhar? O primeiro capítulo de *A Construção do Olhar* se ocupa desses problemas. Os provedores de televisão e suas experiências em França e no Canadá; a natureza ambígua do crítico de TV e o debate sobre seu lugar específico são as reflexões do segundo capítulo de *A Construção do Olhar* e da terceira parte de *Ecrãs em Mudança*. As crianças e os jovens são públicos particulares que merecem um olhar próprio e específico. Consideradas mais frágeis e mais susceptíveis a influências dos *media*, esses espectadores, e a sua relação com as mensagens, frequentemente são objecto de preocupação dos adultos. O terceiro capí-

* Mestrando em Ciências da Comunicação – Informação e Jornalismo, Universidade do Minho. rafaelpaesh@gmail.com

tulo de *A Construção do Olhar* e o primeiro de *Ecrãs em Mudança* analisam como os jovens se apropriam das imagens; como os *media* actuam na sua sociabilidade; de que maneira os jovens se relacionam e se apropriam da Internet; como as crianças se vêem representadas nos *media* visuais; como recebem e “digerem” imagens violentas; como se exprimem e se constroem pela linguagem. Terão as crianças direito a participação na vida social? O contexto de recepção do cinema, tão esquecido pela maior parte das investigações, é o objecto de avaliação da última parte de *A Construção do Olhar*. E o capítulo II de *Ecrãs em Mudança* se ocupa da educação para os *media* como forma de oferecer, aos mais jovens, ferramentas de auxílio para que eles possam se localizar e se movimentar com mais facilidade nas intrincadas redes que são a TV e a Internet.

1. O olhar e a contemporaneidade

A relação que o público estabelece com as mensagens, no momento da recepção, vem sofrendo muitas transformações. Ao mesmo tempo que o mundo que é representado se torna outro, também as formas de ver se alteram a cada dia. Numa existência cada vez mais organizada pela técnica, desconhecer os mecanismos de construção das imagens constitui uma grande desvantagem para a capacidade de compreensão da realidade. «Ou seja, o conhecimento passa hoje pelo olhar mas muitas vezes esse olhar é fabricado pelas imagens construídas, fabricadas por processos numéricos, de cálculo» (2005: 13). As formas de ver são cada vez mais constituídas por dispositivos máqunicos; são eles que determinam, decidem o nosso olhar. Nesse contexto, a televisão ganha destaque e grande influência no ordenamento social. Os repórteres «[...] não nos dizem o que é, mas, pelo contrário, o que é... é o que eles dizem» (2005: 20).

2. O provedor de televisão

Se é dessa maneira, qual seria, então, o papel dos telespectadores? O que é que lhes resta? Provavelmente pouca coisa. Entretanto a experiência dos provedores de televisão são prova de que muitos deles « [...] recusam o estatuto de telespectadores passivos de imagens e reclamam uma democracia de participação ou, pelo menos, a prática da escuta» (2005: 30). Mesmo sendo a única razão para a existência das emissoras, o público ainda não tem acesso directo aos grandes *media*. Mas o funcionamento de provedores, pelo menos no serviço público, indica que as audiências começam a ser levadas mais em conta. Os telespectadores querem intervir e contribuir para a melhoria, ou ao menos para uma maior sintonia – entre emissores e receptores –, da programação.

Os provedores canalizam essa vontade de interferir e funcionam como uma espécie de *media* dos *media*, pois são intermediários entre as audiências e as televisões, sendo que estas últimas, por sua vez, fazem a ponte entre o mundo e os telespectadores. A tarefa da provedoria é dar um estatuto aos públicos, dar forma ao que ele pensa; tentar colocá-lo no centro do dispositivo. Uma vez que ajudam a dar esse “rosto” às audiências, os provedores podem apontar caminhos para a televisão; estão preparados para ajudar na tomada de decisões. «No turbilhão mediático onde se

escutam, sobretudo, os ruídos do mundo, a mediação do provedor é um acto de reconhecimento» (2006: 117). Mas os provedores enfrentam resistências internas. Se não é fácil admitir erros e abusos, mais complicado ainda é torná-los públicos. Com efeito, é preciso andar na linha. Apesar das dificuldades, no Canadá, o provedor já aponta alguns reflexos do trabalho, no comportamento dos profissionais. «Os jornalistas são mais sensíveis à necessidade de exactidão e equidade. São mais sensíveis às consequências do que dizem» (2005: 50). Um óptimo resultado, mas que traz consigo um bom motivo de preocupação, pois prova que aquilo que deveria ser o óbvio para todos que trabalham nos *media* – como a precisão, o rigor, o cuidado e a responsabilidade – nem sempre o é.

3. Os *media*, os jovens e as crianças

Os possíveis prejuízos, causados por determinados conteúdos na formação dos mais jovens, são um exemplo de preocupação das audiências muito frequente. Porém, a identificação dos miúdos com as imagens não é uma relação imediata, nem automática. Um estudo britânico que investigou, por meio de inquéritos, como as crianças se vêem representadas nos *media* audiovisuais apontou que, muitas vezes, elas duvidam da veracidade daqueles personagens que teoricamente são como elas. Em mais de um escalão etário «[...] houve um nítido reconhecimento das personagens da televisão “como elas” – embora não necessariamente identificação com a sua representação, tanto na forma como no conteúdo» (2005: 85). Isso quer dizer que as crianças se vêem, mas, ao mesmo tempo, não se vêem, porque não se identificam. Era para ser elas, mas, de facto, para elas não é. Assim, um personagem inseguro, imaturo e agressivo não transforma a audiência em crianças estúpidas. Apesar do medo de determinados efeitos, os mais jovens quase sempre sabem colocar as imagens que recebem no seu devido lugar: o da representação. Imagens são apenas imagens e os adultos têm um importante papel nesta distinção, para que elas nunca substituam o real na preferência dos pequenos.

Mas: e quanto às imagens violentas? Se determinados filmes, seriados e até mesmo peças de telejornal são capazes de gerar inquietações em adultos, o que se dirá das consequências para as crianças? A reacção imediata é taxativa: há conteúdos impróprios aos quais os miúdos nunca devem ser expostos. Entretanto, ao invés de privar as crianças das imagens angustiantes, talvez seja mais fecundo que elas as enfrentem acompanhadas, com a ajuda dos pais. A estratégia «[...] não é necessária somente para que delas nos libertemos pessoalmente. É também um meio de se tentar manter o diálogo familiar acerca das imagens que cada um achar inquietantes» (2005: 78).

Uma particularidade da TV reforça essa perspectiva. Ao contrário dos meios digitais, o consumo da televisão continua a ser colectivo. Com efeito, o veículo alcança fundamental importância na sociabilidade juvenil, na medida em que cria interacções no seio da família, ou sobretudo, fora dela. «[...] a recepção da televisão não acontece diante de um televisor mas na antecipação e na produção de colectivos. Para se reflectir sobre o público televisivo, a reflexão deve incidir no social» (2006: 40). Caberia,

então, aos pais saber aproveitar as oportunidades de diálogo e intercâmbio criadas pela TV.

Mudam-se as tecnologias, mas os receios continuam os mesmos. Com a generalização da Internet, a preocupação com os efeitos dos *media* na vida dos jovens e na formação das crianças resiste, e ainda se encontra em evidência. Só que uma pesquisa internacional realizada em vários países da Europa e também no Canadá buscou conhecer o fenómeno a partir de um outro horizonte. Os investigadores ocuparam-se em determinar três pontos acerca da relação dos jovens com a rede mundial de computadores: qual a imagem que o jovem tem da Internet; em que condições a utiliza; e como é que o uso da tecnologia se integra em seu quotidiano. Os resultados, nos diversos países pesquisados, não variaram muito e podem atenuar algumas inquietações.

O uso da Internet é cada vez mais corriqueiro e acontece sobretudo em casa. Ela serve principalmente para diversão, mas também pode se tornar séria – uma ferramenta de estudos, por exemplo. Para os jovens pesquisados, a grande vantagem da rede mundial de computadores é que ela abre a possibilidade para que os usuários exerçam o controlo. Os inquiridos reconhecem a importância da ferramenta, e a grande maioria vê a Internet como uma facilidade tecnológica: sem grandes ódios ou paixões; eles conseguem identificar bem os limites do meio. Por fim, com relação a apropriação da Internet, os pesquisadores concluíram que a rede « [...] depressa se converte numa ocupação entre as outras. Integra-se nas actividades habituais sem ocupar o lugar destas» (2006: 19).

Na mesma investigação, chama a atenção, no contexto português, o descompasso existente entre a presença da Internet no sistema escolar e seu efectivo uso pedagógico. « [...] no momento da investigação, 83% dos inquiridos já haviam tido algum contacto com a Internet na escola que frequentam» (2006: 29). Por outro lado, «[...] a escola tem, em geral, uma abordagem fraca, sem profundidade, da Internet» (2006: 30).

4. A educação para os *media*

Num cenário mediático considerado muitas vezes como sendo «desolador e muito pouco edificante em termos éticos, morais ou estéticos» (2006: 73), a educação para os *media* é apontada como uma estratégia eficiente para dotar as pessoas de instrumentos capazes de reduzir – ou até mesmo impedir – as consequências nocivas dos *media*.

O ponto de partida é, talvez, consensual: afirma-se « [...] que a escola deve reconhecer a emergência dos *media* na sociedade, que deve posicionar-se designadamente em termos do seu papel fundamental em relação ao saber» (2006: 56). Mas a partir daí os caminhos são diversos e, em muitos casos, divergentes. Para uns, o trabalho consiste em alertar os jovens sobre os perigos escondidos nas mensagens e sentidos produzidos pelos *media*; já para outros, educação para os *media* significa estimular à utilização dos meios como forma de integrar os alunos na era da comunicação em que vivemos. As propostas são variadas porque dependem, directamente, da perspectiva acerca do que os *media* representam para a educação. As concepções vão desde inimiga mortal – os *media* só atrapalham – a importante aliada.

É claro que o segundo horizonte de interpretação se revela mais fértil e pertinente, pois pode contribuir, de maneira significativa, para o estímulo à participação na construção de práticas democráticas. A partir dos *media*, os jovens podem ser convidados a «[...] construir o seu pensamento, o seu imaginário [...]». Desse modo, os alunos passam a se sentir mais «[...] incentivados a apresentar a visão que têm do mundo» (2006: 71). Numa sociedade tão mediatizada como a nossa, comunicar significa compreender melhor o mundo e também se preparar para nele intervir.

Leitura do livro de Mario Perniola, *O Sex Appeal do Inorgânico* (Coimbra, Ariadne Editora: 2004)

José Pinheiro Neves*

Luís Tavares**

Mario Perniola, professor de estética na Universidade de Roma, inspira-se numa frase de Walter Benjamin acerca do *sex appeal* do inorgânico (p. 6), para retomar, de uma forma inovadora, alguns dos seus livros anteriores. Partindo da filosofia grega antiga, em torno de uma outra forma de sentir não eufórica, desloca-se pelo pensamento acerca da “coisa” em Kant (a coisa em si), Heidegger (o questionamento da coisa) e Lacan (a coisa freudiana), passando também pela noção de “sentindo impessoal” (*feeling*) a partir de Kant (o sentimento), de Hegel (*pathos*) e de uma estética da empatia em que não existe um sujeito centrado. «Sou uma coisa que pensa» – é o ponto central da argumentação de Perniola.

Perniola desenvolve um trabalho que já vem de longe. Tal como ele afirma, «nos meus livros, investiguei as origens do sentir impessoal nas possessões da religião grega antiga e dos cultos das religiões afro-brasileiras (candomblé e xangó), na filosofia helenística, no neo-estoicismo da idade barroca, na cultura e no pensamento austríaco entre os séculos XIX e XX, bem como em tantos fenómenos da experiência contemporânea (das sensologias de massa às toxicomanias, das tecnologias virtuais às psicoses, da arquitectura desconstrutiva à arte pós-humana, das perversões sexuais às doenças do sistema imunitário, dos desportos radicais a alguns géneros da indústria cultural como o horror, a ficção científica, o rock)» (Perniola, 2006: 4). Mas, sendo esta a sua força e originalidade, não se deixa fechar por uma lógica intelectual. Não é apenas o pensar que é necessário descentrar do nosso “eu” ainda preso na armadilha cartesiana e “subjectiva”. É muito mais do que isso. É também o seguir um apelo antigo. «Uma experiência neutra e impessoal.»

De uma forma original, o livro não se deixa fechar num debate árido filosófico mas é constantemente atravessado por descrições densas desta forma de sentir na arte e na vida dita “sexual”: passar de uma forma obcecada pelo “orgasmo” para uma lógica mais “neutra e impessoal”. Estamos definitivamente perante um livro que convoca outros leitores, um livro que permite uma consciência talvez mais clara das formas de sensibilidade emergentes.

Desenvolverei, em seguida, algumas considerações em torno da noção de inorgânico, que me parece ser central nesta sua obra. O que há, neste inorgânico, de *sex appeal*? Estará o autor a falar de *cibersexo* ou do discurso do pós-humano? Não é bem

* Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. jpneves@ics.uminho.pt

** Licenciado em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa.

isso, ainda que esses temas estejam presentes. A ideia de Perniola é outra, simples e surpreendente.

Perniola parte de uma observação de Walter Benjamin. Segundo este autor, a moda é, de uma forma crua, considerada o “*sex appeal* do inorgânico”.¹ A moda, ou seja, as mulheres com os seus vestidos, que ele observa nas ruas de Paris, representam o triunfo da forma sendo o corpo, aparentemente, um resto: estamos assim perante uma mescla entre coisas inorgânicas e orgânicas. Por isso, há um *sex appeal* que vem de algo que já não é apenas o corpo mas esta conjugação, este *cyborg* emergente.

Com a expansão destas mesclas por todo o lado com as novas tecnologias da informação e da comunicação, a intuição de Benjamin ganha uma outra acutilância. Não existindo um centro definido de subjectividade, um centro do sentir, abre-se esta possibilidade: somos nós também uma parte de inorgânico. «O *cyborg* filosófico-sexual apresenta uma sociabilidade intrínseca, que todavia não depende da intersubjectividade, mas de uma relação de interfaces, que interage não entre dois sujeitos mas entre duas quase coisas» (p. 37). Um *cyborg* que assume a ideia de que os nossos interfaces quotidianos, nas nossas carnes, também são eles interfaces de misturas de orgânico/inorgânico. Ou melhor, a fronteira em que assentamos a nossa certeza cartesiana está ela própria baseada em pés de barro como mostram igualmente os trabalhos recentes do neurologista António Damásio. Um pé de barro é uma expressão curiosa e que se aplica muito bem a esta tentativa de Perniola.

De facto, a nossa experiência de *cyborg* não é estranha ao ser humano. Já antes, como vimos atrás, Walter Benjamin tinha sublinhado que a experiência da modernidade apontava para essa cada vez maior reificação: estamos imersos em mesclas de *cyborg*. Estamos todos cada vez mais mergulhados numa «mescla entre a dimensão humana e a dimensão “coisal”, através da qual, por um lado, a sensibilidade humana se reifica e, por outro, as coisas parecem dotadas de uma sensibilidade própria. [...] Com efeito, o inorgânico não é unicamente o mineral, mas também o cadavérico, o mumificado, o tecnológico, o químico, o mercantil, e o fetiche: também este se materializa, se transforma em algo de abstracto e de incorpóreo, sem por isso se transformar em qualquer coisa de imaginário ou irreal; assim, por detrás de todas estas configurações do inorgânico opera o paradigma daquilo que é maximamente real e efectivo, e que é o dinheiro [...] envolvendo, com laços inextricáveis, sexualidade, filosofia e economia» (Perniola, 1998: 175).

Nesse sentido, o que nos diz Perniola assume um outro estatuto que não se confunde com os discursos eufóricos do pós-humano: «na medida em que o utente é transformado num cibernauta que navega na realidade virtual, ele aprende a perceber o próprio corpo real como uma coisa senciente, não essencialmente diversa das paisagens quase sencientes das arquitecturas electrónicas» (p. 83). Não há dicotomia total e clara entre o homem (centro da subjectividade) e as arquitecturas electrónicas

¹ Benjamin, Walter, 1982, *Das Passagen-Werk*, Frankfurt a. M., Suhrkamp; trad. it., 1986, *Parigi, Capitale del XIX secolo. I passages di Parigi*, Torino, Einaudi. 1982, p. 124 citado no livro de Perniola.

normalmente apresentadas como desumanas e ameaçadoras da “humanidade” ou, no seu oposto pós-humano, como motivo de uma euforia. O corpo real, sentido pelo cibernauta, é também já um senciente (*feeling*) que não é centrado na ideia da unidade do eu. Já é outra coisa: são *feelings* em que o senciente (*feeling*) de um e do outro lado não são essencialmente diferentes. Desta forma, até mesmo a noção de fronteira entre orgânico e inorgânico é abalada ou, pelo menos, repensada.

O mesmo afirma Paul Virilio quando nos desmonta a noção de representação do real na fotografia. No fundo, o que denuncia em relação às imagens das próteses (fotografias, televisão, etc.) já existe potencialmente em todo o acto técnico tal como nos é revelado por Perniola. A descolagem retiniana provocada pela prótese da máquina fotográfica, na medida em que perde o referencial da relação na duração temporal e com a sua topografia, já existe em toda a técnica (Virilio, 1988: 17-20). Por isso, o carácter inorgânico da visão externa é internalizado. Como diz Perniola, alargando a intuição de Virilio, não é apenas o olhar mas o próprio sentir, o *feeling* inorgânico que molda o nosso olhar.

Talvez haja algo de profunda metanóia neste livro de Perniola porque é para um autêntico processo de terapia, de descentramento que o autor nos convida. «A experiência que os meus livros propõem é um sentir empurrado para fora, feito sair, expulso do sujeito posto num âmbito neutro e impessoal» (Perniola, 2006: 4).

Perniola não nos deixa indiferentes. Quando ele nos descreve um sentir-sentindo que nos aproxima do inorgânico, alguns de nós somos tentados a reagir de uma forma “humanista” perante a redução do ser humano a uma “coisa”. Esta reacção talvez se aproxime do sentimento experimentado por alguns leitores de Nietzsche, em finais do século XIX, quando este esgrimia em torno da morte do eu cartesiano, a irrupção de uma outra forma de ser homem. Também Perniola possui essa arte que Richard Rorty classifica de ironista, aquela que nos desinstala, que nos abala por dentro ao constituir-se como “o diferente”. A nossa primeira reacção vai, por isso, no sentido do que Arendt designava de reacção ao estranho como símbolo assustador. «O “estranho” é um símbolo assustador pelo facto da diferença em si, da individualidade em si, e evoca essa esfera onde o homem não pode actuar nem mudar e na qual tem, portanto, uma definida tendência para destruir» (Arendt, 1978: 387). No entanto, se ultrapassarmos essa reacção baseada no conforto da representação e da instrumentalidade da técnica, talvez uma outra visão e um outro *sentindo* do mundo nasça que vá mais longe do que a crise do “eu” cartesiano.

Que ensinamentos práticos a partir deste livro?

Fundamentalmente a ideia de que uma nova forma de animalidade/humanidade está a disseminar-se. Desta forma, uma questão surge: como criar uma outra forma que evite esta «experiência cada vez mais empobrecida do mundo», como dizia Walter Benjamin? Apenas criando uma outra forma de estar com os objectos técnicos emergentes que nos leve a proteger o que é essencial. Como diz Teresa Cruz, devemos criar «uma nova animalidade, talvez, ou, pelo menos, num certo sentido, uma nova ferocidade, que implica sabermos, atender e proteger de facto, na urgência e no despro-

vimento, o que é verdadeiramente essencial. De novo, como primordialmente acontecia no seio da natureza, o humano parece ser uma frágil condição, sem verdadeiras garantias. Neste sentido, a nova cosmogonia horizontal em que estamos lançados só encontra de facto paralelo nessa situação absolutamente primeva da história humana, quando não estava ainda garantida a supremacia do homem sobre os outros seres, nem inventada a supremacia de nenhum Deus sobre os homens. É neste sentido que uma tal condição merece, sem dúvida, o nome de uma nova natureza. Das novas coisas, não tenhamos a ilusão de serem meros objectos, sobre os quais temos ainda a confortável distância da representação ou da instrumentalidade» (Cruz, 2002).

Esta nova cosmogonia horizontal, não só aprofunda a crise já detectada por Nietzsche, mas também revela uma outra forma de nos relacionarmos com os objectos técnicos, uma consciência da nossa condição de *cyborg*.

Referências bibliográficas

- Arendt, Hannah (1978), *O Sistema Totalitário*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cruz, Maria Teresa (2002), “O artificial ou a era do design total”, in *Revista On Line de Arte, Cultura e Tecnologia*, n.º 7, 2002, Protocolo disponível: <http://www.intearct.com.pt> [15 de Setembro de 2006]
- Perniola, Mario (2006), “Filosofia e globalização”, in *XX Encontro de Filosofia. A Filosofia na Era da Globalização*, Coimbra: Associação de Professores de Filosofia.
- Perniola, Mario (1998), *A Estética do Século XX*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Virilio, Paul (1988), *La Machine de vision*, Paris: Éditions Galilée.

O papel da blogosfera no que resta da salvação

Luís Carmelo*

Austerlitz, *Os Emigrantes* e sobretudo a *História Natural da Destruição*¹ são obras do escritor W. G. Sebald que nos permitem penetrar nos labirintos de uma amnésia colectiva. Não se trata, naturalmente, da amnésia colectiva que resulta do processamento dos dispositivos globais de carácter hipertecnológico (o território dos blogues), mas antes de um tabu histórico e, portanto, de uma amnésia forçada. Este tipo de elipses era – tê-lo-á sido quase sempre – próprio do véu que cobria geralmente os vencidos (hoje em dia, o fluxo global de imagens tende a esbater ambos os territórios: vencidos e vencedores parecem agora disputar um limbo de choque em tempo presumidamente real²). O caso da deliberada omissão histórica do que foi a radical destruição da Alemanha no final da II Grande Guerra Mundial tem sido, nas obras de Sebald, abordada de um modo descomprometido, desideologizado, memorial, frio e literariamente possante. Com efeito, o processo de contínua e implacável razia que conduziu à derrota do nazismo foi sempre tomado no pós-Guerra como um facto natural da própria lógica da guerra. As descobertas do horror nazi, na Primavera de 1945, tornaram incompreensível a própria ideia de guerra e de sentido (não da ausência, da falha ou da falta de sentido, mas do próprio sentido). O Holocausto era – e é ainda hoje em dia – a verdadeira impossibilidade ao vivo. Esse facto terá acelerado, e de que modo, a recusa alemã em reflectir sobre a urbanização do terror.

Como Sebald escreveu corajosamente, os alemães não se limitaram a adoptar esta «espantosa capacidade de auto-anestesia» que «parecia ter saído da guerra de extermínio sem males psíquicos dignos de nota». Para além disso, a própria «gênese do milagre económico do pós-Guerra» teria mesmo tido como base este «catalisador puramente imaterial: uma torrente de energia psíquica que ainda hoje não secou e cuja nascente se encontra no segredo bem guardado dos cadáveres em que assentam as fundações» da Alemanha. Este segredo mereceu mais consistência e mais eficácia histórica, segundo o autor, do que qualquer outro “objectivo positivo”, como por exemplo a “realização da democracia”. Um tabu existe – e existirá sempre – como uma ferida para ser tocada. Sebald, nascido praticamente com o final da “Guerra” (ainda hoje continuamos a pronunciar “a Guerra”), teve esse arrojo. O início de *Os Emigrantes* ilustra, de modo tão doloroso quanto límpido, o significado de um exílio que parecia aliar a inevitabilidade à ausência de sentido. O “menino” e depois o “adolescente” assumem aí o pasmuso

* Universidade Autónoma de Lisboa. luis.carmelo@sapo.pt

¹ Edições portuguesas da Teorema, Lisboa, respectivamente de 2004 (original de 2001), 2005 (*Die Ausgewanderten. Vier lange Erzählungen*, 2000) e 2006 (*Luftkrieg und Literatur*, 1999).

² Veja-se o impacto nos *media* (ao nível sobretudo das meta-ocorrências) do significado de termos como “vitória” e “derrota” na guerra de Julho e Agosto de 2006 que opôs o terrorismo do Hezbollah a Israel.

de quem é arrancado de um inexplicável campo de cinzas mental, pacificado apenas pela silenciosa e sábia articulação entre a fuga para a frente e a amnésia compulsiva. Mesmo em tempos imemoriais, a memória foi sempre assegurada por narrativas bastante estáveis, embora de natureza muito diversa. Os mitos, por exemplo, nunca se confundiram com os chamados textos “sagrados”. Estes últimos não podiam – e não podem – ser alterados e a sua razão de ser poucas vezes deixou de se confundir com um literalismo congénito. Ao invés, os mitos viviam – e vivem – de uma noção elástica de matriz, ou de ponto de partida, de tal forma – como escreveu H. Blumenberg em *Trabalho sobre o Mito* (1979³) – que é na relação entre “tema” e “variações” que o auditório e a emissão acabam por encontrar um sentido (um sentido fluido, mas que permanece como se propagasse uma evidência muito mais importante do que qualquer geometria canonizada pela memória). Os mitos aprenderam há muito a viver num mundo sem escrita que concedia à memória maior flexibilidade e mais margem de manobra, de inventividade e de recriação. A amnésia colectiva nos tempos míticos coincidia com aquele espaço difuso do vivido que nem sempre era agregado na narrativa (os vencidos apareceram, às vezes, nas narrativas míticas como é provado, por exemplo, na longa tradição da Sibila Tiburtina – evocadora dos feitos de Alexandre Magno). Segundo certos olhares contemporâneos, a modernidade nunca matou o mito, antes o incorporou e modelizou na voragem tecnológica, nas novas narrativas e na nova amplitude racional e subjectiva. Aliás, sobrevive ainda nos nossos dias um conjunto variado de práticas de base *ne varietur* (como o canto) que não relevam o perfil estático das narrativas fechadas. Também a reprodução mnemónica – como escreveu Le Goff – persiste nos nossos dias muito para além do literalismo. Actividades como o design perfilam-se na contemporaneidade como uma assunção clara entre a eficácia da cultura material (e da tecnologia) e a tradição artística que, de modo unívoco, sempre se reivindicou desde o Romantismo como herdeira única do mito. Os próprios blogues vivem deste pacto entre eficácia e criatividade, não deixando de repor ecos de ecos de muitas vozes na constituição da linguagem que diariamente agenciam. A superação das dicotomias estanques criadas pela modernidade (auditório-enunciação, verdade-sentido, público-privado, real-ficção, arte-técnica, mito-logos, etc.) é um dos teores do presente e é, sobretudo, um dos sinais que permitem caracterizar uma sociedade em transição para o paradigma hipertecnológico. Um dos sintomas mais constantes dos tempos actuais é a incidência do presente mais imediato nas nossas vidas. O presente tornou-se numa fixação mais ou menos hedonista e protética e distanciou-se do futuro e do passado através de dois muros espessíssimos (muros parecidos com o levantado, com alguma cativante euforia, por um personagem sacrificial de Paul Auster em *A Música do Acaso*). Os chamados “grandes ideais” abandonaram a tela ilusória e idílica do futuro (escatológica ou ideológica), enquanto as narrativas fixas eram subitamente substituídas por várias de raiz mundana – como

³ *Arbeit am Mythos*. Tradução inglesa: *Work on Myth*, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1990.

as micronarrativas da blogosfera – que coexistem e se sucedem de modo meteórico. A revisitação quase sagrada do passado dava assim origem a um novo tipo de amnésia colectiva que ia transformando a memória baseada em narrativas estáveis numa espécie de *Lost Highway*. A metamorfose do saxofonista Fred Madison, no filme de Lynch, não é a mesma que delongadamente aparece em *Orlando* (Woolf), ou que, por absurdo, se enuncia através de Gregor Samsa (Kafka): nela o passado é uma remoção quase normal ao serviço de um “agora aqui” vertiginoso e sem inquietação de dúvidas, perguntas e explicações. A ficção *cyberpunk* vai mais longe neste passo que devora o território: sobra nela a ilusão da ilusão que mobiliza como protagonista o pós-homem criador de memórias diversas e jamais vividas (Bethke, Brunner, Burroughs, Cadigan, etc.). A virtualização surge aqui como essa enorme fábrica que confunde o implante com os efeitos que produz: a imagem corre na consciência e está noutros lados, ao mesmo tempo, dissociada da relação potência-acto. O acto e os tempos confundem-se. A amnésia instala-se e revê-se como uma normalidade. Desaparece assim de cena, definitivamente, aquele pasmo que Sebald evidenciara em *Os Emigrantes*. A virtualização tende a pôr à mostra todos os factos (mesmo os nunca vividos), ainda que sob a forma de simulações (imagens que reatam imagens e que se colocam todas ao mesmo nível no processamento global). Talvez seja por isso que as obras de Sebald convivem, hoje em dia, com um horizonte de expectativas que as sabe apreciar e respeitar. Vivemos num mundo onde tudo cabe, não porque tenhamos atingido um estado de perfeição, mas porque, de algum modo, regressámos ao coração do mitológico: embora num campo de micronarrativas instantanistas, a verdade é que voltámos a navegar entre a ambiguidade e a fluidez do sentido como se a comunicação global estivesse, a todo o momento, prestes a propagar uma evidência muito mais importante do que qualquer geometria canonizada pela memória.

Ao termos regressado a esta característica central do mito, elevámos a amnésia colectiva ao estatuto de troféu e fizemos das linguagens – sobretudo na rede e, também, nos blogues – um modo de dizer permanente que encontra na actualização disseminada, e não num qualquer ponto da narrativa, o seu clímax e a sua anunciação. Enquanto Sebald reivindicava a restituição da narrativa para enquadrar a vida num conjunto de sentidos, a rede e a casa blogosférica preferem cumprir a ininterrupta enunciação de narrativas e transformam esse acto num conjunto de sentidos que simula todo o tipo de enquadramentos e de reivindicações.

Estar *on* é, nos dias de hoje, estar salvo. Eis, por outras palavras, o que significa a euforia que tem atravessado a individualização (aparentemente) quase sem mediações que se edita e difunde diariamente na blogosfera.

Abstracts

A época e as suas ideias ***Our era and its ideas***

Moisés de Lemos Martins

The first chapters of this issue of *Comunicação e Sociedade* cover a wide range of reflections on the nature of technology in contemporary times. This issue also contains several declinations of a set of technological figurations. The last chapters question the future and power of words. This point of view goes against the idea of its decline through the rise of the famous image civilization.

Key words: culture crisis, mobilization of the era, biotechnologies, hybridity, global market, impoverishment of experience

Evocação da tecnologia: fantasmas, determinismo da utopia? ***Evoking Technology: Phantoms, determinism of the utopia?***

José Augusto Mourão

In this paper we analyse the various manifestations of human re-configurations in the context of new technologies. Avatar, cyborg, cyberpunk, spectre, virtual creatures, are terms which evoke the technological utopia of the new “human”, hand in hand with the myth of progress. What do these phantoms tell us? What boundaries do they establish on the map of the constitution of bodies and identities?

Key words: Technology, technological body, utopias, spectres, human reconfigurations

Espaço, media e experiência. Na era do espaço virtual e do tempo real ***Space, media and experience. In the era of virtual space and real time***

Maria Teresa Cruz

«Space, Media and Experience». A modernist thought about experience through a fundamental relationship with time, such as history, revolution and progress. Today, our most important challenges seem to be closely related to space. In a society where information technologies have become the most generalised medium, we are becoming more and more aware of this fundamental relationship with space, addressed by notions such as globalisation, virtual space

or telepresence. This paper will reflect upon the intertwining of space, media and experience, which has expressed itself in other equally important moments of our cultural history, such as the inventions of the alphabet and linear perspective, which have reshaped our experience by reinventing our relationship with space. Never before, though, have the very notions of experience and reality undergone the kind of radical transformation we are witnessing today.

Key words: media, space, time, experience, experimentation

Nota sobre o processo de exteriorização da técnica: o lugar da interação homem-computador

Considerations about the process of technical exteriorization: the place of human-computer interaction

Antônio Machuco Rosa

This article presents a hypothesis about the emergence of technology as a process of exteriorization of the human body. Our aim is to situate, in the set of possible technologies, the technology of computing and, more specifically, human-computer interaction. The starting point of the paper will be René Thom's theory of primitive alienation and Leroi-Gourhan's theory of exteriorization of the body and the brain in technical objects. It will then argue that the project of man's duplication in a robot – as in artificial intelligence and robotics – represents a fundamental change in the relationship between man and technology. Nevertheless, artificial intelligence is not the main way to see the technological possibilities created by computing. We will argue that human-computer interaction represents a return to the classical conception of technology, which sees man as its centre and finality.

Key words: Philosophy of the technique, computing, man-computer interaction

Sociologia da blogosfera: figurações do humano e do social em blogs e hybridlogs

Sociology of the blogosphere: human and social figurations within blogs and hybridlogs

Pedro Andrade

Human and society figurations have suffered radical transmutations within the Internet. This paper aims to circumscribe four of those figurations in areas articulated with one another: writing, education, art and museumology. Departing from this founding socle, the aim is to contribute to the construction of the emergent Sociology of Blogosphere. However, the many blogs have already been overtaken, in cyberspace and within cybertime, by types of media never seen before. One such media is the hybridlog that, when using intensely hybrid media or hybridmedia, edifies a rising public sphere, the hybridosphere. The versatility of the hybridlog, derived from its hybrid nature, is testified by its potential applications as a bloschool, a bloniversity, a bloseum or inside bloart. If the blog develops self-writing, the hybridlog reinvents itself through a transwriting, both contributing inexorably to the development of a hybrid cyber-opinion, inside the new space of citizenship which is being created within the actual information and society of knowledge.

Key words: hybridlog, hybridmedia, bloniversity, bloseum, blogart

Seres humanos e objectos técnicos: a noção de “concretização” em Gilbert Simondon
Human beings and technical objects: the idea of “concretization” in Gilbert Simondon

José Pinheiro Neves

Gilbert Simondon, in his work *Modes of existence of technical objects* (published in 1958), intends to respond to Canguilhem's question: is the technical object more than a mere application of science? His affirmative answer allows a new approach to the relationship between technical beings and biological beings. In fact, the idea of “concretization” of technical objects, the main concept in Simondon's theory, improves the original intuition of his teacher, George Canguilhem. However, he is ambiguous because he does not develop this hypothesis, unable to defend clearly a prosthetic logic of the technical object.

Key words: Gilbert Simondon, technical objects, concretization processes

Da tecnologia na organização à organização na tecnologia
From technology in organization to organization in technology

James R. Taylor

For the past three decades I have been involved in the evaluation of ambitious projects concerning the introduction of new technologies in organizations. I often witnessed the repetition of this standard: initial high expectations encouraged by enthusiasts of new technologies, leading to a certain disappointment and, at times, disillusionment. Perhaps, after thirty years, it may be time to analyse more deeply the reasons for this weak performance. In this article, I suggest a possible new approach, bringing forth the hypothesis that technology, which incorporates the wrong “text”, is incompetent in dealing with the complexity of modern organizations which produce a growing tension during the simultaneous and paradoxical processes of centralization and distribution. Obviously, I assume the presupposition, defining “text” in a sociological meaning: not as a static photocopy or as a representation of the organizational communication but as reflexivity constituted in its relation with practice and with objects – theory of co-orientation.

Key words: Technology, Theory of Co-orientation, School of Montreal, Organizational Communication

Figuras do íntimo-quotidiano na televisão: quando o mundo privado se torna mediático.
O caso da SIC e da TF1
The daily-intimacy figures on TV: when the private world becomes mediatic. The case of SIC and TF1

Elisabeth Machado

The daily-intimacy figures on TV: forms and territories. The case of SIC and TF1. The intimacy issue and its exhibition on media have never been discussed as much as in the last ten years. As part of our research, we intended to identify the conditions of emergence, the devices and the topics which we named “daily-intimacy” on French television, the case of TF1 and on

Portuguese television, the case of SIC. By adopting a diachronic (1986-2000, for TF1, 1992-2000, for SIC) and over-cultural approach, we observed how the private life of the ordinary citizen is exposed and how it is codified on TV. Through comparative analysis, our aim was to identify the semiotic gaps, but also the convergent aspects in this exhibition and to check if the representations and the discourses are different in these two channels. In a world which is more and more globalised, we tried to locate the shades and the degrees of decency and indecency, which characterized these two audiovisual universes.

Key words: intimacy, daily-life, public space, private life, media

**Um mesmo sonho: o monstro de Frankenstein, o robô e o homem biônico.
*An identical dream: Frankstein's monster, the robot and the «bionic» man***

Lurdes Macedo

Frankenstein's monster, the robot and the «bionic» man are the result of the same dream. Departing from the thesis that science and dream are interdependent, that intelligible and *wonderful* can be misinterpreted as objects of research and also the relationship between subject and object of study can be bidirectional, this short essay questions Man's supremacy on the accomplishments of technology.

The approach is based on the analysis of three great paradigms of the creation of artificial life. These paradigms reside in our imagination when we think of these questions: Frankenstein's monster, the robot and the «bionic» man.

The myth of Man's deification reveals the desire of dominance over the enigma of life, at the same time as it deceives the denial of death. The idea of aspiring eternity, in a time when the ephemeral is appreciated and ultimate goals are abandoned, denounces an impoverishment of the eschatological direction of human existence which was reduced to the search for suppression of death.

The reconciliation of Man and Nature, proposed by the Critical Theory, can thus configure a new utopia in which Man controls its relationship with technology through the assumption of a condition that it is intrinsic: being natural.

Key words: Science and Technology; Dream; Frankstein's monster; Robot; «Bionic» man; Reconciliation with Nature

**O museu digital: uma metáfora do concreto ao digital
*The digital museum: a metaphor from concrete to digital***

José Cláudio Oliveira

The present text questions the digital museum (DM) in the field of communication, showing its diversification and growth, in architectural terms, within cyberspace. The article, therefore, highlights this media in society, focusing its projection on social involvements and the pedagogical dimension, the attempts of formal rupture with the traditional museum and how the objects are seen in the presence of factors which come together with technological evolution.

Key words: museum, communication, cyberspace, technology, society

Os arquivos globais de vídeo na Internet: entre o efémero e as novas perenidades. O caso YouTube

Global video archives on the Internet: between ephemeral movement and eternal immobilities. The case of YouTube

Luís Miguel Loureiro

On YouTube we can watch about a hundred million videos a day. And everyday, millions of people upload up to sixty-five thousand new clips. Since it was created, two years ago, YouTube and its twin video-sharing websites have become one of the biggest phenomena of our global society, fulfilling man's deepest libidinal desires.

In this essay we propose a cross-reference between the visions of the French philosopher Paul Virilio and other contemporary writers on the acceleration and mobility of these times, made of technological appeal, and the growing evidence of millions of human beings staring at their computer screens in ecstasy.

There is, therefore, an analogy between this "ecstatic" man who fulfils himself as a static frame image on YouTube and awaits someone's click to escape anonymity, the "motile" man of Virilio who lives in a time where he no longer "departs", and goes off on a "trip", simply to make his "arrival" and that statue-man we see on any street or square, waiting for the casual spectator who, by expressing his libidinous desire for an ephemeral movement, will save him from eternal immobility.

Key words: YouTube; Internet; Social web; Virilio; Global archive

Da vinculação social da técnica enquanto *totalitariedade* – Incurções na vida desvitalizada. Considerações sobre a *Second Life*

The technical intrusion on social life as 'totalitariness' – Incursion in the devitalised life. Considerations about Second Life

Rui Pereira

Taking the online virtual platform «Second Life» as a starting point, we approach the technique and the technological object through the angle of its intrusion on individual and social life in advanced western societies. We specifically address the issue in the crossroads between the media discourse of proliferation and the growing invasion of a technical object in fusion, as objective creators of the ordering of daily life, which is here defined by the concept "totalitariness".

Key words: second life, technique, human, culture, capitalism, domination

O que pedem as palavras?

What do words want?

Anabela Gradim

«What do words want» reflects upon the relationship between images and words, not in the point of view of their antagonism, but exploring the way both mutually demand and illuminate

each other. Up until the invention of mass media, the West has lived immersed in a logo-centric culture, structured by means of both their Greek and Judeo-Christian origins. That logo-centric culture was built around the division appearance/reality, illusion/truthfulness that has made its way into our culture from Parmenides to Heidegger, and which only Pragmatism, in the late XIX th century, would attempt to dissolve. Hence, the reconciliation now explored will be grounded mostly on two aspects: that images without words are mute and speak only of their silence; and that words – by means of the metaphor and the index – cannot do without images to illustrate their meaning.

Key words: image, word, logocentric culture, sign, metaphor, index

A difícil arte de perguntar: aporias e apostas da redacção do questionário para inquérito sociológico

The difficult art of questioning: uncertainty and risks in writing a questionnaire for sociological inquiry

Albertino Gonçalves

The craft of the sociologist requires the tenacity of severity in a meander of uncertainties. Without a scientific or technical defence for the doubts that pursue him, it is up to the sociologist to bet, step by step, on contingent solutions. This fate follows him, inclusively, in the most routine operations, standardized and also validated. In this article it is mentioned the cases of language and sequence of questions when writing a questionnaire for sociological inquiry, risks and perversities, which are quite often overlooked and even less prevented.

Key words: Inquiry, questionnaire, language, sequence, uncertainty, bets

Normas para apresentação de originais

A revista *Comunicação e Sociedade* está aberta à colaboração de todos os docentes, investigadores e profissionais no âmbito das Ciências e Tecnologias da Comunicação. Os artigos a publicar podem incidir sobre investigações empíricas, revisões de literatura, apresentação de modelos teóricos ou recensões de obras.

Na apresentação dos artigos, os autores deverão seguir as seguintes instruções:

a) Os originais deverão ser enviados em formato electrónico para: CECS@ics.uminho.pt. No caso de números temáticos, os originais deverão ser enviados para o correio electrónico do respectivo coordenador.

b) Deverão ser ainda enviadas três cópias em papel para: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga.

c) Os originais deverão ser dactilografados a dois espaços em folhas brancas normalizadas (tipo A4), letra Times New Roman, 12 pt. Figuras, quadros e desenhos deverão aparecer no fim dos originais, em folhas separadas. Os originais electrónicos deverão ser enviados em Word (ambiente Windows ou Mac). O formato utilizado para gráficos, que devem vir sempre inseridos no texto Word, é o JPEG ou o TIFF, com uma resolução de pelo menos 300 dpi.

d) Os originais deverão ser acompanhados de um resumo, máximo 1000 caracteres, em português e inglês. Os originais completos não deverão ultrapassar os 50 000 caracteres (incluindo espaços).

e) Deverá ser enviada uma página separada do manuscrito, contendo os seguintes elementos: Título do artigo, em português e inglês; Nomes e instituições dos autores; Palavras-chave, em português e inglês (máximo de cinco); Nome e endereço completo (incluindo telefone, fax e e-mail) do autor responsável por toda a correspondência relacionada com o manuscrito.

f) As citações ou referências a autores e obras deverão obedecer ao seguinte padrão: (Berten, 2001); (Winseck & Cuthbert, 1997); (Gudykunst *et al.*, 1996), correspondendo, nas referências bibliográficas apresentadas no final do trabalho, ao seguinte padrão:

Berten, A. (2001) 'A Ética da Discussão: Ideologia ou Utopia?', *Comunicação e Sociedade*, 4: 11-44.

Foucault, M. (1971) *L'Ordre du Discourse*, Paris: Gallimard.

Winseck, D. & Cuthbert, M. (1997) 'From Communication to Democratic Norms: Reflections on the Normative Dimensions of International Communication Policy' in Sreberny-Mohammadi, A., Winseck, D., McKenna, J. & Boyd-Barrett, O. (eds.) (1997) *Media in a Global Context: A Reader*, London: Arnold, pp. 162-76.

Gudykunst, W., Ting-Toomey, S. & Nishida, T. (eds.) (1996) *Communication in Personal Relationships Across Cultures*, Thousand Oaks, CA: Sage.

g) Os artigos publicados são da responsabilidade dos respectivos autores.

h) Os autores receberão as provas (incluindo Quadros e Figuras) para correção e deverão devolvê-las até 15 dias após a sua recepção.

i) Os autores terão direito a um exemplar da revista em que os seus trabalhos sejam publicados.

j) A revista *Comunicação e Sociedade* está aberta a toda a colaboração, não se responsabilizando, contudo, pela publicação de originais não solicitados. Os originais não serão devolvidos, independentemente da sua publicação ou não.

k) Os originais enviados à revista *Comunicação e Sociedade* serão submetidos a revisão previamente à sua publicação.

Editorial information

The journal *Comunicação e Sociedade* welcomes the collaboration of all colleagues, researchers and Professional experts within the field of Communication Sciences. Papers may approach empirical research as well as literature reviews, theoretical models or texts reviews. Authors should follow some editorial rules:

- a) Manuscripts must be sent to: CECS@ics.uminho.pt . Thematic issues are to be coordinated directly and therefore the manuscripts must be sent to the coordinator.
- b) Three paper copies must be posted to the following address: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga.
- c) Manuscripts will be typed in double space, A4 normalized white sheets, in Times New Roman, 12. Illustrations, charts and drawings should be at the end of the text, in separate sheets. Electronic manuscripts will be Word processed (either Windows or Mac). The file format used for graphics (which should always be inserted in the Word text file) is jpeg or tiff, and should have a resolution of at least 300 dpi.
- d) Manuscripts will include an abstract (max. 1 000 characters) in original language and also in English. Full texts should not overcome 50 000 characters (including spaces).
- e) Some ID elements must be sent in a separate page. This will include: Title, names and institutions of the authors, key-words (Max.5). Full name and address, phone n., fax, e-mail of the person responsible for the manuscript
- f) Pattern for quotes and references are the following: (Berten, 2001); (Winseck & Cuthbert, 1997); (Gudykunst *et al.*, 1996). These will match the bibliographic references presented at the final pages as follows:

Berten, A. (2001) 'A Ética da Discussão: Ideologia ou Utopia?', *Comunicação e Sociedade*, 4: 11-44.

Foucault, M. (1971) *L'Ordre du Discourse*, Paris: Gallimard.

Winseck, D. & Cuthbert, M. (1997) 'From Communication to Democratic Norms: Reflections on the Normative Dimensions of International Communication Policy' in Sreberny-Mohammadi, A., Winseck, D., McKenna, J. & Boyd-Barrett, O. (eds.) (1997) *Media in a Global Context: A Reader*, London: Arnold, pp. 162-76.

Gudykunst, W., Ting-Toomey, S. & Nishida, T. (eds.) (1996) *Communication in Personal Relationships Across Cultures*, Thousand Oaks, CA: Sage.

- g) Authors are full responsible for the published papers.
- h) Authors will receive the drafts (including charts and images) for correction and must return them two weeks after their reception.
- i) Authors will receive a copy of the journal where their work was published.
- j) *Comunicação e Sociedade* welcomes all collaboration. However we do not take the responsibility for non requested manuscripts, which will not be returned to the authors.
- k) Manuscripts will be double-blind peer reviewed previously to publication.

Revista *Comunicação e Sociedade*

Comunicação e Sociedade é uma colecção editorial que se propõe aprofundar os fenómenos comunicacionais e, por essa via, ajudar a ler o mundo e a vida, recorrendo a instrumentos teóricos e metodológicos de diferentes disciplinas das Ciências Sociais e Humanas.

Últimos números publicados:

4 (2002) – *Comunicação e Imaginário*

Organização de Moisés de Lemos Martins

5 (2004) – *O Ensino do Jornalismo*

Organização de Manuel Pinto

6 (2004) – *Comunicação da Ciência*

Organização de Anabela Carvalho e Rosa Cabecinhas

7 (2005) – *Economia Política da Comunicação e dos Media*

Organização de Helena Sousa

8 (2005) – *Comunicação Estratégica*

Organização de Zara Pinto-Coelho

9-10 (2006) – *Jornalismo e Internet*

Organização de Manuel Pinto e Luís António Santos

11 (2007) – *A Regulação dos Media em Portugal*

Organização de Manuel Pinto e Helena Sousa

12 (2007) – *Tecnologia e Figurações do Humano*

Organização de Moisés de Lemos Martins e Madalena Oliveira

